

LEANI INES RUSCHEL

FOTOGRAFIAS DO COTIDIANO ESCOLAR
- O PREÇO DA DISCIPLINA E A ETERNA VIGILANCIA -

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

LEANI INES RUSCHEL

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação de
mestrado defendida por Leani Inês
Ruschel e aprovada pela comissão
julgadora em 23.3.1990

Data 23.3.1990

Assinatura



FOTOGRAFIAS DO COTIDIANO ESCOLAR

- O PREÇO DA DISCIPLINA E A ETERNA VIGILANCIA -

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Administração e Supervisão Educacional, à comissão julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. James Patrick Maher e co-orientação do Prof. João Wanderley Geraldi.

Comissão Julgadora

J. M. da Silva

J.

in honoris

Dedico este trabalho

a meus queridos pais, Adelaide e Adalberto Ruschel, que sempre incentivaram e não mediram esforços para que eu continuasse meus estudos;

a minhas filhas Cristina e Aline por terem paciência e carinho nos momentos do processo em que me encontrava desanimada;

a Luiz Carlos Mac Cracken, o companheiro que compartilhou comigo de todas as dificuldades e dos momentos de alegria por ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

a realização deste trabalho não teria sido possível se eu não tivesse contado com a colaboração e apoio de instituições e pessoas:

- da UNIJUI, que através do FICD/CAPES, me concedeu bolsa de estudos para realização do curso de mestrado;
- da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, que me auxiliou na continuidade dos estudos e facilitou a realização da pesquisa necessária a este trabalho;
- do Prof. Dr. James Patrick Maher, que assumiu a orientação desta pesquisa, com a solicitude e atenção que lhe são peculiares;
- do Prof. Dr. Milton José de Almeida, que acompanhou parte deste trabalho;
- das colegas Eliane, Iraide, Maria Luiza e Sueli, companheiras sempre presentes;

- dos professores especialistas em educação, inspetor de alunos e alunos, que através de seus depoimentos retrataram a sua visão da escola;
- a Ana Maria, Adriana, Nilson e Waldemar que contribuíram com sua dedicação nos trabalhos de digitação e impressão;
- aos demais amigos e colegas, que sempre me apoiaram neste percurso;

por fim, um agradecimento muito especial aos amigos, solidários nos momentos difíceis desta trajetória,

JOAO WANDERLEY GERALDI

CORINTA MARIA GRISOLIA GERALDI.

O primeiro por ter co-orientado esta dissertação discutindo e sugerindo caminhos; a segunda pelas idéias e pela amizade a que sempre recorri. Eles sabem que sem suas presenças este trabalho não teria sido feito.

RESUMO

Este trabalho analisa, em contrapontos, o regimento das escolas de 1º e 2º graus de São Paulo, e o código implícito existente em todas as escolas que, no cotidiano, detalham e definem as ações puníveis. A complexidade do cotidiano escolar, no que se refere à disciplina, é aqui fotografada através de depoimentos de diretores, assistente de diretor, inspetores e alunos e através do Livro de Ocorrências. A análise deste material é feita não com base em uma teoria específica, mas com os subsídios de diferentes linhas de pensamento, expressas em obras de Foucault, Bourdieu, Tragtemberg, entre outros. O detalhamento das ações puníveis demonstram que movimento, tempo, espaço, corpo, propriedade, expressão e relações interpessoais são objetos de vigilância contínua na escola. Nada escapa ao olho vigilante do poder, representado na escola por direção, inspetor, professor e mesmo por alunos.

SUMARIO

| | |
|--|-----|
| <i>INTRODUÇÃO</i> | 2 |
| <i>CAPITULO I</i> | |
| REGIMENTO ESCOLAR - INSTRUMENTO DISCIPLINADOR..... | 20 |
| 1. O REGIMENTO ESCOLAR..... | 21 |
| 2. DIREÇÃO DE ESCOLA - BUROCRACIA E MANIPULAÇÃO..... | 43 |
| 3. COORDENAÇÃO PEDAGOGICA - CONTROLE INTERMEDIARIO.... | 58 |
| 4. PROFESSORES E ALUNOS - RELAÇÕES CONFLITUOSAS OU NEM SEMPRE TÃO AMOROSAS..... | 71 |
| <i>CAPITULO II</i> | |
| O INSPETOR ESCOLAR - A VISÃO DA VIGILANCIA..... | 92 |
| <i>CAPITULO III</i> | |
| LIVRO NEGRO - REGISTRO, VIGILANCIA E PUNIÇÃO..... | 130 |
| <i>CONCLUSÃO</i> | 172 |
| <i>BIBLIOGRAFIA</i> | 177 |
| <i>ANEXOS</i> | |
| 1. PROFESSORA E COORDENADORA PEDAGOGICA, E B..... | 2 |
| 2. EX-DIRETORA E DELEGADA DE ENSINO, I..... | 6 |
| 3. ASSISTENTE DE DIRETOR DE ESCOLA, C..... | 18 |
| 4. INSPETOR DE ALUNOS, S..... | 33 |
| 5. BATE-PAPO COM ALUNOS | |
| 5.1. "A INDISCIPLINA DESORGANIZADA"..... | 48 |
| 5.2. A LUTA PELOS GREMIOS LIVRES..... | 76 |
| 6. REDAÇÕES DAS ALUNAS A R. e F M..... | 131 |
| 7. REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 135 |

INTRODUÇÃO

"A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração de suas fases, dos momentos do seu desenvolvimento".

(Karel Kosik. Dialética do Concreto, p. 29)

O objetivo deste trabalho é contribuir para o desvendamento das normas disciplinares da escola, explicitadas ou não no Regimento Comum para as Escolas de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de São Paulo.

Como a escola é uma agência disciplinadora por excelência, retratando as contradições da sociedade, os alunos considerados indisciplinados são, via de regra, aqueles que não se integram a ela e transgridem suas normas, sendo, por isso, punidos, repreendidos, discriminados.

A instituição escolar é palco de relações conflituosas e complexas, de interesses contraditórios e expectativas diversas que se estabelecem no convívio diário entre seus principais atores: alunos, professores, funcionários e direção.

Alvo fundamental do sistema de vigilância e punição, os alunos vão para a escola por interesses diversos: ascensão social, pressão familiar ou até mesmo para matar a fome com a merenda escolar.

E quanto aos professores?

Há os que estão na escola por questão de sobrevivência, há aqueles que vão simplesmente para preencher seu tempo com alguma ocupação útil e há aqueles que lutam para trabalhar um conteúdo significativo com os alunos.

Estas múltiplas expectativas, entre outras, condicionadas pela totalidade de relações mais amplas, entre as quais as de massificação e sujeição, talvez nos tenham levado a incorrer numa perspectiva reprodutivista da educação em determinados momentos deste trabalho. Mas nossa intenção, nessa análise descritiva da instituição escolar, centralizando as preocupações nos mecanismos disciplinares de vigilância, repressão, violência e punição, foi de nela encontrar as resistências. Estas resistências nos foram reveladas através dos depoimentos, entrevistas de diretores, professores, inspetor de alunos e alunos.

A dinâmica conflitante vivida pelos indivíduos na escola, especialmente por causa dos mecanismos repressivos, faz com que a escola sofra constantes intervenções do Poder Estatal com a finalidade última de integrar, moldar, adaptar os indivíduos à ordem social estabelecida. Os obstáculos que impedem que tal intenção se cumpra eficazmente são, em parte, as resistências individuais, mesmo desorganizadas e as resistências mais organizadas de pequenos grupos. Estas resistências são também justificativas para a escola sofrer intervenções burocráticas sistemáticas e cada vez mais aperfeiçoadas que se materializam sob diferentes formas: regimentos, pareceres, inspeções, etc.

Iniciamos nosso trabalho com uma análise das correntes teórico-metodológicas que dão sustentação ao Regimento Comum para as Escolas de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, elaborado pela Secretaria da Educação na década de 70. A Lei 5692/71, aprovada neste período, caracterizado por uma grande concentração das decisões no poder executivo, foi o instrumento jurídico-legal de implementação da política para educação idealizada pelos grupos que assumem a direção do país a partir de 1964. Em vários de seus artigos prevê a elaboração de um regimento e a este delegam-se algumas atribuições no sentido da organização administrativa, didática e disciplinar das escolas. As diretrizes propostas pela Lei, para elaboração do Regimento a nível de escola, deveriam sem dúvida estar em consonância com os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade.

O Conselho Federal de Educação, a partir de então, emite pareceres contendo as diretrizes doutrinárias e metodológicas. Com este procedimento, o CFE restringiu a relativa autonomia das escolas e, conseqüentemente, homogeneizou a estrutura e o funcionamento das mesmas. Em nome da unidade nacional do Sistema de Ensino fecha-se a possibilidade das diferenças para melhor controlar, supervisionar e evitar desvios que dificultassem a efetivação do principal papel da escola a partir de então: transmitir a ideologia da interdependência. Esta análise do Regimento é desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho.

A partir do estudo dos pressupostos teóricos do Regimento, passamos a nos preocupar com a sua forma de intervenção no dia a dia da escola como instrumento disciplinar. Percebemos então, através de depoimentos de professores, alunos, assistente de direção e inspetor de alunos, existir um outro código disciplinar minucioso, utilizado cotidianamente na escola, o qual, de certa forma extrapola o próprio Regimento. Este outro código pertence ao espaço da micropolítica de vigilância, repressão, punição, envolvendo simpatias, antipatias, sexualidade, higiene, insatisfações, perseguições político-partidárias, etc. Confirmamos a existência deste outro código, não só pelos depoimentos, mas também pelo Livro de Ocorrências ou "Livro Negro" onde são registrados, como indisciplina dos alunos, atos como brigar, correr no pátio, correr no corredor ou no intervalo, entrar suado em sala de aula, etc. Constatamos, então, a existência destes dois códigos: o oficial, do Regimento e o cotidiano, o extra-Regimento. Embora o Regimento, por ser genérico em suas determinações, legitime a prática do código cotidiano, é neste que se sedimentam e se difundem os padrões éticos e morais da sociedade. Por isso, mais dinâmico, mais vivo, mais transitório. A letra fria da lei (o Regimento), o sangue das forças em ação no espaço escolar. Um justificando o outro.

O depoimento do Inspetor de alunos S, (em anexo), foi determinante para a continuidade do estudo. A partir dele

passamos a centralizar nossas preocupações com a disciplina no interior da escola.

Utilizamos como instrumento de pesquisa o depoimento oral por acreditarmos que, através dele, os indivíduos colocam de forma mais rica, viva, dinâmica, a complexidade das relações do cotidiano escolar.

Para conseguirmos tais depoimentos, a caminhada não foi sem tropeços. A maior resistência encontrada foi por parte dos alunos que haviam passado e passam por várias punições, os considerados indisciplinados. Para elucidar as diversas formas de resistência às normas disciplinares, optamos por conversas com dois grupos distintos de alunos. Aqueles que encontram barreiras, obstáculos para organizar os Grêmios Livres nas escolas, através de entidades de classe, buscando um espaço de participação e outros, cuja resistência ao instituído se dá via transgressão das normas, como brigar, desrespeitar professores, etc. Com relação ao primeiro grupo não houve dificuldades, mas o depoimento do segundo grupo não foi nada fácil. Na primeira tentativa, feito o contato pessoal, os alunos aceitaram participar da conversa mas não compareceram aos dois encontros marcados. Cheguei até eles via um funcionário da escola que os conhecia e nos perguntou se gostaríamos de entrevistar "alunos marginais" já com ficha na polícia por roubos, tráfico de drogas, porte de armas, etc., ou alunos indisciplinados mas sem passagem pela polícia. Por considerar que o primeiro grupo não é tão significativo para o presente estudo, optamos por entrevistar

os alunos "indisciplinados" sem registro na policia. Mesmo assim, ao chegarmos à casa de um deles, o pai nos recebeu com muita desconfiança e até certa agressividade. Falamos o que pretendíamos, e ele nos aconselhou a não conversar com seu filho sobre a escola, pois ele poderia sofrer maior perseguição dos professores. Resumindo, não foi possível realizar a entrevista com este grupo, pois eles passaram a se esquivar. Mais tarde, tomamos conhecimento de que dois deles fariam teste para trabalhar como policiais.

Procurando outros alunos que haviam passado por algum tipo de punição na escola, chegamos até a casa de uma menina de quinze anos, que sabíamos era ter sido transferida compulsoriamente de uma escola pública na cidade de Campinas, SP. Ao chegarmos à casa da menina, fomos recebidos por um moço aparentando vinte e sete anos. Nos apresentamos como professora e explicamos o motivo que nos levou até lá. O rapaz foi logo dizendo que não deixaria a sua irmã conversar sobre a escola, pois ela já tinha problemas com os professores e que falando do colégio poderia ser prejudicada ainda mais. Fizemos ver que, para não prejudicar ninguém, nossos informantes permaneceriam no anonimato. Um outro moço que estava um pouco afastado aproximou-se e nos convidou para entrar, pedindo a outra criança que fosse chamar a irmã (aluna que estávamos procurando). Juntamente com a aluna chegaram outras crianças e adolescentes da vizinhança formando um grupo de cinco alunos de escolas públicas, os quais, aos poucos foram falando naturalmente de suas

1

experiências nas escolas. Estas falas encontram-se em anexo sob o título: Bate-Papo com alunos: "A Indisciplina Desorganizada".

O relato, na introdução do presente trabalho, das dificuldades para conseguir depoimento de alunos nos parece pertinente, já que comprovam o temor dos alunos, o que testemunha que este tipo de relações entre alunos e professores são relações conflituosas.

Na análise dos elementos obtidos em nossa pesquisa, utilizamos autores de diversas áreas do conhecimento: historiadores, sociólogos, antropólogos, educadores, sem nos preocuparmos com o enquadramento destes numa corrente única de pensamento. A preocupação básica que permeou o estudo foi a contribuição de tais leituras para explicitar as contradições, as relações de poder, de vigilância e punição presentes na escola.

Pensamos viver hoje, a nível das ciências humanas na produção acadêmica, a produção de conhecimento dos fragmentos do real. Tais fragmentos não deixam de contribuir para a explicação da totalidade. A produção intelectual contemporânea desenvolve trabalhos sobre a violência, a criminalidade, a sexualidade, medo, evasão escolar, mulher... Isto talvez se explique pelo momento histórico: qualquer síntese pode ser considerada precária. A crise histórica se manifesta em todos níveis, desde a organização dos partidos políticos, dos movimentos sociais, da política, do direito, da cidadania até a família, a igreja, e o indivíduo.

Parece-nos relevante compreender a experiência de vida como momento de incertezas, de dúvidas, de buscas, de compreensões. A reflexão sobre os mecanismos disciplinares da escola insere-se neste contexto que procura compreender o que Habermas chama de "o mundo da vida", ou seja, a compreensão do *horizonte de processos de entendimento com que os participantes chegam a um acordo ou discutem sobre algo pertencente ao mundo objetivo, ao mundo social que compartilham ou ao mundo subjetivo de cada um* (1). Este trabalho trata das relações que se estabelecem cotidianamente na instituição escolar, especialmente dos códigos disciplinares, e não tem a pretensão de abarcar o cotidiano escolar em sua totalidade. Pretendemos contribuir para a explicitação dos micropoderes que permeiam as relações na escola, e assim, fazer ouvir o silêncio existente sobre o cotidiano escolar. Fazer tal estudo se justifica na vontade política de termos melhores condições de lutar pela transformação da instituição escolar em um espaço onde os sujeitos se encontrem e pelo conhecimento cresçam e se transformem transformando o mundo.

Enveredando pela análise de parte do real, sem perder de vista o contexto amplo, entendemos que educadores preocupados com o conhecimento qualitativo da educação necessariamente utilizarão um referencial teórico na tentativa de dar uma certa coerência e uma base de

(1) HABERMAS, Jürgen. Teoria de la Acción Comunicativa, vol I, p.184

sustentação ao seu trabalho, buscando explicações em produções de historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos, educadores, etc.

O motivo inicial que nos levou a trabalhar com o Regimento Comum das escolas de 1º e 2º Graus foi a hipótese de ser este documento legal um instrumento essencialmente disciplinar, institucionalizador da disciplina moral e ética da sociedade capitalista moderna a nível da escola. Assim, a questão central da pesquisa se colocava, para nós, na explicitação dos pressupostos teóricos da ideologia do Regimento como instrumento regulador da estrutura e do funcionamento da escola.

A caminhada, o processo de investigação, nos levou para o desvendamento do cotidiano nas escolas. Sem dúvida, esta preocupação se encontrava latente desde o início da pesquisa, já que, paralelamente à busca do referencial teórico que dá suporte ao Regimento, nos preocupamos com o registro, através de depoimentos, do que é vivo, dinâmico e contraditório na escola.

Com o depoimento de S, o inspetor de alunos, ficou mais claro o interesse em desvendar o cotidiano, tematizando o que é considerado "indisciplina", especialmente dos alunos, como categoria fundamental de nosso trabalho. Como aponta Habermas, *o cientista social tem que tomar parte, ao menos virtualmente, das interações cujo significado trata de entender, e se além disso esta participação significa que implicitamente tem de posicionar-se face às pretensões de*

validade que os diretamente envolvidos na ação comunicativa vinculam as suas manifestações, então o cientista social, para conectar seus conceitos aos conceitos que encontra no contexto que quer investigar, não pode proceder de forma distinta daquela dos próprios leigos em sua prática comunicativa, (2) é necessário traçar aqui a trajetória de nosso trabalho em Educação, apresentando as idéias e métodos que nos influenciaram no decorrer do tempo de exercício da profissão e que constituem, ainda que assistematicamente, um posto de observação que infalivelmente, influenciou e influenciará as análises realizadas.

Durante o curso de Pedagogia e no exercício do magistério, estivemos em contato e sofremos a influência de várias teorias e métodos educacionais.

Inicialmente nos contagiaram as idéias de Paulo Freire sobre educação. Acreditávamos nelas, víamos a educação como uma das maiores armas para conscientizar, transformar o homem em sujeito da história e, assim, lutar por uma sociedade mais justa.

No início da década de setenta alguns professores do Curso de Pedagogia centravam suas aulas nos reprodutivistas franceses: Bourdieu, Passeron, Establet, Baudelot, Althusser e a leitura de textos como *A Reprodução* abalou nossas certezas anteriores. Passamos a ver mais claramente a escola como aparelho ideológico do Estado (AIE).

(2) HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*, vol I, p.169-70

cuja função é reproduzir a ideologia dominante, como as demais instituições da sociedade civil. Então todo o entusiasmo inicial, aquela vontade de trabalhar com educação para transformar, para os homens viverem numa sociedade mais justa, arrefeceu. Segundo a leitura desses autores, nós, professores, estávamos e trabalhávamos reproduzindo a sociedade de classe, as desigualdades, a ideologia dominante, e isso nos lançou num período de arrefecimento, talvez até de retrocesso.

O contato com Antonio Gramsci nos resgata o entusiasmo - Gramsci nos diz que a escola tem um espaço de relativa autonomia, tanto em relação à sociedade política quanto em relação à base da sociedade, à sua estrutura. Pode-se atuar como intelectual orgânico das classes dominadas e com isso transformar a própria sociedade. Volta-nos a vontade de tentar ocupar o espaço político, especialmente a sala de aula como instrumento de transformação, de ampliação da visão de mundo dos alunos.

O contato com esses autores, as diversas leituras, estudos e reflexões sobre a educação acrescidos à experiência viva com alunos dentro da sala de aula, da vivência dentro da instituição escola, nos levaram a ter uma visão mais abrangente e complexa do problema educacional, percebendo toda essa rede de problemas de ordem física, ideológica, psíquica, afetiva, cultural, social, emocional, enfim, toda a complexidade dos problemas que permeiam as relações dentro da instituição escola.

Um dos fatores que muito influenciou na escolha da disciplina na escola, como assunto deste trabalho, foi o fato de termos sido Coordenadora Pedagógica e vivido de perto a implantação do Regimento Outorgado. Exercemos esta função de 1978 a 1982 em duas escolas da rede pública de 1º Grau, na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul. De 1977 a 1980, fomos coordenadora pedagógica da Escola Estadual de 1º Grau Incompleto do bairro São Geraldo e de 1980 a 1982, Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Boa Vista. Uma das propostas do Regimento foi o Ensino e a Avaliação por Objetivos, uma tentativa de controlar politicamente até o espaço do professor em sala de aula, controlando minuciosamente o conteúdo, o tempo, as atividades em todos os setores da escola, através de um planejamento rígido.

Toda teoria behaviorista elaborada a partir da teoria estímulo-resposta de Pavlov/Skinner, reforçada por taxionomias do conhecimento, como a de Benjamin Bloom, organizada por um grupo de especialistas americanos e transposta para o Brasil, sedimentava o trabalho escolar. Convivemos com o conflito da não aceitação do sistema do ensino e da avaliação por objetivos, a necessidade de implantá-lo e a resistência a este modelo por parte de alguns professores mais conscientes que nos cobravam uma posição mais coerente com a visão de educação que sabiam defendermos, solicitando resistir à implementação.

Durante nossa vivência no trabalho com a educação, a indisciplina foi e é uma presença constante, manifestada

sob as mais diversas formas, e se constitui na raiz de um dos problemas-chave dessa instituição. Ela era e continua sendo uma questão crucial para professores, inspetores, funcionários, diretores, apresentando-se de formas diversas: desde aqueles alunos apáticos, silenciosos, quietinhos, até os chamados "bagunceiros", revoltados, irriquietos, violentos. Para nós, ela reflete, digamos assim, a insatisfação generalizada que permeia as relações no interior da escola, materializando na escola os conflitos da sociedade como um todo.

A perspectiva aqui adotada não é a de julgamento moral negativo das atitudes e comportamentos classificados como indisciplina. Ao contrário, vemos em tais fatos uma resistência constante de diretores, professores, alunos inspetores, etc. em relação ao que podemos caracterizar como o sistema social mais amplo, no interior do qual se situa a escola. Também no interior das relações existentes entre os agentes educacionais (diretores, professores, alunos, inspetores, etc.) a resistência se presentifica (e, na verdade, se concretiza), e cada nível hierárquico classifica, negativamente, as resistências dos outros chamando-as de indisciplina, no sentido agora de julgamento moral negativo.

O Estado, ao querer manter sua hegemonia sobre a escola, materializa sua ação de duas formas: a física e a ideológica. Com relação à materialização física, o Estado tenta suprir a escola pública com um mínimo de condições como prédios, móveis, salários de professores e funcionários, etc.

Já a materialização ideológica (controle dos conteúdos mínimos, métodos), se dá pelos regimentos, pareceres, planos curriculares entre outros. Há entre estas duas formas de materialização uma íntima relação, sendo que a física interfere na ideológica e vice-versa. Acreditamos que é à esta ação científico-ideológica do Estado que se opõem múltiplas e complexas resistências dos alunos, categorizadas como indisciplinas.

Ao longo dos nossos anos de magistério, o Regimento foi o instrumento por excelência a que se apelava nos momentos de "irregularidades", de transgressão da "ordem". Por isso começamos este trabalho analisando os pressupostos teóricos que norteiam o Regimento - documento outorgado após a Lei 5692/71, fundamentado nos pressupostos sistêmicos, pragmatistas, de racionalidade, eficiência e produtividade. No entanto, somente o estudo do documento em si não revelaria o cotidiano da escola e a complexidade de relações dinâmicas da instituição escolar. Passamos, então, a utilizar depoimentos de pessoas envolvidas no processo escolar, percebendo a vida, as emoções, as contradições deste processo. Para sermos mais precisos, foi com o depoimento do inspetor de alunos S, que verificamos a enorme distância entre o estabelecido em lei (Regimento), e o vivenciado cotidianamente na escola.

Descobrimos também, (e, para isto, muito nos foi útil a leitura de Michel Foucault especialmente de *Microfísica do Poder e Vigiar e Punir*), a existência de todo

um código punitivo, disciplinador, não explicitado na forma da lei, mas que gera todo um sistema de micropoderes éticos e morais, os quais se traduzem em atos de repressão e punição. Existe, na escola, hoje, toda uma gama de comportamentos tipificados, ao estilo de um código penal de ação-punição: brigas, falta de higiene, beijar um colega, correr no corredor, correr no intervalo, fugir da escola, derrubar o lanche do colega, entrar suado em sala de aula, todos considerados indisciplina, com "penas" previstas como se fosse um código não escrito e que, por isso mesmo, seguindo "usos e costumes" permite variar as penas segundo o momento, e o estado de espírito do agente disciplinador. Este código disciplinar é utilizado e registrado no Livro de Ocorrências, ou "Livro Negro", servindo este como memória da vida dos infratores, possibilitando a justificativa para penalidades maiores como suspensão das aulas, e até a expulsão da escola, hoje escamoteada por outra linguagem: "transferência compulsória".

Neste percurso final, a questão do Regimento deixou de ser o mais importante. O estudo desse documento legal conduziu-nos por certos descaminhos, becos, atalhos, aos mecanismos cotidianos de resistência e punição orientadores das ações do diretor, professores e alunos.

O Regimento, espada de Dêmocles, continua existindo, está aí para ser utilizado a qualquer momento, sempre que houver um conflito maior na escola. Mas, paralelamente, um outro código disciplinar, minucioso,

detalhado, se instaura como regimento efetivo. O código "legal" contém normas disciplinares genéricas, como por exemplo: "os alunos devem obedecer aos superiores e respeitar os colegas". Esta norma regimental se desdobra, porém, em múltiplas regras que justificam o controle, a repressão e a punição. Esses múltiplos desdobramentos de uma norma disciplinar ampla mantêm, a nosso ver, uma relativa autonomia: são mecanismos eficazes, sistemáticos, permanentes, utilizados no interior da escola, para impregnar corpos e mentes dos valores socialmente aceitos como legítimos, e por esta via contribuem para a manutenção da "ordem social" fazendo da instituição escolar uma "ordem", no sentido que tem esta expressão no discurso religioso

No capítulo I, estudamos as seguintes questões: 1. O Regimento Escolar: Instrumento Disciplinador; 2. Direção de Escola: Burocracia e Manipulação; 3. Coordenação Pedagógica: Controle Intermediário; 4. Professores e Alunos - Relações Conflituosas ou nem sempre tão amorosas.

O capítulo II, "O Inspetor Escolar: A Visão da Vigilância" é o produto de um estudo que buscou as origens históricas da figura do inspetor de alunos, relacionando-o com o surgimento da primeira polícia assalariada para controlar as greves dos trabalhadores das Docas, na Inglaterra no século XVIII, passando pela literatura com o livro O Ateneu de Raul Pompéia, que descreve a figura do inspetor ou bedel do Colégio Interno em que estudava a personagem principal. Constatamos também que a passagem do

Império para a República, no Brasil, em termos de cidadania, pouco ou quase nada instaurou no país. Historiadores como Murilo de Carvalho em *Os Bestializados* e Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão* respaldam tal afirmação. A partir desta retrospectiva histórica, a leitura de livros de Michel Foucault, especialmente *Vigiar e Punir*, muito contribuiu para analisarmos a micropolítica de controle, vigilância, repressão e punição na instituição escolar.

No capítulo III, "O Livro Negro: Registro, Vigilância e Punição", analisamos o Regimento e o Livro de Ocorrências; os atos puníveis-punidos; a forma de registro; a função do "Livro Negro". Para melhor entendermos os atos punidos, classificamos as ocorrências em tipos de ações controladas: o ir e vir; o tempo; o espaço; o corpo: integridade física, sexualidade e higiene; a propriedade; a expressão e a preservação das relações hierárquicas.

CAPITULO I

REGIMENTO ESCOLAR: INSTRUMENTO DISCIPLINADOR

"A lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado. O Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por aí instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para a aplicação e o objeto da violência".

(Nicos Poulantzas. A Lei in. Critica do Direito, p. 64)

fundamento normativo, que veio a ser superado lentamente com a 'abertura'".(3)

Para esta autora, os princípios dos mecanismos de repressão sobre alunos e professores, provenientes do Decreto 477 haviam sido incorporados pelos regimentos escolares e aí ainda permaneciam, mesmo após a revogação do referido Decreto, sendo gradativamente superados pela "abertura" política. A nosso ver, esses princípios doutrinários permanecem inalterados, pois os regimentos escolares foram elaborados com a função de sedimentar, a nível das escolas, a proposta sistêmica da educação, cujas características fundamentais são de ser a educação apolítica, de os conhecimentos nela veiculados serem neutros e ser, sua função primordial, formar recursos humanos para o projeto de "desenvolvimento". Tal proposta, instaurada em 1964 no país, efetivou, entre outras coisas, a extrema burocratização da vida escolar, dificultando propostas educacionais transformadoras. Estes princípios permanecem inalterados, pois os regimentos escolares em sua essência permanecem os mesmos.

Os regimentos ora em vigor propõem uma minuciosa divisão de tarefas na escola, separando cada vez mais os órgãos de direção dos de execução, impedindo aos professores e alunos uma visão da organização escolar como um todo e

(3) COVRE, Maria de Lourdes - *A Fala dos Homens; Análise do Pensamento Tecnocrático 1964-81*. SP, Brasiliense, 1983, p. 201-2.

1. O REGIMENTO ESCOLAR

A Lei 5692/71, Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus refere-se ao Regimento escolar em sete artigos, seis parágrafos e incisos.

Em termos históricos, a necessidade das escolas terem um documento legal, o Regimento, que traduzisse as normas gerais da Lei 5692/71 (Lei essa também outorgada pelo governo autoritário) - em normas muito minuciosas para reger o cotidiano das escolas em todos os seus detalhes, corresponde à função de sedimentar o ideário tecnicista para a educação. Para Maria de Lourdes Covre isto é bastante claro:

"O Decreto 477 é o mecanismo nas escolas, universidades, para que os estudantes transformem-se em 'cidadãos disciplinados'. Quando foi revogado, esse instrumento disciplinar da educação brasileira já tinha sido incluído nos regimentos internos de muitas escolas persistindo o seu

assim dificultando qualquer posição mais crítica. A escola, assim organizada, valoriza a hierarquia, o planejamento, a burocracia, implantando uma estrutura autoritária onde alunos e professores são os elementos mais visados. Concordamos com Foucault quando afirma que nas instituições disciplinares modernas como escolas, prisões, hospitais, conventos, o sistema de vigilância é cada vez mais aprimorado. Ele diz:

"vigilância hierarquizada torna-se um sistema integrado (...). Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede 'sustenta' o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados".(4)

Para Foucault, a vigilância como instituição do poder é exercida por todos os indivíduos, em qualquer instituição. Na instituição escolar este princípio é permanentemente exercido pelos indivíduos: alunos delatando alunos, professores fiscalizando seus colegas, diretor fiscalizando e sendo fiscalizado. Mas de qualquer forma, a hierarquia, com sua vigilância, se justifica pelo controle que deve exercer sobre a massa "indócil e indisciplinada", especialmente alunos e professores.

(4) FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 168.

Por outro lado, a escola também se articula com a própria formação e sedimentação da sociedade contemporânea, cujo processo vem desde meados do século XIX, e aqui, no Brasil, de forma mais acentuada, a partir do início do século XX, colocando-se imperativamente sob a égide da organização social do trabalho nos moldes capitalistas.

Trata-se então de um processo educacional apontando para a constituição de seres humanos dignos, limpos, decentes, sóbrios e, acima de tudo, trabalhadores treinados desde a mais tenra idade, à repetição monótona, ao evoluir linear da sociedade do trabalho que se institui e elabora suas próprias imagens. (5)

O que podemos perceber, na escola, é a preparação para o trabalho e, conseqüentemente, a incorporação dos princípios gerais da organização social capitalista. O funcionamento disciplinar, o espaço físico, a hierarquia, o ritmo do tempo são algumas das características mais acentuadas deste "fenômeno" escolar moderno. A escola também faz parte da colmeia do trabalho. Um ponto privilegiado nisto tudo é o Regimento Escolar, o qual contém uma série de normas que orientam o dia-a-dia de todos na escola: professores, alunos e funcionários.

No setor educacional, as leis, pareceres, planos estaduais de educação, regimento outorgado para as escolas da

(5) Sobre esta questão ver: BRESCIANI, Maria S., *Londres e Paris no Séc. XIX. O Espetáculo da Pobreza*, S. Paulo, Brasiliense, 1981. DECCA, E. *O Nascimento das Fábricas*, S.P., Brasiliense, 1981.

rede pública, organizam o sistema de ensino de alto a baixo, tendo como fundamentos para esta organização os princípios de "racionalidade, eficiência e produtividade", possibilitando um alto controle do processo de ensino, uma vez que se multiplicam as funções, os cargos, as DEs, as comissões, etc. Como exemplo disso, cito o Estado do Rio Grande do Sul, que no período de doze anos (1970-1982) criou mais de doze delegacias de ensino no Estado.

A palavra delegacia, segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira é a "repartição onde o delegado exerce a sua função", e delegado é "aquele que é autorizado por outrem a representá-lo; comissário; aquele que tem a seu cargo serviço público dependente de autoridade superior". Pela definição da palavra delegacia vemos que é a repartição onde o delegado exerce sua função a mando de uma autoridade superior. Os delegados de ensino são normalmente nomeados pela autoridade pública e em nome desta autoridade tem a função de cumprir e vigiar para que se cumpram as leis educacionais. A prática do Sistema Educacional Brasileiro de nomeação dos cargos da hierarquia, é constante. Até hoje o Ministro da Educação e os Membros do Conselho Federal de Educação são nomeados ou escolhidos pelo Presidente da República; os Secretários Estaduais de Educação e os Conselheiros Estaduais, bem como os Delegados de Ensino, são cargos de confiança dos Governadores.

Os regimentos escolares para rede pública do país, apesar de algumas variações secundárias, possuem a mesma

estrutura do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, cujo sumário transcrevemos:

- TITULO I - DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS**
- CAPITULO I - Da Caracterização
- CAPITULO II - Dos Objetivos
- TITULO II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- CAPITULO I - Da Estrutura Funcional
- CAPITULO II - Das Atribuições e Relações Hierárquicas
- SEÇÃO I - Da Direção
- SEÇÃO II - Do Apoio Técnico-Pedagógico
- SUBSEÇÃO I - Da Coordenação Pedagógica
- SUBSEÇÃO II - Da Orientação Educacional
- SUBSEÇÃO III - Da Biblioteca
- SUBSEÇÃO IV - Dos Laboratórios e Outros Ambientes Especiais
- SUBSEÇÃO V - Dos Conselhos de Classe
- SEÇÃO III - Do Apoio Administrativo
- SUBSEÇÃO I - Da Secretaria
- SUBSEÇÃO II - Das Atividades Complementares
- SEÇÃO IV - Da Assistência ao Escolar
- SEÇÃO V - Das Instituições Auxiliares
- SEÇÃO VI - Do Corpo Docente
- CAPITULO III - Das Competências
- CAPITULO IV - Do Pessoal
- TITULO III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO**
- CAPITULO I - Dos Direitos e Deveres
- CAPITULO II - Do Horário e Regime de Trabalho
- CAPITULO III - Do Corpo Docente
- TITULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA**
- CAPITULO I - Do Currículo Pleno
- CAPITULO II - Do Critério de Agrupamento de Alunos

CAPITULO III - Da Verificação do Rendimento
Escolar

TITULO V - DO PLANO ESCOLAR

TITULO VI - DO REGIME ESCOLAR

CAPITULO I - Do Calendário Escolar

CAPITULO II - Da Matrícula

CAPITULO III - Da Transferência

CAPITULO IV - Da Adaptação

CAPITULO V - Dos Certificados

TITULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS (6)

Confirmando o que muitos teóricos já disseram a escola se estrutura aos moldes da fábrica. A fábrica se caracteriza por produzir determinado produto; a escola por ministrar o ensino de 1º e 2º Graus; a fábrica, tem seus objetivos que visam o lucro; a escola, forma o indivíduo para produzir o lucro; a indústria tem sua organização administrativa (Conselho Diretor, gerentes, administradores); a escola também tem seu corpo administrativo (Diretor, Assistente de direção, Coordenador Pedagógico, etc...).

O Regimento, tal como se apresenta e organiza as escolas, aprofunda a divisão entre trabalho de concepção (especialistas) e trabalho de execução (professores e alunos), levando, cada vez mais, cada indivíduo a se compreender como parte da engrenagem e, assim se compreendendo, sentir-se impotente e incapaz para propor algo, interferir criticamente, alterando o andamento massificante do processo escolar.

(6) Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, CEE/SP, 1978.

As escolas, organizadas segundo esta estrutura funcional, também necessitam cada vez mais de professores para exercerem tarefas burocráticas, os quais passam o tempo todo folheando papéis, carimbando folhas, exigindo e preenchendo fichas, elaborando relatórios. São os responsáveis pelo controle burocrático do processo desenvolvido em sala de aula.

A história mais recente da escola, no Brasil, vem sendo marcada pela teoria sistêmica da organização do trabalho, da gerência científica de Taylor. Esta teoria sustenta a organização do trabalho aos moldes capitalistas e é em nome da produção que se dá o controle do corpo e da mente, função que permeia também toda instituição escola.

No processo educativo brasileiro, a matriz teórica fundamental de incorporação destes princípios no documento que ora analisamos, é encontrada em Amitai Etzioni (*A organização Moderna*, Zahar 1961) e Katz e Kahn (*Psicologia Social das Organizações*, Athas, 1974). Para conceituar organizações, por exemplo, o CFE aceita a definição de Amitai Etzioni que *organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) deliberadamente construídos e reconstruídos para atingir metas ou objetivos específicos.*(7)

Organizações são caracterizadas por:

(7) Parecer nº 16/72 - Fixa posição a respeito da aprovação, pelo órgão próprio do sistema, dos regimentos dos estabelecimentos de ensino. CEE/RS de 12/01/1972, in *Manual de Escola de 1º Grau SEC/RS*, fev. de 1975, p.11.

1. *Divisão de trabalho, poder e responsabilidade de comunicação deliberadamente planejados para facilitar o alcance de objetivos específicos;*
2. *a presença de centros de poder que controlam os esforços e a origem para seus objetivos, além de buscar, nessa atividade, a revisão de forma de execução da tarefa e a reorganização da estrutura, quando necessário, para aumentar sua eficiência;*
3. *substituição de pessoal, quando necessário.*(8)

A aceitação de tal conceito transpõe para a escola o ideal tecnicista, baseado nos princípios de eficiência, racionalidade, e produtividade do trabalho. Este ideal, entre nós desde a década de 50, começa a materializar-se na década de 70. Pouca coisa foi levada em consideração sobre as condições objetivas do sistema escolar brasileiro para sua implantação, acarretando consequências inegáveis: planejamentos de recursos humanos e materiais irrealis, reorganização dos órgãos de direção e de administração de ensino em uma infinidade de departamentos, seções, subseções, dificultando uma comunicação entre os mesmos, emperrando a tomada de decisões necessárias para uma transformação do sistema educacional brasileiro.

A fundamentação teórica do Regimento cita ainda KATZ e KAHN (Psicologia Social das Organizações): *as organizações (e escolas são organizações), têm uma série de subsistemas de proponentes que são: 1. estrutura de manutenção, assim como estruturas de produção e de apoio à produção, atividades que se ocupam para dar-lhes preservação*

(8) Ibid, p. 12.

do sistema, os subsistemas de manutenção operam para dar-lhes algum grau de permanência; 2. um elaborado padrão de papéis formais, nos quais a divisão de trabalho leve a uma especificidade funcional de papéis; 3. UMA ESTRUTURA CLARA DE AUTORIDADE QUE REFLETE A FORMA EM QUE A FUNÇÃO DE CONTROLE E A FUNÇÃO GERENCIAL E EXERCIDA (grifado no parecer); 4. como parte da estrutura gerencial, há mecanismos reguladores bem desenvolvidos e estruturas adaptativas, já que a organização é realimentada constantemente em relação às suas próprias operações e ao caráter mutante de seu ambiente; 5. há uma formulação explícita da ideologia para prover normas do sistema que fortaleçam a estrutura da autoridade. (9)

Então, tomando como referencial teórico a especificação de Katz e Kahn, o Regimento propõe as seguintes funções que devem estar presentes na organização escolar: função diretiva ou de controle, função produtiva ou de ensino, função adaptativa, função integradora, função de apoio.

A burocratização das escolas da rede oficial do Brasil vem acontecendo de forma mais intensa a partir da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. A lei introduziu inovações, tendo em vista uma readaptação do sistema de ensino ao modelo de desenvolvimento econômico adotado após o Movimento Civil-Militar de 1964.

(9) Parecer nº 16/72 - Fixa posição a respeito da aprovação, pelo órgão próprio do sistema, dos regimentos dos estabelecimentos de ensino. CEE/RS de 12/01/1972, in Manual de Escola de 1º Grau SEC/RS, fev. de 1975, p.12.

A reorientação de toda sociedade brasileira, após este movimento, caracterizou-se por uma alta concentração de renda, modernização, concentração do poder no executivo e fortalecimento de órgãos de repressão.(10)

A concentração de renda, e outros resultados concretos desta política, só foram possíveis de serem atingidos devido ao alijamento do povo da esfera das decisões nacionais, utilizando-se do achatamento dos salários dos trabalhadores como forma de concretização do objetivo.

Entretanto, em função das pressões sociais, os mecanismos de poder necessitam constantemente reorientar suas políticas e, conseqüentemente, o sistema de ensino é atingido por tais medidas. Ora, sabemos ser a legislação escolar um poderoso instrumento nas mãos de quem detém o poder para moldar a organização escolar segundo interesses de grupos hegemônicos.

Se tomarmos os principais textos legais aprovados após 64, temos as leis 5540/68, 5692/71, 7044/82 e os pareceres 45/72, 76/75, 618/82 do CFE, além de uma infinidade de legislações específicas de cada Estado, e para cada Estado, que sedimentam a visão pragmatista da educação e delegam à escola a função principal de formadora da força de trabalho para o atual estágio do desenvolvimento capitalista.

(10) Estas características, naturalmente, se evidenciam em outros espaços sociais. A título de exemplo, veja-se a análise de censura a obras de ficção em Deonísio da Silva, **Nos Bastidores da Censura - Sexualidade, Literatura e Repressão Pós-64**. S.Paulo, Estação Liberdade, 1989.

A lei 5692/71 redefine a função social da educação brasileira, sua filosofia no contexto após 1964, ao definir que à escola cabe cumprir a tarefa essencial de preparar os alunos para o trabalho.

As inovações da Lei 5692/71 se apresentam claramente no interior do texto especialmente quando se referem à organização curricular, ao planejamento do ensino, à avaliação do rendimento escolar do aluno, à organização escolar, com especialistas em administração escolar, coordenação pedagógica, orientação educacional. O coroamento destas inovações se dá pela implantação dos regimentos, os quais, por sua vez, interpretam a lei a nível de escola. O mecanismo legal, controlador por excelência do processo educativo, é o Regimento, que geralmente não é do conhecimento de professores, alunos e até de especialistas, mas a que geralmente a direção das escolas apela em momentos de conflitos mais graves.

A lei 5692/71 diz no parágrafo único do artigo 2º: *A Organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação.* O artigo 70 reza o seguinte: *As administrações dos sistemas de ensino e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º e 2º Graus por elas mantidos, um regimento comum que, assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede,*

preserve a necessária flexibilidade didática de cada escola.

Tem ocorrido sistematicamente, nos últimos anos no Brasil, com relação ao sistema, que, quando uma lei é aprovada e propõe inovações, os órgãos de direção organizem a sua implantação gradativa. Esta implantação gradativa, esta flexibilidade, é o tempo necessário que permite sentir a reação, na prática das escolas, reforçando assim a idéia de que o MEC, CFE, CRE têm uma postura democrática. Por outro lado, a inexistência de propostas alternativas permitem comprovar a "incompetência" de professores e alunos que, ocupados com a implantação, têm seu tempo tomado pelas inovações a serem "testadas". Chamamos a isto de interstícios das reformas. Uma vez dado um determinado tempo e não vindo as sugestões das bases (escolas), as direções do Sistema de Ensino, as instâncias de poder, "democraticamente" outorgam ...

A título de exemplo consideremos o que ocorreu no Rio Grande do Sul. No período de 1972 a 1976, as escolas do Estado foram orientadas pelas respectivas DEs no sentido de elaborarem um documento orientador de suas atividades anuais. Então as direções das escolas convocaram seus coordenadores pedagógicos para elaborarem o que se denominava Plano Pedagógico. Este plano deveria estar conforme a lei 5692/71 e de acordo com as poucas diretrizes da SEE referentes ao assunto.

Como a Lei foi inicialmente interpretada das mais diversas e até econômicas maneiras, uma vez que elaborada em

apenas 60 dias, sem discussão e participação dos educadores, cada escola elaborou um Plano Pedagógico diferente do outro. Ao mesmo tempo, a SEE e o CEE/RS continuaram, através de comissões especiais, a organizar as diretrizes de um regimento aparentemente unificado, aproveitando sugestões de Planos Pedagógicos de algumas escolas consideradas padrões de eficiência.

Como se pode depreender da leitura do depoimento de EB, (11) professora e coordenadora pedagógica de escolas no período, a partir de 1972, as DEs determinam que todas as escolas devem organizar seus planos pedagógicos. As escolas com condições, (por contar com um corpo administrativo mais atualizado) elaboram o seu plano e as demais se apoiam nestes planos para elaborarem os seus. O Plano Pedagógico deveria "normatizar" o desenvolvimento curricular da escola, o problema de avaliação, a questão disciplinar. Publicações da SEE traziam entre outras informações, a proposta da taxionomia de Bloom, desconhecida pelos professores. Entre 1972 a 1978, principalmente, as escolas mais "fracas" recebiam mensalmente a visita "surpresa" das supervisoras das DEs, que vinham orientar o plano e fiscalizar a sua aplicação. Neste período, as escolas passaram a receber um livro chamado **Manual da Escola do 1º Grau**, contendo a doutrina dos futuros regimentos. Muitas escolas receberam o Manual, mas não tomaram conhecimento do seu conteúdo. Outras

(11) Ver anexos, p. 2 a 5.

passaram a estudá-lo. O estudo levou à compreensão de que os pressupostos do regimento impunham uma maior divisão do trabalho dentro da escola, alterando assim as relações no interior da mesma. Os planos pedagógicos que tinham a função de regimento, mesmo que provisório, não foram sequer levados em consideração para a elaboração do Regimento Outorgado. Quando escolas e professores passam a se readaptar em função do Plano Pedagógico, surge um regimento unificado para todo o estado o que exige uma nova readaptação. A SBE, empurrada por um Plano Estadual, imposição também da lei 5692/71, estabelece o prazo de um ano para reorganização das escolas de acordo com o novo regimento, e, após uma breve testagem e acompanhamento em algumas escolas de Porto Alegre, implanta-o gradativamente em todo o Estado. Temos, de novo, os interstícios das reformas.

A implantação da Lei 5692/71 no Estado de São Paulo não havia ocorrido até por volta de 1975. Neste período foi governador do Estado, Paulo Egydio Martins e Secretário da Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira. O Decreto 7.400 de 1975, determinou que a partir de então, todas as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado teriam a denominação de Escola Estadual de Primeiro Grau (E.E.P.G.) e Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (E.E.P.S.G.). Desta forma as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus passaram a organizar-se segundo a Lei 5692/71. Após o Decreto que deu início à organização das Escolas Estaduais, foram baixados mais dois Decretos específicos sobre Regimentos: o Decreto 10.623 de

outubro de 1977 que determina o Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º Grau e o Decreto 11.625 de maio de 1978, que determina o Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 2º Grau. Em 19 de abril de 1978, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, emite um parecer, de número 390, o qual aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus. E sobre este último que se pauta nosso estudo.

Analisando a Legislação específica sobre os regimentos das escolas públicas paulistas, nos parece que a implantação da Lei 5692/71 se deu via decretos.

Em 1975, quando da reorganização das escolas de 1º e 2º Graus, já o Conselho Federal de Educação havia aprovado o Parecer 76/75, que amenizava a obrigatoriedade da profissionalização no 2º Grau, propondo a habilitação básica. Por habilitação básica o CFE entendia como sendo *formação básica para uma área abrangente da ocupação, dispensando a parte prática da formação profissional*. Estas informações nos dão indícios de que a implantação da Lei 5692/71 e conseqüentemente dos regimentos para as escolas estaduais do Estado de São Paulo, teve peculiaridades distintas da do Rio Grande do Sul, pois não foi uma implantação gradativa como naquele Estado, sem uma profissionalização de 2º Grau.

O Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, nos moldes da legislação federal, determina as partes do currículo - Educação Geral e Formação Especial; o predomínio da Educação Geral sobre a

Formação Especial no 1º Grau; a predominância da parte de Formação Especial no 2º Grau, assegurada pela carga horária; o objetivo da parte de Educação Geral bem como sua composição: Núcleo Comum, matérias da Parte Diversificada; objetivo e conteúdos da parte de Formação Especial; organização dos planos curriculares; duração do ano letivo; quadro curricular com o tratamento metodológico a ser dado aos conteúdos curriculares; sua distribuição por séries e respectiva carga horária.

O Regimento não só determina os componentes curriculares como também objetivos, carga horária, seriação, além de exigir, a elaboração de um quadro curricular em que conste inclusive o tratamento metodológico a ser dado aos conteúdos.

A institucionalização regimental das disciplinas curriculares, dos conteúdos, carga horária, metodologia, em nome da uniformidade, eficiência e racionalidade, favorece o controle do conhecimento e das formas de vida dos sujeitos.(12) Porém, os elementos envolvidos no processo institucional da escola não pensam e agem de maneira unívoca.

(12) Conforme Habermas, a racionalidade instrumental ou estratégica *apodera-se, pouco a pouco, de todas as esferas vitais: da defesa, do sistema escolar, da saúde e até da família, e impõe tanto na cidade como no campo uma urbanização da forma de vida, isto é, subculturas que ensinam o indivíduo a poder "deslocar-se" em qualquer momento de um contexto de interação para a ação racional teleológica* (Ciência e Técnica como "Ideologia", p. 65-66). Ora, a tentativa regimental de fixação, inclusive da metodologia, com base numa suposta eficiência (ação ditada pelos fins), visaria a produzir uma mentalidade tecnicizada.

Neste espaço se trava, também cotidianamente, a luta doutrinária. E um Regimento, por mais minucioso que seja em suas determinações, não garante o controle do trabalho pedagógico na sua totalidade. Não podemos subestimar a força da lei, mas se o poder fosse absoluto não haveria necessidade do controle. Todavia, a regulamentação legal do currículo das escolas dificulta, e até impede muitas vezes, o surgimento de propostas curriculares contrárias aos interesses hegemônicos na rede oficial, num sistema de ensino altamente controlado pelo Estado.

Outro aspecto que nos leva a afirmar ser o Regimento Comum para as Escolas Públicas de São Paulo um instrumento disciplinador é o fato de ele determinar competências para aplicação de penalidades. Sobre este tema falaremos no item 2 deste estudo, sob o título: "Direção de Escola - Burocracia e Manipulação".

Neste instrumento legal vemos toda dimensão autoritária do Sistema de Ensino, impossibilitando qualquer interferência dos professores no sentido de modificarem as normas estabelecidas pelos órgãos de direção do sistema, até mesmo a incorporação de novas disciplinas no currículo.

A tendência de separar os trabalhos de concepção dos de execução mostra a necessidade de estabelecer relações diretas, indiretas e individualizadas entre todo o corpo docente, discente e administrativo. Tanto que o caráter intrínseco do regimento é de elogiar e punir conforme normas estabelecidas pela maior ou menor produtividade dos

indivíduos envolvidos na organização, cooptando-os ideologicamente. Um exemplo disto é o sistema de avaliação de professores. O MEC, através da lei 5692/71, propõe aos Estados que organizem Planos de Carreira para os professores. Citaremos mais uma vez o Estado de RS para ilustrar o quanto o sistema de vigilância, promoções e punições é previsto e praticado a fim de manter dócil e submisso o corpo docente. No RS além da promoção de um nível a outro da carreira, baseada sempre na titulação acadêmica, o professor é avaliado por antiguidade (de cinco em cinco anos ele ascende a um grau), e por merecimento. Os pontos para este tipo de promoção consideram faltas, justificadas ou não, atraso, participação em cursos, congressos, seminários e similares e publicações. Evidentemente, tais critérios, embora à primeira vista possam ser elogiáveis, produzem uma "corrida" a títulos, que permite todo um sistema de cooptações a nível de escola, para dispensas e criação de oportunidades, sem considerar a efetiva melhoria qualitativa do trabalho de sala de aula. No que tange ao aluno, a aparente abertura do sistema, como a que se pode encontrar no artigo 15 da lei 5692/71: "*O regimento escolar poderá admitir que no regime seriado, a partir da 7ª série, o aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudos ou atividades da série anterior, desde que preservada a seqüência do currículo*", a realidade concreta das escolas da rede pública de 1º e 2º graus do país, com suas salas de aula superlotadas, com falta de professores, funcionando em dois,

três e até quatro períodos, torna a possibilidade mera ilusão.

Ainda a propósito da centralização, o depoimento de I, ex-diretora: *A organização da escola é encastelada e é difícil quebrar o cerco. Poucos professores têm conhecimento sobre o Regimento. O próprio Conselho de Escola, exige vinte pessoas, sendo que determinadas escolas não têm vinte professores. O Regimento é único, não leva em conta as escolas que são pequenas e não suportam tal estrutura burocrática.*(13)

Estes exemplos demonstram que a unificação dos regimentos e a impossibilidade de qualquer interferência por parte dos professores no sentido de modificá-los, apontam para demonstrar o caráter unificador e disciplinador dos regimentos escolares.

Sem dúvida, outra forma a reforçar estas características é a linguagem utilizada no regimento. Linguagem que, se não ininteligível, muitas vezes, para os próprios professores, é para os alunos inacessível (isto se, por ventura, esses vierem a tomar conhecimento do documento). Empregam-se, por exemplo, palavras como "proibidade", "recursos interpostos", "discrepância", etc. Aliás, o controle

(13) Depoimento da Ex-Diretora e Delegada de Ensino I, p.16

se efetiva também através da linguagem, do discurso.(14) O regimento, como a própria lei, introduz um vocabulário totalmente desconhecido até então para os professores: "educação geral", "formação especial", "núcleo comum", "currículo por atividades", "área de estudos". Isto contribuiu, de certa forma, para que o professor se sentisse incapaz, impotente para atuar na escola e ministrar o ensino que daí para frente deveria ocorrer.

A proposta da Lei 5692/71 era de descentralização, mas, passado o tempo de incertezas dos próprios órgãos de decisão, se dá a centralização com a imposição entre outras coisas, de um Regimento unificado sem levar em conta características de cada escola, contrariando a tão apregoada "flexibilidade", a "gradatividade" e o "atendimento às peculiaridades locais e regionais".

Os pressupostos teóricos, e portanto políticos, do Regimento Comum para as Escolas de 1º e 2º Graus da rede pública, em última instância, baseiam-se na teoria sistêmica, pragmática, nos princípios de "racionalidade", "eficiência" e "produtividade". E sua implantação não foge, como se viu, a estes mesmos princípios.

(14) "A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. (...) A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial". (Gnerre, M. Linguagem, Escrita e Poder, p. 16)

O Regimento descreve minuciosamente os diversos setores, serviços, seções, subseções, bem como as atribuições de controlar, vigiar corpos e mentes dos indivíduos que compõem a organização escolar. Nas próximas partes deste trabalho, salientamos alguns dos lugares privilegiados deste controle e vigilância.

2. DIREÇÃO DE ESCOLA: BUROCRACIA E MANIPULAÇÃO

Ao analisarmos os níveis dos órgãos de decisão do sistema de Ensino Estadual, especificamente o de SP, vemos que se colocam, em grau de hierarquia, com maior poder decisório, normativo e de controle sobre as políticas educacionais, o Secretário de Estado da Educação, Coordenador e Diretor Regional, Delegado de Ensino e Diretor de Escola. São, portanto, três, as instâncias hierárquicas superiores ao Diretor de Escola. Assim, a direção de escola deve, também, seguir normas superiores, limitando-se sua autonomia. No nível da escola, o diretor exerce as funções de direção, supervisão e controle. Como o Sistema de Ensino continua altamente centralizado, o diretor reproduz a centralização, o autoritarismo sobre seus subordinados, como ocorre geralmente em todas as organizações burocráticas da sociedade atual. A burocracia, como afirma Tragtenberg, atua contraditoriamente.

A burocracia age antiteticamente: de um lado responde à sociedade de massas e convida à participação de todos, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a alienação de todos, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela pressão política. (15)

(15) TRAGTENBERG, Mauricio., *Burocracia e Ideologia*. SP, Atica, 1974, p.190.

Assim, como falamos na introdução deste trabalho, as organizações burocráticas centralizadas verticalmente são extremamente necessárias para a sustentação da separação entre trabalho intelectual e manual, trabalho de concepção e de execução. Enquanto órgão executivo, a nível de escola, a direção espelhou-se e espelha-se no que ocorre no âmbito dos governos estaduais e federal do país nos últimos anos: centralização, autoritarismo, formalização.

A burocracia autocrática, baseada no sistema de carreira, prêmios e castigos, muitas vezes dificulta a comunicação de informações necessárias para a qualidade do ensino ou então ocorre em níveis superficiais, repetitivos e até desnecessários. Segundo a Ex-diretora I: *Os diretores de escola, a bem da verdade, são massacrados pelas exigências legais. Os órgãos da secretaria da Educação são vários cabides de emprego e, para justificar, inventam uma série de coisas inúteis, resoluções, relatórios, e despejam em cima do diretor de escola. Este canaliza todas... Então, pedem levantamentos como quadro de pessoal, alunos, etc., etc., etc. Um monte de dados que já existem, coisas que não tem nada a ver. Estas coisas roubam tempo em que ele poderia fazer realmente educação...* (16)

Dependendo dos interesses do diretor, este pode até recusar a matrícula a alunos: *Eu me defronto, por exemplo, com o problema de vagas nas escolas. Os pais chegam*

(16) Depoimento da Ex-Diretora e Delegada de Ensino I, p. 16

dizendo não encontrar vagas. De posse do Quadro da Escola, constato que existem vagas. Pego o telefone e ligo para lá. Primeiro, já atendem de forma seca, grosseira. Peço para falar com a diretora e me identifico. Imediatamente o tom de voz muda e quem atendeu, no caso, foi a própria diretora. Daí falo estranhar não ter vaga, pois as informações passadas para a DE da escola, mostram existir vagas. Ela responde: 'Pode mandar a mãe, para a senhora sempre tem vaga'. Eu digo: 'Não, eu não preciso de vagas. Não tenho filhos nesta idade escolar. O aluno é que precisa e ele tem direito à vaga'.

(17)

Ao expressar-se assim, I confirma não só a relativa eficiência das informações, como também o tratamento desigual dado a pessoas em postos hierárquicos mais elevados.

O Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Grau do Estado de São Paulo, no artigo 51, prescreve:-

São competências do Diretor de Escola, além de outras que lhe forem atribuídas por lei, decreto ou ato da administração superior:

I - em relação às atividades específicas:

a) definir a linha de ação a ser adotada pela Escola, observadas as diretrizes da administração superior;

c) autorizar a matrícula e transferência de alunos;

s) encaminhar à Delegacia de Ensino relatório anual das atividades da Escola;

t) aplicar penalidades de repreensão e suspensão, limitada a 6 (seis) dias, aos alunos;

III - em relação à administração de pessoal:

a) dar posse e exercício a servidores classificados na escola;

.

.

.

g) controlar a frequência diária dos servidores subordinados e atestar a frequência mensal;

.

.

.

m) designar docente da Escola para as funções de Professor Coordenador, Professor Conselheiro de Classe, e outras requeridas pela estrutura e funcionamento da Escola;

n) Avaliar o mérito de funcionários que lhe são mediatamente ou imediatamente subordinados;

o) aplicar aos servidores subordinados pena de repreensão e de suspensão limitada a 8 (oito) dias, bem como decidir sobre sua conversão em multa, na forma da legislação específica...

Estas são algumas das atribuições do diretor de escola, entre muitas outras, que constam do Regimento. O diretor pode definir a "linha de ação a ser observada pela escola" mas desde que "observe diretrizes superiores". Por aí vemos a relativa autonomia do cargo, pois de fato, o sistema de ensino prevê a supervisão das DEs (é portanto um poder panóptico que faz o diretor se assegurar das reais possibilidades de exercício do seu micropoder).

A limitação da autonomia do diretor também pode ser observada nas seguintes determinações do Regimento. No artigo 7º: *O Diretor de Escola tem as seguintes atribuições:*

I - organizar as atividades de planejamento no âmbito da Escola:

b) assegurando a compatibilização do Plano Escolar com o Plano Setorial de Educação;

IV - assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas da administração superior;

IX - coordenar a elaboração de projetos de execução de trabalhos de interesse para a aprendizagem, não constantes das programações básicas, submetendo-as à aprovação dos órgãos competentes;...

A letra (a) e os itens IV e IX exemplificam a função de mediação exercida pelo Diretor de Escola entre o poder burocrático do quadro administrativo superior do sistema de ensino e a escola. Se, por um lado, a atuação do diretor é limitada por decisões superiores, por outro, ele tem um poder, legitimado pela legislação, de interferir, a nível de escola, distribuindo funções (letra m), organizar atividades, controlar a frequência diária dos servidores (letra g do Regimento), aplicar penalidades (letras t e o). Como se sabe o Diretor atuará no sentido de geralmente privilegiar o aspecto administrativo em detrimento do

pedagógico. E como diz Michel Lobrot, citado por Fernando Motta:

... a consequência direta disso é o fato de os administradores encontrarem-se reduzidos a 'coisas', ou seja, despojados de seu poder humano essencial de decidir, escolher, comunicar-se, auto-organizar-se, etc. São como engrenagens de uma máquina, como instrumentos materiais.(18)

Uma vez que ser diretor de escola no Brasil, ou é cargo de confiança escolhido a dedo pelo poder político local, como no RS (apesar da luta dos professores por eleições diretas nos últimos anos), ou é concursado assumindo o cargo de forma vitalícia, só o deixando por morte ou desistência como no Estado de São Paulo, o diretor não é legitimado enquanto um poder exercido por representatividade. É um "líder" imposto à comunidade escolar. Daí sua atuação limitar-se muitas vezes à função administrativa. Dividir o poder, trabalhar em equipe, exige uma certa capacidade de liderança, de conhecimentos, de segurança, capacidade de riscos, de trabalhar os conflitos. Atuando como mero administrador, pondo freqüentemente no esquecimento o pedagógico, o diretor de escola utiliza-se do poder que lhe confere a legislação para manter a ordem e a submissão do pessoal subordinado, distribuindo favores, controlando as atividades, vigiando e cooptando pessoas (serventes, funcionários, alunos, professores) para a função de

(18) Fernando C. Prestes Motta O que é burocracia. SP, Brasiliense, 1985, p. 65.

vigilância, aplicando sanções e prêmios. Este complexo de relações estabelecidas pela "autoridade" mantém a escola numa certa calma, num silêncio, só quebrado pelos "desvios" de comportamento de alunos e professores provocados por "indisciplinas" individuais ou em grupo. E como tais se incluem: uso de técnicas e métodos de ensino que necessitam a organização das classes em um círculo, grupos de estudo, debate, atividades extra-classe. Tais técnicas de ensino podem perturbar a regularidade, o silêncio, a ordem, sinais visíveis de uma escola "bem administrada". A escola com uma direção com estas características muitas vezes dificulta ou impede a organização contestatória de professores, alunos e pais, pois, aparentemente, ela é uma direção "competente", "democrática" dissimulando os conflitos.

A política de organizar a escola com modelos administrativos de empresas, sem dúvida revela a tendência de estabelecer uma maior relação entre escola-empresa, sistema escolar - sistema de produção. O que compete à escola, como afirmamos em outro momento, é introduzir uma nova ética do trabalho na cabeça dos alunos, desenvolvendo "hábitos, atitudes e habilidades, ou seja, atitudes de obediência, de

respeito à autoridade hierárquica, de racionalidade".(19) E a administração de uma escola está alicerçada fundamentalmente nesta concepção. Formar cidadãos com estas características, pois é delas que o capital extrai o lucro via apropriação da mais-valia da mão-de-obra.

Outra questão ligada diretamente à formação de administradores educacionais a partir de 1968 no Brasil, e que permeia toda política educacional, é a "neutralidade" e "apoliticidade". Na verdade, a propagada "neutralidade" mistifica a eficiente preparação para a exploração do trabalhador e a "apoliticidade" tem, sem dúvida, contribuído para uma maior alienação, de professores e alunos, do conhecimento do processo de construção do saber, da educação, como o momento de pensar e compreender cada vez mais a complexidade do real. Este processo de alienação cada vez mais marginaliza não só professores, mas também especialistas em educação.(20)

(19) O Parecer 618/82 do CFE, cujo relator foi o Conselheiro Mauro Rodrigues de Vasconcellos assim conceitua o que se deve entender por Preparação para o Trabalho, que como *'ação racional dirigida a fins'*, *desloca formas de compreensão e auto compreensão compartilhada, social e historicamente construídas, substituindo-as por comportamentos conforme regras e estratégias técnicas* (Habermas, J. Técnica e Ciência como 'Ideologia', passim).

(20) *A despolitização da massa da população e o desmoronamento de uma opinião pública política são componentes de um sistema de dominação que tende a eliminar da discussão pública as questões práticas* (Habermas, J. Técnica e Ciência como 'Ideologia', p.122). Questões práticas, para Habermas, são as que envolvem definições de justiça, liberdade, amor, etc. do "mundo da vida".

É a "apoliticidade da administração" que justifica a possibilidade de sua nomeação ou concurso. Não importam as relações de liderança, o convívio com os colegas. O diretor não é colega, é administrador. E a administração sendo "neutra", pode vir "de fora". O que atualmente surpreende é a capacidade de produzir e reproduzir, via escola, enquanto instituição burocrática, a insatisfação, a intolerância, a sociedade de massas. Vejamos: se o diretor não vai para a escola para onde irá? E o que faz na escola? Curte e nutre-se do tédio, da solidão sua e de todos, que também se revigora com a mediocridade de um poder não legítimo. Nutre-se até de um desprezo por crianças e adolescentes (a escola seria perfeita sem alunos), como mostram as punições aplicadas aos "indisciplinados". Quem são eles? Os alunos chegam atrasados (perturbando o silêncio necessário ao preenchimento de formulários, fichas, relatórios). Os alunos não se comportam segundo os ditames da moral burguesa (namoram no pátio da escola). Diretores, em geral, não podem ver uma relação amorosa, de carinho, entre as pessoas. Eles já não sentem, são parte da máquina, portanto não podem ver. Punem a relação de carinho, a relação amorosa e a qualificam de imoral; punem o aluno que questiona o dogma, a ciência (se é que se pode chamar de ciência os farrapos de informações transmitidos em sala de aula). A decadência do indivíduo enquanto cidadão que se coloca contra a "ordem", contra a "moral", contra o "Estado" é o fator principal do sucesso do "establishment".

Outro aspecto utilizado como forma de controle pela administração escolar é o sigilo - "sigilo profissional". Dele não se fala, mas está constantemente presente no cotidiano da escola. Esta norma está introjetada de tal forma na mente dos subordinados, especialmente dos funcionários, professores e inspetores que dificilmente ela é quebrada, a não ser nos momentos de maior conflito. A comprovação disto é que ao fazer a entrevista com S, inspetor de alunos (anexo), por não sentir-se pressionado e saber que não haveria denúncia de sua fala e nem punição, sentiu-se à vontade para colocar como vê sua função enquanto exercício de vigilância, repressão e punição sobre os alunos.

O sigilo é um mecanismo burocrático que perpassa as diversas funções da organização escolar com a finalidade de sedimentar, renovar, reforçar o poder decisório centralizado e contraditoriamente contribuir para a concepção de que a escola é uma instituição democrática, aberta, onde os valores morais e culturais da sociedade são explícitos e claros.

A sociedade brasileira, historicamente organizada sob o modo de produção capitalista que econômica, social e culturalmente marginaliza a maioria, privilegia os homens "cultos", "estudados" já que estes, pela própria situação de classe, não chegam a 5% da população escolarizada de 3º grau. Aqueles que obtêm um diploma de 3º grau pertencem, pelo senso comum, à categoria dos "doutores", dos que "sabem". Os diretores de escola, em grande parte, pertencem a esta classe

dos diplomados. Este saber, de inacessível passa a secreto. E como tal se presta a manipulações. Informações não compartilhadas têm sempre um só significado: aquele que lhes atribui quem as conhece.

Dai muitas vezes o comportamento de submissão, respeito servil, dos que se consideram "inferiores" aos ocupantes de cargos de mando. Permeia também a crença de serem aqueles que ocupam cargos de direção os mais capazes, mais inteligentes, mais honestos, justos e equilibrados. A posição de mando é cercada de uma aura quase mística e tem algo do poder divino, portanto, inquestionável, inatingível. Desafiar, contradizer a "autoridade", significa ser subversivo, desequilibrado, desordeiro e uma atitude assim deverá ser necessariamente punida. Como exemplo desta atitude, temos o comportamento dos pais ao matricularem seus filhos em uma escola pública. Eles mantêm uma postura de que, ao conseguirem a matrícula, a direção está lhes fazendo um grande favor. Não têm consciência de que a escola é mantida pelos impostos arrecadados em cada mercadoria comprada, nos seus salários, na exploração da força de trabalho. Este "favor" é retribuído pelo comportamento de submissão que mantêm em sua relação com a escola. A matrícula é também a 'outorga de pátrio-poder' e, com ela, o direito de punir. O diretor, a escola, sabe quando punir, é justo, já que sabe quando pune.

Organizando a escola nos mínimos detalhes, o regimento determina para o diretor uma infinidade de

atribuições gerais e específicas que dificilmente uma pessoa sozinha pode cumprir. A título de exemplificação das múltiplas competências do diretor, ainda no artigo 51 do regimento, citado anteriormente, em relação as atividades específicas, o diretor deve:

.
.
.
e) propor a instalação de classes de 1º a 4º série, observados os critérios estabelecidos pela administração superior;

f) atribuir classes e regências de aulas e estágios aos professores da Escola, nos termos da legislação vigente;

g) estabelecer o horário de aulas e de expediente da Secretaria e da Biblioteca;

.
.
j) convocar e presidir reuniões do Conselho de Escola e do pessoal subordinado;

.
.
q) aprovar regulamentos e estatutos de outras instituições auxiliares que operam no Estabelecimento...

O diretor delega ao secretário uma grande parte destas funções, ficando mais disponível para a função principal de mantenedor da "ordem" e "disciplina". A direção exige qualidades de político para tratar com setores da comunidade, algum senso administrativo para o preenchimento dos relatórios oficiais, um "equilíbrio" político.

Um outro aspecto da não representatividade do ocupante do cargo de diretor é o fato de este ser avaliado

pelo Delegado de Ensino e não pelos professores, alunos e pais, aos quais de fato deveria prestar contas de sua atuação, por ser uma escola pública.

O Delegado de Ensino está fora da escola, dificilmente tem condições de avaliar o diretor. A avaliação se faz basicamente via fisiologismo político. Uma vez concursado e efetivado na função, tal avaliação será relativa, o diretor não sofrerá repreensão. Quando muito, poderá ser transferido de escola.

Por outro lado, quando separamos a atuação do diretor como sendo essencialmente administrativa e não pedagógica, não podemos esquecer que o exercício da administração é também educativo. O trabalho constante de submissão à hierarquia, à disciplina, à burocracia, à organização da instituição é uma ação pedagógica por excelência.

Podemos perceber no depoimento do Assistente de Direção C, uma postura diversa da diretora I. Pela leitura que fizemos do depoimento de C, percebemos uma visão realista, uma sensibilidade na percepção e no trato com os conflitos, com as contradições vividas cotidianamente em sua escola. Para ilustrar esta afirmação transcreveremos algumas passagens do seu depoimento:

... houve casos em que o aluno quis agredir a professora e prometeu matar a professora e tivemos que segura-lo... A professora entretanto, provocou a transferência do aluno, e nós ficamos sabendo desta história depois e ele não voltou mais a estudar... Então a escola já é

agressiva para o aluno a partir das condições físicas... A questão do Ciclo Básico é polêmica. Existem os que estão a favor e os que estão contra. Nas regiões mais problemáticas onde há mais concentração de operários as pessoas não são favoráveis ao CB... Fizeram a jogada da refeição. As crianças ficam para se alimentar... e comem aquilo mesmo... os alimentos são à base da soja, soja, soja... (21)

O Assistente de Direção C, no nosso entender, tem uma atitude mais sensível na percepção dos momentos conflituosos entre alunos, professores, funcionários. Apesar de a escola ser uma instituição burocrática, tentando controlar tudo e todos, ela não consegue dar conta, de forma efetiva, dos conflitos, das resistências. Podemos citar, para exemplificar, o tratamento dado ao código linguístico muitas vezes utilizado pelos alunos e não entendido pela administração e pelos professores. C, diz: *As agressões ocorrem também em sala de aula. O aluno fala alguma palavra para o outro, no código deles, e isto ofende, partem logo para agressão física. Por exemplo: 'Ele me chamou de prexéca'. 'Mas o que é isso? Prexéca?' E veio a mãe reclamar. O aluno disse: 'Mas o senhor não sabe?' Disse, 'Não sei'. E até hoje estou sem saber o sentido disso aí. Outro aluno se ofendeu e partiu para a briga porque um colega o chamou de ziquezira. (22)*

Vemos então que a linguagem é também instrumento provocador de agressões, repressão, punição. As palavras cujo

(21) Depoimento do Assistente de Direção C, passim.

(22) Ibid, p. 25.

significado é do conhecimento das pessoas envolvidas no processo escolar e que fere a "moral e os bons costumes" são passíveis de penalidades, mas também os alunos são submetidos a reprimendas por usarem um código linguístico desconhecido com as palavras "ziquezira", "prexéca", etc., cujo significado é do conhecimento de pequenos grupos, utilizado no seu meio cultural e social.

Em outro momento, ainda, C, fala de observações e experiências suas no sentido de descobrir a hierarquia de autoridade existente para os alunos. Diz: *A autoridade para eles tem ao meu ver esta hierarquia: 1º pai ou mãe, 2º diretor, 3º professor. A ordem de respeito do menos para o mais é professor, pai ou mãe e Deus.*(23) Diz também que os alunos desacatam mais servente, inspetor de alunos, professor. Ofender seu pai ou sua mãe é motivo de grande conflito. Isto mesmo que em casa as relações familiares sejam geralmente muito agressivas. Esta hierarquia de autoridade reflete, no nosso entender, a ordem institucional da própria sociedade: família, escola, igreja, mostrando a força das instituições presente no comportamento cotidiano.

(23) Ibid, p. 31-32.

3. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - CONTROLE INTERMEDIÁRIO

A supervisão escolar ou coordenação pedagógica surge no Brasil a partir, mais especificamente, dos acordos MEC/USAID, com a finalidade de criar especialistas, dentro da divisão do trabalho no interior do sistema de ensino. Critica-se sua função, sua formação nos cursos de Pedagogia, sem até hoje, de certo modo, se encontrar a justificativa para a existência de especialistas em educação. Mesmo sem estarem claras estas questões, a supervisão escolar continua a exercer a função, predominantemente, diríamos, de inspeção no âmbito das escolas.

A função do coordenador pedagógico surge com a tentativa de modernizar a escola: a escola se moderniza pela administração eficiente; o ensino pelas técnicas de sala de aula, organizando-a aos moldes da empresa capitalista. A figura do coordenador não foi e não é facilmente aceita pelos professores. Se o professor, antes, estava habituado a um espaço maior de autonomia, percebeu que, à medida que novas funções surgiam na escola, sua autonomia se restringia cada vez mais. Antes, ele prestava contas, e, quando prestava, era ao diretor da escola; agora ele está sujeito a ter que se submeter à avaliação do seu desempenho profissional pelos colegas, pelo Conselho de Classe, pelo Coordenador de Área, pelo Coordenador Pedagógico, pelo Supervisor, etc. Mas, paradoxalmente,

ser "eficiente", "moderno", está ligado a compactuar com a nova ordem estrutural da escola. Desta forma, o Coordenador passa a ser visto como competente: aquele que entende de planejamento, de utilização de recursos, de avaliação de métodos, técnicas. Gera-se, então, uma certa dependência dos professores em relação ao ocupante desta função.

Por outro lado, a valorização dos cargos hierárquicos, numa sociedade com as características do Brasil, onde ainda permanecem conceitos de que os cargos de "maior responsabilidade", de maior prestígio e poder tem, digamos, algo de "divino", de "natural", de "carismático", portanto inquestionável, se produz pela simples autoridade do cargo que deve ser respeitada e obedecida. Tratando-se, porém, de cargo que se "apresenta" e se faz "representar" como técnico, cuja competência se mensuraria então pelas regras e estratégias que poria à disposição da ação de ensinar, ocorre uma mescla entre a forma tradicional de "encarar" o superior hierárquico como superior em tudo (algo de "divino", "natural", etc.) e a forma nova com que os juízos se vão constituindo com base no sucesso ou fracasso, em termos de seus resultados, das ações pautadas nas regras e estratégias que dita o coordenador ao professor. Como consequência instaura-se um misto de respeito e obediência / crítica e questionamento. Obviamente, salvando aparências, a autoridade do cargo, sem máculas, restringe-se, não raro, ao exercício da burocracia das funções de coordenador

pedagógico, apagando-se mesmo o significado mais amplo da própria expressão "coordenação pedagógica".

O cargo de coordenador, pelo próprio Regimento, tem a função de auxiliar o professor em suas tarefas, mas acaba ele também pressionado pela hierarquia superior a fazer exigências aos docentes, perturbando-os, tornando assim mais conflituosas as relações estabelecidas na instituição escolar.

Voltamos, portanto à questão fundamental do porquê da organização "científica" do trabalho escolar que tem sua origem na organização "científica" do trabalho. André Gorz diz:

(...) a parcelarização infinitesimal das tarefas não é consequência de uma tecnologia que hipoteticamente tivesse evoluído segundo as suas leis próprias, independentes do contexto político-social. É antes consequência de uma tecnologia concebida para servir de arma na luta de classes: para tornar possível a predeter-minação 'científica' da quantidade de trabalho a fornecer por cada operário: para impedir que o operário 'roube' ao patrão o tempo de fumar um cigarro, de ler o jornal ou de desentorpecer as pernas. O trabalho foi tornado idiota nem porque idiotizando-o se aumente a eficácia de um mesmo dispêndio de energia humana. O trabalho foi idiotizado porque 'não se pode confiar nos operários': enquanto dispuserem de uma parcela de poder no seu trabalho, subsiste o risco de se servirem dela contra quem os explora. A organização

'científica' do trabalho é, antes de mais nada, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle do operário. (24)

Assim a expropriação do trabalhador pela organização "científica" do trabalho é, essencialmente, um controle sobre o poder que os operários podem ter, e poderá voltar-se contra quem os tenta idiotizar. E acreditamos que a modernização da organização escolar é também a tentativa de idiotizar o professor.

Detenhamo-nos um pouco nas atribuições delegadas pelo Regimento para quem exerce esta função, e suponhamos que exista, na prática, uma escola perfeitamente organizada conforme o que reza o documento. O artigo 16 prescreve - *O Coordenador Pedagógico tem as seguinte atribuições:*

I - participar da elaboração do Plano Escolar;

II - elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, assegurando a articulação com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III - acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação do currículo;

IV - prestar assistência técnica aos professores visando a assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos mesmos, para melhoria dos padrões de ensino:

a) propondo técnicas e procedimentos;

b) selecionando e fornecendo materiais didáticos;

c) estabelecendo a organização das atividades;

(24) GORZ, André. "Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes". Em MARGLIN, Stephen e outros: *Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista*. Porto, Escorpião, 1974, p. 188.

d) propondo sistemática de avaliação;

V - coordenar a programação e execução das atividades de recuperação dos alunos;

VI - supervisionar as atividades realizadas pelos professores como "horas-atividades";

VII - promover estudos visando a assegurar a eficácia interna e externa do currículo;

Como se pode ver, até pelos itens lexicais utilizados, (elaborar, assegurar, articulação, acompanhar, controlar, selecionar, programação, organização, etc.), a visão sistêmica da educação é explícita. Independentemente das críticas que poderiam ser feitas em função desta perspectiva sistêmica, (25) mesmo aceitando tal posição, com que instrumentos e competência ele exerceria tais funções? Bem, ele tem o Plano de Curso do professor, Plano de Aula. Mas o conteúdo é o conteúdo. Por exemplo, "Descobrimento do Brasil", em História. Como controlar a abordagem, a metodologia, a postura política, de quem o transmite? A visão tecnocrática da educação peca por separar conteúdo, método, estratégias como se estes não fossem decorrentes de uma postura política frente ao conteúdo e ao seu ensino.

Encontra-se aqui a raiz de uma das contradições básicas no interior da escola. Esta contradição possibilita a presença de posições críticas em todos os níveis das práticas escolares. Ainda que minoritária ela incomoda, tanto que os

(25) Para uma crítica da perspectiva sistêmica, veja-se, por exemplo Chauí, M. "Ideologia e Educação", *Rev. Educação e Sociedade* nº 5 p. 24-40; Geraldí, C.M.G. e Rasia, J.M. "Avaliação ou Controle?" *Cadernos Fidene* 15 p.70-80.

mecanismos de repressão estão voltados exatamente para esta minoria.

A assistência técnica aos professores, tarefa do Coordenador Pedagógico, visa assistir aos professores no sentido de verificar se tudo e todos funcionam segundo uma racionalidade, uma eficiência, aos moldes de uma máquina. Todas as peças devem estar em perfeita harmonia, em perfeita ordem, para que o sistema não sofra nenhuma avaria. Assim se expressa César Augusto Ramos sobre o assunto:

O racionalismo tecnocrático, baseado na neutralidade da ciência erige o conhecimento a uma esfera pura, desvinculado de todo e qualquer sujeito que o produz. O tecnocrata, diante dos fatos, submete-os à "objetividade". A razão tecnocrática adquire autonomia, isto é, funciona de modo próprio, com base em seus próprios critérios, produz um saber neutro que pode ser aplicado em qualquer situação, desde que as condições se apresentem. Suprime outros pontos de vista, considerados filosóficos, ou políticos, ou não-técnicos, e que devem ser afastados ou cooptados... O real é dito em um só aspecto: o da compreensão lógico-formal, de cuja expressão faz nascer necessariamente a verdade, reduzida à quantidade através de fórmulas, cálculos, esquemas, estatísticas, projetos, planos, etc. O critério desta verdade é a eficiência e a exatidão. (26)

(26) RAMOS, César A. - "Tecnocracia e Escola". In *Educação e Sociedade* - CEDES nº 5, Cortez SP, jan., 1980, p.113.

O Coordenador Pedagógico, fazendo parte do grupo organizacional a nível da escola, portanto da tecnocracia, com sua ação visa assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos professores (para que estes, por sua vez atuem de forma eficiente e eficaz com os alunos) para melhoria dos padrões de ensino, propondo técnicas, procedimentos, selecionando o material didático, propondo sistemáticas de avaliação conforme determina o Regimento.

Este assistencialismo pedagógico, no caso brasileiro, tem a ver com um certo paternalismo que não quer um professor que opte por métodos, com base em sua articulação entre conhecimento e necessidades didático-pedagógicas. O permanente acompanhamento e controle sobre os professores, por parte do Coordenador Pedagógico, justifica-se na busca da eficácia, para esconder, de fato, uma imagem negativa (e historicamente concretizada pelas condições de trabalho do professor) a respeito do preparo profissional do professor. Assim, ao despreparo responde-se com o assistencialismo em nome da eficiência. (27)

O Coordenador Pedagógico, como as demais instâncias hierárquicas da escola sofrem a interferência

(27) Programas assistencialistas na escola são uma constante. Destas propostas, entre as mais recentes, podemos citar o PROFIC, a Jornada Única no Estado de São Paulo, os diferentes programas de merenda escolar, que propõem soluções de problemas estruturais da sociedade, através de políticas assistencialistas com programas normalmente efêmeros. Estes programas também justificam a ação dos coordenadores no sentido de reciclar permanentemente os professores para efetivação de tais propostas na escola.

destas propostas ilusórias, efêmeras e transitórias, necessitando-se permanentemente reciclar o professor e o próprio Coordenador. O interessante é notar que as reciclagens (28), o "aperfeiçoamento e atualização" de que fala o Regimento, são geralmente direcionadas por estas políticas sociais. Se formos pensar historicamente, o professor foi reciclado para aplicar a 5692/71, pois não entendida e nem queria a educação funcionando de forma sistêmica. Não entendia e teve que entender o Currículo por Atividade, Currículo por Área de Estudo, planejamento, ensino e avaliação por objetivos. A maioria, pela própria prática, já "sabia" que esta nova diretriz não melhoraria o nível de ensino, não contribuiria para a democratização da escola. Mas foi obrigada a trabalhar dentro desta moderna organização. Sabemos que nem todos aceitaram, e vários dos que aceitaram, o fizeram de má vontade, ou por interesses pessoais, ou por imposição. A cada novo grupo no governo, novos programas, novas reciclagens. O professor aceita, resiste, e a educação continua com os mesmos ou até mais cruciais problemas. O Coordenador(a) Pedagógico(a) se atualiza, e a maioria "aceita" as novas determinações, recebe-as dos

(28) Reciclagem, segundo o dicionário "Aurélio", é "atualização pedagógica, etc . . . para se obterem melhores resultados". Acrescentariamos que, em termos de educação, não é uma atualização neutra, ao contrário, obedece às diretrizes políticas de quem recicla. Os professores, em geral, não são considerados seres pensantes capazes de elaborar projetos educacionais que poderiam estar mais de acordo com a realidade na qual atuam.

superiores hierárquicos, repassa-as aos professores. E os conflitos, as incoerências continuam. Assim, professores com vinte ou mais anos de trabalho, devem ter passado por inúmeras "novas políticas" e conseqüentemente é o profissional que mais se "recicla": aposenta-se, reciclando-se! Ao sabor da efemeridade de planos educacionais, de políticas assistencialistas e de programas sem credibilidade.

Outra atribuição do Coordenador Pedagógico é *interpretar a organização didática da escola para a comunidade* (item XV do Regimento). Esta interpretação da organização didática para a comunidade, quando feita, é colocada como decisão inquestionável e aos pais compete simplesmente aceitá-la, sem participação nenhuma.

Um outro dado curioso é com relação às atribuições que o Regimento propõe para o Coordenador de 2º Grau. O documento foi editado em São Paulo no ano de 1983. Em 1982 já estava em vigor a Lei 7044/82 que torna opcional a obrigatoriedade da profissionalização de 2º Grau eliminando do Currículo os conceitos de Educação Geral e Formação Especial. Mesmo assim, o Regimento ignora esta lei e segue a Lei 5692/71 já superada nestes aspectos.

O papel de "olho" da organização e de sua preservação, desempenhado também pelo Coordenador Pedagógico, se estende aos mínimos movimentos das pessoas controladas ou sob seu controle no âmbito de suas atribuições, conforme podemos perceber no regimento, ou seja: acompanhar,

avaliar, controlar, coordenar, supervisionar as atividades didático-pedagógicas dos professores.

Na maioria das vezes, o Coordenador aceita o desempenho desta função para fugir da sala de aula. Os alunos "incomodam", "são indisciplinados", "brigam". Ser Coordenador significa cair fora desta situação "ruim", mas, ao mesmo tempo, requer que ele se submeta aos princípios hierárquicos da burocracia, e por outro lado, sua atuação é limitada pela relativa autonomia da direção da escola e por professores que o vêem com "maus olhos". De um lado, o cargo lhe oferece alguns privilégios; de outro, a vigilância do superior e a rejeição do inferior colocam-no muitas vezes em situação de conflito. Ele é um professor como outro qualquer, que fez uma "especialização" em Supervisão Escolar. Sabe das "agruras" do contato permanente com os alunos. Tem consciência de sua formação deficiente no trato com problemas da função e aí, como orientar, supervisionar o trabalho docente do professor que tem o conteúdo específico em cursos de licenciatura de Letras, Matemática, História, Química? Fez um curso, o de Pedagogia, que privilegia o conhecimento de técnicas, mas não teve o conteúdo propriamente dito das diversas áreas do conhecimento. Ainda assim o Coordenador(a) tem algo que o legitima nesta função: sua habilitação. A universidade lhe deu um "sinal" visível, concreto, de "competência" - o diploma.

Em seu cotidiano, o Coordenador Pedagógico se defronta com muitos problemas, desvios, crises, resistências.

A título de exemplo, tomemos um fato. A Professora de Língua Portuguesa não apresenta o planejamento do ano, no período determinado pelo calendário. Esta é uma das atribuições do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a): verificar o que aconteceu com a professora, pois ela não cumpriu com uma de suas tarefas - o planejamento. Procurou a professora e esta o deixou a par de sua situação. Além de trabalhar 16 horas naquela escola, dava mais 12 horas de aula numa escola particular e para completar seu salário dava 10 horas de aula particular em sua casa, pois o marido era funcionário de uma revendedora de automóveis e ganhava muito pouco. Naqueles dias, um filho adoecera, precisando de um atendimento maior. Estas as razões de não ter entregue o seu planejamento. E também por que ela gostaria de conhecer um pouco melhor os seus alunos. O fato é que ganha tão pouco como professora que até já pensou em ser vendedora de livros, ou de produtos de beleza nas horas vagas. E como estava muito revoltada, insatisfeita, falou que achava uma palhaçada o tal do planejamento. Parece que o exigem, muito mais, para justificar a função de professores com cargos burocráticos do que efetivamente o tal de planejamento servir para uma melhoria de ensino. Ela mesma já decidiu: não fará mais aquele planejamento cheio de minúcias: objetivos gerais, operacionais, metodologia, estratégias, avaliação, etc., que não tem nada a ver com o que ocorre em sala de aula. Isto não quer dizer que não se preocupe com os alunos e sua aprendizagem. Procurará colocar uma boa bibliografia nas mãos dos alunos, proporá leituras,

elaboração de textos e debates. O tempo perdido em planejamentos, fichas, relatórios, ela dedicará ao seu aperfeiçoamento profissional procurando maiores informações sobre sua área.

É o(a) Coordenador(a) fica pensando se ele(a) também não deveria ter a atitude da professora. Recusar-se terminantemente a exigir o cumprimento de tarefas aos professores as quais sabe de antemão serem desnecessárias, ou até prejudiciais a uma melhoria do nível do ensino. E ela já ouviu falar de algumas experiências sobre isto. Uma delas de uma Coordenadora Pedagógica de uma escolinha de periferia. Ela, juntamente com os professores, selecionou, baseada nas necessidades dos alunos, objetivos gerais para o ano em cada série. A partir daí, alternadamente, substituiu um dia por semana a professora em sala de aula. A professora substituída por sua vez assumia as tarefas de coordenação e preparava suas próprias aulas. Então a coordenadora era professora e os professores, coordenadores, alternadamente. Isto diluiu em parte a separação entre as funções, proporcionou maior tempo de estudo aos professores e a Coordenadora percebia as dificuldades dos alunos, tendo elementos reais para, se fosse o caso, assessorar mais efetivamente os professores.

Nesta reprodução da narrativa, ao mesmo tempo se localizam as críticas ao exercício normal da função de Coordenador Pedagógico e a construção de caminhos possíveis que, a se implementarem nas escolas, de baixo para cima

diluirão a fundamentação sistêmica que levou à criação do cargo de Coordenador Pedagógico.

4. PROFESSORES E ALUNOS - RELAÇÕES CONFLITUOSAS OU NEM SEMPRE TÃO AMOROSAS

O professor tem como função fundamental exercer a docência das diversas disciplinas do Currículo das séries de 1º e 2º Graus. O Regimento prescreve no artigo 50 - *Os professores, além de outras previstas na legislação, têm as seguintes atribuições:*

- I - participar da elaboração do Plano Escolar;*
- II - elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins;*

.
.
.

O Regimento, como toda lei, apresenta-se na pretensa concepção de neutralidade, propondo um tratamento igual para todos, com direitos e deveres de igualdade. Apresenta-se como instrumento de regulamentação das instituições, cujas normas existem em função do bem individual e coletivo. Comumente, as leis não são questionadas, pois apresentam-se como "boas e justas", e estão em função de uma sociedade também "justa", "harmoniosa", "igualitária". O Regimento, como toda lei, pretende ter estas características, dissimulando as desigualdades, a discriminação que exerce sobre os indivíduos desiguais. É em função da ordem social que o Regimento exerce sua função disciplinadora de corpos e mentes via os mecanismos explícitos de vigilância, controle e punição, em

nome da ordem e disciplina da instituição, pois esta também se apresenta como "neutra".

Uma das atribuições do professor é "elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins". A regência de classe significa, essencialmente, a transmissão de conteúdos das diversas disciplinas do currículo. Os conteúdos pretensamente apresentam-se também com a característica de neutralidade. Mas esta neutralidade dos conteúdos já foram amplamente desmistificados em muitos trabalhos. (29)

A transmissão de conteúdos envolve: planejamento, objetivos, métodos, técnicas, avaliação e são selecionados, distribuídos entre as séries do 1º e 2º Graus segundo critérios políticos e ideológicos.

O Regimento prescreve no artigo 75: *Na organização dos planos curriculares para o ensino de 1º e 2º Graus a serem estabelecidos mediante Resolução do Secretário da Educação, deverão ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos:*

I - duração do ano letivo;

(29) Vários estudos têm demonstrado que os conteúdos veiculados nas escolas são ideologicamente marcados. Entre tais estudos, são hoje de domínio "quase público":

- . ECO, Umberto. e BONAZZI, Marisa. **Mentiras que Parecem Verdades**. Tradução de Giacomino Faldini, SP, Summus, 1980.
- . NOSELLA, M.L.C.D. **As Belas Mentiras - a Ideologia subjacente aos textos didáticos**. SP, Cortez e Moraes, 1975.
- . BIVAR, Maria de Fátima. **Ensino Primário e Ideologia**. Lisboa, Seara Nova, 1975.

II - quadro curricular indicando o tratamento metodológico a ser dado aos conteúdos curriculares, sua distribuição por séries e respectiva carga horária.

O documento legal exige que, já no quadro curricular, conste "o tratamento metodológico dado aos conteúdos curriculares". Ora, sabe-se que a metodologia envolve posições políticas e ideológicas e sua definição regulamentar afeta, de saída, a neutralidade do tratamento dos conteúdos de ensino. Como as normas prescritas se caracterizam por sua legitimidade dentro da concepção de neutralidade, própria da ideologia da sociedade capitalista de dissimular as desigualdades e as contradições de uma sociedade de classes, a transmissão dos "saberes" na escola, conseqüentemente, não é o objetivo final do ensino. Como as atividades de sala de aula, em sua quase totalidade são atividades verbais (mesmo atividades não-verbais são simbolicamente mediadas) e como já ressaltamos as relações entre linguagem e poder,(30) pensamos que um estudo das relações professor/alunos não pode escapar a uma análise da linguagem.

Para exemplificar a característica ideológica da linguagem, através da qual se exerce a violência simbólica sobre os alunos, optamos pela análise de dois textos, produzidos por alunas do 2º Grau - Habilitação, Magistério.

(30) Ver nota 9

Transcrevemos a seguir, na íntegra, os textos produzidos pelas alunas A R, e F M. A professora de Língua Portuguesa deu como tema para redação: "A Escola nos Dias de Hoje". Aluna F M, fez a seguinte redação:

Redação

A escola no dia de hoje

"O ensino passou por diversas modificações. Novas técnicas, novos métodos. Algumas escolas adotaram, outras não.

Mas a questão infelizmente não é só esta, no meu ponto de vista. É sim o modo como estão caminhando o problemas enfrentados pelos estudantes e professores. Os estudantes reclamam por um ensino melhor enquanto os professores necessitam de condições melhores para continuar lecionando. Exemplo, salário totalmente injusto, muitas escolas em condições precárias, etc... Se formos analisarmos os pontos negativos são muitos, principalmente se falando na rede estadual.

Infelizmente, na hora de se falar em educação neste país tudo parece ser ignorado e a culpa depois não é de ninguém.

Mas pensando positivamente, o pessoal da educação nas escolas não desanimaram totalmente e continuam a lutar pelos ideais da educação. Talvez é preciso ter garra para entrar na área da educação.

A escola passa por crise, o ensino das escolas brasileiras tem um nível, relativamente bom comparando a outros países tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos.

A certeza de um futuro melhor para o ensino escolar depende do incentivo em todos os aspectos gerais, que serão dados aos professores.

Para mim pode existir métodos, técnicas novas, que nada vai adiantar se não se conscientizarem da importância da educação, do ensino correto, do professor nas escolas".

Este é o texto da aluna F.M., transcrito sem as correções feitas pela professora. Estas podem ser vistas no xerox em anexo. O mesmo faremos com o texto de A.R. O conceito dado pela professora foi B, com a seguinte observação: "*A melhor redação da classe em termos de idéias, crítica boa*".

A aluna A.R. fez o seguinte texto:

Dissertação

A escola nos dias de hoje

"Pipipi...Pipipi...

- Me chamo Maria, acordei agora para mais um belo dia. Bebo um café com um cigarro, pego o ônibus.

Agora estou na escola sentada em minha cadeira, ele entra, diz "Bom Dia" para nós. Ele não tem cara de "Bom Dia", usa um avental branco, tem uma perna e um braço mais compridos que os outros, carrega uma mala preta retangular de couro, e em dias de prova a coloca em cima da mesa na frente e espia por trás dela para ver se algum aluno está "colando", ano passado, setenta por cento de seus alunos ficaram de recuperação, talvez alguém veja ele como um professor rigiroso, para mim e para os outros, ele e seus ensinamentos são como uma comida estragada que deve ser deglutida, para logo em seguida (quando ninguém estiver olhando) ser vomitada.

Converso comigo, "Maria, não dorme não", mas é difícil ele é o meu melhor sonífero.

Teeéim... Bate o sinal, acordo. Ela entra.

- Abram o livro da página vinte e três à trinta, e façam os exercícios.

Penso que ela deva se achar muito bela, para tanto lixar de unha e pentear de cabelo.

Teeéim... Outra "ela" entra em cena. Dizem que ela é esclerosada e não devia mais dar aula. Um dia um aluno

comentou com outro professor, a idéia de fazer um movimento e tirá-la da escola, este professor falou-nos para não fazermos nada, porque é desgastante e ninguém fez nada.

Teeéim... Ah! Finalmente uma "ela" interessante, esta não dá sono e trabalha a matéria de forma que não me seja inútil.

Faltou um professor, não vou assistir a última aula. É aqui me despeço desta estória escolar".

O conceito dado pela professora para a aluna A.R., foi "DC" e as anotações da professora sobre o texto se encontram em anexo. Todavia no decorrer da análise da linguagem como forma de repressão citaremos as observações feitas no texto da aluna A.R.

Consideramos a reflexão sobre a correção da professora e o conteúdo das duas redações como um estudo de caso. Sem dúvida, a correção da redação da aluna A R, foi o exercício da violência simbólica da professora sobre o que pensou e escreveu a aluna, no sentido de Bourdieu.

Condenando a crítica que a aluna A R faz da educação, a professora exerceu do poder e da violência de condenar o discurso contra-ideológico. O que nos leva, entretanto, a acreditar na educação enquanto instrumento de construção de sujeitos históricos, é o fato de que, apesar dos anos de doutrinação escolar - 2º ano de magistério, (ou seja, nove anos) - existem alunos, como é o caso de A R, que talvez mesmo tendo consciência do que significava assumir o discurso contra a educação, o fez. Sabendo o que é permitido falar e o que é "proibido", "condenado" como veremos adiante, se fez voz. Qual outra atitude possível de um professor

frente a uma redação, como a da aluna A R? Entendemos que poderia ser uma atitude de cooptação, uma vez que na escola trabalha-se nos níveis da doutrinação ideológica, tendo em vista a formação do "bom professor". Mas a professora, ao corrigir a redação da aluna A R, pelas anotações, exerce a violência simbólica, assumindo a autoridade de leitora privilegiada do texto. A violência simbólica exercida pela professora está explícita quando a mesma fala do futuro da aluna, "condenando-a" de antemão, ao lhe prever um futuro com condições intelectuais inferiores àsquelas de seus atuais professores.

Por outro lado, o sistema de ensino brasileiro, tem a função de rarefazer os sujeitos falantes. E se uma aluna, apesar do processo de rarefação das "vozes", faz o texto que fez, é uma comprovação do contra-discurso, das contradições, da dinamicidade das relações na escola. Para Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, só podem fazer parte da sociedade de discurso aqueles que são seus membros legitimados, legitimação que se dá pelos processos de apropriação do saber, julgados por sua vez por aqueles que já são membros da mesma sociedade de discurso. Então, só pode fazer a crítica aos professores, aqueles que pertencem à sociedade de discurso dos professores embora evidentemente dentro de uma mesma sociedade de discurso, doutrinas diferentes se expressem. Assim, dentro da sociedade, procuramos as pessoas que concordam, ou possam vir a concordar com nossas posturas e procuramos convencer outras

para assumirem nossas posições. É a luta doutrinária, a luta ideológica, o jogo polêmico e estratégico.

O que deduzimos dos comentários da professora, na correção das redações das alunas, é a intenção de construir, de formar o "bom professor". E ser bom professor é fazer críticas "boas" e "construtivas". Na intenção de formar o "bom professor", os comentários da professora mostram como a jovem futura professora F M, fez o discurso referendado, aquele que está em conformidade com a ideologia da professora, do que para ela é educação. É a voz que repete o discurso esperado, que pensa da escola e da educação o que ela quer que todos pensem. Esta aluna é um membro que a sociedade do discurso dos professores trará para dentro de sua sociedade, e no interior desta já submetida e assujeitada à doutrina a que pertence a professora (ou seus formadores). Assim, sociedade de discurso, aliada à doutrina, funcionam, como aponta Foucault, como mecanismos da seleção e rarefação de sujeitos.

Por outro lado, muitas vezes o aluno não diz o que quer dizer, mas repete a voz do outro que vai lê-lo. Ele percebe o que o professor quer ouvir, e repete o que ele quer ouvir. Ele é porta-voz. Como nos aponta João Wanderley Geraldi: *Ao descaracterizar o aluno como sujeito, impossibilita-se-lhe o uso da linguagem. Na redação, não há*

um sujeito que diz, mas um aluno que devolve ao professor a palavra que lhe foi dita pela escola. (31)

A presença do interlocutor (o professor, que presentifica o sistema escolar) é tão forte que o aluno avalia suas possibilidades e escreve o que escrito o interlocutor que ler.

Ao escrever as redações, as alunas, nas mesmas condições sob o mesmo tema, tomaram posições diferentes.

Estas redações nos levam a constatar um outro tipo de vigilância que não é a do espaço físico, nem do tempo, mas é a vigilância doutrinária que se expressa na violência simbólica, pela proibição de certas falas, pelos silêncios que impõe a certos discursos.

Paulo, um dos alunos entrevistados nos falou: *...por exemplo, eu fui uma vez discutir com um diretor, um professor, numa escola aí, então ele colocou que já tinha feito quatro ou cinco faculdades. Então quando a gente vai abrir uma discussão, eles pegam uma 'puta' dum bagagem que eles tem, de currículo, de tudo... Prá poder chegar a este ponto de discutir educação, eu tive que fazer tudo isto, então você, enquanto estudante não tem capacidade para isto. Então não aceitam essa nossa posição. (32)*

(31) Geraldi, João W. - Escrita, Uso da Escrita e Avaliação. Em: O texto na Sala de Aula. Cascavel, ASSOESTE, PR, 1985, p. 122.

(32) Bate-papo "A Luta pelos Grêmios Livres", p. 88-89.

Ao aluno não é permitido discutir educação, pois para tal deve estar legitimado via diplomas universitários. Enquanto não possuir este certificado legal é, geralmente, considerado incapaz para emitir opiniões sobre a escola, seu conteúdo, sua organização.

Constatamos nos textos das alunas duas formas de expressão distintas. F M discorre sobre o tema proposto pela professora no interior da linguagem permitida e do discurso doutrinário legitimado pela escola. Enquanto que o texto de A R se expressou na linguagem censurada, proibida, linguagem "grosseira" como observou a professora.

Toda avaliação, principalmente em se tratando da expressão escrita, nos parece conter normalmente dois aspectos: o objetivo e o subjetivo.

A correção dita "objetiva" se centraria nos aspectos formais da língua, e seus aspectos retóricos, de argumentação das hipóteses. Se a professora pediu uma dissertação, (e a isto não temos acesso), deveria se ater a verificar, no texto, as hipóteses, os argumentos e contra-argumentos, a estrutura dos parágrafos, a seqüência lógica, e se a conclusão decorre da argumentação, além dos erros de pontuação e ortografia. Mesmo nesse tipo de correção precisasse de muita sensibilidade para respeitar a expressão escrita de cada indivíduo.

A correção da redação da aluna A R cujo texto é subjetivo, disserta através da narração, permeada dos valores morais da sociedade: logo abaixo do conceito dado à aluna A

R, a professora faz a seguinte observação: *Erros muito graves de linguagem. Criticar, você deve, a crítica inteligente tem muito valor, mas você zombou, zombar é atitude medíocre de pessoas incapazes. Você já foi uma boa aluna, não a considero medíocre. Da próxima vez faça uma crítica séria, em linguagem correta.* Qual o valor desta correção? A professora proporcionou ou pensou estar contribuindo para a aluna se interessar, ter gosto pela expressão escrita? Foi educativa? Fornece instrumentos para suprir as deficiências? Faltou por parte da professora uma explicação do que é para ela "crítica inteligente". Além de reforçar o discurso permitido, consensual, a professora, no "espírito de corpo", toma para si as dores do mundo escolar e responde à aluna a partir desta posição.

Ao afirmar que *zombar é uma atitude medíocre de pessoas incapazes*, a professora não só revelou desconhecimento da ironia como forma inteligente de expressão como considerou, categoricamente, a aluna sem valor, incompetente, incapaz. Esta atitude reforça o moralismo e adestramento através da educação pelo medo, pelo terror, pela ameaça, além de pôr em dúvida as suas perspectivas de futuro. O que é linguagem correta? Se nos reportarmos para a análise de alguns sociolinguistas que consideram a fala dialetal como forma de expressão tão válida quanto o dialeto padrão, então o que é linguagem correta? A aluna usou no texto a forma dialetal? Como se sabe, a adequação do registro linguístico é

em função da situação. No caso, uma narrativa irônica, não poderia ter o uso de registro formal.

A professora faz ainda a seguinte observação: *linguagem grosseira imprópria para uma redação*. Por aí poderíamos ir longe na reflexão. A aluna A R usou uma linguagem coloquial e muitos autores como, por exemplo, o escritor Kafka, o filósofo Friedrich W. Nietzsche, e muitos outros escrevem numa linguagem coloquial, narrativa, explicitam além da compreensão do cotidiano este cotidiano imbuído no social. Nietzsche, na sua fala *Dos Doutos*, diz: "*Quando se fazem de sábios, arrepiam-me suas pequenas máximas e verdades: exalam um cheiro, com freqüência, a sua sabedoria, como se proviesse do pântano e, na verdade, já ouvi também sapos coaxar em seus discursos.* (33)

Mais adiante a professora escreve no texto de A R, " *você zombou de professores que fizeram duas, três, quatro faculdades! Será que você será capaz de fazer pelo menos uma? Não se continuar com má vontade, num curso tão fácil e simples como o que está fazendo. Você não era assim. Pense bem! E o seu futuro*". Nesta observação a professora buscou a legitimação da competência pelos títulos acadêmicos, seus e dos demais colegas, revelando entre outras possíveis constatações, as relações corporativistas presentes na escola. É proibido aos alunos criticarem seus professores e

(33) NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim Falou Zaratustra; Um Livro para Todos e para Ninguém*. RJ, Civ. Brasileira, 1986, p.138.

se isto ocorre, a defesa é imediata, independente de ser a crítica pertinente ou não. Novamente aqui a professora pôs em dúvida as possibilidades futuras da aluna. "*Será que você será capaz de fazer pelo menos uma (faculdade) ?*" E a seguir reforçou a baixa qualidade do curso de magistério, pelo qual também é responsável, pois faz parte do corpo docente. É portanto uma atitude profissional de conformismo e de conformismo com a facilidade.

Sem dúvida, a redação de A R manifesta indignação, náusea pelo professor e o seu conteúdo. Para o discurso consensual esta aluna foi cruel, expõe, do seu ponto de vista, a situação ridícula do ensino.

Numa interpretação possível do texto de A R, poderíamos dizer que o professor que diz *Bom dia, para nós ele não tem cara de Bom dia, usa um avental branco, tem uma perna e um braço mais compridos que os outros, carrega uma mala preta retangular de couro e em dia de prova a coloca em cima da mesa na frente e espia por trás dela para ver se algum aluno está colando*, é um professor frustrado, infeliz e exemplifica fisicamente seu estado psíquico. O físico é visível, constatável e seus defeitos frente à sociedade de padrões estereotipados de "corpos e mentes" é um elemento a ser agredido por quem se sente oprimido. Talvez a aluna A R, ao descrever as deficiências do professor, tenta respaldar o seu comportamento: normalmente um aluno de 2º série do 2º Grau está, pela idade, num momento de muita preocupação com a

sua individualidade, com seu corpo, e, não encontrando espaço para manifestação já que cercada pelas instituições e normas disciplinares com suas morais rígidas, resolve manifestar sua indignação à repressão descrevendo os defeitos físicos do professor-personagem da sua narrativa.

Outro aspecto que merece comentários é a crítica feita aos conhecimentos transmitidos pelo professor e que são de total inutilidade, desprezíveis, causam mal, *...para mim e para os outros, ele e seus ensinamentos são como uma comida estragada que deve ser deglutida, pra logo em seguida (quando ninguém estiver olhando) ser vomitada.*

Mas ela só poderá esquecer, jogar fora tais "ensinamentos" quando ninguém estiver olhando, pois a vigilância, o policiamento, a repressão, impedem, proíbem. Todos são permanentemente vigiados e estão vigiando.

Quando um indivíduo passa a ser percebido e a se perceber como alguém em construção, de experiências existenciais, sociais, será que encontra espaço na escola? Como seduzi-lo para o estudo, para a disciplina, para o conhecimento que seja significativo? A aluno diz, *ele é o meu melhor sonifero...; Maria não dorme...* Parece-nos que A R expressa interesse por algo que ensinam na escola quando diz *Ah! Finalmente uma 'ela' interessante, esta não dá sono e trabalha a matéria de forma que não me seja inútil.* O conhecimento não parece ser útil no sentido vulgar, mas no sentido daquilo que lhe diz algo de interessante.

Em outro momento a aluna A R, escreve ... *Bate o sinal, acordo. Ela entra. 'Abram o livro na página vinte e três a trinta, e façam os exercícios'. Penso que ela deva se achar muito bela para tanto lixar de unha e pentear de cabelo.* Nesta expressão A R faz uma crítica à negligência profissional, hoje tão comum entre os professores, pois sem dúvida são mal pagos, não há condições dignas de trabalho e então os alunos são os que sofrem as conseqüências, terão a aprendizagem conforme o professor recebe como salário. Esta ocorrência exemplifica o quanto as relações efetivas, cotidianas, são conflituosas. E não perde apenas o aluno. Perde o professor, perde a escola. Perdemos todos nós, porque a punição verbal da correção é uma forma de castigar o indisciplinado que ousa ir além, que procure não só devolver à escola o que ela lhe diz, não se constituiu como porta voz, mas querendo se fazer voz. A correção vem com o toque da sineta: agora passe a pensar x, terminou o tempo de y.

Passemos a refletir sobre a redação da aluna F M, que, a nosso ver, expressou no seu texto o discurso consensual, através da linguagem legitimada, permitida pela escola.

F M, diz: *O ensino passou por diversas modificações (...). Mas a questão infelizmente não é só esta (...). E sim o modo como estão caminhando os problemas enfrentados pelos estudantes e professores. Os estudantes reclamam por um ensino melhor enquanto os professores necessitam de condições melhores para continuar lecionando;*

por exemplo, salário totalmente injusto, muitas escolas em condições precárias, etc... F M fez uma constatação até aqui do óbvio. Os políticos, os meios de comunicação, os professores falam de tais problemas. Parece-nos dizer: a situação é esta, mas a culpa não é de ninguém.

Continua F M: *Mas pensando positivamente, o pessoal da educação nas escolas não desanimou totalmente e continua a lutar pelos ideais da educação.* Quais os ideais? Que luta é esta? A desatenção, a displicência dos professores e diretores, devido à baixa remuneração? A luta das entidades de classe dos professores, dos alunos, dos funcionários? Como tais movimentos se refletem em melhoria salarial, condições físicas das escolas, melhor ensino?

F M, escreve: *A certeza de um futuro melhor para o ensino escolar, depende dos incentivos em todos os aspectos gerais, que serão dados aos professores.* O conteúdo deste parágrafo nos leva a pensar em "passividade", alguém terá que "ajudar" os professores a se sentirem bem, a solução está além e acima das pessoas envolvidas no processo educacional. Talvez esteja no Estado, na estrutura social. Enquanto esta ajuda não existir, nada poderá ser feito. Pode ser que F M desacredite na capacidade de mudança da escola via professores e colegas.

O que caracteriza o texto de F M é o caso de expressões vazias (conceitos difusos) cujo preenchimento semântico depende mais do leitor do que do autor. Com isso o autor exime-se de assumir seu discurso, a responsabilidade

pelo significado fica por conta do leitor. Note-se que F M usa todo o tempo expressões como: *diversas modificações* (quais? Não dá nenhum exemplo para ilustrar); *os problemas enfrentados* (quais?); *ideais da educação; futuro melhor*. O único exemplo que F M dá é o do salário, que é uma forma óbvia de obter da leitora (uma professora) simpatia e adesão: "a aluna reconhece que devo ter um salário melhor", pensará a professora quando ler o texto. E eis uma possível "aliada".

Acreditamos que a reflexão realizada sobre os textos das alunas A R e F M, bem como sobre observações da professora, colocam-nos alguns subsídios para clarear o propósito desta reflexão, ou seja, de perceber as relações conflituosas, a repressão, a violência e a existência de discursos distintos no cotidiano da escola. Deduzimos pelas observações da professora, no caso dos textos das alunas A R e F M, ser a linguagem utilizada pela primeira, incômoda, perturbadora, perniciosa, e a da segunda, a linguagem do consenso, legitimada e legitimadora, conformista.

A análise das anotações apostas aos textos confirma o que observou Maria Ribeiro dos Santos em sua pesquisa sobre critérios não-manifestos da avaliação: *os critérios da eficiência e correção lingüísticas se constituem a partir de determinadas relações de poder, de uma certa ideologia de interesses de uma classe.* (34)

(34) SANTOS, Maria R. dos. *A Avaliação das Redações Escolares; Alguns Presupostos Ideológicos*. B. Horizonte, Ed. de UFMG, 1987, p. 29.

Parece-nos que a análise deste caso das redações poderia ser suficiente para mostrar que, no cotidiano escolar, as relações nem sempre são tão amorosas. Há, evidentemente, outros acontecimentos que apontam no mesmo sentido. Passemos rapidamente por alguns deles.

Fugir da escola pulando muros, escavando buracos sob o muro ou cerca, pulando pela porta do banheiro, escondendo-se em árvores, que significado tem para crianças e adolescentes?

Sem dúvida, saímos de um lugar quando ele não nos interessa, não tem nenhum atrativo, não é nada prazeroso. A escola é uma instituição para onde a maioria vai por obrigação. Obrigados pelos pais, pressionados pela sociedade. Fugimos daquilo que consideramos maçante, desagradável. Este pode ser considerado um dos motivos da fuga, e, talvez, o fundamental.

É claro que se o local - escola - é penoso, repressor, a fuga para outro espaço significa a busca de um lugar menos opressivo. Então a rua, o campo de futebol, etc., são mais atraentes, divertidos do que a escola. Juntamente com este desejo, vontade de ir para um espaço mais gostoso, há também a vontade de transgredir as "normas" estabelecidas. Desobedecer, revoltar-se contra o instituído. E as fugas exigem planejamentos por parte do grupo ou do indivíduo, muitas vezes minuciosos. Tem que dar certo, senão a punição, a repressão, ocorrem diretamente. E se isso acontece, dá a sensação de derrota, de incapacidade. Numa tentativa de

sentir o que o(s) aluno(s) vivencia(m) ao planejar, executar e dar certo, uma fuga, uma "gazeta", está presente também o lúcido em forma de aventura, e a capacidade de ludibriar as autoridades: professores, diretores, secretárias, inspetores e os colegas.

A fuga dos alunos pode ser considerada como uma ruptura com o instituído, com o autoritarismo, com o controle. Compreender seus motivos, seu planejamento, sua execução é, a nosso ver, um dos aspectos que poderiam contribuir para a transformação da escola.

As transgressões das normas disciplinares vivenciadas cotidianamente e exemplificáveis também por brigas, falta de higiene, depredação, sexualidade, não cumprimento das tarefas escolares, do horário, desacato à autoridade, não representarão no interior da escola uma nova micropolítica? Não seriam as leituras destes pontos de conflito os momentos mais dinâmicos da vida na escola?

Nos casos de fuga da escola, de toda uma classe, os motivos podem ser, além dos citados acima, impedir que o professor efetive uma prova considerada pelos alunos como não justificável pelo fato de o conteúdo não ter sido ensinado em sala de aula, ou não ter sido entendido. Neste caso a fuga, como forma de pressão exercida pelos alunos sobre o professor, pode levá-lo a mudar o conteúdo da prova ou proporcionar tempo para estudo ou, então, para reforçar sua autoridade aplicando o mesmo teste e os alunos correrem o risco de terem uma nota abaixo da média.

Outro motivo para fuga comumente ressaltado por alunos é a questão da aula vaga. Os alunos das escolas públicas, não raramente, têm a 1º e a 5º, a 2º e a 5º aulas. Quando o professor não comparece, são obrigados a permanecer na escola e normalmente sem ter o que fazer. Constatamos existir uma diferença entre a escola pública e a escola particular quanto às ausências dos professores em horário de aula.

Nas escolas públicas as faltas são bastante freqüentes e não há como preenchê-las por insuficiência de professores, desmotivação, cumplicidade entre alunos e professores. Será isto ocasionado pelo fato de ser "gratuito" o ensino? Da estrutura hierárquica da escola pública? Pelos baixos salários dos professores?

Já na maioria das escolas particulares a situação da ausência do professor é tratada diferentemente. As faltas, o atraso do horário são punidos, caso não sejam convenientemente justificados. Acabam em descontos de salário e até demissões. Outro aspecto diferenciador entre escola pública e particular, relacionado com a falta do professor, é que nesta última os pais reclamam, responsabilizam a escola, exigindo outras atividades, ocupando assim o tempo dos alunos, ou então, providenciando professores substitutos.

Estas resistências cotidianas são sinais visíveis de que a escola, o conteúdo por ela veiculado e a forma como é ensinado, não agradam aos alunos e muitas vezes lhes são estranhos, inúteis, e como eles não se organizam em

associações como grêmios estudantis, para uma forma de pressão mais consistente, em função de promover mudanças da própria instituição escolar, a fuga individual ou em grupo é o caminho que persiste, sendo um indicio de resistência. Há também o aspecto do controle pela hierarquia no sentido de impedir que os alunos se organizem de uma forma mais consistente e sistemática. Nota-se que, até hoje, segundo o Regimento, o Centro Cívico é tutelado por um professor. A justificativa é a "imaturidade", a "incapacidade" dos jovens.

A organização dos alunos nas escolas públicas, anterior à 1964, era distinta. Havia possibilidade de atuação dos Grêmios Estudantis com autonomia. O contexto brasileiro do período contribuiu para uma articulação política dos estudantes secundários em suas agremiações a nível de escolas, estas a nível municipal, estadual e nacional. Os grêmios articulados, com as propostas progressistas de reformas da sociedade (nacionalismo-desenvolvimentista), promoviam atividades culturais, congressos, seminários com vistas à conscientização dos estudantes frente aos problemas nacionais, envolviam-se com os movimentos de Cultura e Educação Popular. Conquistaram um espaço de atuação organizada. Após 1964, mais precisamente, após 1968, com o Ato Institucional nº 5, o Decreto 477, a Lei 5692/71, houve a supressão dos Grêmios Estudantis e a institucionalização dos Centros Cívicos, atrelados às direções das escolas, com a finalidade última de ajustar os jovens ao modelo político-econômico da interdependência.

CAPITULO II

O INSPETOR ESCOLAR - A VISÃO DA VIGILANCIA

... A escola é como uma prisão. Se a gente entrar e não souber que é uma escola, só vendo o muro, tem-se a impressão de ser uma prisão. Para prisão o muro seria baixo, mas para o tamanho das crianças é enorme...

(Depoimento do Inspetor de Alunos S, de uma Escola Pública de São Paulo).

O Regimento ora em vigor para as Escolas Estaduaie de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo diz o seguinte sobre o Inspetor de Alunos, Artigo 43, *A vigilância e o atendimento a alunos serão exercidos pelos Inspetores de Alunos com as seguintes atribuições:*

- I - controlar a movimentação dos alunos no recinto da Escola e em suas imediações, orientando-os quanto a normas de comportamento;*
- II - informar a Direção da Escola e Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e comunicar ocorrências;*
- III - colaborar na divulgação de avisos e instruções de interesse da administração da Escola;*
- IV - atender aos professores, em aula, nas solicitações de material escolar e nos*

problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;

V - colaborar na execução de atividades cívicas, sociais e culturais da Escola e trabalhos curriculares complementares de classe;

VI - providenciar atendimento aos alunos em caso de enfermidade ou acidente;

VII - executar outras tarefas auxiliares relacionadas com o apoio administrativo e técnico-pedagógico que lhes forem atribuídas pela Direção.

Preocupamo-nos em buscar as origens primeiras da figura do inspetor de alunos nas escolas. Parece ter origem no surgimento da ordem social sob os moldes capitalistas na figura do policial. Para tanto, estabelecemos a relação entre as atribuições da primeira polícia assalariada, que surge na Inglaterra no século XVIII, e da qual nos fala Peter Linebaugh, citado abaixo, com as atribuições do atual inspetor de alunos:

| POLICIA | INSPETOR DE ALUNOS |
|---|---|
| - força assalariada; | - força assalariada; |
| - patrulhar o rio; | - controlar a movimentação dos alunos no recinto da escola e em suas imediações; |
| - supervisionar a descarga das mercadorias. | - informar a Direção da Escola e Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e registrar ocorrências. |

A institucionalização da polícia surge no final do século XVIII na Inglaterra, com a finalidade de reprimir as

greves operárias das docas e, principalmente, o assim chamado "costume" - apropriação feita pelos operários de parte das mercadorias, para transformá-la em comida, bebida e rendimentos. Isto porque o salário pago, quando era pago, nem de longe supria as suas necessidades básicas.

A Comissão Especial para o Melhoramento do Porto de Londres registrava: seja qual for o plano de melhoramentos posteriores que pareça conveniente adotar, será necessária a maior preocupação com a situação atual da legislação referente à Polícia. E aqui entra em cena Patrick Colquhoun, o teórico, divulgador, projetista e (com John Harriott) organizador da primeira força policial assalariada, profissional, armada e centralizada da Inglaterra (1798). A tarefa dela era patrulhar o rio, supervisionar a descarga das mercadorias, eliminar qualquer traço de apropriação baseado no costume e administrar as complexidades dos novos salários monetários. (35)

Segundo Peter Linebaugh, os melhoramentos do Porto de Londres (como o cercamento das docas com muros altos e grossos com uma única saída e entrada, canais com maior profundidade para navios maiores evitando a mediação em barcos menores para a mercadoria chegar até a terra), tinham por fim último evitar os "saques", "roubos", "pilhagens", enfim, o "costume", a apropriação "justa" pelos trabalhadores das docas. "Justa", na medida em que, segundo Marx, os

(35) LINEBAUGH, Peter. Crime e Industrialização: a Grã-Bretanha no Século XVIII. Em Crime, Violência e Poder - org. Paulo Sérgio Pinheiro, SP, Brasiliense, 1983, p.131-132.

trabalhadores viam sua jornada de trabalho aumentada e a não correspondência em níveis de reposição da própria força de trabalho, a ponto tal de usarem expedientes como os citados acima para continuarem como trabalhadores. (36)

Tal como a policia inglesa, com o advento da nova ordem social capitalista, certas instituições modernas, entre elas a escola, organizam-se de forma a garantir o controle, a vigilância, através de diversos mecanismos, e, neste processo, surge a figura do Inspetor de Alunos que tem como função fundamental exercer a vigilância para manutenção da ordem e da disciplina na escola.

No Brasil, os colégios criados durante o Império, leigos ou religiosos, tinham a figura do Inspetor de Alunos.

No livro, "O Ateneu" de Raul Pompéia, publicado pela primeira vez em folhetim, na Gazeta de Noticias, no Rio de Janeiro, em 1888, este personagem está bem definido, como nestas passagens se constata: *...Jão Numa, inspetor ou bedel, baixote, barrigudo, de óculos escuros, movendo-se com vivacidade de bácoro alegre, veio chamar-me indeciso à escada do pátio...*

Por amor de regularidade da organização militar, repartiam-se as três centenas de alunos em grupos de trinta, sob o direto comando de um

(36) MARX, Karl. O Capital. Cap. VIII - Livro I, Vol I A jornada de trabalho. RJ, Civilização Brasileira, 1978.

decurião ou vigilante. Os vigilantes eram escolhidos por seleção de aristocracia...

...Os inspetores fiscalizavam os serviços do pão, prevenindo espertezas inconvenientes...

...O diretor, antes de sair para casa, veio ver-nos. - Ainda escrevem estes peraltas...? Disse-nos de enorme altura, à quisa de boas noites, e desapareceu confiando-nos ao amável João Numa, bácoro, inspetor das salas de-cima... (37)

Neste livro, Raul Pompéia escreve sobre sua vida no Colégio Ateneu, do Rio de Janeiro, no final do Império, como aluno interno, e nos mostra, em forma literária, descrevendo minuciosamente o que era na época a moral, a disciplina, as punições, a vigilância, numa das escolas da elite, considerada modelo para a formação das lideranças na transição Império-República.

No Tomo I - Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1889 - 1891, na Secção de Regulamentos, Cap. VIII, do Regulamento da Escola Normal de São Paulo, de 18/02/1890, cujo título é: *Dos Porteiros e dos Continuos*, podemos ler as seguintes determinações e atribuições: *os porteiros e os continuos serão de livre nomeação do Governador - demissíveis conforme as conveniências do serviço público; aos porteiros incumbe: abrir e fechar as portas do estabelecimento;*

(37) POMPEIA, Raul. O Ateneu. SP, Atica, 1980, p.25-33-51-55.

conservar o asseio em todo o edificio; inventariar em livro, mobilia, utensilios e modelo e tratar de sua conservação; ter sob sua guarda o livro de ponto e apresentá-lo diariamente aos professores e aos empregados; receber no Tesouro do Estado as quantias requisitadas para as despesas com o expediente, e efetuar os respectivos pagamentos, prestando contas ao diretor; fazer com os continuos a politica interna do estabelecimento.

Aos continuos incumbe: fazer a chamada dos alunos, para notar a falta de comparecimento dos mesmos; cumprir as ordens dos professores nas aulas; auxiliar o secretário no serviço do expediente, cumprindo-lhe as ordens; levar ao seu destino a correspondência oficial da Escola; fazer com os porteiros a policia interna do estabelecimento.

Art. 42 - Os porteiros e os continuos deverão permanecer no estabelecimento durante as horas de trabalho da Escola, e somente poderão ausentar-se a serviço ou com licença do Diretor.

Art. 43 - Os porteiros e os continuos por falta de exacção no cumprimento de suas attribuições incorrerão nas seguintes penas:

- I - Repreensão
- II - Suspensão dos vencimentos, de 8 a 15 dias;
- III - Demissão.

Art. 44 - As duas primeiras penas serão impostas pelo Diretor, e a terceira, pelo governador, mediante representação do Diretor (38)

(38) Leis e Decretos do Est. de São Paulo, Tomo I 1889-1891, LB/07 1890, Regulamento da Escola Normal de São Paulo.

A lei, promulgada para o Estado, um ano após a Proclamação da República, é um indicio de que a legislação escolar não sofreu mudança fundamental no aspecto da vigilância exercida quer por continuos, porteiros ou inspetores. Ou seja, podemos confirmar que na passagem de um regime político para outro, como do Império para a República, a implantação de normas disciplinares continua aparentemente no mesmo movimento. (39)

Para José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, isto é muito claro: *A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, com a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham, sem dúvida, inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais*

(39) Maiores aprofundamentos sobre esta questão estão para serem feitos, uma vez que ao fazer o levantamento da bibliografia a respeito da especificidade da sociedade brasileira na forma como foi o processo de organização inicial das instituições como prisões, hospitais psiquiátricos, policia, sistema jurídico, não encontramos material que estabelecesse relação entre elas e o Inspetor Escolar. Entretanto, deduzimos que elas, de uma forma bastante peculiar, já têm seus indícios nos jesuítas.

diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos. (40)

Encontramos também em outros trabalhos afirmações que referendam a idéia de que a passagem, no Brasil, de um regime político - Império - para outro - República - não significou melhorias sociais no sentido de proporcionar melhores condições de vida, de cidadania, à população expoliada de dignidade humana.(41) Toda mudança conjuntural de regime formalizada no país é forjada em função de interesses de grupos permanentes (quase poderíamos afirmar vitalícios) e donos do poder ou a serviço deles.

Uma das atribuições dos Contínuos, conforme Regulamento de 1890, prescreve: *fazer a chamada dos alunos, para notar a falta de comparecimento dos mesmos*, enquanto que o Regimento coloca como uma das atribuições dos Inspectores de Alunos, *controlar a movimentação dos alunos no recinto da*

(40) CARVALHO, José M. de. Os Bestializados. SP, Companhia das Letras, 1987, p. 45-6

(41) Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão* (1985:27-41) e Cruz e Costa, em *Peguesa História da República* (1972: 05-65), dizem que, na passagem do Império para a República no Brasil, alteram-se as classes dominantes no poder, aristocracia rural para burguesia urbana, houve mudanças nos hábitos de consumo baseados nos padrões europeus de parcelas da população economicamente privilegiadas, expansão do comércio, higienização e substituição de parte da arquitetura colonial por uma moderna, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Os republicanos tinham como uma de suas metas a negação de toda e qualquer marca nos hábitos e costumes que lembrassem a ordem tradicional. Para tanto, baixaram decretos, leis, que gradativamente foram expulsando os "pobres" do centro da cidade, obrigando-os a concentrarem-se em favelas.

Escola e em suas imediações, orientando-os quanto a normas de comportamento. Ambos, devem controlar os alunos. O primeiro, fazendo a chamada, para notar o comparecimento, o segundo, vigiar a movimentação dos alunos no recinto da escola e em sua imediações. Notamos por esta atribuição do Inspetor que o controle se amplia para além do espaço físico da escola, e deve controlar a movimentação dos alunos, enquanto que ao Continuo compete fazer a chamada para notar o comparecimento. Percebemos nesta atribuição uma ampliação do controle do Inspetor de Alunos com relação ao Continuo.

Como se sabe, no Brasil, por volta de 1930, a educação escolar era voltada essencialmente para a elite. Os filhos da elite brasileira que frequentavam as poucas escolas existentes, no final do Império e início da República já tinham incorporados hábitos disciplinares condizentes com a estrutura politico-social-econômica da época, através de instituições anteriores como a família e a igreja. A camada social que procurava a escola era mais homogênea e disciplinada segundo padrões da época, e à escola cabia dar continuidade a estas normas de comportamento aos alunos. Outro aspecto importante do período era a função social desempenhada pela instituição escolar, pois esta formava os filhos da elite para funções específicas da sociedade brasileira de então, como, por exemplo, formar bacharéis em Direito, para ocuparem os cargos da administração pública ou privada, e assim, reproduzir a ordem social vigente.

Após 1930, o Brasil entra mais intensamente no processo de industrialização. Frente às transformações que tal processo acarretou no nível econômico, político, social brasileiro, a industrialização vai exigir uma mão-de-obra com um mínimo de escolarização. A industrialização entre outras transformações, provoca o êxodo da população rural para a zona urbana, pois é aí que a indústria se desenvolve. A mão-de-obra exigida por este setor da produção deve ser disciplinada para esta nova atividade produtiva: ser a força de trabalho da indústria. E a função da escola se amplia. Em vez de formar a elite, deve ensinar as técnicas elementares da leitura, escrita e cálculos para os trabalhadores, uma vez que as ocupações hierárquicas da indústria da época não eram tão complexas como atualmente.

Nas últimas décadas, mais precisamente a partir dos anos 60, a complexificação da indústria e do setor de prestação de serviços, a alta concentração da renda, com o arrocho salarial, entre outros fatores, levaram a força de trabalho a uma proletarização extrema, e a um excedente de mão-de-obra, provocando a marginalização e a pauperização da maioria da população brasileira, condenando-a a condições de existência de miséria. A parcela da população que passa a viver nestas condições é conseqüentemente marginalizada dos bens culturais. A clientela que chega à escola pública é, na maioria, carente e expoliada do mínimo para sobreviver. Com outros padrões de vida, de comportamento, estes alunos carentes resistem às normas de disciplina exigidas pela

escola. As camadas populares são consideradas, normalmente, como "indóceis", "preguiçosos", "sujos", "indisciplinados". A escola tenta transformá-los em indivíduos dóceis, disciplinados, adaptados ao trabalho: trabalhadores em potencial.

A ampliação maior do controle que o Inspetor deve exercer sobre os alunos pode se dever ao fato de que hoje as instituições, anteriores à escola, como família, pelas suas próprias condições de vida, não conseguem desempenhar com eficiência o papel de disciplinarização de seus filhos, conforme o exige a instituição escolar. Daí porque a escola, através do Inspetor de Alunos, amplia o controle para além de seus muros, pois o Inspetor deve controlar a movimentação das crianças e jovens, também nas imediações da escola.

Outra atribuição dos Contínuos, segundo o Regulamento de 1890 é *fazer com os porteiros a policia interna do estabelecimento*, e do Inspetor de Alunos no Regimento é *informar a Direção da Escola e a Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e comunicar ocorrências*. Mudou a denominação da função de Contínuo para Inspetor de Alunos e a afirmação do Contínuo, *ser a policia interna dos estabelecimentos* foi suprimida no Regimento. Entretanto a função principal dos Inspectores e Porteiros das escolas públicas, permanece "vigiar, controlar, registrar, apontar" os alunos com comportamentos "indesejáveis".

A resistência, considerada como "indisciplina", especialmente dos alunos das camadas desfavorecidas, à disciplinarização, vivida cotidianamente na escola, demonstram a necessidade de que a escola, tal como está organizada, deve mudar, pois por mais que se multipliquem os mecanismos de controle, as resistências dos alunos também se multiplicam, tornando difícil o trabalho do professor. Especialmente daquele professor que ainda não se deu conta de que também ele se proletarizou, e como tal, deveria assumir sua posição e juntamente com os alunos atuar no sentido de transformar a escola no espaço privilegiado de reflexão sobre a realidade.

Sempre que os trabalhadores se organizaram para defender seus direitos e lutar contra a exploração foram reprimidos. Fosse pela violência, pela cooptação, pela disciplina, e suas manifestações políticas consideradas como bagunça, desordem, subversão.

No caso da escola, em sua maneira peculiar de assegurar a "ordem", encontramos uma rede de relações de controle, exercida por todos os indivíduos dentro e fora da escola, como ilustram S. e C. em diversas passagens de seus depoimentos. Neste contexto, o Inspetor de Alunos é figura importante.

Comparando as atribuições dos Porteiros e dos Contínuos, no regulamento da Escola Normal do Estado de São Paulo de 1890, com as atribuições dos Inspetores de Alunos do Regimento ora em vigor, verificamos que pouca coisa foi

alterada. Mudou a denominação de Continuo para Inspetor de Alunos e a afirmação "ser policia interna dos estabelecimentos" foi suprimida, o que não suprime o fato de ser esta a função principal dos Inspetores e Porteiros das escolas atuais.

Vimos, no Regulamento para as Escolas Normais do Estado de São Paulo, de 1890, que a contratação de Porteiros e Continuos das escolas se efetivava mediante uma nomeação livre do Governador e estavam sujeitos à demissão conforme as conveniências do serviço público. O não cumprimento de suas atribuições implicava em repreensão e suspensão, estas de competência do Diretor da Escola, e ao Governador cabia a demissão. Esta forma de vínculo empregatício é mais direta, pessoal, específica, resultando em uma função também específica. Uma relação de compromisso clara, podendo o Diretor utilizar tais servidores como seus aliados, seus empregados, pois a sombra da demissão estava presente. Já o que vivemos hoje, não só no Estado de São Paulo, é a efetivação do contrato de trabalho do servidor público em geral, mediante Concurso Público, salvo no caso daqueles que atuam em educação como professores substitutos. Esta forma de contratação gera outro tipo de relação, mais impessoal, hierarquizada. O concursado, uma vez aprovado e concluído o tempo de Estágio Probatório (3 anos), passa a ter estabilidade funcional. Entre outras normas embutidas no contrato de trabalho, no caso do Inspetor de Alunos, se estabelece a impossibilidade de mobilidade funcional. Uma vez

Inspetor, sempre Inspetor. A não mobilidade na função garante a manutenção dos "papéis" sociais em nome da garantia de uma "ordem" na hierarquia social.

Toda a instituição burocrática, de que a escola é um exemplo, estrutura-se em formas e modelos de cargos que se articulam em sistemas de carreira exigindo determinada escolaridade, tempo de serviço, horários, deveres, direitos. A organização da escola moderna apóia-se em uma série de normas disciplinares que devem ser introjetadas nos indivíduos.

Fora destas normas disciplinares legalmente instituídas, existem outras, como o controle do movimento, dos gestos, da linguagem, das atitudes, das emoções, da afetividade, que como temos visto, se estruturam na forma de um Regimento implícito, cotidiano, prático, segundo usos e costumes. É na efetivação ou materialização diária deste outro "código" que a ação do Inspetor de Alunos se inspira, como se pode ver pelo depoimento sobre o qual passamos a tecer algumas considerações.

Para que a relação com a direção da escola seja de lealdade, há necessidade, em muitos casos, de cooptação dos servidores e vice-versa. S, demonstra, em sua fala, uma atitude de certa irreverência, de transgressão, frente às suas atribuições quando diz: *Olha, me chame de S., não sou autoridade coisa nenhuma. Já não entrei na polícia por causa disso... Eu não assumi este compromisso de vigiar, de não*

deixar fugir.(42) Em muitas passagens de sua fala, S demonstra uma atitude crítica frente à sua função, ao ensino, à escola. Mas continua sendo Inspetor...

S relata como foi apresentado aos alunos no seu primeiro dia de trabalho: *Quando cheguei até a escola, a secretária me apresentou em cada sala de aula como uma autoridade à qual eles deveriam obedecer. Este é o seu S., que vocês devem obedecer senão ele comunica à direção.* (43)

O fato de ser a secretária da escola a apresentar o inspetor S, impondo obediência aos alunos pela ameaça de que toda indisciplina seria, via inspetor, comunicada por ele à direção, reforça a relação hierárquica de poder. Reforça a figura do diretor como a autoridade máxima, distante, austera, punidora, porém presente, mesmo na sua ausência física, pois outro(s) está(ão) encarregado(s) de vigiar cada um e todos dentro da escola.

S afirma que na primeira semana ficou sem fazer nada, pois não tinha preparo nenhum para lidar com as ciranças. Sem dúvida nenhuma esta é uma questão bastante limitante para o discurso da moderna pedagogia, que diz todos serem de certa forma educadores. E mais ainda, deveria esta formação ser exigida de todos aqueles contratados para trabalharem quatro ou oito horas diárias na escola, por ser esta a agência de educação por excelência. A nosso ver, a ausência de preparação pedagógica do Inspetor de Alunos, no

(42) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 35.

(43) Ibid, p. 34.

trato com a educação, reforça a sua função de ser essencialmente policialesca.

S fala de uma diretora *mais aberta e que não usava a suspensão como forma de manter a disciplina e que havia abolido as filas de entrada e saída.*(44) Isto também pode ser constatado no depoimento da diretora I. Existem escolas onde diretores atuam de forma mais democrática no relacionamento com alunos e professores. Todavia, muitas vezes tais atitudes podem reforçar a idéia de que todos são iguais, de que todos têm os mesmos direitos na escola. Estas posições podem escamotear, dissimular as relações de poder, hierarquia, repressão. Constatamos isso no depoimento de S, quando diz que a diretora, mais aberta, democrática, pediu-lhe para não conversar com os alunos, pois esta atitude daria certa intimidade e geraria confusão. O fato de conversar com os "vigiados", os subordinados, de maneira espontânea, é visto como um perigo, como quebra da hierarquia, como perda da autoridade. Há necessidade de manter o distanciamento, para manter a autoridade.

A aproximação entre alunos e Inspetor pode também ocasionar uma maior aceitação do Inspetor como amigo, e assim restringir o poder punitivo da autoridade superior, no caso, a direção. Nestas conversas, nesta possível cumplicidade, haverá "segredo" e quem detém o poder conhece a importância do "segredo". Este "segredo" pode ser utilizado, e assim o é, conforme as circunstâncias, favorecendo uns e

(44) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 35 e 36.

desfavorecendo outros. Barganha, cumplicidade, servindo de instrumento para conseguir ordem no exercício da função, maior exercício do poder, cooptação em momentos críticos, etc. Mas o "segredo" contado para outro exige a vigilância para avaliar o grau de confiabilidade ou de delação.

Diz S: *A diretora faz uma certa pressão para manter o comportamento. Ela e os professores não querem que os pequenos corram no pátio, devo vigiar para que não pulem o muro, para que não fujam, para que não se escondam no banheiro. Vigiar para que fiquem dentro da classe, mesmo quando o professor não está presente para manter todo mundo sentado.* (45)

S diz que *inicialmente ele utilizava um caderninho onde anotava os nomes dos alunos e tantas cruzinhas quanto à incidência de mau comportamento.* (46)

O caderninho e o livro de Ocorrência, do qual falarei adiante, são instrumentos utilizados, pois não podemos nos esquecer de que, dependendo do número de advertências, o aluno será suspenso e, se incidir na falta, será transferido compulsoriamente.

O registro em fichas individuais, fichas descritivas, cadernos e livros, onde são anotadas faltas dos alunos, consideradas como infrações, são registros de tudo que está inadequado às regras, com a função de reduzir os desvios infimos de conduta como atrasos, grosseria, brigas,

(45) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 34.

(46) Ibid, p. 35.

sujeira, correr no pátio, nos corredores da escola. Este registro individual das "infrações" tem a função de controlar, de regular o espaço vazio deixado pela lei, regimentos, regulamentos. Veremos a incidência de infrações e quais as de maior ocorrência ao analisarmos o Livro de Ocorrências, de uma escola pública de 1º grau. Livro de acesso proibido a pessoas estranhas à escola. O levantamento das infrações dos alunos que constam no Livro de Ocorrências, ou "Livro Negro", referem-se aos anos de 1985, 1986 e 1987. Sobre isto discorreremos em outro momento do trabalho.

Em várias passagens do depoimento, S fala do espaço físico, da arquitetura da escola: *A escola é uma prisão. Se a gente entrar e não souber que é uma escola, só vendo o muro tem-se a impressão de ser uma prisão. Para prisão o muro seria baixo mas para o tamanho das crianças é enorme....* (47)

Eu acho que a escola não comporta este número de alunos. Tem umas 35 ou 37 classes. Antes era uma escola primária de 1º à 4º série. Foi projetada para ser uma escola de 1º à 4º série e hoje ela é aumentada irracionalmente. As classes são abafadas, pequenas... Antes o pátio era bem maior. Está diminuindo cada vez mais porque estão construindo. Construíram a quadra de educação física e a

(47) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 35.

cercaram com muro de alambrado de 6 metros de altura à qual só tem acesso o pessoal de educação física. (48)

E S afirma *não ter condições de vigiar a todos*. A questão do espaço físico, da arquitetura das escolas é irracional. Amontoa cada vez mais um número maior de alunos sem um aumento do terreno, das instalações. A idéia sobre o "panoptismo"(49) na instituição escolar brasileira merece ser repensada, uma vez que a população de estudantes, segundo S, faz com que a transparência, a visibilidade total, se torne impraticável. Mas o confinamento das pessoas, no caso dos alunos, sem dúvida constitui um modelo rígido do aparelho disciplinar escolar, planejado centímetro por centímetro.

O aumento da demanda por educação no Brasil não se fez acompanhar de um aumento concomitante da infraestrutura como prédios, espaço físico, bibliotecas, etc. Isto devido ao descaso do Estado em suprir com recursos

(48) Ibid, p. 37-38

(49) Segundo Foucault, a idéia de "panopticon" existia já antes de Benjamin Benthan tê-la explicitado. "Panopticon" seria um modelo de arquitetura que permitisse com o olhar, controlar os corpos e movimentos. Citando as palavras de M. Foucault em *Microfísica do Poder*: ... *Mas, se a idéia do panopticon é anterior a Benthan, que realmente a formulou... A própria palavra "panopticon" é fundamental. Designa um princípio de conjunto. Sendo assim, Benthan não imaginou simplesmente uma figura arquitetural destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou dos hospitais... ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância. Algo importante a ser assinalado: Benthan pensou e disse que seu sistema ótico era a grande inovação que permitia exercer bem e facilmente o poder, p. 211*

financeiros o sistema educacional, especialmente as escolas estaduais de 1º e 2º graus. Se há aumento das construções, estas ocorrem de forma desordenada, caótica. O terreno permanece normalmente do mesmo tamanho e as construções, quando se efetivam, reduzem cada vez mais a área de recreação. Prédios cada vez mais econômica e precariamente construídos, sem levar em consideração a ventilação, claridade, tamanho das salas de aula, onde se amontoam mais e mais crianças e jovens, (salas com trinta, quarenta, cinquenta alunos), que deverão permanecer de preferência imóveis, silenciosos, durante três, quatro, cinco horas diárias. E se aludirmos à implantação da Jornada Única para o Ciclo Básico, no Estado de São Paulo, veremos que aumentou para seis horas o tempo de permanência dos alunos na escola; - enquanto que as condições físicas (salas de aula, terreno) e as humanas (professores, funcionários), permaneceram, na maioria, inalteradas. Estas considerações não são apenas deste trabalho, mas estão presentes em depoimentos de alunos, professores, pais, meios de comunicação como jornais, TV.

S diz ser impossível vigiar a todos, não só pela arquitetura da escola, muitas vezes semelhante à descrição de Michel Foucault, quando fala das prisões, hospitais, escolas, de outros países, principalmente da França. Aqui são menos planejadas, no sentido de manter uma vigilância constante, pois existem outros procedimentos de poder construídos historicamente, bem mais aprimorados, diversificados, eficientes, de controle dos indivíduos.

Ao nosso tão decantado "desplanejamento" corresponde também uma autoridade mais autoritária: se as condições físicas não permitem "ver todos", "os castigos dos pilhados" são mais exemplares, mais fortes, criando-se o medo do vigiado como forma de vigilância. Além disso, face a uma transferência compulsória, novo nome de expulsão, ir para onde? com que condições? Quer dizer, as condições reais de vida da população, se não conseguem disciplinar os alunos segundo o código da escola, enquanto instituição com características específicas, acabam por auxiliar na vigilância de outras formas.

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde todos os acontecimentos são registrados um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos... isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (50)

Como dizíamos anteriormente, esta transparência, a minuciosa vigilância, de que Foucault fala, deveria ser relativizada em se tratando do Brasil, pois o sistema disciplinar escolar, no atual contexto brasileiro, tem suas especificidades. É uma disciplina onde a vigilância não é tão racional, tão controlada. Não raramente, professores com duas

(50) FOUCAULT, Michel - Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 174-5.

classes e um total de sessenta alunos, chegam ao final do 1º semestre sem saber sequer o nome dos mesmos. A construção de uma quadra para educação física diminui ainda mais o espaço de recreação, de lazer dos alunos, além de ser reservado só para estas aulas, impedindo o acesso dos alunos, mesmo quando a quadra não está sendo utilizada.

S diz *não ter um lugar seu para ficar. Uma cadeira, uma mesa. Em um determinado tempo tinha, hoje não tem mais.*(51) Será que a perda do espaço físico do inspetor não é intencional, para que exerça seu papel de ficar circulando para melhor exercer a vigilância?

Outro problema colocado por S é a questão da fila para entrada e saída dos alunos da sala de aula. Ele diz: *No caso da fila, ela (a diretoria anterior) me falou: 'Olha, S estou querendo acabar com ela, mas está difícil. Depois de um tempo a gente vai conversando com o pessoalzinho e eles entram muito mais organizados sem a fila e dá menos trabalho'. Porque a fila é uma loucura. Na hora de montar a fila no pátio e esperar a entrada, eles se matam. E este é um encargo nosso. Quando tentaram colocar de novo a fila, eu e minha colega, que é inspetora também, dissemos: 'Não nos encarregamos da fila. Já que eles querem implantar isso e jogar por cima de nós, não vamos aceitar...' E implantar*

(51) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 37.

(52) Ibid, p. 37

ainda uma coisa que complica prá gente, pros alunos, pra todo mundo. Enfim não tem razão de existir esta fila. (52)

A fila normalmente é um tempo para pôr em ordem os alunos para entrarem em sala de aula em silêncio, um atrás do outro. Sabemos, por diversos estudos, como, por exemplo de Jean Piaget, ser contra o próprio desenvolvimento da criança de seis, sete anos a onze, doze anos, ficar imóvel, em silêncio, sem uma proposta, sem um motivo para tal. E por não haver motivo para esta imobilidade, as crianças, independente de classe social, empurram seus colegas, dão ponta-pés, passam tranca, derrubam, dão beliscões, etc.

Sabe-se da suscetibilidade da criança nesta faixa etária para atividades que envolvam seu corpo, sua motivação, sua fantasia. O tempo da fila poderia muito bem ser aproveitado para atividades lúdicas e, sem dúvida, criativas, como expressão corporal, canto, ouvir ou declamar versos, contar histórias, etc. Exigir imobilidade, ordem, silêncio, sem apresentar uma razão, uma proposta, é totalmente contra qualquer Pedagogia Moderna. Sem dúvida o tempo da fila é, para a criança, um momento chato, inútil, preparação para a entrada em sala de aula. Preparação para entrar em um lugar desagradável, como a maioria das crianças afirmam, segundo S. Concordamos ser também a fila um ritual disciplinador. A idéia de utilizar o tempo da fila com atividades lúdicas, de recreação, pode até ser considerada um paliativo frente ao descaso como é tratada a educação neste país. Mas, se

realmente é o objetivo conservar a criança e o jovem na escola, e se, especialmente, se quer que este espaço e tempo escolar sejam significativos e contribuam para a transformação social, todos os momentos da escola deverão mudar radicalmente.

Como a escola pública, hoje, é freqüentada em quase toda sua totalidade por alunos provenientes das camadas desfavorecidas, marginalizadas econômica, social e culturalmente, e como esta escola foi organizada historicamente para as minorias, sua sujeição à disciplina não é pacífica. São sinais visíveis de resistência a evasão, a repetência e todas as atitudes e ações consideradas como indisciplina.

S fala muito sobre o problema dos alunos correrem antes do início das aulas, nos intervalos, na saída para o recreio e depois entrarem suados. Estas ações são também consideradas como indisciplina. Tanto que um número muito grande de alunos é registrado no Livro de Ocorrências ou "Livro Negro" por este motivo. Não é preciso muito esforço intelectual para afirmar não ser o fato de correr o problema fundamental. O próprio espaço físico torna a façanha perigosa, por apresentar obstáculos e não comportar tantos alunos. É evidente que a questão é essencialmente de higiene, de silêncio, de ordem. Alunos das camadas populares "cheiram mal", não tomam banho diariamente como os das camadas médias. Alunos de classe média que estudam em escolas públicas com mais espaço ou não, são, na maioria, "limpos", "cheiram bem"

e não chegam a ser punidos por isso. Foucault diz ser fruto da sociedade moderna a questão da higienização. Separar os pobres dos ricos, os limpos dos sujos, pois estes representam a depravação, a promiscuidade, a imoralidade, são os preguiçosos, os improdutivos. Andar "limpo", cheirar "bem" é também uma questão de classe social.

No depoimento do Inspetor de Alunos, é abordada também a questão da depredação escolar. S diz: *Eles destroem móveis, tudo o que podem. As vezes eu vejo eles destruírem e digo: 'Olha, você está destruindo uma coisa que é sua' Um mundo de carteiras que são destruídas, estragadas, rabiscadas. Eles furam as carteiras. O que podem estragar, estragam. Não sei bem o motivo, mas vão rebentando tudo. O fato de estarem ali na classe irriquietos, então aquelas classes de compensado com a unha eles vão mexendo, mexendo e rebentam uma classe inteirinha. As vezes com uma ferramenta é difícil estragar. Com a mão, devagarinho eles rebentam uma carteira inteirinha. Uma carteira colocada, parafusada. Eles falam que não gostam da escola. Tudo parece uma manifestação contra a estrutura a que estão submetidos.*(53)

A depredação da escola, nos leva a tentar compreender melhor a visão que os alunos, as pessoas em geral, têm do público e do privado. O aluno depreda a escola por pura indisciplina? Resistência à estrutura repressiva da escola? Desconhecimento dos seus direitos sociais? Influi

(53) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 39.

nesta atitude o conhecimento da corrupção de políticos, burocratas, de como aqueles que detêm o poder tratam a coisa pública? Se na escola esta depredação é um sinal de resistência, mesmo difusa, o que pensar do brasileiro em geral? Qualquer brasileiro que convive com o espaço público, ruas esburacadas, orelhões de telefones destruídos, filas de INPS, de Bancos, sabe que vivemos num país onde o público não é respeitado. Falar para um aluno como S falou: *Você está destruindo o que é seu* é dizer algo que ele nem sequer pode imaginar. Ou até constata ser uma inverdade, pois pouco do que existe na escola lhe é permitido utilizar, os livros da maioria das bibliotecas, quadras de educação física, laboratórios, etc. Como já afirmamos acima, no nosso entender, a depredação é um sinal de resistência ao instituído, à escola pública que aí está, que eles sentem não ser deles mas ser do diretor, dos professores. É resistência contra a cadeira na qual são obrigados a permanecer imóveis, silenciosos. Chico Buarque de Holanda ilustra a função da cadeira na vida das pessoas:

Escute, rapaz, você já parou pra pensar direito o que é uma cadeira? A cadeira faz o homem. A cadeira molda o sujeito pela bunda, desde o banco escolar até a cátedra do magistério.

Existe algum mistério no sentar que o homem, mesmo rindo, fica sério.

Você já viu um palhaço sentado?

*Pois o banqueiro senta a vida inteira, o
congressista senta no senado*

e a autoridade fala de cadeira

...

*E sentado ao lado que se começa um namoro.
Sentado está Deus Pai, o presidente da nação, o
dono do mundo e o chefe da repartição... (54)*

Desde a imobilidade em carteiras, nas quais os alunos são obrigados a permanecer em silêncio, durante horas, até os minuciosos controles sobre a movimentação, os gestos, a linguagem, o corpo, e etc, faz com que muitas crianças e jovens reajam contra tais controles com comportamentos "desviantes", "não desejáveis" e violentos, como a depredação da escola. Talvez tais atitudes dos alunos seriam minimizadas se os agentes que atuam na escola, principalmente os professores, incluíssem como parte integrante dos conteúdos curriculares, a análise histórica das instituições modernas, especialmente a escola, para que esta fosse entendida como uma instituição disciplinadora por excelência, e assim, buscar formas de transformação da instituição escolar. Atualmente, as normas disciplinares na escola são exigidas e devem ser cumpridas sem explicação do porquê. Todos devem cumprir o regulamento da escola e pronto. Quem não seguir suas regras é punido, discriminado.

(54) HOLANDA, Chico B. e FONTES, Paulo. "Gota D'Água". RJ, Civilização Brasileira, 1984, p. 32.

A maior justificativa geralmente difundida é que o bom comportamento, a obediência, fará com que tenham um futuro melhor, um "bom" emprego. Esta explicação tem se mostrado ineficaz, pois o problema "indisciplina" na escola, vem se agravando cada vez mais.

Aurea M. Guimarães, com base em pesquisa feita em treze escolas de Campinas, SP, afirma:

... os alunos basicamente associam a depredação a quatro fatores: - à ausência de disciplina; - ao fato dos alunos não gostarem da escola por que têm 'bronca' da instituição; - à falta de respeito dos alunos; - à 'bandidos' que invadem a escola e influenciam os alunos. (55)

Como se vê, a consciência contextualizada, mais abrangente do fenômeno da depredação, inexistente entre os alunos. Os fatores apontados revelam constatações dos alunos pelo que sentem, ouvem, vivem. E como geralmente o alunado não tem espaço para falar, dizer a sua própria história, parece que menos ainda a instituição escolar se preocupará em tratar a questão de forma mais ampla.

Para nós, a depredação da escola pelos alunos passa por múltiplas nuances, concepções, que vão além da divisão da sociedade em classes sociais, até a escola como instituição repressora.

(55) GUIMARAES, Aurea M. *Vigilância, Punição e Depredação Escolar*. Campinas, Papirus, 1985, p. 123.

S se refere, no seu depoimento, ainda a questões sobre o sexo. Diz ter visto alunos "transando", "se masturbando". *Os professores, diretores, nunca ficam sabendo dos 'malhos', das 'transas'". Eles nem imaginam, não vêem. É debaixo da escada, no noturno, em qualquer cantinho (...). Nas classes da parte de baixo eu já vi muitas vezes e eu dou um tempo. Eu deixo terminar a 'transa' (...). O perigo é engravidar. Cada ano saem umas 4 ou 5 grávidas. Algumas fazem aborto por conta própria (...) eles colocam quantas vezes se masturbam por dia, porque se masturbam (...). Uma vez numa sala de aula vi quatro ou cinco alunos com a mão dentro do 'shorts' se masturbando e a professora dando aula expositiva e ninguém vendo nada disso. Eu vi e conversei depois com eles: 'Cuidado gente, se a coisa transparece vocês vão passar um mau bocado...' (56)*

Foucault, em a *História da Sexualidade*, afirma que nunca se falou tanto em sexo na sociedade moderna, mas no sentido de reprimi-lo. Vivemos numa sociedade onde a sexualidade é controlada. O discurso sobre sexo só é legitimado quando feito por especialistas: médicos, juristas, sexólogos, psicólogos, etc.. (57)

O que S descreve sobre "transas", "malhos", masturbação e relações sexuais entre alunos de ambos os sexos e entre alunos do mesmo sexo, vivenciadas às escondidas, como

(56) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p. 39-40.

(57) FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. RJ, Graal, 1980.

um espaço da sexualidade, sem dúvida não legitimado, ocorre à margem da pregação moralista dos pedagogos, dos especialistas. Quando tais práticas chegam ao conhecimento de professores, diretores, funcionários, sem dúvida haverá punição.

Foucault fala o seguinte sobre a masturbação e o sexo das crianças:

...no começo do séc. XVIII, de repente se dá uma importância enorme à masturbação infantil, perseguida por toda parte como uma epidemia repentina, terrível, capaz de comprometer toda espécie humana.

Será necessário admitir que a masturbação das crianças de repente se tornou inaceitável para uma sociedade capitalista em vias de desenvolvimento? Esta hipótese de alguns 'reichianos' recentes não parece satisfatória. Ao contrário, na época, o importante era a reorganização das organizações entre crianças e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, as instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. Na encruzilhada do corpo e da alma, da saúde e da moral, da educação e do adestramento, o sexo das crianças tornou-se um alvo e um poder. Foi constituída uma 'sexualidade das crianças' específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada. (58)

(58) FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ, Graal, 1986, p. 232.

Vemos, então, que o controle da sexualidade das crianças e adolescentes é, acima de tudo, uma questão de poder, no complexo das relações da sociedade capitalista moderna. Acreditamos nisso; entretanto, voltamos a colocar a especificidade da sociedade brasileira e seu "sistema" de educação. Poderíamos levantar a questão: quem e como, no Brasil, com uma população de mais de 50 % vivendo em condições de extrema miséria, em favelas, em cortiços minúsculos, controlaria a promiscuidade sexual de crianças e jovens? Para a análise da masturbação e sexualidade de crianças e jovens que vivem em condições miseráveis e que freqüentam as escolas públicas brasileiras, retomo o seguinte depoimento de uma criança de oito anos de uma escola de um bairro muito pobre:

Fessora, cheguei atrasada pra sala de aula porque o outro marido da minha mãe fez uma bagunça danada lá em casa ontem de madrugada. Minha mãe dormindo com o pai do meu irmõzinho pequeno e o outro marido chegou tarde da noite bêbado e com um facção. Eu e meus outros cinco irmãos tava dormindo na cama e minha mãe com o marido e meu irmõzinho menor na outra cama atrás da cortina. Dai, o tal homem começou a gritar, bater, empurrar, chutar a porta chamando minha mãe de tudo quanto nome feio, fessora. Ele ficou um tempo fazendo isso e como minha mãe não abriu a porta ele deu um pontapé numa das tábuas da parede que caiu em cima de nós e machucou a cabeça de um dos meus irmãos tanto, que depois levaram ele pro hospital. Não é, fessora, que o homem entrou deu

uma briga danada entre os três? Minha mãe tá toda roxa e inchada. (59)

A explicação da aluna por ter chegado atrasada à escola, nos leva a concluir que a família, composta de sete ou oito pessoas, vivia em um único cômodo, pois as camas estavam separadas apenas por uma cortina. Deduzimos, então, que tal promiscuidade leva as crianças e jovens a viverem as questões relacionadas com sexo de diversas maneiras mas singulares, particulares. Fora de casa, tais experiências são normalmente silenciadas, pois a moral burguesa penetra todos os espaços.

Difícilmente o assunto sexo é discutido entre alunos e professores, especialmente nas escolas de 1º e 2º Graus.

E quando é abordado, o discurso referenda a moral burguesa dominante. Provavelmente, os jovens talvez até gostassem de viver conforme as normas, valores morais da sociedade, mas o espaço físico, a falta das mínimas condições sócio-econômicas, entre outras, os levam a ter seus próprios códigos éticos, morais, sexuais.

Correlacionando os fatos com a posição de Foucault, diríamos que o controle da sexualidade esbarra nas condições de miséria, promiscuidade, em que vivem milhares de

(59) Este fato foi relatado por uma aluna de 1ª série do primeiro grau, série da qual eu era professora. Como na época estava alfabetizando crianças repetentes, utilizando como método a história da vida dos alunos, tipos de depoimentos como este eram constantes em sala de aula.

crianças e jovens, alunos das escolas públicas. A sexualidade das crianças e jovens passa a ser controlada não só pela reorganização das relações intra-familiares e educacionais, mas também pelo fato de serem os jovens a futura força de trabalho.

Gostaríamos de salientar a especificidade da realidade brasileira e seu sistema de educação. Isto porque a objetividade, a racionalidade e a eficiência dos controles institucionais, hierárquicos (fundamentos que dão o sustentáculo das sociedades ditas desenvolvidas), entre nós não se concretizou em toda sua plenitude. Daí o porquê da irracionalidade, do "caótico", da não organização plena, que fazem com que os alunos das escolas encontrem os espaços para exercerem o "proibido", o "pernicioso", ou seja, o espaço dos contra-valores.

Para exemplificar as colocações acima, sobre a especificidade da escola brasileira com relação ao tratamento da sexualidade, tomamos o depoimento de Simone de Beauvoir, em uma passagem do seu livro "O Balanço Final".

Simone de Beauvoir relata que participou de uma ação junto a um colégio CET (Collège d'Enseignement Technique, de Plessis-Robinson). Segundo Simone, é um colégio que recebe jovens de doze a dezoito anos grávidas pela primeira vez, as quais são, por este motivo, expulsas ou retiradas dos estabelecimentos de ensino público. Conta que o estudo a elas ministrado é de má qualidade e em condições lamentáveis. Protestando contra a possibilidade de terem

palestras sobre a contracepção, contra o poder da diretora de expulsá-las a qualquer momento, reivindicando a emancipação da família e uma ajuda que lhes permitisse educar o filho, com a ajuda de uma das instituições, da qual Simone de Beauvoir fazia parte, formaram uma comissão e dirigiram-se até o reitor da Universidade a que a escola está vinculada. Colocadas as reivindicações das jovens grávidas ao reitor, este reage dizendo que elas estavam exigindo privilégios por um erro que cometeram. Simone, então, pergunta ao reitor, em que código ele se baseava para considerar um erro ter relações sexuais aos treze anos. O reitor estremece escandalizado e diz que a expulsão da aluna grávida era para o bem da mesma e da família, que assim o exige. Simone afirma que a nossa sociedade não aceita a sexualidade juvenil e se pergunta porque a universidade concorda com isso. Diz existir hoje na França mais de quatro mil menores, de treze a dezoito anos grávidas e que, se se possibilitasse uma educação sexual, a maioria das adolescentes teria agido com mais prudência. (60)

Constatamos, em nosso caso, levando em consideração o depoimento de S, e o relato da aluna, que a sexualidade de crianças e jovens tem um tratamento peculiar. S diz não ter conhecimento de nenhuma expulsão da escola de adolescentes grávidas. Diz que algumas, ao engravidarem, fazem aborto por conta própria, assumem a gravidez com o

(60) BEAUVOIR, Simone de. *Balanço Final*. SP, Nova Fronteira, 1982, p. 483-4-5

namorado ou a própria família aceita. Sabemos, entretanto, que a sexualidade de jovens e adolescentes, seja masturbação, namoro, relações sexuais antes do casamento, é condenada e passível de severas punições e até expulsão do colégio. No Brasil não temos escolas especiais para jovens solteiras grávidas. Se os jovens, quase sem nenhuma orientação de contracepção, mantêm relações sexuais antes do casamento, o fato se dá, na maioria das vezes, com meninas jovens normalmente discriminadas, que, muitas vezes, são denunciadas ao diretor da escola pelos próprios colegas, vizinhos... Tal atitude justifica-se em nome da "moral e dos bons costumes".

Neste capítulo, procuramos buscar as origens históricas do surgimento da figura do inspetor de alunos, relacionando-a com a primeira polícia assalariada, na Inglaterra, no século XVIII, cuja finalidade fundamental era reprimir as greves operárias dos trabalhadores das docas.

Afirmamos que, tal como a polícia inglesa, com o advento da ordem social capitalista, certas instituições modernas, entre elas a escola, organizam-se em função de garantir o controle, a ordem e a vigilância, justificando-se por aí a figura do inspetor de alunos.

No Brasil, constatamos, já nas escolas do Império, através da leitura do livro 'O Ateneu', de Raul Pompéia, a descrição do inspetor ou bedel, com o objetivo de delatar aos superiores os alunos infratores das normas disciplinares.

Buscamos no Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo aprovado em 1978, as funções do inspetor de alunos e, comparando-as com o Regulamento da Escola Normal de São Paulo de 11/07/1890, constatamos que pouca alteração houve, no que diz respeito aos deveres e obrigações de tal função.

Constatamos que a passagem, no Brasil, do Império para a República não significou melhoria das condições de vida, de cidadania, para a população expoliada, tão pouco em termos de educação, pois esta continuou destinada basicamente à formação das elites dominantes.

Verificamos, com relação à forma de contratação dos Inspectores e Porteiros do início da República, ser esta de nomeação livre do governador e passível de demissão conforme conveniência do serviço público. Enquanto que atualmente tal contratação se dá mediante Concurso Público, estabelecendo, assim, um tipo de relação mais impessoal, hierarquizada, implicando no vínculo empregatício de cargos e funções estipuladas no Plano de Carreira do Funcionalismo Público. As atribuições do Inspetor de Alunos são essencialmente de ordem disciplinar, de vigilância, de controle. Vimos, pelo depoimento de S, existir, na escola, um código disciplinar minucioso como ordem na fila, silêncio no corredor, respeito à autoridade hierarquizada. Punição aos alunos por correrem no pátio, entrarem suados em sala de aula, por namorarem, por fugirem da escola, por se esconderem no banheiro, entre muitas outras coisas. Trata-se das normas

do regimento do cotidiano, que concretizam o regimento oficial e dão vida à função do Inspetor.

Deduzimos serem as transgressões disciplinares, resistências individuais ou de grupos à forma de organização da instituição escolar, aos valores e normas que a sustentam e acenamos para uma possibilidade de mudança na escola através do estudo da indisciplina.

No texto que segue, cujo título é "Livro Negro" - Registro, Vigilância e Punição, tentaremos analisar o registro das ocorrências, sua linguagem, quais os atos considerados como transgressão do código disciplinar escolar, relacionando-os com bate-papos com alunos e os depoimentos dos agentes que atuam na escola.

CAPITULO III

LIVRO NEGRO - REGISTRO, VIGILANCIA E PUNIÇÃO

"Quando a gente vai pro 'Livro' eles sempre ficam no pé da gente, qualquer coisa que acontece é a gente que faz."

Fernando, aluno de uma escola pública do Estado de São Paulo.

Na tentativa de elucidar o código disciplinar praticado, presente no cotidiano da instituição escolar, estudamos nesta parte do trabalho um importante instrumento do autoritarismo na escola: O Livro de Ocorrências, chamado de "Livro Negro", previsto no artigo 66 do Regimento. Este livro é utilizado para registro das "indisciplinas" dos alunos no dia-a-dia das escolas. Sua existência atemoriza, e serve de justificativa às punições individuais, ou em grupo, as quais, dependendo da gravidade, da incidência, podem levar o aluno à transferência compulsória. De acordo com o Regimento Comum das Escolas Estaduais em seu artigo 114 - *As transferências serão efetuadas normalmente nos períodos de férias escolares.*

& 1º - Serão realizadas transferências até o final do terceiro bimestre desde que o interessado ou responsável, no caso de menores, comprove um dos seguintes motivos:

- I - mudança de residência;*
- II - necessidade de trabalho;*
- III - problemas de saúde;*
- IV - incompatibilidade disciplinar;*

V - problemas econômicos.

O "Livro Negro", objeto do estudo deste capítulo, é normalmente um documento sigiloso, sendo proibida a sua divulgação. Existem escolas onde tal livro é de certa maneira substituído por uma ficha individual, na qual constam as transgressões dos alunos, ou por um caderno de anotações. O Livro de Ocorrências é de acesso público no interior da escola, porém é proibida a sua divulgação fora da mesma. No caso da ficha individual, o aluno recebe uma cópia contendo a "indisciplina" e normalmente deve levá-la para que os pais ou responsáveis tomem conhecimento do ato praticado pelo aluno, via sua assinatura, sendo posteriormente devolvida à escola.

Neste texto faremos um comentário breve sobre os múltiplos registros individuais dos alunos como fichas, observações, atas, previstos no Regimento Oficial, dedicando nossa atenção ao "Livro Negro". Inicialmente buscaremos a justificativa legal da existência de Livros de Ocorrências nas escolas de 1º e 2º graus e explicaremos também como tivemos acesso a um "Livro Negro", de uma escola pública. Para melhor explicitação da rede de controles sobre os alunos, faremos, a título de exemplificação, uma tipologia das ocorrências registradas no livro a que tivemos acesso relacionando-as com os depoimentos do Inspetor de Alunos, Assistente de Diretor, Ex-Diretora de Escola, bate-papo com dois grupos de alunos, cujas transcrições compõem os anexos deste trabalho. Consideramos tais depoimentos como registros da percepção do vivido na escola, ainda que esta seja difusa,

contraditória, complexa, como constatamos, de fato, serem as relações vividas cotidianamente no interior da escola.

O Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, aprovado em 1978, em vários artigos fala sobre diversos tipos de escrituração. Por exemplo diz o artigo 2º - *O Orientador Educacional tem as seguintes atribuições:*

I - participar da elaboração do Plano Escolar;
II - elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, mantendo-a articulada com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;

.
 .
 .

XIII - organizar e manter atualizado o dossiê individual do aluno e o perfil das Classes;

XIV - assessorar o trabalho docente:

a) informando os professores quanto a peculiaridades de comportamento do aluno;

b) acompanhando o processo de avaliação e recuperação dos alunos.

Também o artigo 21 prescreve - *Os professores Conselheiros de Classe têm as seguintes atribuições:*

I - coletar dados sobre o grupo de alunos sob sua responsabilidade, especialmente relacionados a interesses e sondagem de aptidões e à adaptabilidade a ocupações pretendidas;

II - identificar problemas ou carências individuais ou do grupo que exijam atenção especial por parte da Orientação Educacional;

III - aplicar instrumentos de observação de alunos, propostos pelo Orientador Educacional;

.
 .

O artigo 28 - *Os Conselhos de Série e de Classe tem as seguintes atribuições:*

- II - *avaliar o comportamento da Classe;*
 - a) *confrontando o relacionamento da classe com os diferentes professores;*
 - b) *identificando os alunos de ajustamento insatisfatório em situação de classe e na Escola;*
 - c) *propondo medidas que visem ao melhor ajustamento do aluno;*

Além disso, o Regimento determina também que o professor deverá observar os alunos identificando suas necessidades e carências informando ao Orientador Educacional e, sem dúvida, levando suas observações às reuniões dos Conselhos de Série e de Classe. Poderíamos ainda elencar outras determinações do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo, sobre os registros, documentos, fichas que os diversos agentes do corpo docente e especialistas da educação devem, ou podem manter sobre cada um dos alunos, especialmente, de registro sobre o comportamento.

Estes dados nos mostram que o documento legal, que ora estudamos, determina "normas pedagógicas" de vigilância constante. Não é apenas de fato, mas é também formalmente que as autoridades escolares têm o poder de registrar, de contabilizar os "desvios", estigmatizando, classificando, diferenciando a população escolar (alunos) com vistas ao

ajustamento dos mesmos à disciplina escolar (e, por extensão, à disciplina da fábrica).

Foucault, ao escrever sobre o exame, afirma:

O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui a nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. (61)

Embora estes múltiplos registros não sejam objeto do presente estudo, sua possibilidade de existência pesa sobre o estudante como uma espada de Dêmocles: ter a vida registrada através de fichas individuais, boletins de notas, atas de Conselho de Série e de Classe, avaliações, etc. E através desta múltipla rede de anotações que a organização escolar e a hierarquia da escola, "conhecem" cada um e todos os alunos, controlando-os, sujeitando-os e mantendo a ordem da instituição.

E ao "Livro Negro" que nos dedicaremos. A existência do Livro de Ocorrências nas escolas públicas é garantido legalmente pelo Regimento Comum das Escolas

(61) FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 168.

Estaduais de 1º e 2º Graus no artigo 66, o qual determina o seguinte: *Toda medida disciplinar deve ser registrada em livro proprio e comunicada aos pais ou responsáveis.* Por este artigo vemos que a escola deve manter registros dos "comportamentos desviantes", das "indisciplinas" em um livro próprio.

A existência de "livros negros" nas escolas é oficial e se comprova tanto pelo artigo 66 do Regimento como pela Portaria SME nº 947/82 do município de Campinas, SP, que Dispõe sobre Normas de Escrituração Escolar na Rede de Ensino Municipal, no seu artigo 2º - *Haverá obrigatoriamente em todas as Escolas Municipais um arquivo contendo os seguintes livros com termos de abertura e encerramento lavrado pelo Auxiliar de Diretor e visados e rubricados em todas as folhas pelo Diretor da Escola.*

01 - *Livro de Histórico e Ocorrências do Estabelecimento.*

02 - *Livro de Registro de "Ponto do Pessoal Docente";*

.

.

.

16 - *Livro de Penalidades aplicadas aos alunos.*

A generalização dos Livros de Ocorrências é constatada também pelos depoimentos e conversas que tivemos com os alunos. Segundo a Ex-Diretora e Delegada de Ensino I: *As escolas têm o 'Livro Negro', eu nunca usei. É incrível o que o professor escrevia no 'Livro Negro' sobre o aluno. Ele*

estava se expondo ao ridiculo. Era horroroso.(62) Nas palavras de Assistente de Diretor C: *...gostaria de falar sobre o Livro de Ocorrências ou 'Livro Negro' das escolas, no qual são registrados os fatos do cotidiano da escola com relação aos 'infratores'. Aqueles que provocam a 'desordem', os 'indisciplinados'. No Livro de Ocorrências registra-se, por exemplo, como 'indisciplina': entrar suado em sala de aula, correr no intervalo, correr no pátio, tudo igual ao que você me mostra,*(63) *mas só que na escola onde trabalho, todos os alunos registrados no Livro assinam o registro e estou vendo que tem algumas ocorrências sem assinatura, do, digamos assim, 'culpado'. O aluno toma ciência e no registro da indisciplina é colocado o artigo do Regimento não respeitado. E o artigo 62. Lá estão os deveres do aluno. E diz que o aluno deve tratar os colegas, superiores, funcionários, com respeito e civilidade. E tem o artigo 63, que é uma sequência do artigo 62, o 63, 64, os quais prevem as penalidades. A primeira sendo advertência, a segunda suspensão e a terceira transfêrencia compulsória.* (64)

Além destes depoimentos, encontramos a confirmação da existência do Livro de Ocorrências na fala do Inspetor de

(62) Depoimento da Ex-Diretora e Delegada de Ensino I, p. 11.

(63) Ao fazer a entrevista com o Assistente de Direção C, mostramos a cópia do Livro de Ocorrências que tínhamos em mãos.

(64) Depoimento do Assistente de Diretor C, Campinas p.18. O nº dos artigos citados por C, são do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau do Estado de SP, de 1977.

Escola S, e no bate-papo com um grupo de alunos dos quais falaremos adiante.

Por um lado, poderíamos dizer que há uma mitificação do poder do "Livro Negro". Ele é colocado para os alunos como um instrumento mais poderoso do que realmente é. Isto percebemos pela fala de alguns alunos. Muitos temem "ir" para o Livro de Ocorrências, alguns parecem relativizar o poder deste instrumento punitivo utilizando-se de estratégias, como não devolver a ficha disciplinar assinada pelos pais ou responsáveis à escola. Isto podemos constatar no que as alunas Sandra e Cintia dizem:

Sandra - *Na minha escola nem livro não tem, eles catam uma folhinha assim mimeografada e assinam e colocam que o aluno fez aquilo.*

Cintia - *Eu tenho entrado (Livro de Ocorrências) porque um menino me xingou e aí eu falei: 'Vai tomar banho...'. Aí ela começou a falar com a Da Vanda, daí eu falei. 'Ah! não pode, então só pode falar pior'. Daí ela pegou e falou: 'Você vai ficar com advertência, amanhã você entrega pra Da Vanda.' Minha mãe assinou e eu guardei em casa. Da Vanda nem me cobrou no dia seguinte, também se cobrasse, eu não ia dar. (65)*

Parece-nos que o temor sobre o poder do "Livro Negro", em determinadas situações, é relativizado, pois, como no fato citado acima, a ficha disciplinar assinada pela mãe

(65) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.55-56.

da aluna Cintia não foi devolvida à escola, conforme exigência das normas regimentais.

Tivemos acesso a um "Livro Negro", que analisaremos a título de exemplo, obtido através de um Inspetor de Alunos, de uma escola pública de São Paulo, e que por razões óbvias, não nos é permitido dar fontes de informações mais precisas.

Ocorrência, segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, é "acontecimento, sucesso, acaso, circunstância, encontro, ocasião". No entanto a semântica primeira da palavra ocorrência, na fala comum entre as pessoas, é a ocorrência policial e por extensão, todo o significado da palavra "ocorrência" vem associado ao paradigma policial: agressão, prisão, crime, etc.

No caso da ocorrência policial procede-se geralmente da seguinte forma. Primeiro, o policial enquanto autoridade, prende o indiciado (por furto, roubo, agressão física ...) e o leva para a Delegacia de Polícia. Nesta repartição o policial faz uma declaração sobre o fato ocorrido, e esta é registrada, também o culpado, o transgressor, faz a sua declaração. As duas declarações são registradas e ambos (policial e transgressor) assinam. São, então, ouvidas as duas falas. A do policial e a do indiciado. Frente a este primeiro registro, pode ocorrer um processo judicial envolvendo advogado, testemunhas, etc., ou não. O que convém ressaltar é que no caso da ocorrência

policial, as vozes dos agentes envolvidos são ouvidas e registradas.

Já no "Livro Negro", os fatos são registrados de forma diferente. A autoridade (inspetor, professor, diretor...) registra a "transgressão" da ordem sem o registro da fala do suposto culpado - o aluno. Ou seja, o aluno não tem possibilidade de dizer a sua versão, as suas razões. A autoridade, na escola, registra, e o aluno assina. Vejamos este registro do Livro de Ocorrências. *Pedro teve atitudes inconvenientes na sala de aula. Só volta à escola com a presença do responsável.* Logo abaixo desta ocorrência consta a assinatura de Pedro. A autoridade registra, o aluno assina e isto pode repetir-se várias vezes, até que, se o "indisciplinado" incidir muitas vezes nas "faltas" poderá ser transferido compulsoriamente. Existe, então, nos registros do Livro de Ocorrências da Escola, basicamente, duas características diferentes da ocorrência policial: primeira, a descontextualização do fato; segunda, a não fala do aluno "mal comportado".

As "indisciplinas" praticadas pelos alunos são registradas, na maioria das vezes, sem observações sobre o contexto em que ocorreram. Fernando diz: *A gente vai pro livro, eles ficam no pé da gente, qualquer coisa que acontece é a gente que faz.* (66)

(66) Bate-Papo com Alunos: A Indisciplina Desorganizada. p.49.

Além da descontextualização, e em consequência da a-historicidade, uma outra característica importante dos registros é a ausência de vozes, tanto da autoridade hierárquica quanto do acusado (aluno "transgressor"). Isto podemos constatar nas seguintes ocorrências retiradas do Livro. *A aluna Gisele ficou andando na chuva durante o intervalo sem necessidade e entrou na classe toda molhada.* Segue assinatura da aluna. Outro registro. *Os alunos Alessandro, João Carlos, Marlon César, Rodnei e Jean Carlos não entraram na aula de matemática, porque não haviam feito a tarefa de casa.* Notamos então que não existe a fala, nem de quem acusa, nem do acusado. Os fatos são registrados como se fossem registro de um eu-impessoal, somente os caracteres gráficos poderiam permitir a identificação. Isto dá ao "Livro Negro" uma característica de impessoalidade. Não existe sujeito. Tem nome de pessoas, de indivíduos que são registrados, mas os fatos se apresentam como fatos "verdadeiros" ou extraordinários. Isto é, sem história, sem sujeitos, sem contextualização. Se não pudéssemos identificar o Livro de Ocorrências, como um dos registros da escola, poderíamos pensar pertencer ele a outra instituição qualquer. Apresentar o fato descontextualizado é sempre apresentá-lo como fato fora do comum e portanto conter a "verdade" em si e por si mesmo. E a soma dos fatos registrados não articulados um com outros, vai definir o aluno como "indisciplinado". Não é a história de vida do aluno que a caracteriza como transgressor das normas disciplinares na escola. Se a

instituição escolar trabalhasse com a história de vida dos alunos, se contextualizasse as ações praticadas, não teria o aluno "indisciplinado", mas sim o aluno com problemas de ordem econômica, social, cultural, psicológica, etc. Esta seria, a nosso ver, uma das funções da escola: trabalhar com as condições sociais mais amplas que estão presentes na história de vida dos agentes envolvidos no processo educativo. No entanto o que constatamos nos registros do Livro de Ocorrências, é o que a escola faz: transformar o que é condicionamento histórico em fatos isolados e a soma, o conjunto destes fatos independentes dão a classificação do aluno: bom ou mau. A descontextualização das ocorrências nos parece estar relacionada com a impessoalidade das mesmas não há história, não existem sujeitos, não se ouvem vozes. Desta forma silenciam-se as vozes, silencia-se a história. Os fatos descontextualizados cortam a história dos indivíduos.

As ocorrências registradas no "Livro Negro" da escola são também muitas vezes arbitrarias. No bate-papo com os alunos, Fernando diz: *a gente vai pro livro, eles ficam no pé da gente, qualquer coisa que acontece é a gente que faz.* Desta maneira simplifica-se, autoritariamente, a colocação automática do aluno como réu culpado, sem direito à defesa; fazendo com que este réu (aluno) assine peremptoriamente sua própria anotação de culpa. Há raras exceções. Encontramos registros excepcionais em que se ouve a voz dos alunos "culpados". E um é nitidamente de denúncia e outro de promessa. Por exemplo *promete não provocar indisciplina senão*

será transferido para o setor ao qual pertence. Esta voz fala e promete não praticar atos de indisciplina, ou seja, promete ser disciplinado e é ameaçado de ir para outro lugar (na leitura do registro é impossível descobrir que lugar é este). A outra ocorrência remete à questão da denúncia, da delação, *foram citados por outros alunos como bagunceiros e desrespeitosos.* Note-se que "outros alunos" torna a voz sem dono.

A importância da delação no sistema de controle é tão importante quanto todos os demais mecanismos de vigilância e punição.

A existência do Livro de Ocorrências ou "Livro Negro" acaba assumindo também a função de repreender, punir, castigar, pelo simples fato de registrar comportamentos. E neste sentido está relacionado com o sistema policial e jurídico, pois fica evidente o poder que tal instrumento tem para a maioria dos alunos no sentido de atemorizar e de punir. Estar no Livro de Ocorrências na escola, equivale, de certa forma, a estar fichado na polícia, fora da escola. Um estudo longitudinal e comparativo poderia esclarecer as correlações: o primeiro registro policial não será na escola?

Outro aspecto que nos chamou a atenção no "Livro Negro" foi o número de registros sem a assinatura dos alunos. Verificamos que estes registros sem assinatura, (três anos em que o livro foi utilizado, de 1985 a 1987) eram de alunos da primeira série do 1º Grau e notamos a incidência dos registros nesta série. Isto nos faz supor que deve ocorrer

pelo fato de as crianças não estarem ainda alfabetizadas, daí o porquê de não constar a assinatura. E a incidência significativa de ocorrências nesta série deve ser pela maior dificuldade de adaptação à escola nesta faixa etária. Daí porque o controle deve ser mais rígido e minucioso. Imagine-se o significado para a criança, de seis, sete anos de idade, que vai para a escola para aprender a ler e escrever, ser registrada em função de um código de condutas ainda desconhecido, num livro também desconhecido.

A escola, ao utilizar-se do "Livro Negro", nos leva a contatação de que ela necessita deste pequeno e minucioso instrumento punitivo, onde os "delitos" devem ser especificados, bem como as formas de sanções, reprimindo cotidianamente os comportamentos indesejáveis, como aponta Foucault:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atraso, ausências, interrupções de tarefas), das atividades (desatenção, negligência, falta de zelo), dos discursos (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeiras), de sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se

encontre preso numa universalidade punível - punidora. (67)

Estendendo a ação punível-punidora da Escola, ampliando este "terror" gerado pelo registro no "Livro Negro", a escola pode utilizar-se da ficha disciplinar onde é registrada a "indisciplina" do alunos, para conhecimento e assinatura dos pais ou responsáveis. Estes, na maioria das vezes, por se sentirem humilhados e também culpados, pelo fato de seu filho não ter um "bom comportamento", reforçam esta punição, dando novos castigos ao filho/aluno, chegando muitas vezes até à agressão física. Por aí, vê-se que a Escola estende seu poder de repressão além de seus muros, chegando até a família, pois esta pode punir fisicamente o aluno "transgressor".

Na intenção de maior explicitação dos atos puníveis-punidos, tomando por base os registros no Livro de Ocorrências, que nos serve de exemplo, organizamos uma primeira tipologização das ações registradas, e portanto puníveis. No caso, concretamente punidas. Isto permitirá uma visão mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais concreta deste código cotidiano, não explícito, de comportamentos "indisciplinados" que são objeto de vigilância e que, por contraponto, desvelam parte do que seja a educação. Pelo nosso estudo, chegamos a sete categorias: Do ir e vir; do tempo; do espaço; do corpo: integridade e postura física,

(67) FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 159-60.

sexualidade e higiene; da **propriedade**: do material de uso comum, do material de uso pessoal; da **expressão**: pela linguagem, pelos gestos; da **preservação das relações hierárquicas**.

1. Controle do Ir e Vir

No controle do movimento - ir e vir dos alunos, a instituição escolar procura vigiar os indivíduos levando-os a imobilidade ou a movimentarem-se onde e quando é permitido. O controle do ir e vir foi por nós percebido no "Livro Negro" quando são registradas as seguintes ocorrências: "correr no pátio; correr no corredor; permanecer em sala de aula no intervalo e aula vaga; vir a escola e ir embora; ir para outra escola em dia de aula" entre outras.

Se tal controle não leva à imobilização completa é porque o indivíduo resiste e continuará resistindo apesar de a instituição aprimorar cada vez mais os mecanismos de vigilância, registro e punição. Também nos parece que o movimento do Ir e Vir, quando na escola é permitido, o é somente nos espaços certos, lugares específicos, ou seja, em tudo onde o movimento é controlável.

O controle do Ir e Vir, quando registrados como indisciplinas, atos do tipo "passear pelos corredores sem necessidade", ou "sair da escola sem autorização", ou então,

"ficar em cima do muro da escola", refletem por um lado, que o conteúdo apreendido é, essencialmente, a disciplinarização de corpos e mentes com a finalidade fundamental, resultado do processo, de manutenção da "ordem e da harmonia", via vigilância, controle, registro e punição de cada indivíduo e de todos ao mesmo tempo.

2. Controle do Tempo

As ocorrências registradas no "Livro Negro" e portanto categorizadas como indisciplinas assim como "chegar atrasado na escola; chegar atrasado na aula depois do intervalo; não entrar na sala de aula após o sinal; não comparecer a classe na aula de determinada matéria", revelam que existe um controle do tempo dos alunos. O aprender e o ensinar, tem, na escola, um tempo limitado. Assim, deduzimos que não se pode aprender matemática fora da aula de matemática, história, fora do tempo determinado para o ensino de história e assim por diante. O tempo de aprender, como o de andar, passear, dentro da escola, tem um tempo determinado. Isto nos indica que o tempo na escola obedece a um esquema de organização de tal ordem que as ações dos indivíduos devem girar em função das necessidades da própria organização escolar em si. E que registros do Livro de Ocorrências tais como *vir no período da tarde, sendo que*

estuda pela manhã ou não entrar na sala de aula após o sinal, revelam que o horário das disciplinas como matemática, história, bem como, do conteúdo das mesmas, está cronometrado e deve restringir-se a um determinado tempo e somente a ele. E atividades como brincar, jogar bola, correr, podem acontecer em outro tempo desde que seja no tempo para tal reservado pela organização escolar.

3. Controle do Espaço

A complexidade da questão disciplinar na escola passa pelo espaço físico. Momentos de silêncio e de localização do grupo são exigências de um processo formal de aprendizagem, por isso em determinados momentos professores e alunos necessitam ter um mínimo de silêncio e atenção. Isto justifica o controle que se faz sobre a liberdade do ir e vir no interior do espaço físico da escola. No entanto, a própria configuração física do prédio escolar e da ocupação do tempo das diferentes turmas provoca colisões: às vezes uma turma está no intervalo, outra em sala de aula, outra ainda em aula vaga e inexistem espaços físicos para que isto ocorra. Registros no "Livro Negro" como: "pertubar uma classe que estava em aula; bagunçar na sala de aula durante o intervalo; bagunçar no corredor após o intervalo" revelam controles cotidianos sobre o espaço físico escolar. A Ex-diretora I, ao

falar sobre a concepção de uma "boa escola" para muitos diretores afirma: *Voltando a conversar sobre o diretor... Para ele a visão de uma boa escola é aquela em que todos estejam em sala de aula, sentados em cadeiras uma atrás das outras, silenciosos, um olhando a nuca do outro direitinho, sem se mexer, o professor bem autoritário mesmo. Mesmo que não esteja fazendo nada...* (68)

O espaço físico é um complicador da aprendizagem de modo tal que muitas vezes situações de entusiasmo, de descobertas, de avanços, devem ser arrefecidas pelo próprio professor com palavras como: *falem baixo, pois ao lado tem outra turma em aula.* Este natural, espontâneo entusiasmo de alunos e professor passa a ser considerado geralmente como indisciplina, falta de autoridade do professor e assim por diante.

O controle dos alunos no espaço físico, seja através de sua fixação em determinado lugar, ou nos momentos de circulação podem gerar situações de conflito. (69)

Também é determinado o espaço de cada um dentro

(68) Depoimento Ex-Diretora e Delegada de Ensino I, p. 13

(69) É o espaço físico que determina a dita impossibilidade de adoção por parte dos professores de diferentes metodologias, a tal ponto que o processo ensino-aprendizagem acaba sendo um processo de silêncio. Por exemplo, o professor ao utilizar de uma técnica de aprendizagem, como trabalho em grupo, quando deve dispor as carteiras da sala de aula em círculo, o barulho feito neste deslocar dos móveis pode gerar situações conflituosas com as turmas vizinhas distraíndo-as, desviando-as das tarefas que estão executando.

da sala de aula. Separam-se os alunos, principalmente, por nível de aprendizagem ou de comportamento.

Sandra afirma - *Esse ano a 5ª A está só com aluno de fora, que passou e a 5ª B e 6ª B só tem repetente. E os bagunceiros. Quando é bagunceiro os melhores vão pra frente, os que não conversam e os bagunceiros no meio, que aí é assim só pra não conversar. Só bagunceiro conversa com bagunceiro,* e Cintia sobre o assunto falou "*Na minha classe é diferente. Os bagunceiros vão tudo pra frente e os estudantes vão tudo lá pra trás.*"(70) Separam-se, distribuem-se os alunos no espaço da sala de aula segundo o seu grau de adiantamento, segundo o seu temperamento: irrequieto, silencioso, bagunceiro, para organizá-los em função da obediência, da disciplina, da ordem.

No bate-papo que tivemos com os dois grupos de alunos, notamos que os mesmos têm expectativas com relação ao espaço físico da escola.

Eles reclamam das carteiras estragadas, riscadas, pequenas ou grandes demais para o tamanho do seus corpos (uma vez que são todas de tamanho igual e as pessoas são de tamanhos diferentes), de não poder praticar esportes, etc. Gostariam de ter uma escola bonita com espaço para brincar, laboratórios, sala com video-cassete. Eles conhecem escolas bem equipadas e desejariam que a sua escola fosse um lugar bonito e agradável.

(70) Bate-papo com alunos: *A Indisciplinada Desorganizada*, p. 74.

C, Assistente de Diretor, falando sobre o espaço e as esperanças dos alunos com relação a escola afirma: *...eles fazem um imaginário da escola que, eu acho, deve ser maravilhoso... Chegam e encontram um prédio agressivo, iluminação precária, querem água, às vezes não tem, ficam horas sentados numa cadeirinha incômoda. Numa classe super lotada onde cabem no máximo vinte alunos, amontoam-se quarenta, cinquenta, sem circulação de ar, sem nada...* (71)

4. Controle do Corpo

Analisando os registros do "Livro Negro", os depoimentos e o bate-papo com alunos verificamos que existe cotidianamente na escola controle e vigilância sobre o corpo. Para melhor compreensão do controle sobre o corpo subdividimos em três aspectos a presente reflexão: integridade e postura física, sexualidade e higiene.

4.1 - Integridade e Postura Física

Ocorrências tais como: *Machucar a orelha do colega; dar 'ralo' num aluno durante o intervalo e o derrubar; brigar com colegas; morder o braço de um colega;*

(71) Depoimento Assistente de Diretor C, p. 21.

jogar suco e outras coisas nos outros; acertar um aluno da mesma classe com uma pedra são registros de fatos de agressão ao corpo dos indivíduos e tais atos são punidos pois ferem a integridade física dos alunos. É necessário preservar o corpo, pois ele é essencial para a produção do conhecimento, das riquezas acumuladas através do trabalho humano e apropriadas por poucos.

Mas a escola utiliza-se ainda de castigos corporais apesar de legalmente inconstitucionais. O aluno Antonio nos fala o seguinte: *Então, como eu tava falando das punições, ou era atrás da porta ou no corredor lá, e quando a gente ficava no corredor na parte de fora da classe o pessoal que passava gozava, então a gente não podia ficar lá porque se o diretor visse a gente ali, ele já vinha e tascava o pau, queria saber porque a gente foi prá fora...* (72)

O castigo corporal e a postura física são exigências da escola. Didi, falando sobre as carteiras da sala de aula afirma: *Eu tô com uma ficha só... Daí eu tava procurando, daí ela falou: 'Vai ficar lá atrás'. Daí eu fiquei lá atrás assim né. Então perguntamos: 'Lá atrás onde?' Cintia responde: 'Lá atrás do armário'* (73)

Ao indagarmos sobre as carteiras, Cintia, no bate-papo, demonstrando com gestos, respondeu: *As carteiras estão assim... É o professor quer que a gente fique assim... Mas as carteiras têm uma lombadinha assim... E aqui é bem baixinho*

(72) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.57.

(73) *Ibid*, p.56.

assim... E você tem que ficar assim... Aqui assim, não tem lugar para botar o pézinho. As carteiras são baixas, todas riscadas e furadas; na hora de fazer provas as professoras não querem que põe o caderno. Dai risca e a prova fica toda furada. As letras saem que nem monstros... É horrível ficar lá. Tem que ficar de lado, assim... E a professora diz: 'Quer ficar direito na cadeira?' Dai eu digo: 'O professora eu tô sentada direito'. Dai ela fala assim: - 'Não. Quer olhar para a frente?' - Dai eu sento perto da parede porque eu encosto na parede. (74)

A postura do corpo em sala de aula deve obedecer a determinadas normas. Sentar um atrás do outro, não cruzar as pernas, não segurar a cabeça com as mãos, olhar para a frente, etc... Pode-se dizer que parece existir um consenso sobre a relação da postura do corpo e aprendizagem: os indivíduos só aprendem se estiverem sentados olhando para a frente, mãos em cima da classe e em silêncio. Se o corpo do aluno não estiver com a postura "correta" na hora de aprender, considera-se inviável a assimilação dos conteúdos transmitidos pelo professor.

Acreditamos que nas escolas públicas de hoje o castigo corporal é quase inexistente, sendo mais utilizado o castigo moral, pois este produz efeitos mais prolongados. Para nós castigo moral é, por exemplo, o registro no Livro de Ocorrências.

Os autores do livro *Danação da Norma*, dizem o seguinte sobre o castigo:

(74) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*
p.58-59

O castigo significa basicamente tornar público o ato desobediente para causar no infrator o necessário constrangimento disciplinador. A comparação do seu mau comportamento com os demais alunos o envergonhará e corrigirá. A punição visa não à expiação da culpa, mas a mostrar a incompetência do faltoso. Punições e gratificações entram no jogo disciplinar dentro desta perspectiva de comparação de condutas. (75)

O castigo, a punição, tem por finalidade servir de exemplo para que outros alunos não repitam a mesma infração ou outras infrações.

4.2 - Sexualidade

Os registros de indisciplina como: *tentar beijar as meninas a força no intervalo; ter atitudes 'inconvenientes' em sala de aula; vir de mini-sala no colégio; abaixar as calças dos colegas*, referem-se à questão da sexualidade, dos diferentes papéis sociais determinados para os meninos e as meninas. As repressões da sexualidade tem a ver com a moral sexual da sociedade e com a divisão dos papéis de ambos os sexos. Por exemplo, relacionado com a participação da jovem estudante na política estudantil, Paulo afirma: *Algumas escolas, alguns pais e alguns diretores de*

(75) MACHADO, Roberto e outros. *Danação da Norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. RJ, Graal, 1978, p. 303.

escolas... se juntaram e soltaram um documento para a comunidade dizendo o seguinte: 'Os pais que deixam suas filhas participarem do movimento estudantil... estão levando os filhos ao ridículo, porque as garotas que participam desse movimento estudantil são prostitutas, piranhas...' (76)

No nosso entender, tais repressões referem-se mais à manutenção do corpo feminino na sua pureza, pois a menina deve ser recatada, protegida, resguardando-se para o futuro marido, uma vez que ainda permanece como função básica da mulher, na sociedade, ser esposa e mãe, preservando, assim, a instituição família. Esta instituição, com todo o seu código moral, é a célula básica da sociedade na sedimentação dos "usos e costumes" do contexto social mais amplo. Observamos mudanças de comportamento sexual entre os jovens, mais liberal, mas o código da escola, em relação ao sexo, é tradicional, moralista, controlador, tanto que determinadas atitudes punidas, como verificamos nos registros no "Livro Negro", não o seriam fora da escola.

Ainda que o prazer sexual seja inerente ao ser humano, na sociedade moderna e suas instituições, entre elas a escola, a função é de reprimir, controlar, e até manipular com a questão da sexualidade, pois o indivíduo é visto como homem essencialmente produtivo: todas suas energias devem ser canalizadas para a produção de bens e o prazer é algo que deve ser minimizado e controlado.

(76) Bate-papo com alunos: A Luta pelos Grêmios Livres, p.124.

4.3 - Higiene

Entrar suado em sala de aula; sujar a sala de aula, rabiscar a lousa e sujar o chão; rasgar cartazes sobre higiene no sanitário são alguns dos registros, no "Livro Negro", que se referem à higienização do corpo e do espaço físico na escola.

Por outro lado, a higiene do corpo dos alunos e do espaço físico é dificultada muitas vezes pelas condições de precariedade da infra-estrutura da escola, como diz Fernando: *Hum!... na minha escola é um saco!... As vezes falta água e a gente não pode lavar a mão e nem tem água prá lavar a mão naquele banheiro fedido. Os banheiros são todos assim. Tem as pias que não sai água. Então nem adianta ter pia... (77)*

Mas, o Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus no artigo 64, prescreve: *São deveres dos alunos*":

.
.
.

VI - cooperar para a boa conservação dos móveis do estabelecimento, equipamentos e material escolar, concorrendo também para a manutenção de boas condições de asseio do edifício e suas dependências. E de conhecimento público as condições precárias de higiene nas escolas, a exemplo do que o aluno Fernando disse. Existe uma clara

(77) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.59-60.

contradição entre o que se exige do aluno em termos de higiene e as condições higiênicas oferecidas pela escola.

Por um lado, a escola exige que os alunos apresentem-se "limpos" e colaborem na manutenção das boas condições de asseio do prédio e espaço físico da escola e por outro lado, as condições de higiene do estabelecimento escolar não condizem muitas vezes com a intenção proclamada de limpeza.

A questão do aluno ser punido por "entrar suado em sala de aula", geralmente se dá pelo fato de o suor estar relacionado com mau cheiro. E, em uma sala com vinte, trinta indivíduos, com pouca ventilação, desagrada principalmente aos "asseados e limpos". E também pelo controle da higiene que se percebe a escola como homogeneizadora dos indivíduos. As condições sociais não entram em jogo na questão de asseio e limpeza dos alunos.

5. Controle da Propriedade

Encontramos nos registros do "Livro Negro" ocorrências que se referem à propriedade. A escola controla o material de uso pessoal e o material de uso comum. Assim, os registros: *tomar o lanche de um colega; esquecer o material escolar; trazer fogos de festa junina para a escola; desentender-se por causa de dinheiro; furar o pneu da*

bicicleta do colega, são condutas "desviantes" e por isso punidas, pois trata-se de preservar a propriedade do material de uso pessoal.

As ocorrências que se referem ao controle da propriedade de uso comum, registradas no Livro de Ocorrências, são por exemplo: *chutar as portas das classes; quebrar as telhas da escola; rabiscar as lousas e as carteiras; derrubar a cadeira e chutá-la.* A sequência a seguir é bastante ilustrativa:

Cintia - *Uma vez nós fizemos isso. Nós emendamos o fio na classe e deu 'curto' na diretoria, na escola inteira. Daí a gente saiu. E depois nós desmanchamos e começou a sair fogo e a menina: 'Apaga, apaga'. Ai apagaram a luz, e desmancharam tudo direito e no outro dia acenderam a luz.*

Cintia - *Quase no fim do ano, entraram uns meninos dentro da classe prá fazer limpeza na bolsa de todo mundo, pra pegar o lanche... Ai chegava lá na hora do recreio 'cadê meu lanche? Cadê meu sanduíche?' Uma vez um menino roubou o meu lanche. Ai eu 'chutei'. 'Professora, foi o Thomás que roubou o meu lanche!' Ai a professora: 'Thomás, foi você que roubou o lanche da Cintia?' E o Thomás: 'Foi, professora, mas eu devolvi'. Eu falei 'Devolveu dentro da barriga.*

Didi - *Um dia começaram a roubar o dinheiro da professora na hora do recreio; iam lá e abriam a bolsa dela. No primeiro dia sumiu cem, no segundo sumiu oitenta e no*

terceiro sumiu sessenta... Ai juntou a professora, a servente e ficaram na cozinha olhando pra classe. Ai viu a menina entrar. Ai a professora falou pra servente correr até a classe e quando chegaram lá a menina tava com a carteira da professora na mão tirando o dinheiro. (78)

A violência exercida pelos alunos contra a propriedade do material de uso pessoal e de uso coletivo na escola é por nós entendida como resistência à disciplinarização. Por um lado, a violência institucional é legitimada e exercida em nome da "ordem e harmonia" escolar, e, conseqüentemente, da sociedade mais ampla.

Quando perguntamos se os alunos detruíam as carteiras, todos responderam afirmativamente. Cintia continuou: *A turma da 8ª, destrói tudo. As carteiras de cada classe que eles passam tem um nome. Está tudo rabiscadas, as carteiras. (79)*

A própria escola se apresenta de forma agressiva aos alunos. Banheiros sujos, carteiras rabiscadas e com sulcos, pouca iluminação; isto, segundo nossas reflexões, pode dar uma imagem de escola que não recebe bem seus alunos, uma vez que a sociedade de consumo moderna apresenta muitas condições de bem estar e de conforto.

(78) Bate-Papo com Alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.70,74,75.

(79) Bate-Papo com Alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.59.

6 - Controle da Expressão

Ao analisar o Livro de Ocorrências, percebemos dois tipos de registros que se referem à expressão: a linguagem e os gestos.

No controle da linguagem temos ocorrências como: *xingar o colega de classe; insultar o colega; conversar durante a aula; trocar bilhetinhos em sala de aula; pronunciar nomes feios em sala de aula; xingar as meninas em aula e fora dela.* Como também registros punitivos que se referem a gestos como: *rir durante a aula.* Neste último registro notamos um controle através do "Livro Negro" inclusive sobre a subjetividade. Rir, conversar, trocar bilhetinhos são atos puníveis - punidos na escola.

A palavra dita através da expressão escrita, oral ou de gestos deve ser controlada pois pela voz dos possíveis sujeitos, os alunos, e especialmente através dela, é que na escola se confrontam os valores sociais contraditórios. Muitas das agressões, das relações conflituosas vivenciadas cotidianamente na escola, tem a ver com a expressão enquanto forma de comunicação.

O controle dos gestos como no dizer de Cintia - *Quando vai lá na diretoria, o diretor diz: 'O que você está olhando pra mim?' Então não pode olhar. Ai você não olha e ele diz: 'Eu tô falando, quer escutar?' (80)*

(80) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.58.

Então não pode olhar para o interlocutor (especialmente sendo este "autoridade"), se olhar também é repreendido. Nota-se que as minúcias do controle da instituição escolar podem chegar às raias do controle das expressões como olhar e rir. O olhar de frente para o diretor(a) pode significar atitudes, desrespeito à "autoridade". O olhar para o lado, ou para baixo, numa relação autoritária, pode ser considerado distração, desinteresse e portanto, também deve ser repreendido.

A comunicação verbal, uma das principais formas de comunicação entre os homens, tanto pode ser de diálogo, como também implica em conflitos, relações de dependência, de poder, de submissão. Já na comunicação verbal entre indivíduos hierarquicamente em posições diferentes, numa instituição, ocupando funções de maior ou menor prestígio, ou de mando, a relação é geralmente desigual. Se transpormos estas considerações para sociedade dividida em classes, a comunicação verbal se torna mais nitidamente um dos fundamentais instrumentos de dominação.

O poder da linguagem já se manifesta entre iguais, como por exemplo, na categoria dos professores. Aquele que tiver melhor domínio da linguagem oral poderá impor-se frente aos demais. Já na relação aluno/diretor, além da "autoridade" inerente à sua função o domínio da língua aumenta ainda mais esta relação de poder.

...Essa dominação, segundo BOURDIEU & PASSERON, se dá pela violência simbólica, que se

realiza sobretudo através da ação pedagógica: 'Toute action, pédagogique est objectivement une violence symbolique en tant qu'imposition, par un pouvoir arbitraire, d'un arbitraire culturel'. Ora, a linguagem é, sem dúvida, o principal meio de exercício da ação pedagógica e, portanto, da violência simbólica, talvez a mais eficiente arma de que dispõe a classe dominante para imposição de seu arbitrário cultural. É importante, por isso, avaliar o papel que desempenha a linguagem no sistema escolar como instrumento de manipulação e imposição da ideologia dominante. Este papel está associado à função que a educação exerce nas relações sócio-econômicas e institucionais da sociedade capitalista. (81)

A regulamentação do que pode ser dito e do que deve ser silenciado, via repressão, na escola, tem a função de homogeneização, possibilitando assim classificar as falas diferentes, as quais deverão ser reprimidas.

Também na escola ocorre de o professor propor a leitura de um texto e impor como verdadeira a sua interpretação, não permitindo outras.

O aluno Paulo disse: ... *Ela pegou um determinado livro, tira a posição dela e chega na classe com ela. Ela já começa com o ponto de vista dela e quer que você chegue à conclusão que ela chegou. Então ela começa a discussão querendo que você chegue à posição dela e se você chega numa postura diferente da dela ela diz: 'Não, mas não é bem assim,*

(81) SANTOS, Maria R. dos - A Avaliação das Redações Escolares: alguns pressupostos ideológicos. Ed. UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1987, p. 23.

é isso e aquilo, etc'. Acho isso totalmente errado, pois se pode chegar a várias conclusões dentro da classe. (82)

Sendo a língua o instrumento por excelência das pessoas manifestarem sua compreensão do mundo, exigir que a interpretação de um texto seja única, como no caso citado por Paulo, percebe-se aí o poder arbitrário, do arbitrário cultural exercido pela professora.

A expressão provocadora de conflitos e agressões é passível de punição. E o que se depreende do depoimento de C, o Assistente de Diretor: *As agressões ocorrem também na sala de aula. O aluno fala alguma coisa para o outro no código deles, e isto ofende, partem logo para a agressão física... Outro aluno se ofendeu e partiu para a briga porque um colega o chamou de 'ziguezira'. Hoje sei que é uma palavra de umbanda e que significa azar.* (83)

Se por um lado a linguagem é provocadora de conflitos e agressões que levam à punição, por outro ela pode ser instrumento de diálogo. C, afirma: *Agora um professor mais consciente, mais sensível, chega a ter um relacionamento melhor com eles. Eu tenho um caso de professores que não levam aluno para a diretoria. Quase não têm problema nenhum com aluno. Eles chegam a respeitá-lo. Deve ser pela maneira como eles falam, pelo modo como eles falam... Eles tomam muito cuidado com o que falam, como falam com o aluno. Do uso*

(82) Bate-Papo com alunos: *A Luta pelos Grêmios Livres*, p.90.

(83) Depoimento de C, - Assistente de Diretor, p. 25.

da palavra, do tom de voz.(84) O respeito do professor pelos alunos, inclusive a seu modo de falar, contribui para um relacionamento de diálogo, o qual é fundamental no processo de educação.

7 - Controle da Preservação das Relações Hierárquicas.

O Livro de Ocorrências apresenta muitos registros relacionados com o respeito à autoridade: *desobedecer a funcionários da escola; desobedecer ao diretor; desobedecer a inspetora; desrespeito ao professor; não respeitar a merendeira.* A hierarquia de autoridade na escola vai desde o representante de turma até o diretor.

O Regimento Comum para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Grau do Estado de São Paulo, no artigo 64 coloca o seguinte: "São deveres do aluno:

I - contribuir, em sua esfera de atuação, para o prestígio da Escola;

II - ...

III - obedecer às normas estabelecidas pelo código disciplinar da Escola e as determinações superiores;

IV - ter adequado comportamento social tratando servidores da Escola e colegas com civilidade e respeito;"

(84) Ibid, p. 19.

A obediência às determinações superiores, um dos deveres do aluno, elencado no Regimento, nos leva a deduzir que toda e qualquer "ordem" superior deva ser acatada e cumprida sem discussões. Obedecer significa sujeitar-se à ordem de outrem, à ordem superior. Então o aluno que não sujeitar-se à obediência de ordens superiores na escola está sujeito a punições.

O respeito que o aluno deve ter com servidores e colegas envolve uma complexidade de interpretações. No bate-papo com os alunos "indisciplinados" quando perguntamos o que seria para eles o mau professor falaram: *aquele que não ensina, não explica; que ouve rádio e passa matéria na lousa para copiar; manda abrir o livro da página tal a tal e fazer os exercícios enquanto faz tricô; manda toda hora calar a boca; passa a aula chupando bala; pede para comprar livros e não usa durante o ano.* Por outro lado, quando perguntamos aos mesmos alunos qual seria para eles o bom professor, Cintia disse: *Ela brinca mas na hora de fazer a lição tem que fazer, ela brinca, ela ri com a gente, mas na hora de fazer as coisas tem que ser sério.* (85)

O bom professor deve então ser "bom e bravo" para esses alunos. Parece-nos que tanto a escola como a sociedade vive uma crise de legitimidade de autoridade. Quando Antônio, um dos alunos, diz que precisa de autoridade, de lei na

(85) Bate-Papo com alunos: *A Indisciplina Desorganizada*, p.52.

escola, pensamos referir-se à idéia de uma autoridade legítima, justa.

O aluno Paulo diz: *...No caso de julgamento de um estudante geralmente a coisa sai pro lado de lá, pro lado da escola, porque nossos pais na maioria das vezes ficam a favor do diretor...* (86)

Existe entre os agentes envolvidos no processo escolar, um conceito de hierarquia que tem relação com a função de poder que cada um ocupa na escola, do cargo que tem, maior ou menor autoridade.

O Assistente de direção C se expressou nestas palavras:

A indisciplina é sempre um desafio à autoridade representada pelo professor, que em geral se relaciona com seus alunos de forma conflitiva e incompreensiva, e, para resolver os conflitos, chama-se o diretor a quem como representa uma autoridade maior, acima do professor, eles obedecem porque sabem que a punição vem dele. (87)

A autoridade está, neste caso, ligada intimamente ao poder. É a obediência, a renúncia de práticas determinadas ações porque a força do mais forte se impõe. S falou: *Nenhum diretor ou diretora é visto com simpatia pelos alunos. Eles não gostam da autoridade e, ao mesmo tempo, morrem de medo. Acho que é porque eles sabem que tem o Livro*

(86) Bate-Papo com alunos: A Luta pelos Grêmios Livres, p.94.

(87) Depoimento Auxiliar de Direção C, p.30.

Negro, a punição, e que podem pegar a transferência compulsória" ... Alguns alunos vão armados com garrucha, outros com faca. De aluno querer matar diretor, já segurei muitas barras. (88)

O que é autoridade legítima, justa? Parece existir um conceito de justiça, de lei para os alunos ainda que talvez não muito consciente. A criança, o adolescente reivindica lei, autoridade, justiça. Vem a propósito esta passagem de C. G. Jung:

... com certeza, pela razão única e exclusiva de existirem educadores tolos, que não são seres humanos, mas autômatos de métodos sob a forma de gente. Se alguém quer educar, que primeiro seja educado. O que ainda hoje se pratica em relação ao método de decorar e ao emprego mecânico de outros métodos não é educação de forma alguma, nem para a criança nem para o próprio educador. Fala-se continuamente que a criança deve ser educada para adquirir uma personalidade. Admiro naturalmente esse elevado ideal da educação. Mas quem educa para a formação da personalidade? Em primeiro lugar são geralmente pais incompetentes, os quais permanecem a vida inteira meio crianças ou totalmente crianças. Enfim, quem poderia esperar dos pais comuns que fossem de fato personalidade, e quem já pensou alguma vez em inventar métodos mediante os quais se pudesse inventar personalidades aos pais?... Quanto às pessoas jovens que escolheram a pedagogia como profissão, deve-se pressupor que elas tenham sido educadas.

(88) Depoimento do Inspetor de Alunos S, p.45-46.

Mas que todas elas também já sejam personalidades, ninguém ousaria afirmar. De modo geral tiveram a mesma educação defeituosa que as crianças às quais devem educar, e geralmente não são personalidades, como também as crianças não o são. (89)

Segundo a leitura que fizemos desta afirmação de Jung, educar para a personalidade seria o contrário de educar para a massificação. O indivíduo educado para ser personalidade seria aquele com condições de compreender, situar-se criticamente, na complexidade das relações sociais, políticas, econômicas, em que vive e tem opiniões próprias. Como então educar para a personalidade? É possível isto acontecer na escola, enquanto instituição de controle, vigilância e punição por excelência, cujo objetivo último é adaptação dos indivíduos a esta sociedade predominantemente massificante, educar para a individualidade? Para a personalidade?

A "autoridade" que os alunos e os próprios professores conhecem e reconhecem é geralmente a "autoridade" enquanto cargo de poder, enquanto força policial. A força policial atua fundamentalmente pela violência física. Então, autoridade se refere ao poder que as pessoas têm de punir, castigar e assim controlar todos os indivíduos que praticam atos "desviantes" de conduta, como os alunos registrados no "Livro Negro" das escolas públicas.

(89) JUNG, Carl G. - O Desenvolvimento da Personalidade. Petrópolis, Vozes, 1986, p.174

No entanto, a autoridade numa perspectiva de legitimidade, teria a ver com credibilidade, com autoria. O sujeito, enquanto autor de sua existência, e juntamente com outros "autores" também creditados, viveriam uma prática cotidiana, visando a mudança das relações sociais de exploração da maioria pela minoria, e dos valores éticos e morais, ou seja, das mentalidades.

O Livro de Ocorrências ou "Livro Negro" tem a função de repreender, punir, castigar pelo simples fato de registrar comportamentos, de desrespeito à ordem, à hierarquia e aos valores da sociedade atual.

Quando os alunos tentam se organizar em uma entidade, como o Grêmio Livre das escolas também sofrem repressão pois a organização é vista normalmente como um perigo à hierarquia da escola. Isto porque organizadamente os alunos têm mais força política e tentam fazer-se ouvir.

Afonso, um dos alunos, falando sobre a eleição da diretoria do Grêmio de sua escola disse que os alunos do período noturno, ao qual ele pertencia, organizaram uma chapa e a diretora formou uma chapa com crianças escolhidas por ela e dizia: *Olha, o pessoal da noite está querendo dominar a escola, vocês têm que se organizar.* (90)

E Paulo, outro aluno, falando sobre o mesmo assunto relata: *É um problema até meio geral quando você vê*

(90) Bate-Papo com alunos: *A Luta pelos Grêmios Livres*, p.104.

que um diretor está dando muito apoio quer dizer que ele deseja no fundo, ter poder sobre o Grêmio. (91)

Estas falas permitem-nos inferir que a organização dos estudantes em sua entidade de classe é vista normalmente pelo diretor como um perigo ou, ao menos, uma limitação do poder que sua função lhe confere, pois a atuação dos alunos em Grêmios escapa ao seu controle e até ao controle da hierarquia escolar estruturada regimentalmente.

Neste capítulo analisamos o Livro de Ocorrências de uma escola pública de 1º grau do Estado de São Paulo.

A existência de tal livro é institucionalizada pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Grau do Estado de São Paulo, em seu artigo 66. Comprovam a generalização de sua existência, nas escolas públicas, tanto citada Portaria SME de Campinas nº 947/89 que dispõe sobre Normas de Escrituração Escolar na Rede Municipal da cidade de Campinas quanto os depoimentos por nós coletados com diretores, assistente de diretor, inspetor e alunos.

Buscamos a origem da palavra ocorrência estabelecendo comparações entre a ocorrência policial e o registro das ocorrências no "Livro Negro" das escolas. Constatamos que estas últimas são impessoais, ahistóricas e descontextualizadas. Não é registrada a fala dos sujeitos

(91) Ibid, p.106.

envolvidos: do infrator (aluno culpado) e da autoridade escolar que registra o ato considerado culposos. Analisando as ocorrências do "Livro Negro", verificamos que as ações podem ser tipologizadas: o ir e vir; o tempo; o espaço; o corpo: integridade e postura física, sexualidade e higiene; a propriedade: do material de uso comum, do material de uso pessoal; a expressão: pela linguagem, pelos gestos; e a preservação das relações hierárquicas.

Tentamos, com esta reflexão sobre o "Livro Negro", explicitar mais ainda a existência de dois códigos disciplinares na escola: o código oficial - o Regimento e o código cotidiano, minucioso, detalhado, que controla o movimento, o tempo, o espaço, o corpo, a propriedade, a expressão e as relações interpessoais. Como se vê, nada escapa ao olho vigilante.

CONCLUSAO

O presente trabalho é uma reflexão sobre os mecanismos repressivos presentes no cotidiano da escola. Os sistemas de micropoderes que permeiam as relações dos indivíduos na instituição existem com o fim último de fazer esta instituição permanecer autoritária, normatizadora e formadora de indivíduos dóceis, submissos, adaptados.

A escola aparece como uma organização burocrática, de natureza formal, e disciplinadora tanto quanto o é o sistema tecnocrático. Colocando-se como produtora e/ou transmissora do saber, acaba na verdade sufocando a criatividade, pela imposição das práticas escolares. Assume forma autoritária (do mesmo modo que a tecnocracia) ao excluir todo o saber que não se adaptar à estrutura organizacional da escola, expressa nos regimentos, ofícios, regulamentos, currículos, programas, notas, avaliações, concurso, prestígio curricular, etc.

Constatamos que existe toda uma micropolítica de controle, vigilância e punição que incide sobre todos os agentes que atuam na escola, mas, especialmente, recai com maior força sobre os alunos, pois estes representam

normalmente uma ameaça, já que a todo momento podem agir de maneira a prejudicar a "harmonia", "a ordem" da instituição. Os professores, diretores e funcionários temem as crianças e os jovens, pois estes são mais susceptíveis às mudanças enquanto que aqueles, principalmente os que incorporaram a estrutura e o funcionamento da escola autoritária, estática e hierarquizada, são mais resistentes à transformação.

Constatamos também a existência, a par de um código de comportamento legal (os regimentos), público e genérico, de um outro código, que chamamos de cotidiano, em que detalhadamente se definem as indisciplinas, os comportamentos indejáveis. As ações aqui penalizadas podem ou não encontrar respaldo no Regimento Oficial, isto pouco importa. Importa é que este código é implícito, revela concepções de sociedade e educação. Não é público, mas se apresenta como legitimado pela interpretação que dá ao Regimento publicado.

Constatamos, por fim, que convivem, na escola de hoje, mecanismos de controle, vigilância e punição que retratam o que comumente se tem chamado de dois Brasis: um moderno, contemporâneo e desenvolvido e outro arcaico, ultrapassado, subdesenvolvido. Exemplo disso são os espaços físicos das escolas e os controles de sua utilização ou ainda os remanescentes castigos corporais, contrapostos aos controles através da violência simbólica.

Seria possível uma escola que ouvisse a voz dos alunos enquanto sujeitos históricos? Poderia existir uma escola menos burocratizada e mais democrática? Seria viável um regimento que legitimasse a organização participativa dos alunos, pais, professores, funcionários?

Acreditamos que é possível a existência de uma escola verdadeiramente democrática, pois o processo histórico brasileiro assim o tem demonstrado pela possibilidade de participação da população, nos últimos anos, na escolha de seus representantes, na discussão das diferentes propostas políticas, econômicas e sociais. Nas escolas, no entanto, ainda predominam relações autoritárias. Evidentemente existem também relações democráticas entre grupos de professores e alunos que possuem uma visão crítica da escola e lutam pela sua transformação, a mostrar que a esperança ainda é possível.

Historicamente no Brasil as leis foram impostas de cima para baixo, outorgadas, isto é, sem a participação de professores, alunos e pais, principais interessados numa escola de qualidade e para todos.

Acreditamos na necessidade da disciplina numa escola organizada democraticamente. Porém, entendemos que a disciplina deva ser sedimentada no diálogo, no trato do conhecimento enquanto possibilidade de compreensão das práticas sociais complexas e contraditórias.

Nas relações entre os alunos e as demais pessoas envolvidas na escola, percebemos que o aluno não é somente a vítima da repressão e punição. O aluno também exerce pressão tanto através da indiferença e do desinteresse, quanto da depredação escolar.

BIBLIOGRAFIA

- BEAUVOIR, Simone de. Balanco Final. São Paulo, Nova Fronteira, 1982.
- CALDEIRA, Tereza P. do R.. A politica do Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CARVALHO, José M. de. Os Bestializados. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CHAUI, Marilena. "Ideologia e Educação", em Educação e Sociedade nº 5, São Paulo, Cortez, jan. 1980.
- COSTA, Cruz. Peguna História da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- COUVRE, Maria de L. A Fala dos Homens: análise do pensamento tecnocrático 1964-81. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DAMATTA, Roberto. A Casa e a Rua. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DECCA, Edgar. O Nascimento das Fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- EZPELETA, J. e ROCKWELL, E. Pesquisa Participante. São Paulo, Cortez-Autores Associados, 1986.
- ETZIONI, Amitai. A Organização Moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1976.
- FOULCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. Microfísica do Poder. Trad. e Organização de Roberto MACHADO, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

- FOULCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- _____. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- _____. A Ordem do Discurso. Ijuí, FIDENE, tradução de Dinarte Belatto, José Crippa e Sirio Possenti, 1970 (mimeo).
- FREIRE, Paulo e outros. Disciplina na Escola: autoridade versus autoritarismo. São Paulo, EPU, 1989.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Edart, 1977.
- GERALDI, Corinta M. e RASIA, José M. Avaliação ou Controle?, Cadernos da FIDENE, nº 15, p.70-80, 1981.
- GERALDI, João W. (org.). O Texto na Sala de Aula. Cascavel, Assoeste, 1985.
- GNERRE, Maurizzio. Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- GORZ, André. "Divisão do Trabalho, Hierarquia e Luta de Classes". Em MARGLIN, Stephen e outros: Divisão Social do Trabalho. Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista. Porto, Escorpião, 1974.
- GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GUIMARAES, M. Aures. Vigilância, Punição e Depredação Escolar. Campinas, Papirus, 1985.
- HABERMAS, Jurgen. Teoria de la Acción Comunicativa. Madrid, Taurus, 1987.

- _____, Jurgem. Técnica e Ciência como 'Ideologia'.
Lisboa, Edições 70, s/d (original de 1968).
- HOLANDA, Chico B. e PONTES, Paulo. Gota D'Água.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- JUNG, Carl G. O Desenvolvimento da Personalidade.
Petrópolis, Vozes, 1986
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1976.
- LINEBAUGH, Peter. "Crime e Industrialização: a Grã-Betanha
no século XVIII", em PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.)
Crime, Violência e Poder. São Paulo, Brasiliense,
1983.
- MACHADO, Roberto e outros. Dança da Norma: medicina
social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de
Janeiro, Graal, 1978.
- MARX, Karl. "A Jornada de Trabalho", em O Capital. Cap.
VII. Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização
Brasileira, 1978.
- MOTTA, Fernando C. P. O que é Burocracia. São Paulo,
Brasiliense, 1985.
- NIETZSCHE, Friedrich, W. Assim Falou Zaratustra: um livro
para todos e para ninguém. Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira, 1986.
- NOSELLA, Maria de L.C.D. As Belas Mentiras: a ideologia
subjacente aos textos didáticos. São Paulo, Cortez,
1979.
- FENIN, Sonia. O Cotidiano e Escola: a obra em construção
São Paulo, Cortez Editora, 1983.
- POMPEIA, Raul. O Ateneu. São Paulo, Atica, 1980.
- POULANTAS, Nicos. "A Lei", em rev. Crítica do Direito.

nº 1, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

RAMOS, César A. Tecnoocracia e Escola, em Educação e Sociedade, CEDES no 5, São Paulo, Cortez, jan. 1980.

ROMANELLI, Otaiza de O. História da Educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

SANTOS, Maria R. A Avaliação das Redações Escolares: alguns pressupostos ideológicos. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SILVA, Deonísio da. Nos Bastidores da Censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

THOREAL, Henry D. A Desobediência Civil e outros ensaios. São Paulo, Cultrix, s.d.

TRAGTEMBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo, Atica, 1974.

WARDE, Miriam J. Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão. São Paulo, Cortez, 1977.

LEGISLAÇÃO DE ENSINO.

Campinas. Portaria SME no 947/82 - Dispõe sobre normas de Escrituração Escolar na Rede de Ensino Municipal.

Colecção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo; São

Paulo, Imprensa Oficial do Estado, TOMO I - 1889
-1891. Regulamento da Escola Normal de São Paulo.

Lei 4024/61 CFE - Lei de Diretrizes e bases da
Educação Nacional.

Lei 5692/71 CFE - Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.

Lei 7044/82 CFE - Altera Dispositivos da Lei 5692/71-
referentes à Profissionalização do Ensino de 2º
Grau.

Parecer CEE no 390/78. Regimento Comum das Escolas
Estaduais de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo,
aprovado pelas Câmaras de 1º e 2º Graus em 1º
de abril de 1978 e homologado pela Secretária da
Educação em 1º de agosto de 1978.

Parecer 618/82 CFE - Consequências decorrentes das
alterações introduzidas na Lei 5692/71 pela Lei
7044/82.

Parecer 853/71 CFE - Currículo: Núcleo Comum das Escolas
de 1º e 2º Graus.

Parecer 16/72 CEE/RS - Fixa posição a respeito da
aprovação, pelo órgão próprio do sistema, dos
regimentos dos estabelecimentos de ensino, de
12/01/72. Em Manual de Escola de 1º Grau.
SEC/RS, fev.1975.

A N E X O S

DEPOIMENTO 1

Professora e Coordenadora Pedagógica, E. B. Ijuí, RS.
10/07/83.

Projeto de Implantação do Regimento

Professora do Estado há 24 anos, passei pela 4024/61 e 5692/71. Quando comecei a lecionar em 1960, na escola na qual eu trabalhava estava sendo implantada a lei 4024/61. Em 1960 fizemos estudos - a primeira reforma de ensino de que de fato tomei conhecimento. E também na época eu começava como aluna do curso superior. Discutia-se a LDB como um perigo para as escolas particulares no sentido de acabar com elas, porque a lei tentava democratizar o acesso à mesma. Lembro-me também da reforma na gramática funcional. Entrou a proposta de que os alunos da 1ª série não seriam reprovados. Mesmo que a criança não vencesse a alfabetização, ela passaria para a 2ª série. Esta foi a primeira tentativa teórica de não reprovação e de fazer com que a criança não se evadisse da escola. Foi uma espécie de avanço progressivo legitimado pela 5692/71.

Depois de 8 anos, começamos a discutir a 5692/71. Na FIDENE / UNIJUI, fizemos muitas discussões. Isto não foi diretriz para todos os Estados. Foi opção da própria FIDENE. Não foi discutida como projeto, pois nada sobre ela era divulgado. Nós a discutimos como lei, embora ainda não implantada. Em 1971, ela foi implantada em algumas escolas escolhidas para tal. Em 1972, nós a implantamos em nossa escola na 1ª e na 5ª série; com a reforma, as outras continuavam pela LDB. Neste mesmo ano as escolas receberam como orientação para implantação os cadernos de capa verde da SEC / RS os quais alguns professores desconhecem até hoje. Estes cadernos contêm o plano de implantação da reforma. E ao lado disso, veio a orientação, via DÊs, de que as escolas deveriam fazer seu Plano Pedagógico, coisa que nunca haviam feito. Mandaram-nos alguma orientação de como deveríamos fazer este plano. Então, as escolas que tinham algumas

condições, um pessoal que se julgava capaz de fazê-lo, esboçava um plano conforme seu entendimento; as escolas que se julgavam incapazes, copiavam das outras. Quem tinha mais ou menos condições se perguntava: "O que era um Plano Pedagógico?". Tínhamos que organizar o plano curricular e de avaliação da escola. Para isso não havia nenhuma orientação. De 1972 a 1978, as escolas receberam o Manual da Escola de 1ª Grau, feito na gestão do Coronel Mauro Rodrigues, na época secretário da Educação do RS. Lá estavam os princípios da administração escolar, supervisão, etc. Como imposição da 5692/71, surge uma nova divisão do trabalho dentro da escola. As próprias relações de trabalho da escola mudaram. Então fui indicada para trabalhar na supervisão escolar na minha escola.

As especializações surgem com a 5540/68 (Reforma Universitária), com vistas à Lei 5692/71. Neste manual estava determinado o que cabia ao diretor, ao supervisor, ao orientador, etc.; falava-se na possível elaboração do regimento. Aqueles planos pedagógicos não foram consultados para elaboração do Regimento.

O Regimento foi testado, provavelmente, em algumas escolas da capital. Após breve testagem, a SEE / RS o impôs gradativamente para todo o Estado.

Vejo o período de pretensa liberdade dada pelos órgãos do sistema, logo após a aprovação da 5692/71, de escolha dos conteúdos pelas escolas, sem praticamente nenhuma orientação, como um esquema pré-determinado, um regimento, argumentando que os professores não tiveram, na época, capacidade para elaborar um regimento para suas escolas. Mas também a SEC, as DEs não vieram até nós para ver o que tínhamos conseguido elaborar.

Quando o regimento chegou até as escolas de forma impositiva, ficou claro e notório, inclusive pelo parecer 647/74, que o regimento seria um meio de controle. As DEs e a SEC tinham que aplicar a resolução 112 e para isso tinham que

ter tudo mais ou menos organizado. Nem que fosse "à toque de caixa".

As Coordenadorias Regionais e DEs se multiplicam mais intensamente a partir de 1980. No RS, hoje, devem existir quarenta e cinco DEs para melhor controlar as escolas. As Coordenadorias Regionais não exerceram a sua função de fato. Hoje estão desativadas. Afinal o RS não é tão grande assim a ponto de necessitar de tantos órgãos intermediários para manter o controle. As DEs dão conta do recado perfeitamente no sentido de burocratizar as escolas e assim exercem o controle eficazmente.

O regimento centraliza as decisões, propõe a divisão do trabalho escolar, a avaliação, não só do aluno, como dos professores, dos setores e da escola como um todo. Houve neste processo uma ênfase muito grande na avaliação. Inclusive os Regimentos começaram realmente a serem implantados pela avaliação. Quando chegou a famosa avaliação por objetivos, em 1978, a única orientação dada pelas DEs era neste sentido, mostrando a necessidade de cumprir o que dizia o regimento sem explicar ou conhecer os fundamentos teóricos da avaliação, do método que estava por trás desta proposta e do próprio regimento. Os professores não dominavam e não dominam ainda as teorias sistêmicas e não as dominando, não conseguem entender o que seja um comportamento de entrada, de fluxo, de saída, dentro deste processo.

Uma outra coisa que apareceu para formalizar mais ainda o trabalho pedagógico, foi a exigência dos Planos Globais da Escola ou Planos Escolares, que surgiram também como imposição dos regimentos. Foi só então que começamos a receber subsídios escritos dos órgãos do sistema. Temos dois, sobre a organização dos Planos Escolares. Estes são mais uma tentativa efetivada a nível de escola, fazendo com que todo o trabalho dos setores, serviços, funcionassem dentro de uma visão sistêmica. Um dos documentos propõe a aplicação deste enfoque de análise de gestão: de contexto, de entrada, de

processo e de saída como forma de elaboração de todo o planejamento da escola.

Quanto à relação entre professores, supervi-sores, diretor e coordenadores pedagógicos, o regimento a altera profundamente, criando, entre outras coisas, uma dependência muito grande do professor em relação ao coordenador, ao diretor. Começando pelo problema causado com a introdução de uma terminologia totalmente nova para o professor: a denominação dos currículos por atividades, metodologia globalizada, currículo por áreas de estudo. O Conceito de Educação Geral, Formação Especial, Núcleo Comum e assim por diante. O professor acabou acreditando que o que sabia estava errado. E como qualquer tentativa de organização do trabalho formalizada acaba se tornando burocrática, o processo de ensino se torna altamente burocratizado. Então as relações dentro da escola mudaram. Com a introdução do ensino por objetivos, da avaliação por objetivos, os conteúdos foram minimizados. E na tentativa de uma metodologia globalizada, os professores deixaram de dar conteúdos importantes nas séries iniciais do 1º grau.

O regimento também define melhor a questão da avaliação nos aspectos qualitativos. Isto não significou uma melhoria na qualidade do ensino.

A Lei 5692/71 redefine a função social da educação, a sua filosofia no contexto após 1964, onde a escola deve, essencialmente, preparar para o trabalho.

DEPOIMENTO 2

Ex-Diretora e Delegada de Ensino, I.
Campinas, SP, 08/02/87.

O problema maior da educação hoje, não são os recursos financeiros. No ano passado devolvemos 20 milhões de cruzados. O problema é a grande rotatividade de pessoal na DE. De repente, o governo quer ajudar o professor e faz as coisas sem planejar. Nós tivemos dois concursos de remoção, mais um concurso de ingresso no mesmo ano. Então, você começa uma atividade e ela é truncada, porque os professores não param nas escolas. É um pessoal que não se fixa. Nós montamos uma previsão orçamentária na DE e não conseguimos efetivá-la porque não tínhamos uma equipe de supervisores fixa. Um supervisor tira licença-prêmio, vem um substituto, aí o efetivo retorna, fica duas semanas, sai, vai para a universidade. O professor se afasta por mil razões: fazer cursos, treinamentos, etc. Temos uma equipe flutuante: uma planeja, outra executa, outra avalia. É impossível você realizar alguma coisa consistente. A única equipe fixa que tenho na DE é de monitoria e com esta é que podemos montar um projeto para Campinas.

Quando optei em trabalhar na DE, foi para valorizar o pedagógico. Eu como diretora de escola, ficava horrorizada em ver que toda a "máquina" burocrática estava em função do administrativo. E se o administrativo funcionasse bem, ótimo, maravilhoso - as escolas estavam bem. No momento em que me vi diante da contingência de decidir pela DE - fiquei num dilema, porque, por opção, eu quis ser diretora de escola, ou melhor, sempre quis ser professora. Tive uma experiência de educação riquíssima, muito embora tenha trabalhado na Escola Carlos Gomes durante 10 anos com Psicologia Educacional, que era o que eu amava. Comecei em 1963 a dar aula. E a minha experiência com os alunos foi magnífica. Eu era jovem, aliás, a única jovem, porque, na época, a "Carlos Gomes" era uma escola tradicional na qual só

chegavam professores "catedráticos". Eu desenvolvi um bom trabalho e era aceita sempre. Gostei de estudar, de me aprofundar nas coisas, não gostava de repetir. E a minha relação com os alunos era de muita amizade. Visitavam minha casa. Quando nasceram minhas filhas, as alunas organizaram um cronograma para enviar flores. Durante dois meses minha casa tinha flores.

Até 1969 não havia concurso e este coincidiu com a reforma na qual o magistério deixa de existir. Fiz o concurso e passei, só que não havia vagas para poder escolher. No ano seguinte houve outro concurso, desta vez para diretor de escola. Eu tinha uma imagem horrível de diretor. Era aquela imagem do burocrata, sentado na escrivaninha lendo Diário Oficial o dia todo. Influenciada por um grupo de colegas, resolvi fazer o concurso. Fiz, passei e decidi fazer carreira. Eu já tinha nove anos de Estado. Isto foi em 1971. Ingressei, escolhi um ginásio.

Comecei no ano em que aqui estava se iniciando uma reforma. Instalava-se um ginásio no prédio do Grupo Escolar. Manhã e tarde funcionava como Grupo Escolar e, à noite, ginásio. Duas escolas, cada uma com sua organização e que funcionavam no mesmo prédio. Era uma briga horrorosa, porque o prédio originariamente era do grupo, e o diretor do grupo morria de ciúmes. E eu vim para uma cidadezinha pequenina. Não trabalhei em Campinas porque, para o ingresso, há uma classificação toda, títulos, notas, tempo de serviço. Concorreram para o concurso, me parece, 10.000 candidatos, e foram classificados 850 e, destes 850, alguns ocuparam as primeiras vagas na 1ª chamada; na 2ª, mais uma leva de professores preencheu as vagas. As melhores vagas ficaram para os mais antigos, para os melhores classificados. Eu tinha feito duas opções: ou ao redor de Campinas, pois residia aqui e tinha as filhas pequenas, ou perto de Avaré, onde meus pais moram. Quando fui escolher, escolhi Arandu, um lugar pequeno, perto de Avaré. Eu fui para Avaré com as meninas, e meu marido ficou em Campinas. Ele ou eu viajávamos

toda a semana para nos encontrar. Isto durante um ano. Lá descobri que eu realmente adoro escola. E como diretora, eu tenho o senso prático desenvolvido. Eu tenho facilidade para esquematizar coisas. Logo que cheguei, como sempre procurei priorizar o pedagógico; fui a primeira pessoa que se preocupou com o pedagógico lá, com o convívio, uma relação de equipe, de grupo. Eu fiz uma boa faculdade, fiz na PUCCAMP, em 1959. Era nos bons tempos e tive excelentes professores. Tive a felicidade de ter o padre Komblein, uma beleza como professor e que foi expulso no período de repressão do Brasil. Havia outro padre, professor de Filosofia, História da Educação. Tive um bom nível, muito estudo, muita leitura. E eu fiz uma boa escola Normal. Boa mesmo. Eu acho que a minha formação pedagógica vem do curso normal. Eu nunca me esqueço disto. Quando me vi como diretora e que poderia pôr em prática tudo o que pensava, intuía, imaginava, propunha com bastante entusiasmo, e a equipe de professores dizia: "se você acredita que dá certo, vamos tentar". O lema era "a gente só diz que algo não dá certo depois de experimentar". A experiência lá foi muito boa e fiquei só um ano, pois logo teve concurso de remoção, e as viagens cansavam. Tenho uma cunhada que morava entre Jundiá e Amparo, numa cidadezinha chamada Morungaba. Um lugar lindo, perdido entre as montanhas. Quando fui para a sessão pública em São Paulo, no teatro da Educação, para escolha do lugar de trabalho, ninguém pegava esta cidade porque não era conhecida. Todo mundo tinha medo. Eu sabia que ela ficava a 40 minutos de Campinas. Então escolhi tranqüilamente Morungaba. Foi um período de plenitude, satisfação de trabalho. Era uma escola onde durante o dia era grupo escolar e a noite ginásio. Eu só trabalhava com o pessoal do noturno, o ginásio. Mas daí veio a reforma e começou a construção de um prédio que seria Escola de 1º Grau de Morungaba, e eu poderia instalar o 2º Grau. Eu ia para lá à 1 hora da tarde e voltava às 11 horas da noite. Ia de carro. Foi o período mais feliz da minha vida, falando profissionalmente. Eu sentia uma alegria

intensa quando ia chegando lá. Eu sentia vontade de chegar logo. A equipe de professores já existia. A potencialidade do grupo de professores era imensa. O prédio novo pronto, fez-se a mudança. Os alunos trabalhavam intensamente. As coisas melhores, os alunos carregavam pelas ruas como formiguinhas. A minha mesa não coube na sala. Disse que arrumaríamos outra. Depois de um tempo, quando volto para a sala a mesa lá está. Os alunos desmontaram para que ela entrasse pela porta. Nós passamos sinteco, as mães ajudaram. Dai lancei a semente do 2º grau para eles. Foi lindo. Iniciamos o 2º grau e trabalhamos com entusiasmo. Lá fiquei 4 anos. Por isso senti o trabalho. Lá colhi frutos. Lançamos mil coisas. Por exemplo: consegui tal nível de trabalho com os professores que conseguimos reduzir as faltas ao mínimo. Os professores deixaram de faltar. Nos últimos anos tem aumentado o número de falta às aulas dos professores. Sobre isso tenho minha tese. O professor falta não tanto porque ganha pouco, mas por ele não compreender a natureza do seu trabalho. Ele não consegue compreendê-lo como um compromisso. Desde aquela época minha experiência foi essa e continuo pensando assim. Veja, Morungaba fica a 40 Km daqui, e o dia em que eu não ia me sentia triste. Nós montamos mil projetos. Veja, em 1974 nós fizemos uma Escola Aberta... Vejo, hoje, a UNICAMP fazendo uma enorme propaganda da escola aberta. Eu nunca tinha ouvido falar nisso. Mas nós fizemos como fruto dos nossos estudos, de um trabalho de grupo. Nós vimos a cidadezinha de 5 mil habitantes, predominantemente agrícola. Os alunos vinham da redondeza de charrete, a cavalo. Nós comentávamos: "Temos um prédio, lindo, bonito, grande, equipado e os pais nunca tiveram oportunidade de ter uma escola assim, o que deveríamos fazer para eles virem até a escola? E os professores toparam a idéia de trazer os pais. Eles perderam o medo porque tinham apoio de retaguarda. Eu estava com eles. Eu tinha um excelente secretário, dois escrivães, eu não fazia nada do burocrático. Eu era realmente diretora, coordenando as atividades pedagógicas da

escola. Como sou extrovertida, nasci e me criei em fazenda, tenho facilidade de relacionamento. Ia para as casas: tomava cafezinho numa, bolinho na outra, jantar noutra, por isso eu tinha uma relação muito forte com a comunidade. Tudo o que eu propunha o pessoal adería de cara, de pronto. E os professores também. O que estou falando, eu vivenciei em 1982 numa vila, a Costa e Silva. Eu não me julgo uma super-mulher. Eu acredito em algumas coisas e você já vai saber. Bom, uma das coisas em que acredito e você vai ver, é que sou profundamente ingênua e faço questão de ser. Eu acredito na educação enquanto ato de amor. Se não houver amor não acontece nada mesmo. Eu acredito que, um educador se envolvendo, entrando de cabeça numa escola, produz efeitos sempre. Os resultados aparecem. Então você vê, eu saio de um lugar como Morungaba, onde eu fui extremamente feliz, onde fizemos uma escola aberta, onde fiz um "happening" de artes, onde tive a felicidade de ter um professor de português que recebeu o 1º prêmio por um livro de contos da Academia de Letras e, ao mesmo tempo, este homem é de Morungaba. Ele é de lá, não quer sair por opção pessoal e quer ser professor de lá. Então o cara é de uma inteligência e de uma sensibilidade incrível. Fazia coisas maravilhosas. Por exemplo, tinha cinema lá uma vez por semana. As quintas feiras. A escola esvaziava nesta noite. O que fizemos? Fomos conversar com o dono, nós escolhíamos os filmes com ele e colocamos no plano da escola que às quintas feiras era dia de cinema. Só que havia um roteiro. Este professor preparava professores e alunos antes sobre o filme. Os alunos discutiam depois. Faziam todo o trabalho de história, geografia, a partir do filme. Era de uma riqueza!! Isto não existia na escola pública. E tivemos a sorte de ter um delegado de ensino que entendeu e homologou o nosso plano o que, pela lei, não pode, não é permitido. Levamos para a escola uma orquestra renascentista, levaram cravo, que nunca os pais tinham visto, levamos um coral daqui, na semana do folclore, pesquisamos o folclore da região que é riquíssimo. Dai descobriram um grupo

de congada de lã, levaram para a escola. Só sai de lá quando a gasolina subiu de tal maneira que não dava mais para ir. Só então me inscrevi num concurso de remoção para vir mais perto. A minha saída provocou choros por mais de um mês e eu também chorava. Porque era uma relação de amor. Seis anos depois paraninfei a turma de 2º grau. Passei, após isso, por uma escola rural, bem próxima daqui onde tive uma experiência muito rica.

Em todas as escolas em que trabalhei como diretora encontrei professores diferentes. E em cada uma delas consegui formar uma equipe boa. Engraçado, daí eu digo que depende muito do líder, do guia, porque eu consegui, em todas elas, fazer coisas boas. Quando falo aos diretores, pergunto se querem que diga algo da minha experiência, porque eles enfrentam problemas de disciplina. As escolas têm o livro negro, eu nunca usei. É incrível o que o professor escrevia no livro negro sobre o aluno. Ele estava se expondo ao ridículo. Era horroroso. Eu nunca tive problemas de indisciplina. Vou contar para você a experiência que tive com relação à indisciplina na escola da Vila Costa e Silva. Uma escola grande, com mais de 1,200 alunos. Eu sempre fiz questão de escola limpa, papel higiênico, sabonete, porque é o mínimo que o aluno precisa ter. Um dia, uma classe ficou sem aula e fez a maior bagunça com o papel higiênico, entupiram os vasos, espalharam por todos os banheiros. A reação dos professores foi imediata: "Temos que suspender a classe, encontrar os responsáveis e punir". Eu falei: "Como? Suspender a classe toda? Não sabemos quem estragou o papel higiênico!" Falei que resolveria o problema. A escola é bonita, tem dois andares e a construção é voltada para um pátio interno. Quando queria fazer uma comunicação para os alunos, na hora do intervalo, eu aparecia no corredor do andar de cima e falava com eles. Reuni os alunos e disse: "Olha gente! queremos uma escola boa, bonita, agradável, e o papel higiênico é indispensável. Só não sabia que os alunos daqui não sabem usar o papel higiênico. Então estamos com uma

dificuldade. Alguém gastou todo o papel higiênico de um mês e não temos dinheiro para comprar outro. Então vou dizer uma coisa para vocês, eu vou tirar o papel do banheiro dos meninos e ele ficará com a Da. Abel, a merendeira. Toda vez que alguém precisar, pedirá a ela um pedaço. Agora, o dia que vocês acharem que já sabem usar o papel, me procurem". E brinquei: "Tomara que dê uma dor de barriga e que todos tenham que correr para o banheiro. Quero ver como vão ficar". Passados dois dias, um grupo de alunos veio até mim e disse que eles já sabiam usar. Então o papel higiênico foi recolocado e nunca mais isso se repetiu. Eu tive que enfrentar a pressão dos professores, que exigiam suspensão. Eu, firme, falava: "Minha gente, quando nós, que trabalhamos numa agência de educação, não pudermos com alunos, devemos fechar as portas estamos assinando atestado de incompetência. Porque mandar embora aqueles que dão alguns problemas e ficar só com os bonzinhos, não tem sentido, pois estes nem precisam de nós. O difícil é pegar aqueles com problemas, desajustados socialmente e conseguir trabalhar, elevar seu nível de aprendizagem". No início é sempre difícil. Leva bem uns cinco ou seis meses para os professores aceitarem uma direção que seja democrática. Diziam: "Imagine, esta diretora é muito mole, ela não põe aluno para fora, isto aqui vai virar uma bagunça!" Mas no final do ano a coisa estava ótima. Os meninos fizeram coisas lindas, pintaram, os pais chegaram à escola, abrimos as portas da quadra de esportes, que estava fechada por muito tempo, o grêmio assumiu o compromisso de cuidar dela, supervisionar aos sábados e domingos, a escola deixou de ser depredada. Nós tínhamos árvores, flores, sem dificuldade. Eu digo para o pessoal, brincando: "Eu desconfiava que era uma boa diretora". Mas depois que vim para a DE e tive a visão das direções de várias escolas, eu me julgo uma ótima diretora. E isto me entristece, porque eu julgava os outros por mim. O campo está aí, e as crianças são carentes e têm-se muito o que fazer.

Com relação à linha filosófica da educação, está já definida em âmbito nacional. O diretor pode definir-se por uma linha crítica da educação, da ciência. Se não o faz, é por incompetência. É o nosso projeto de monitoria quer exatamente isto. Pôr na cabeça dos professores que eles deveriam trabalhar numa perspectiva crítica. A incompetência é o problema do nosso século. O diretor não atribui classe, horário, porque os pré-requisitos já estão determinados pela Secretaria de Educação. O que acontece é, por exemplo, eu ter uma péssima professora e não gostar de ficar com ela na escola, mas chega uma resolução da Secretaria com critérios e eu tenho que suportá-la.

O trabalho das DEs é o de moleque de recados. Não tem poder nenhum de decisão. O que costumo dizer é que o Delegado de Ensino é "o bobo da corte". São indispensáveis para o sistema mas não mandam em nada.

Voltando a conversar sobre o diretor... para ele a visão de uma boa escola é aquela em que todos estejam em sala-de-aula, sentados em cadeiras umas atrás das outras, silenciosos, um olhando a nuca do outro direitinho, sem se mexer, o professor bem autoritário mesmo. Mesmo que não esteja fazendo nada. Agora veja bem, como o papel do diretor é decisivo. Porque ele é o responsável pela atuação do professor em sala-de-aula. Em Vinhedo, tive um professor de Educação Física cujo horário de chegada deveria ser às 7 horas e ele chegava às 9 horas. Cheguei para o inspetor de alunos e disse para colocar falta para o tal professor. O inspetor disse: "Mas, diretora, nunca puseram falta para ele!" Conclusão, três meses depois este professor mudou de escola. Antes ele chegou para mim e disse: "Diretora, o que aconteceu? O que a senhora tem contra mim?" Respondi: "Contra o senhor não tenho nada". Diz ele: "É, mas a senhora está pegando no meu pé". "Não professor", respondi. "Estou apenas querendo que o senhor cumpra a sua parte. Seja um professor". Agora, para um diretor fazer isso, ele precisa ter segurança, não pode "ter rabo de palha". Se ele nunca chega na hora, se

nunca está na escola, como vai cobrar? Ele não pode cobrar nada.

O Conselho de Classe funciona pessimamente até hoje. Na minha DE fizemos alguns dias de estudo para tentar mudar a prática usual do Conselho de Classe. Ele ainda funciona superficialmente. Chega o professor de qualquer disciplina e diz: "O fulano de tal não pode passar". A idéia que vigora é falsa: "O aluno tal está muito mal na minha matéria e eu não vou aprová-lo". Ai outro professor do mesmo aluno, porém de outra disciplina, diz: "Eu não desautorizo o meu colega". É uma falsidade bárbara. Então a primeira coisa que eu faço quando chego na escola, é falar pro Conselho: "Para que existe o Conselho? Se o professor de uma disciplina determinar se um aluno deveria ser promovido ou retido, não precisava de um Conselho." O Conselho deveria funcionar sob dois aspectos: um deles, para dar segurança ao professor, referendando uma avaliação que ele fez do aluno, ou então, se ele não tem muita certeza do que está fazendo e o Conselho for um bom Conselho, e discutir com ele, e colocar em dúvida sua avaliação, que ele possa rever a decisão tomada e dividir com os colegas a responsabilidade. Agora, isso você não encontra quase nunca, e eu fico irritadíssima. Cada ano, na DE, eu tenho dez ou mais casos de pais recorrendo contra as decisões de Conselhos porque foram errados e mal feitos. E não se leva em conta o aluno como um ser global. Eu cheguei na escola da Vila Costa e Silva e constatei que 90% das retenções de alunos eram em Inglês. Dai comecei a discutir isso nas reuniões do Conselho de Classe, pela primeira vez: "Por quê em Inglês? Faz sentido num país do Terceiro Mundo, em que as crianças nem falam a sua própria língua bem, um aluno ficar retido numa língua estrangeira? Então vamos discutir com a professora..." Esta atitude exige tempo, é cansativa, mas vale a pena.

O diretor se vê pressionado por várias instâncias. O melhor exemplo que eu tenho para contar aconteceu em uma escola rural próxima a Campinas, onde fui diretora. Esta

escola fica dentro do Jockey Club de São Paulo. O prédio é do Jockey, cedido para a escola. O administrador do Jockey, um elemento de extrema direita, nazista, administrava com mão de ferro. Seu escritório ficava no próprio prédio da escola. Ele chegava aos berros. Os alunos eram de nível sócio-econômico muito baixo. Todos morriam de medo. Era um homem de bater no rosto dos empregados. Então, nós tivemos um confronto. Com muita cautela, diplomacia, consegui que tirasse seu escritório de lá. Consegui montar uma sala de direção, de professores, uma biblioteca, pois nada disso tinha na escola. A luta pela autoridade na escola foi ferrenha por um bom tempo. Ele tentava me manipular de muitas maneiras como, por exemplo, cortar a merenda das crianças. Eu dizia: "Tudo bem, vamos usar a merenda do Estado. A escola é do Estado". Então ele tirou os pratos, que também eram do Jockey. Eu fui até Pedreira e ganhei novos pratos para a escola. O diretor de uma escola sofre pressões de muitos lados.

Você me pergunta sobre disciplina, sobre drogas, etc. Eu sempre resolvi estas questões com muita conversa, diálogos, atenção. E não era chantagem emocional. Uma vez só, tive que suspender um aluno. Chamei para minha sala e conversei com ele por mais de quarenta minutos. Dei uma suspensão com a qual ele mesmo concordou e, ao se retirar, falou com a inspetora de alunos que, se fosse para ter uma conversa assim comigo, ele gostaria de ser suspenso todos os dias.

No período noturno, descobrimos que era interesse deles trabalhar com teatro. Então incentivamos os alunos. Eles montavam os textos e, acessorados pelos professores de História, Geografia, OSPB, os alunos montaram uma peça de teatro sobre o tema **TRABALHO**. Foi maravilhosa. Eu sempre tive resistência em fazer a tal na hora cívica com Hino Nacional, etc.

Substituí aquelas horas chatas por apresentações de teatro, danças, folclore.

Falando sobre cooptações, injustiças, desonestidades. Elas estão sempre presentes. A gente se defronta com isso diariamente na DE. A minha luta é sempre no sentido de agir de maneira honesta, correta, justa. Eu me defronto, por exemplo, com o problema de vagas nas escolas. Os pais chegam dizendo não encontrar vagas. De posse do Quadro da Escola, constato que existe vaga. Pego o telefone e ligo para lá. Primeiro, já atendem de forma seca, grosseira. Peço para falar com a diretora e me identifico. Imediatamente o tom de voz muda e quem atendeu, no caso, foi a própria diretora. Daí falo estranhar não ter vaga, pois as informações passadas para a DE da escola, mostram existir vagas. Ela responde: "Pode mandar a mãe, para a senhora sempre tem vagas". Eu digo: "Não, eu não preciso de vagas. Não tenho filhos nesta idade escolar. O aluno é que precisa e ele tem direito à vaga". E uma sem-vergonhice. Faz três anos que falo: "Olha, gente, a escola é do povo, é pública". Se os pais reagem a atitudes como essa, ou outras, totalmente injustas, os professores perseguem os alunos reprovando-os.

A organização da escola é encastelada e é difícil quebrar o cerco. Poucos professores têm conhecimento sobre o Regimento. O próprio Conselho de Escola exige vinte pessoas, sendo que determinadas escolas não têm nem vinte professores. O Regimento é único, não leva em conta as escolas que são pequenas e não suportam tal estrutura burocrática. Os diretores de escola, a bem da verdade, são massacrados pelas exigências legais. Os órgãos da Secretaria de Educação são vários cabides de emprego e, para justificar, inventam uma série de coisas inúteis, resoluções, relatórios, e despejam em cima do diretor da escola. Este canaliza todas... Então, pedem levantamentos como quadro de pessoal, alunos, etc., etc., etc. Um monte de dados que já existem, coisas que não tem nada a ver. Estas coisas roubam o tempo em que ele poderia fazer realmente educação. Tivemos três Secretários de Educação em três anos. Pode alguém fazer algo quando a educação sofre as injunções das políticas partidárias? As

vezes, vejo a minha atuação como inócua; outras, me reanimo por algumas conquistas, por menores que sejam, como, por exemplo, os supervisores deixarem de ter uma atuação tão legalista. Eu não tenho nenhum compromisso com partidos ou pessoas. Digo que o meu compromisso é servir à educação. A Secretaria de Educação, neste momento, está acéfala. O Secretário não se compromete, não entende o que é educação. Ele está preocupado essencialmente com seus compromissos partidários e sua promoção pessoal.

DEPOIMENTO 3

Assistente de Diretor C, Campinas, SP.

24/04/88.

Hoje, vinte e quatro de abril de mil novecentos e oitenta e oito, gostaria de falar sobre o Livro de Ocorrências, ou "Livro Negro" das escolas, no qual são registrados os fatos do cotidiano da escola com relação aos alunos "infratores". Aqueles que provocam a "desordem", os "indisciplinados". No Livro de Ocorrências registra-se, por exemplo, como indisciplina: "entrar suado em sala de aula, correr no intervalo, no corredor, no pátio, tudo igual ao que você me mostra, mas só que na escola onde trabalho, todos os alunos registrados no Livro assinam o registro e estou vendo, que tem algumas ocorrências sem assinatura, do, digamos assim, "culpado". O aluno toma ciência e no registro da indisciplina, é colocado o artigo do regimento não respeitado. E o artigo 62. Lá estão os deveres do aluno. E diz que o aluno deve tratar os colegas, superiores, funcionários, com respeito e civilidade. E tem o artigo 63, que é uma seqüência do artigo 62, o 63, 64, os quais prevêm as penalidades. A primeira sendo advertência, a segunda suspensão e a terceira, transferência compulsória.

O processo de punição é o seguinte: O aluno pode ser registrado como faltoso quantas vezes for o caso. O que leva à suspensão é a gravidade da falta. Esta vai de um a seis dias. Depois disso a pena mais severa é a transferência compulsória.

O aluno é suspenso mais por agressão ao professor; secundariamente, por depredar o mobiliário, a escola - isto é considerado como falta muito grave; ou quando o aluno é portador de arma. A escola na qual trabalho funciona em quatro períodos. Vai das sete da manhã até as onze horas da noite. Houve casos em que o aluno quis agredir a professora e prometeu matar a professora e tivemos que segurá-lo. E este aluno, já era ex-aluno. E a culpa não era da professora.

Agora, ele quis agredir. A professora entretanto, provocou a transferência do aluno, e nós ficamos sabendo desta história depois e ele não voltou mais a estudar. Mas a professora o colocou tantas vezes fora da sala de aula, que ele ficou marcado. Ele passou tantas vezes pelo Livro de Ocorrências, "Livro Negro", e chegou a tal ponto que foi transferido... Mas voltou para ameaçá-la, agredí-la.

O aluno é suspenso quando se recusa a fazer as tarefas de casa, mas se recusa terminantemente. E além disso conturba a aula, fala, interfere, discute com a professora, o colega. Tem uma atitude bem agressiva. Nestes casos ele vai pro Livro de Ocorrências. Mas o registro, a suspensão, diríamos, não o corrige. Então se você verificar bem, os alunos registrados no "Livro Negro" são os mesmos, e se repetem. É uma observação que se destaca. Acredito que tem a ver com a classe social do aluno. Mesmo alguns alunos não chegam a ir para o "Livro Negro". Mas tem a ver com a classe social, tem a ver com a relação entre as pessoas na escola. Estou falando da escola pública. Hoje na escola pública é constante esta relação de agressão.

Agora, ocorre o seguinte: com relação aos professores mais calmos, mais introvertidos, estes também enfrentam problemas de indisciplina. O aluno vê este professor como uma possibilidade de estravasas, então ele bagunça nas aulas destes professores. O professor que fala mansamente com eles também sofre a agressão. Eles falam mansamente, mas não dialogam com os alunos.

Agora, um professor mais consciente, mais sensível, chega a ter um relacionamento melhor com eles. Eu tenho um caso de professores que não levam alunos para a diretoria. Quase não têm problema nenhum com aluno. Eles chegam a respeitá-lo. Deve ser pela maneira como eles falam, pelo modo como eles falam, pelo tipo de relacionamento. Eles tomam muito cuidado com o que falam, como falam com o aluno. Do uso da palavra, do tom de voz. Mas na primeira oportunidade o aluno está novamente agredindo.

Para a escola, o pessoal considerado marginal é uma geração que está na periferia da cidade, por causa do êxodo rural. Temos uma geração vinda do campo e que vive na cidade, "integrada"(1) a esta sociedade. E parece ser uma das funções da escola assumir o papel de dissimular a situação do aluno, desta clientela. Ele está numa situação em que a escola, compactuando com o sistema, coloca-o como consumidor dos bens "supérfluos" da sociedade. Como se a escola tivesse essa possibilidade de colocá-lo numa situação de consumidor!"A televisão coloca a propaganda, coloca constantemente a eles. A escola coloca e se coloca como solução dos problemas que aí estão. E a escola não é isso e o aluno vai percebendo. Esta seria uma das explicações possíveis para o problema da violência. E que a escola não corresponde àquilo que o aluno assimila por aí e que espera dela. Ele já vem com este esquema na cabeça pensando que a escola vai ser boa para ele. Ele chega na escola e encontra uma certa oposição a isto aí, a sua expectativa.

As pessoas estão aí querendo colocar na sua cabeça uma ordem que não é a dele, apregoando uma coisa que não é a dele... Começa a ver a escola como uma inimiga. Ele entra com a expectativa de encontrar um professor compreensivo, e que vai passar alguma coisa boa para ele. De repente, a pessoa começa a colocá-lo numa ordem da qual ele não sabe nada, não entende... A questão da discriminação na escola é algo que procura-se discutir. Criou-se um ciclo básico, por exemplo, que fazia uma separação dos alunos. Os atrasados tendo que vir para a escola em outro horário, etc... Mas não se chegou a fazer um projeto sério sobre isso aí. A coisa continuou funcionando da mesma forma. A coisa significou uma repetição do conteúdo. Mas não se fez um projeto. O aluno fica na escola, mas a maneira de trabalhar continua sendo a mesma coisa. Não existe um projeto. Os recursos materiais são os mesmos, precaríssimos.

(1) integrado = enquadrado

Aliás, costuma-se dizer que para a escola vem a metade, da metade, da metade das verbas. Nunca vem o que a escola realmente necessita. Então a escola já é agressiva para o aluno, a partir das condições físicas. Ele espera coisas melhores do que a vida deles. A escola é muito séria para os pais.

Vou retomar a origem deles. Estou dizendo que eles são de outra geração, mas vieram de uma geração de pessoas que trabalhavam no campo, de sitiante, pessoal que nunca aprendeu a ler, mas tinha uma relação com o filho do fazendeiro o qual estudava na cidade e lia. A leitura é algo a que dão muita importância. Os adultos dão valor imenso à leitura. Isto eles passam para os filhos. A escola é importante, dizem para os filhos, é ela que fará vocês progredirem. Mas o que é progresso para eles? Dai eles misturam. Eles misturam progresso com ganhar dinheiro. Progresso é dinheiro e passam a ser economicistas. Eles dizem que a escola é o lugar onde aprenderão a ser educados. Agora, eles fazem um imaginário da escola que, eu acho, deve ser maravilhoso. A esperança na escola é algo tremendo. Chegam e encontram um prédio agressivo, iluminação precária, querem água, às vezes não tem, ficam horas sentados, numa cadeirinha incômoda. Numa classe superlotada onde cabem no máximo vinte alunos, amontoam-se quarenta, cinquenta, sem circulação de ar, sem nada. Uma sujeira, não tem funcionários. Não existe um planejamento. Não é o planejamento, não existe um projeto. Sou contra planejamento. Não existe um projeto. Planejamento parece algo gerencial. Não existe um projeto da escola. A escola está inserida dentro de um programa político de desvalorização, de depreciação, e o professor não tem o tempo necessário para fazer este projeto. Porque fazer um projeto não é você escrever. É você se reunir, debater, se reunir com a comunidade, com os alunos. Ter condições de trabalho.

O C.B. é mais um planejamento que não partiu da escola. A Jornada Única é uma reivindicação antiga dos professores, mas não é esta Jornada Única que está aí, isto

foi, a meu ver, outra jogada mais politico-partidária do que propriamente educacional. Então, não existe uma política educacional com a participação da Escola.

A questão de defesa do C.B. por parte dos professores é polêmica. Existem os que estão a favor e os que estão contra. Nas regiões mais problemáticas onde há mais concentração de operários as pessoas não são favoráveis ao C.B. A coisa não está sendo vista como boa. Estão vendo como uma falha, estão reclamando, reinvidicando mais do que isto. Não mudou a escola e, por aí não muda mesmo. O C.B. é de seis horas com horário para refeição. A refeição não está dando certo, também. Fizeram a jogada na refeição. As crianças ficam para se alimentar. Comem aquilo mesmo, falo aquilo, pois não existem as mínimas condições de higiene para servir. Os alimentos são à base de soja, soja, soja. Mas as verbas não vieram. A prefeitura reclama. Eles dizem que a verba foi, a prefeitura diz que não. Isto está scontencendo nesta região. Me parece ser um esquema. A escola não é atendida plenamente. Não existe uma política educacional. Uma verdadeira política educacional deveria partir daqueles que trabalham com a educação. Não permitir isso aí, é fazer um discurso sobre a política e silenciar aqueles que realmente trabalham com educação. Aqueles que têm o saber prático, o saber de todo dia. Falta também aos professores uma reflexão maior, uma preparação maior para entender todo este processo do qual participam. Você perguntou se a violência, a repressão têm a ver com a classe social. Eu acho que tem. Não existem, dentro da escola, duas classes sociais. Porque o professor não pode ser considerado classe dominante. Mas existe a classe dominada e o professor representando a classe dominante. Fazendo o papel de. Passando aquilo que a classe dominante quer que passe. Agora isso traz conflito para a escola. A medida em que se quer passar uma ordem que não corresponde àquela realidade, só pode dar conflito. Não refleti se este conflito é no nível do inconsciente, sei lá. Mas o conflito é uma realidade constante dentro da escola.

O meu trabalho é um trabalho difícil. Pois tentando não ser autoritário, tentando exercer a complexidade das relações na escola, eu recebo chamada de atenção do professor, porque ele quer que eu tome uma medida de coerção, sou chamado à atenção por pais, pois querem que eu, como Assistente de Diretor, tome uma medida repressiva ou contra o professor, ou contra o filho dele, ou do filho do outro que o agrediu. Me parece que esta ordem está na cabeça deles. Inclusive o próprio aluno exige uma atitude autoritária. E muitas vezes o próprio aluno envolvido, repreendido, só se satisfaz com uma medida repressiva. É complicado. Um diálogo, o aluno não chega a tentar. Ele parece que fica alheio ao diálogo.

Parece que eles têm uma hierarquia na cabeça. Por exemplo, eles respeitam menos o inspetor de alunos, menos ainda o servente, depois um pouquinho acima o professor, mais ainda o diretor. Então em coisas que o professor não consegue resolver, ele pede a minha intervenção. Só com a minha presença, a minha fala, os alunos já mudam de atitude. Mesmo quando minha fala não é autoritária. Tenho feito, a título de experiência, alguns esquemas como falar da família, da autoridade do pai, da religião, para ver como recebem. Tento estabelecer uma crítica, mas nem sempre é possível, pois eles têm o esquema de tal forma introjetado, o da família, da religião, que não aceitam um relacionamento diferente.

Estes dias eu tive um diálogo com uma menina. Ela foi surpreendida por uma professora. Uma professora moralista. O moralismo é um desencadeador de conflitos. A professora pegou um bilhete que a menina escreveu para um menino. A professora veio falar comigo dizendo ser um bilhete desrespeitoso, quase pornográfico. Perguntei o que dizia o bilhete e ela respondeu que a menina queria beijar o menino, queria abraçá-lo. Então falei, "este conteúdo não é desrespeitoso". Ela disse que não havia gostado do bilhete. Perguntei se era pelo conteúdo do bilhete ou pelo fato da menina não prestar atenção na aula. "Não, diz ela, primeiro

foi o bilhete. Achei o bilhete horrível e depois também por ela não estar participando da aula". Digo: "Muito bem, e daí?" Ela disse: "A menina passou a me agredir. Entro na classe e ela me agride. Exijo que você fale com ela, pois não vou aceitá-la mais dentro da sala de aula". Criou um problema. A menina tinha doze anos e estava na 5ª série. Chamei a menina e perguntei o que ela estava fazendo, se estava agredindo a professora. Ela disse que não. Mas a professora dizia que cada vez que entrava em aula, a menina tecia um comentário como: "Olha, a vaca chegou". A professora colocou a menina no Livro de Ocorrências. Falando com ela perguntei o que estava acontecendo. Ela falou que a professora pegou o bilhete e falou "Imagine você escrever uma coisa dessas !!!!!" E rasgou o bilhete, dizendo ser imoral o que escreveu. A professora ficou irritadíssima por ter sido chamada de vaca. Então eu disse para a menina deixar de agredir a professora, pois agindo daquela maneira ela sairia perdendo. Falei: "Existe uma força aí maior. Nem eu seguro esta barra. Nem eu. No momento tem que ser assim. Você acha que deve enfrentar a situação, mas para isso precisa saber como enfrentar. Quando ocorrer algo semelhante você vem, conversa conosco e vamos analisar para ver quem tem razão. Você não deve ficar agredindo a professora. É neste caso aí, você é que sai perdendo. Existe uma força maior do que você. Nem eu seguro esta barra. Você tem que saber como enfrentar. Todos ficarão contra você". Ela ficou pensando e disse: "Ah, mas esta professora... Tá bom vou tentar compreender, mas se ela me chamar a atenção de novo, brigo outra vez".

Percebi então que a questão do moralismo do professor e dos alunos cria conflito. O meu papel é de amenizar os conflitos, sempre. Na medida em que eu levasse o conflito às últimas conseqüências eu criaria um grande conflito. Pelo menos um problema momentâneo. Então pensei: "eu preciso de um espaço para conversar com os professores e com os alunos".

Mas este espaço, esta possibilidade, nós não temos na escola. Deveríamos dialogar, averiguar, conhecer o que existe de diferente neste código moral que está aí. Mas existe a recusa para o pensar esta moral. Tanto por parte de alunos como de professores. Os professores estão convencidos de que a moral é esta mesma. De que o que pensam é o correto. Tentar discutir isto aí, já é subverter as coisas. Eles não aceitam porque estão com este esquema, esta moral na cabeça. Pelo menos a maioria. Aqueles que não têm, são os que melhor se relacionam com os alunos - o professor um pouco mais esclarecido. Chegou um pessoal lá que é combatido aqui na região. São moços que fizeram filosofia e depois saíram do seminário. Eles tinham uma participação na comunidade, agiam no bairro, conheciam melhor e parecem ter uma compreensão da vida do bairro. E eles são liberais. Quando um aluno é repreendido, eles o defendem. E são muito mal vistos pelos colegas, pela administração da escola, pela DE. Mas são os que melhor se relacionam com os alunos e os que menos conflitos têm.

A briga é uma indisciplina que leva o registro do aluno no Livro de Ocorrências porque perturba a ordem. O espaço físico tem a ver com a agressão física. Eles não têm o espaço e nem tempo. Os piores terrenos são destinados para as escolas. Elas são construídas em terrenos com pedras, ingremes. Então eles ficam esbarrando uns nos outros, se acotovelando, um corre, esbarra no outro e já vão pra agressão. E isto ocorre sistematicamente.

As agressões ocorrem também na sala de aula: O aluno fala alguma coisa para o outro no código deles, e isto ofende, partem logo para a agressão física. Um aluno reclamou: "Ele me chamou de prexéca". "Mas o que é isso? Prexéca?" E veio até a mãe reclamar. O aluno disse. "Mas o senhor não sabe?" Disse: "Não sei". Até hoje estou sem saber o sentido disso aí. Outro aluno se ofendeu e partiu para a briga porque um colega o chamou de "ziquezira". Hoje sei que é uma palavra de umbanda e que significa azar. E outra coisa, ofender a mãe

é algo muito grave. A mãe é intocável. Me parece não ser a mãe deles próprios, com as quais muitas vezes não se entendem, não se respeitam. Mas representa a mãe enquanto instituição. E depois está dentro da defesa de sua individualidade, sua honra, seu machismo.

E tem isso também: quando ocorre uma briga entre dois meninos, e um é maior outro menor, dizem: "Imagina este grandalhão bater num menor!" Ou então, quando um menino bate numa menina, o caso é sério. Entram os pais na história, uns defendendo o filho que briga, pois é um sinal de machismo e isto é um valor.

Já fui à casa de alguns alunos e vi que a própria casa é agressiva. O tratamento entre eles é violento. Uma vez um menino trouxe na sacola um escorpião. Pôs a mão dentro, e o escorpião o picou. Depois de medicá-lo, levei-o para sua casa. Chegando lá senti o ambiente agressivo. A mãe o xingou. A maioria das famílias têm este tipo de relacionamento. Obedecem sempre o mais forte. O diálogo não funciona muito, mas ao mesmo tempo exigem que se converse com eles. Quando são repreendidos se justificam dizendo "xingou comigo", "nem perguntou nada", "já veio gritando", etc. Mas quando a professora fala com delicadeza, muitas vezes eles badernam por ela não se impor autoritariamente. Esta professora também não tem um verdadeiro diálogo. Mas estes professores que fizeram filosofia agem da seguinte forma: conversam com eles antes de entrar em sala de aula. Eles ficam um tempo a mais. Uma hora, meia hora, batendo um papo com os alunos fora da sala de aula. E naquele papo informal que se relacionam melhor com os alunos. Eles entrando em aula, explicam o que vão fazer, como fazer. Enquanto que outros vão pondo a matéria na lousa, falando rispidamente, "fica quieto aí", "cala a boca". São maneiras de agir diferentes. Outra coisa que noto é o fato de muitos professores estarem com um pé na sala de aula e outro bem fora da escola. Eles não têm o mínimo interesse pelo bairro. Não querem nem saber. Não se relacionam de forma nenhuma com o pessoal. Eles não moram no

bairro e não querem ficar nenhum segundo a mais do que o estritamente necessário. Dar uma coltinha no bairro, participar das reuniões da APM, nem pensar. Um ou dois professores é que ficam. A maioria se limita à sala de aula, exigindo que o aluno fique quieto, responda às perguntas sem explicação. Uma coisa fria, impessoal, como se fosse um comércio e o aluno uma mercadoria. Um negócio automático. É mais ou menos este o relacionamento. É a pessoa, o professor, nem se identifica de um lado ou de outro. As vezes eu digo a eles que não há neutralidade na educação. Ou você faz uma educação para este povo, ou você está contra ele. E o povo está contra você. A maneira de agir se reflete nas palavras. Estas palavras que geram conflitos por trás dos quais está a relação entre classe dominante e classe dominada. A questão do aluno entrar suado em sala de aula e ser repreendido tem a ver com o mau cheiro. Mas isto coincide também com as crianças mais irriquietas. As vezes o aluno que é quietinho, mesmo não cheirando bem, ele não é tão punido quanto o outro mais irriquieto. Este parece ser sempre o alvo. Ele normalmente é mais agitado no intervalo, na sala de aula e chegando suado é o momento para o professor dizer "você está fedendo", "não quero este aluno aqui dentro".

O Conselho da Escola não intervém no cotidiano, nestas punições diárias. Ele praticamente não funciona. Só é acionado nos momentos de crise, considerados mais graves. Ele não é um Conselho ativo, participante. Só é agilizado em casos de indisciplina considerados mais graves, ou mesmo para punir professores, alunos, por questões políticas. Mas no geral ele não acompanha o que acontece na escola. Ele está dormindo. Só é acordado por um professor que se sente ofendido por um aluno, ou pela administração que se vê lesada no seu código de disciplina. Ele é um poder manipulado. Os pais são manipulados pela administração. O CE foi considerado deliberativo pelo Estatuto do Magistério. A intenção dos professores, ao reivindicarem o CE, talvez não fosse esta, pois o diretor é presidente nato e tem um peso de 50 %. O

diretor tem uma ascensão muito grande sobre os professores. Principalmente quando é um diretor autoritário. Não sei se há uma escola onde este CE funciona. Só se for num bairro onde o nível de participação política for elevado. Neste caso até o diretor tem que se curvar frente à força política dos moradores. Mas enquanto o diretor for a força autoritária este conselho não funciona como deveria. Porque o papel dele é ver tudo o que ocorre na escola. Aliás, nenhuma instituição escolar atua nestes bairros onde o nível de participação é baixo e onde o pessoal trabalha muito. Eles não têm, entre si, nada em comum. Não dá para chamar de comunidade. Agora, se o nível de relação for preconceituoso, religioso, vai criar mais problemas do que contribuir para o avanço da escola.

Onde estou, as religiões são fortes. Lá tem Assembléia de Deus, Igreja Adventista, uma Igreja Católica e um Centro de Umbanda. O pessoal da Igreja Católica e do Centro de Umbanda não visita muito a escola, mas o pessoal chamado Crente, visita a escola e é rígido. Eles exigem uma disciplina rígida na escola. Acreditam que são eles estão corretos, reclamam quando tomam conhecimento de que houve uma discussão, na escola, um pouco diferente, que vai contra o pensamento deles. Esta mentalidade não é de participação. Eles se separam dos outros e só fazem as suas colocações que são religiosas, moralistas, são submissos à ordem.

Quando o aluno é um aluno participante e politicamente esclarecido, ele tem problemas na escola porque ele começa a fazer reivindicações, traz idéias de fora. Isto é motivo para advertência, suspensão e até transferência. Nós tivemos lá alunos participando do Grêmio Livre e fizeram um grupo visitando várias escolas para discutir sua função. Recebemos ordem velada para não deixar estes alunos entrarem na escola. Ordem da DE. Mas não foi a DE que tomou esta iniciativa primeiramente. Foram os próprios diretores que pressionaram a DE. Houve nova discussão e a DE deixou então em aberto a questão. Mas pediu identificação dos alunos para

poderem entrar. Quando saiu o Decreto do Grêmio Livre, eles mudaram de atitude e decidiram participar desta organização. Resolveram participar com os alunos, participar de sua organização, para intervir na elaboração dos Estatutos do Grêmio. Eu participei disso. Houve muita discussão. Eu dizia: "Grêmio Livre controlado? Não tem sentido. Vocês, como diretores devem deixar que os alunos se organizem e façam o seu estatuto. Por que vamos intervir nisso daí?" Eles diziam: "Mas nós estamos orientando". Orientação para mim é uma palavra suspeita. Você deve sentar e discutir. Para mim é na base da discussão. Eles queriam dissimular, disfarçar que queriam segurar os alunos e falavam: "Não, imagine!... pode haver interferência alienígena, com influência partidária do PT, por exemplo". Então eles estavam querendo segurar de qualquer forma. A escola volta com este papel, a organização da escola volta querendo enquadrar os alunos numa ordem que é a da sociedade. Na escola onde trabalho, o Centro Cívico é controlado. Os alunos defensores do Grêmio Livre, juntamente com os professores que os defendiam, tiveram muitos problemas. De forma que a escola segura a barra do sistema. E parte da violência do aluno vem disso aí. Ele sofre uma repressão sistemática na família, no grupo religioso. Da escola ele espera algo que o favoreça e encontra também repressão, então a violência deve se originar aí. Tudo o que acontece na escola é controlado. Parece-me ainda hoje, que a sociedade está exigindo a escola voltada para o vestibular, a escola tradicional, que ensina conteúdo não importa qual, aula expositiva, professor autoritário. Tanto é que hoje saiu uma reportagem no Jornal "Folha de São Paulo" colocando que os alunos querem uma escola rígida direcionada para o vestibular. Porque a escola profissionalizante, as reformas, nada disso deu certo, tudo foi uma farsa. Parece que a população está exigindo isso, é o que mais cobra. A profissionalização do 2º Grau foi implantada sem as condições para tal e acabou com a 7044/82. Mas a questão da formação da mão-de-obra é função da escola, baixo nível de educação.

formando o exército de reserva para pagar baixos salários. A dita democratização da escola ocorreu, mas sem nenhum projeto. Se você for verificar bem, faltam profissionais em alguns setores e a escola não os conseguiu formar. Então, neste esquema aí, a escola não funciona. O que a escola deveria formar ? Pessoas críticas ? Não é o que esperam da escola. Pessoas eficientes ? Também não. Porque não tem emprego para todos. Então a função fundamental da escola é dissimular as diferenças. Ela existe para dizer que todos tem oportunidades iguais, mas na realidade sabemos que não têm, o papel da escola é este, e assim está definido neste sistema, por isso não é atendida convenientemente. Ela só é atendida quando o povo exige escola. Eu estou lá no bairro e vão pessoas seguidamente exigindo 2º Grau. Quando chega o período de eleições, vem um político, promete, e, para conseguir votos, instala uma escola. Os filhos vão pra escola, o político consegue seus votos e todos momentaneamente ficam satisfeitos. Mas depois disso, a escola funciona precariamente. E continua com o papel de dissimuladora das diferenças. O professor também, com toda sua ideologia, assume o papel de explorador.

A indisciplina é sempre um desafio à autoridade representada pelo professor, que em geral se relaciona com seus alunos de forma conflitiva e incompreensiva, e, para resolver os conflitos, chama-se o diretor a quem como representa uma autoridade maior, acima do professor, eles obedecem porque sabem que a punição vem dele. O professor pode dizer que vai dar ponto negativo, tirar nota baixa, reprovar. Eles não têm medo disso. Continuam enfrentando. Parece-me ser isto um problema para o professor. Hoje os alunos já sabem que se o professor reprovar a maioria, não fica bem. A maior punição para os alunos é a reprovação. E isto eles sentem no final do ano, porque os pais caem em cima do aluno. Neste momento eles sentem o prejuízo, mas durante o ano só respeitam autoridade. A autoridade para eles, na escola, é o diretor, e em casa, o pai. E como eles nunca

podem enfrentar a figura do diretor e não enfrentam mesmo, agridem ao professor. Sei de raríssimos casos de agressão de aluno ao diretor, mas aos professores há muitos. A história de furar pneu de carro, riscar a pintura, são atos praticados contra os carros dos professores. Agora, no carro do diretor eles não fazem nada. Eles dizem "este é o carro do diretor". Eles agridem, porém, o prédio escolar.

Nas escolas de alunos de classe média, onde há uma estabilidade maior da instituição família, aparentemente, há menos casos de indisciplina. Mas não é que não exista violência em escolas de classe média alta - é que aí os conflitos são amenizados, encaminham-se para os psicólogos, orientadores, etc. Nestas escolas a organização é mais eficiente e conseguem integrar, ajustar os alunos segundo as normas vigentes. Talvez as crianças de classe média sejam veladamente mais reprimidas, não pela violência física, mas pela violência ideológica. São crianças que assimilam mais a ordem e o pessoal da periferia assimila menos. O pessoal dirigente estudantil também assimilou menos a ordem. Nós pegamos, no tempo em que era universitário, uma época brava da ditadura. A do Emilio Garrastazu Médici. Fui preso, passei quatro meses na prisão, fui torturado. Agora você veja! Na época, quem se rebelava contra a ordem na universidade? Não eram trabalhadores, porque estes não chegavam à Universidade. Foram elementos da classe média que se rebelaram, foram torturados e muitos morreram. Nós tínhamos uma certa consciência política. Tanto o pessoal da periferia, pobre, quanto nós, da classe média, nos rebelamos contra esta ordem. Mas é outra rebeldia, são formas diferentes de rebeldia.

Se você for verificar o Livro de Ocorrências, ou o "Livro Negro" de todas as escolas do bairro, têm as mesmas características. Os casos são os mesmos, a violência é a mesma. Mas de todas as ocorrências, a mais grave é o desacato ao professor. Esta pode dar suspensão direta. A ordem de desacato é a seguinte: servente, inspetor, professor. A autoridade para eles tem, a meu ver, esta hierarquia:

primeiro pai ou mãe, segundo diretor, terceiro professor. A ordem de respeito do menos para o mais é professor, pai ou mãe e Deus. Muitas vezes a recusa pelo estudo, tarefas escolares, não é porque o aluno não entende. Muitas vezes é resistência, acredito, em última instância, ao sistema existente.

A punição para a fuga era o registro no Livro de Ocorrências disciplinares, com aviso e convocação dos pais, no caso de alunos menores de dezoito anos. Na escola onde trabalho, o "problema" foi solucionado com abertura para dispensa de alunos, desde que solicitem ao inspetor de alunos, que anota na folha de comunicação da caderneta escolar o horário de saída e o motivo, para o conhecimento dos pais.

DEPOIMENTO 4

Inspetor de Alunos, S, de uma Escola Pública do Interior de SP.

Realizado em 09/04/87, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

"Eu trabalhava em São Paulo, capital, e fazia cursinho para arquitetura e para programador, em 1979. Depois surgiram algumas desavenças, problemas de família. Minha mãe se achava muito só aqui e eu também não estava me sentindo muito bem em São Paulo trabalhando numa seguradora de Banco. Dai voltei para cá. Fiquei alguns meses sem emprego. Comecei a anunciar a chegada e partida de ônibus na rodoviária, como locutor. Então surgiu este concurso estadual. Anunciaram, mas eu não sabia como entrar. Era um concurso público para inspetor de alunos, escriturário e servente. Exigiam um nível abaixo da 8ª série. Coisinha bem fácil, nível de 5ª, 6ª série. Fiz inscrição, prestei concurso e aguardei a chamada durante um ano e meio. For ser um concurso público, perdi muitas outras chances de trabalho, aquela idéia de que funcionário público tem segurança no emprego e coisa e tal, mas segurança para não ganhar nada ou uma miséria. Depois fui para a escolha de escola. Eles não têm preocupação se a pessoa mora perto ou não da escola para distribuir as vagas. A escola que me destinaram fica a uma distância de três quilômetros. A gente chega no dia da escolha e as pessoas da DE dizem que tem tal e tal escola. Não esclarecem nada, nem sobre o trabalho que a gente vai fazer, nem sobre como é a escola. Depois da escolha, aguardei mais uns quarenta e cinco dias até o nome sair no Diário Oficial. A gente entra na escola sem saber nada. A única coisa que dizem são os deveres da função de inspetor, os quais constam no regimento, ou seja, que devemos vigiar, controlar, informar à direção da escola sobre a conduta dos alunos, auxiliar os professores e manter a ordem. E daí por diante a gente tem que se virar. A

contratação pode ser em regime integral ou parcial. Quando eu entrei, há cinco anos atrás, o salário não era tão ruim. Já era ruim, mas menos do que agora, pois o que ganho não cobre as mínimas despesas pessoais. Ganho Cr\$ 2.800,00 bruto. Antes, quando a função era inspetor-professor, o inspetor tinha um certo acesso às classes, depois mudou. Sobre o salário, se contassem os gastos, não conseguiria sobreviver.

Para ingressar, tive que fazer um exame médico, quando me pergutaram se eu tinha lepra. Um exame bem superficial. Não querem saber da competência ou da saúde mesmo, tanto é que entram no funcionalismo público pessoas doentes, ou incompetentes. Só para se encostar. Deram-me o laudo médico e comecei a trabalhar.

Quando cheguei até a escola, a secretária me apresentou em cada sala de aula como uma autoridade à qual eles deveriam obedecer. "Este é o seu S.", que vocês devem obedecer senão ele comunica à direção. Na primeira semana, sentei-me numa cadeira e fiquei sem fazer nada, pois a gente não tem preparo nenhum para lidar com as crianças. É uma escola de 1º Grau e tem crianças de todos os níveis econômicos, desde filhos de usineiros até filhos de bóias-frias. É gritante a disparidade econômica. A diretora faz uma certa pressão para manter o comportamento. Ela e os professores não querem que os pequenos corram no pátio, devo vigiar para que não pulem o muro, para que não fujam, para que não se escondam no banheiro, vigiar para que fiquem dentro da classe quando o professor não está para manter todo mundo sentadinho. Os únicos que cumprem o horário são os professores e os funcionários, salvo aqueles que são muito amigos do diretor. Estes saem da sala de aula. Mas normalmente os professores têm que cumprir rigidamente o horário. Um professor de 1ª à 4ª série às vezes acaba as atividades antes do horário, mas deve permanecer em sala de aula até o final. Se o professor sair antes, o diretor põe no livro-ponto seu nome em vermelho e ele perde aquela hora.

No início, a diretora ficava cobrando de mim a disciplina dos alunos. A primeira diretora era um pouco mais aberta e já tinha abolido as filas de entrada e de saída. Ela evita ao máximo utilizar os mecanismos de repressão. Eu trabalhei com ela uns dois ou três anos e nunca a vi suspender um aluno. Era professora de mais de vinte anos de magistério e passou a ser diretora. Nunca puniu um aluno com suspensão. Ela colocava para mim o seguinte: "suspensão é tirar o aluno de sala de aula". Ela tinha consciência disto. Só não gostava que eu conversasse com os alunos, pois dizia que da uma certa intimidade e geraria confusão. Mesmo assim eu continuava conversando com eles.

Depois que a secretária me apresentou como uma autoridade, o seu S., a primeira coisa que fiz foi romper com isso aí. "Olha, me chame de S., não sou autoridade coisa nenhuma. Já não entrei para a polícia por causa disso. Estou aqui para conversar. No começo, eu usava caderninho, e neste caderninho eu anotava o nome dos alunos e tantas cruzinhas quanto à incidência de mau comportamento. O diretor pede sempre para o inspetor ficar circulando porque os alunos constantemente tentam fugir. Isto é normal. A escola, onde trabalho agora, tinha um muro de 1,20m de altura, hoje ela tem mais de 2m. Os portões sempre fechados. O muro tem aparadores de arame farpado e dizem que é para marginal não entrar. Mas os aparadores estão inclinados de fora para dentro. Estão impedindo é a saída e não a entrada de pessoas. Mas os alunos sempre dão um jeito. Quando eu estudava no Instituto, nós, alunos, abrimos um rombo embaixo do muro, atrás de uma moita, e levou um certo tempo para a diretora descobrir.

A escola é como uma prisão. Se a gente entrar e não souber que é uma escola, só vendo o muro, tem-se a impressão de ser uma prisão. Para prisão o muro seria baixo, mas para o tamanho das crianças é enorme, é um muro de presidio, pois não se vê nada do que acontece na rua. O único acesso que a criança tem para a rua é o portão de entrada,

que está permanentemente trancado. Mas, se o pessoal quer sair mesmo, eles dão um jeito, eles "puxam o carro". Uma das maneiras é a seguinte: um aluno vai para o banheiro, e o outro vai jogando as bolsas pela janela. O pessoal de baixo pega as bolsas e leva para fora. O resto do pessoal pede para ir ao banheiro e vão embora. A tentativa de fugir, de sair da escola, é constante. E tem o pessoal que não entra. Eles não entram e vão passear. Quando esta na hora de terminar a aula, voltam e ficam em frente à escola esperando que os pais os peguem. A fuga é constante em todos os períodos. Uma primeira coisa que fiz foi conversar, esclarecer muito com eles. Eu não assumi este compromisso de vigiar, de não deixar fugir. Os alunos sabem disso, mas para o diretor não falei. Mesmo assim, sei que sou vigiado pelo diretor, pela secretária. Se o aluno está fugindo, fugiu e pronto. Eu faço vista grossa, finjo que não vejo. Algumas vezes, até ajudo.

Os alunos alegam que fogem porque não têm interesse, saem, os do noturno, para ir ao cinema, namorar, quando tem show. Não é permitido namorar dentro da escola, nem namorar, nem pegar na mão, dar um beijinho. Eles chamam a atenção e dizem que é falta de moral. Eu tento fugir disso. Uma vez uma menina me perguntou se era crime não assistir à aula. Eu respondi que não. "Então por que sou obrigada a assistir?", perguntou ela. Para mim eles perguntam porque têm intimidade. A meninadinha de 5ª, 6ª série me fala quando estão namorando, às vezes eles se masturbam de dia, dentro da escola. Eles vêm contar isso aí para mim. As vezes, eu entro no banheiro para vigiar e evitar isso, e lá estão se masturbando. Como evitar isso aí? Eu nunca levei isso para a direção. Nunca. Eu sempre tentei colocar o seguinte: a minha posição é esta. Mas estou dentro de um esquema em que isto, extrapolando, haverá punição. No caso de muita bagunça em sala de aula, digo: "Pessoal, vocês têm que manear porque eu seguro a barra de vocês, mas a direção e a outra inspetora não seguram". Eu seguro, contorno isso. Então com as meninas da noite a gente conversa sobre transas, quem é virgem, quem

não é, se está menstruada, se está a fim de transar ou não. A rapaziada é do papo mais aberto comigo. Chegam e dizem: "Olha, estou a fim de sair, tem gente me esperando". Digo: "Inventa que está com dor de cabeça". O caderno de ocorrência, onde se registra o mau comportamento dos alunos, eu usei uns três meses e vi que era burrice continuar com ele. Principalmente depois que entrei na faculdade. Comecei a fazer outras leituras e percebi que queriam me colocar dentro do esquema, esquema de vigilância, mesmo não fazendo parte dele. Eu não sou muito a favor disso. Nós, por exemplo, deveríamos ter uma sala. Mas só temos uma mesa, isto quando não a tiram. Eu agora estou sem. O diretor coloca assim: "Você está aqui para cuidar do pátio e mais nada". No início, já cheguei até a montar as classes, trabalhei na secretaria. A diretora anterior me perguntava o que achava dos alunos, etc. No caso da fila, ela me falou: "Olha, S., estou querendo acabar com ela, mas está difícil". Depois de um tempo, a gente vai conversando com o pessoalzinho, e eles entram muito mais organizados, sem as filas, e dá menos trabalho. Porque a fila é uma loucura. Na hora de montar a fila no pátio e esperar a entrada, eles se matam. E este é um encargo nosso. Quando tentaram colocar de novo a fila, eu e minha colega, que é inspetora também, dissemos: "Não nos encarregaremos da fila. Já que eles querem implantar isso e jogar por cima de nós, não vamos aceitar. Eles que se virem". E implantar ainda uma coisa que complica prá gente pros alunos, pra todo mundo. Enfim, não tem razão de existir esta fila. Tentaram duas vezes, mas nós largamos a bomba nas mãos deles e acabaram desistindo rapidinho. Durou a experiência dois meses, no máximo. Nós poderíamos ajudar, mas ficaríamos loucos, pois a gente não tem condições de vigiar todo mundo. De noite, tem uns cento e cinquenta alunos. De manhã e à tarde, tem uns quinhentos alunos por período. É uma escola grande. Eu acho que a escola não comporta este número de alunos. Tem umas trinta e cinco ou trinta e sete classes. Ela não comporta este número de alunos nem de classes. Antes era uma escola

primária, só de 1ª à 4ª série. Foi projetada para ser uma escola de 1ª à 4ª série, e hoje ela é aumentada irracionalmente. As classes são abafadas, pequenas. Ela ocupa um quarteirão inteiro. No fundo tem um galpão, que é a parte coberta, e tem o pátio descoberto. Antes, o pátio era bem maior. Está diminuindo cada vez mais porque estão construindo. Construíram a quadra para educação física e cercaram com muro de alambrado de 6m de altura, à qual só tem acesso o pessoal de educação física. Eles não deixam o pessoal ter acesso, mas muitas vezes o pessoal burla. Eu, muitas vezes, deixo o pessoal brincar. Eu deixo brincar até três horas, sem correrem muito, porque, se entram suados em aula, o professor xinga: "Que é isso? Uma catinga!" E por aí é foda. Mesmo correr. Mesmo porque correr é perigoso. O pátio que está se espremendo cada vez mais, quinhentas pessoas se movimentando num pátio daquele tamanho, eu acho que é uma coisa difícil para quem tem um certo nível de disciplina, comportamento, agora, criança quer correr, brincar e ainda não tem esse tipo de orientação. Já tentaram colocar algumas "amarelinhas". Mas, de repente, a criança pode brincar de "amarelinha" mas não pode brincar. Fizeram e logo largaram. O que querem é que os alunos fiquem sempre quietinhos. E são muitas crianças. De tarde, por exemplo, é o pessoal de 5ª à 8ª série, o Pré e o Jardim. Esse pessoal não tem espaço onde se movimentar. Sempre que há novas construções, este pessoal não solicita a ajuda de um especialista. Tem muitas coisas que mudam com a ajuda de um arquiteto, de um pedagogo. E melhor isto ou aquilo? Então ela cresce desorganizadamente, desordenadamente. É um banheiro mal organizado, um pátio perigoso para correr e cada vez menor por causa das pilastras, muitas calhas, muita abertura. Mesmo que a criança queira correr, cai a toda a hora, há muitos obstáculos, muitos para trombar. As classes, por exemplo, ou melhor, o corredor. Este não tem mais de 2m de largura e, ao mesmo tempo, saíram duzentos, trezentos alunos. Eles exigem silêncio no corredor, não podem ficar na porta das classes.

Eles querem que o aluno entre, fique quieto e espere o professor. Eu, para não entrar em conflito com o diretor, professores e outras pessoas, peço aos alunos para gritarem menos. Eles gritam mesmo, quando não existe liberdade. Destroem móveis, tudo o que podem. As vezes, eu os vejo destruírem e digo: "Olha, você está destruindo uma coisa que é sua". Um mundo de carteiras que são destruídas, estragadas, rabiscadas. Eles furam as carteiras. O que podem estragar, estragam. Não sei bem o motivo, mas vão rebentando tudo. Ficam irriquietos nas classes, então naquelas de compensado, com a unha, eles vão mexendo, mexendo e rebentam uma classe inteirinha. As vezes, com uma ferramenta é difícil estragar, com a mão, devagarinho, devagarinho eles rebentam uma carteira inteirinha. Uma carteira colada, parafusada. Eles falam que não gostam da escola. Tudo me parece um manifestação contra a estrutura à qual são submetidos. Eu falo: "Gente, vocês tem que se organizar. Vocês têm que reclamar". Daí dizem: "Se a gente reclamar não adianta nada". O aluno nunca tem razão. A escola funcionaria bem sem os alunos. A escola nem sei muito bem porque existe. Acho que é para sustentar salário de diretor, professores, pois ela não é bem para os alunos. A maioria trabalha insatisfeita na escola. Eles pensam na escola mas sem pensar no aluno. E, quando pensam no aluno, eles pensam de uma maneira diferente. Quer ver outra coisa? Eu já peguei alunos do noturno "transando". Eles estavam transando na "casa de bonecas" do pré-primário. Então eu converso. Digo: "Olha, pessoal, a minha cabeça é assim, mas vocês estão dentro de outro esquema. Para vocês brigarem por isso, eu entro em conflito, eu não posso brigar sozinho. Eu vou ser o único perdedor porque vocês nunca vão ter razão nenhuma". Os professores, diretores, nunca ficaram sabendo dos "malhos", das transas. Eles nem imaginam, não vêem. É debaixo da escada no noturno, em qualquer cantinho. Tem a parte de cima e a parte debaixo do prédio. Nas classes da parte de baixo, eu já vi muitas vezes, e eu dou um tempo. Eu deixo terminar a "transa".

Depois falo: "Olha, pessoal, o esquema funciona deste jeito. Vocês estão dentro deste esquema, eu posso tentar mudar alguma coisa, mas tudo não dá para mudar, porque eu preciso deste emprego". Eu já trabalho com uma certa dificuldade de diálogo. Então eu converso, "quer transar"? "tudo bem". Às vezes, eles vêm perguntar para mim: "O que eu faço, S.? Você acha que é perigoso?" Digo: "Olha, vocês têm vários caminhos. Vão ao Posto de Saúde, procurem um ginecologista, um médico, ou use a camisinha. O perigo é engravidar". É também isso, porque cada ano saem umas quatro ou cinco grávidas. Algumas fazem aborto por conta própria. Uma aluna de quinze anos que "transava" com o namorado fora da escola fez dois abortos. Às vezes, os pais ficam sabendo. Eu fico a par porque converso com eles sobre namorado, às vezes banco o "cupido". Teve algumas grávidas que assumiram a gravidez e continuaram a frequentar a escola. Sobre o sexo, os alunos estão sempre conversando comigo. Principalmente os meninos. As meninas têm um certo receio, mas algumas falam descaradamente. Eu converso sobre sexo com alunos de seis, sete anos da 1ª série até alunos da 8ª série, mas não da mesma forma, com as mesmas palavras. A meninadinha "trança" menino com menino, o tal do troca-troca". Toda vila, bairro, tem o "veadinho", e este tem que "dar" para todo o mundo. É o "Cristo". E eles falam: "Olha, S., aquele é um veado, todo mundo tá comendo". Eles colocam quantas vezes se masturbam por dia, por que se masturbam. Eu vi muita coisa dentro da própria classe. Por exemplo: vai uma professora atraente, gostosa, os alunos se masturbam ali mesmo. Uma vez, numa sala de aula, vi quatro, cinco alunos com a mão dentro do short se masturbando, e a professora dando aquela aula expositiva, e ninguém vendo nada disso. Eu vi e conversei depois com eles: "cuidado, gente, se a coisa transparece, vocês vão passar um mau bocado". Ou, então, eles se masturbam e fazem "troca-troca" dentro do banheiro. Quando vejo, alerta sobre o que pode acontecer. "Olha, eles podem chamar pai, mãe e da muita confusão". "Tá bom", dizem eles, "vamos evitar". De menina com menina

namorando vi só uma vez. No banheiro. Certo dia, ao meio dia, escutei uns gemidos, e duas estavam se acariciando. Tinham uns doze ou treze anos. No dia seguinte, dona M., uma professora, pegou as duas namorando e levou o caso para a direção. O que fizeram? Fizeram com que uma delas pedisse transferência da escola. Passado um tempo encontrei as duas na rua, e elas falaram que o fato de estarem em escolas diferentes não as impedia de se verem". Mesmo, às vezes, uma amizade muito forte entre dois alunos, amizade sincera mesmo, eles colocam: "Não quero que você ande com fulano", como se dissessem que uma amizade é considerada "indisciplina", "mau comportamento". Eles dizem: "Não quero que você ande com tal pessoa. Se conversar, eu te coloco na rua. Vai levar suspensão até a transferência compulsória". Isto porque, a meu ver, atrapalha a aula, pois uma amizade muito forte entre duas pessoas faz com que elas tenham muito para conversar. Eles separam para evitar a "indisciplina". Até quando pegam dois namorados se abraçando, beijando, na frente da escola, falam que é uma imoralidade. Isto aconteceu comigo. Eu estava com a minha namorada na frente da escola, dei um, dois beijos nela e me chamaram na diretoria e me perguntaram como eu podia fazer aquilo, que assim não daria certo, pois eu estava dando mau exemplo, enquanto eu sabia de professores que namoravam dentro da escola, marcavam encontro no portão, sumiam dentro da escola. Tudo é escondido, mas todos sabem. Eu sabia, os alunos, outros professores.

Uma das minhas funções é levar informações sobre os alunos para a direção, e a direção pressiona neste sentido. Pressiona por todos os lados. Principalmente daqueles alunos tachados, "rotulados" de indisciplinados. Tem para estes alunos um processo legal de punição que consta no regimento. Primeiro, uma advertência verbal; depois registro da primeira ocorrência, segunda ocorrência, terceira ocorrência, suspensão e transferência compulsória. Isto acontece com frequência e o aluno tem que "puxar o carro".

Eles não têm como me forçar, mas pressionam para que eu delate, para eu comunicar ao diretor. As demais atribuições do inspetor de alunos, como atender aos pedidos dos professores, como falta de giz, divulgação de avisos, colaborar na execução de atividades cívicas, eu faço. O que é arrecadado nas promoções cívicas, sociais, culturais reverte para a escola. Acontecem fatos como o seguinte: com o dinheiro da última promoção compraram um vídeo-cassete. Quem mais o usa é o diretor. Ele leva para sua casa e traz para escola sistematicamente. Na escola e para os alunos, só foi utilizado umas duas vezes. É uma quantia de dinheiro bem utilizada, bem investida, mas mal empregada. Compram também livros, cadernos.

Com relação à biblioteca, ela funciona mal. Deve ter uns seis mil volumes, e os alunos têm e não têm acesso. Só funciona para os alunos irem e ficarem lá copiando o texto que a professora manda. Se o aluno quer, a bibliotecária diz que está cansada. O espaço da biblioteca é relativo. Durante o intervalo também não. Lá tem jogos de dama, dominó, etc., mas são pouco usados.

Mas volto a falar da pressão que venho sentindo desde que comecei a trabalhar. Eles dizem: "Não converse com os alunos, não dê intimidade, tente se afastar deles, mostre que você é autoridade, que você tem força, senão você não consegue manter a disciplina". Eu não faço nada disso e, no entanto, com quatrocentas, quinhentas crianças eu falo: "Olha, gente, correr é perigoso porque este pátio é muito pequeno". Assim eles entendem. Tento usar o mínimo possível o Livro de Ocorrências porque compromete o aluno, e eles, com toda autoridade, não conseguem manter a disciplina nem do pátio e nem da sala de aula, quando a gente não está lá. Só a "ferro e fogo" e olhe lá, gritando, ameaçando. Tinha um professor que "esquentava as orelhas" dos alunos. Mas o que dizem aos alunos fere, machuca muito mais do que se batessem. Vira e mexe tem gente que sai chorando, frustada e isto nos três turnos. Quando converso com o pessoalzinho, eles esperam

uma coisa nova da escola. Então quando converso, falo da minha vida, brinco, conto piadas, eles gostam, acham interessante. Por exemplo, à noite, o que eles gostam de fazer é brincar de dar soco e, como eu já treinei um pouco de box, tenho facilidade e brinco com eles dizendo que não vale dar soco do pescoço para cima e nem da barriga para baixo. Este tipo de brincadeira diminui a agressividade. Mas, voltando ao que aconteceu comigo: enquanto funcionário público, temos direito ao horário de estudante de uma hora por dia. Só que eles levaram três meses para me conceder este direito. Fiquei desesperado porque, sem esta hora, eu não tinha condições de fazer o estágio. Então arrumei o regimento da escola com uma colega minha de outra escola e o regimento geral do funcionalismo. Tirei "xerox" e o ofereci aos demais colegas, pois sou representante da associação. Na escola tem o regimento, mas está guardado e não mostram para ninguém. Quando a secretária viu que eu tinha o documento, espalhou para toda a escola e para a direção o boato de que eu havia entrado na surdina, às escondidas, na secretaria e tinha pego o regimento de uma gaveta da escrivaniana, e daí começa uma vigilância, uma pressão maior por cima de mim. Por isso eu quero sair daquela escola. Estou até me tratando com um psicólogo do Posto de Saúde. Olha, na escola, quem cobra horário de todo mundo é o diretor. Se a gente entrar numa de favor com ele fica-se com o "rabo preso". Uma hora por semana é direito nosso, e eu disse pro pessoal: "Não vão pelo favor, vão pelo que é legal".

Aquilo que estava dizendo da secretária é o seguinte: ela disse que tirei aquele papel da secretária na surdina, coisa que eu nunca faço. O que eu faço, o que digo, digo claramente para quem eu quiser. Aí começou o diretor a fazer pressão sobre mim. O período de entrada é muito limitado. Tenho uma hora e vinte minutos e levo uma hora e quarenta minutos para chegar da faculdade até em casa. Se eu somar o tempo da faculdade até minha casa, e desta até a escola, dá uma hora e quinze minutos. Tenho então cinco

minutos para almoçar, escovar os dentes. Impossível. Neste começo de ano estou ficando uma média de três dias por semana sem almoçar. Agora estou de licença para resolver este problema de transferência que não querem me dar porque vão perder o cargo e porque muita coisa que eu faço na escola ninguém vai fazer. Se eu quisesse, só com um requerimento para o diretor já resolveria, mas preciso do emprego. Por outro lado, preciso de tempo para frequentar a biblioteca da faculdade, preciso de tempo para fazer meu estágio, e, sem tempo para isso, fui ficando nervoso. O que aconteceu? Quando percebi que não tinha mais condições para aguentar e que poderia fazer uma besteira, procurei um psiquiatra do Posto de Saúde e disse: "Olha, a minha situação é esta, estou para estourar. Sei que não estou ficando louco, mas estou desesperado. Posso perder um ano por causa deste tipo de coisa. Isto vai me atrapalhar". Então ele me receitou um calmante e achou melhor eu me afastar um pouco da escola, e agora estou conversando com um psicólogo para amainar a situação e pedi transferência para uma escola mais próxima de casa.

O mais importante para o diretor é manter o cargo e uma aparência que não existe, porque é muita reprovação, gente que não sabe nada, é gente que sai sem saber ler, escrever, fazer uma continha de dividir, é um professor de matemática que todo mundo sabe ser incompetente, mas ninguém toma atitude nenhuma. Uma outra coisa que aconteceu há pouco tempo: um aluno estava dentro da classe sem fazer nada, eu vi, nem conversava. Só uma vez vi ele conversando. Então a professora disse a ele: "Quero que você venha para a frente". Ele disse: "Não vou porque não tem motivo nenhum para eu ir para a frente, estou muito bem aqui atrás". Ela disse: "Se você não vier para a frente então vai para fora da classe" e saiu da sala. No outro dia, ele entrou e tinha aula com a mesma professora. Ela foi logo dizendo que queria que ele sentasse na frente. Ele respondeu que não sentaria na frente. Então ela gritou: "Você vai para fora da sala de aula" Ele

saiu. O diretor conversou com ele, insistindo para que o aluno obedecesse à professora. Mas ele continuou decidido a não sentar na frente e disse que preferiria deixar a escola. E foi o que ele fez. Deixou a escola e anda pela rua. Tem uns treze ou catorze anos. Um dia, conversando, ele me disse que a mãe não liga se ele vai ou não à escola. Ele ia porque queria, mas num ambiente daqueles não ficaria. Então prefere deixar de estudar. A maioria dos alunos não aguenta ficar dentro da sala de aula, aturar este ou aquele professor, ter que aprender tal conteúdo. Este é um caso, mas existe uma infinidade deles. Os gritos, berros, querendo incutir na cabeça da meninada uma moral que está dentro da cabeça dos professores. Algo que não existe. Por exemplo, não podem namorar, podem fumar no pátio, mas não na sala de aula, estando na classe, não podem sair, devem ficar dentro, não podem ficar no corredor, não podem ficar na mesa conversando comigo, não podem ficar na frente da escola. A hora que termina a aula, ninguém pode ficar em frente da escola, já teve vez em que o diretor chamou a polícia e levaram um monte de gente para a delegacia e tiveram que pousar lá, pelados, dentro de uma cela. Isto eu fiquei sabendo.

Outra coisa, tinha uma aluna da 4ª série, de doze anos, que já transava por dinheiro com os fazendeiros da cidade. A atitude do diretor, dos professores, foi de passividade. Só chamaram a menina, deram um esfregão nela e ficou por isso mesmo. O pessoal vinha, pegavam o carro, levavam ela para um motel e depois deixavam em casa. Outra menina da 4ª série ficou viciada, não só em fumo. Ela tomava uns "picos" e vinha doída, louca, para a escola. Eles pressionaram até ela sair e hoje é uma prostituta. Eu falava com ela, e ela dizia: "Não tem jeito, não. Como é que vou viver?"

Teve um outro aluno que aticou o cachorro pastor alemão em cima da diretora. Conversei com ele e ele desistiu. Nenhum diretor ou diretora é visto com simpatia pelos alunos. Eles não gostam da autoridade e, ao mesmo tempo, morrem de

medo. Acho que é porque eles sabem que tem o "Livro Negro", a punição, e que podem pegar a transferência compulsória.

Teve um aluno que acabou sendo morto num assalto que houve nas redondezas da cidade. Morava na maloca e ia armado, já na 4ª série acabou se envolvendo com outros marginais e, num assalto de banco, acabou sendo morto.

Alguns alunos vão armados com garrucha, outros com faca. De aluno querer matar diretor, já segurei muitas barras.

Olha, uma coisa que me impressiona é de como ficam felizes quando podem aprender um profissão de funileiro, mecânico. Para eles é muito, mas muito importante, ter profissão. Falo dos meninos mais pobres. Como estava dizendo, nesta escola tem desde filho de fazendeiro até filho de favelado, e a escola tenta mostrar que trata todos iguais, mas, de fato, não é assim. Uma vez, disse que ia registrar ocorrência de um menino cujos pais são ricos. Veio diretor, professor me alertando que tomasse cuidado e montaram o maior circo dentro da escola por causa disso.

Uma coisa interessante que ocorreu em frente à minha escola e até saiu no jornal foi o fato do delegado de polícia dar uma surra num outro menino porque este bateu no seu filho. Isto passou em branco. Ele só não matou menino não sei por quê. Seria interessante pegar o Livro de Ocorrências para ver o que está escrito, mas este não sai da escola.

Um dia desses, uns nove alunos da 5ª série do noturno não entraram em aula. Dai eu fui caçar os alunos lá fora. Encontrei três no banheiro, três tentando pular o muro. A professora disse que estavam faltando mais três. Pensei onde podiam estar. Olhei para cima, e lá estavam eles trepados nos galhos de uma árvore, e diziam que não queriam entrar e assistir aquela aula. Quando a professora é gostosa, os alunos vão para a sala de aula. É difícil o professor que dá aulas interessantes e que os alunos gostam de assistir. É difícil. Eu acho que eles vão à escola por causa da amizade com os outros, da merenda e para fugir do controle dos pais.

Olha, eu teria muitas coisas para contar, mas preciso ir, pois tenho um compromisso."

5. BATE-PAPO COM ALUNOS

5.1. " A INDISCIPLINA DESORGANIZADA "

Com cinco alunos do 1º Grau de Escolas Públicas de Campinas, em 03/08/88, SP.

Leani - Existe uma lei no colégio que se chama Regimento. Vocês já ouviram falar?

Todos - Não! Não!

Leani - Com essa lei os professores e diretores podem punir e castigar e eles normalmente não mostram essas leis para seus alunos. Eles não mostram os direitos dos alunos, eles escondem essa lei. Esse Regimento não é bom, pois dá muito poder aos diretores e professores, mas mesmo assim têm direitos do aluno que estes deveriam conhecer. Daí que eu me interessei em saber porque essa escola está tão ruim, porque os professores estão desleixados querendo que os alunos fiquem imóveis na sala de aula e etc...

Antonio - Vou narrar a história que aconteceu comigo, né! Na 1ª série. Nunca tinha entrado numa escola e foi uma experiência nova para mim. Eu sempre tive vontade, sabe! E no decorrer do ano, estudando lá (acho que estava quase na metade do ano), a gente estava fazendo uma prova (na época não era esse nome, né! Eu não me lembro agora como se diz...). Aí, estavam todos sentados em aula fazendo aquela provinha lá... Eu sentava na primeira carteira e, um dos colegas de trás me chamou e eu, como toda criança, virei para ver o que ele queria. Acho que a professora interpretou mal, não entendeu, pensou que eu estava colando e eu nem sabia o que era isso na época. Aí a primeira coisa que ela fez foi me dar uma reguada no rosto, nisso eu chorei bastante e fiquei super revoltado. Saí da classe chorando, com aquela marca no rosto, fui

para a diretoria e denunciei a professora. Então o diretor, vendo aquela marca no rosto, chamou a professora e quis saber da agressão então ela disse que eu estava colando.... E eu disse que nem sabia o que era colar - 1ª série vai colar o quê? - O diretor ficou super revoltado e demitiu ela.

Leani - Esse diretor, pelo menos, ficou do teu lado, porque normalmente eles apoiam os professores e ficam contra o aluno. Alguém já foi para o Livro de Ocorrências? Vocês sabem o que é um Livro de Ocorrências? O que vocês acham dele? Vocês têm medo?

Sandra - Tenho. Porque eles anotam o nome no caderno. A primeira vez passa, a segunda também e na terceira vez eles expulsam do colégio. Dai não se consegue mais vaga em nenhum colégio.

Antonio - Eles fazem a "caveira" do aluno.

Leani - Vocês sabem que, por lei, nenhum aluno pode ser expulso da escola, hoje? É por isso que eu digo que é importante saber sobre o Regimento. Neste caso é quase a mesma coisa que expulsão. Em vez de dizer: "Este aluno está expulso". Eles dizem: "Vamos transferir o aluno". Transferência compulsória é o nome. Então o aluno chega em outra escola, com a transferência compulsória, eles se dão ao direito de não aceitar. Mas pela Lei, nenhum aluno pode deixar de freqüentar as escolas, dos sete aos catorze anos.

Cintia - Agora, no meu colégio, se o aluno repetir um, dois, três anos a 5ª série, eles não aceitam mais na escola. Quando a gente chega cinco minutos atrasado eles não deixam entrar.

Fernando - Quando a gente vai para o "Livro" eles sempre ficam no pé da gente, qualquer coisa que acontece é a gente que faz.

- Leani - Então esse livro marca, né?
- Fernando - E aí quando acontece alguma coisa é sempre a mesma pessoa.
- Leani - E os colegas? Eles "dedam" também?
- Fernando - Não. Alguns...
- Cintia - Alguns dedam... Tem uns meninos que ficam emendando fios na tomada e apaga a luz. E aí a diretora chega e xinga bastante e fala não-sei-o quê, não-sei-o quê. Parece que está falando com um cachorro e manda a gente calar a boca.
- Antonio - Ela não desperta a posição da criança, ela quer mandar só.
- Sandra - Ainda mais o diretor, aquele chato.
- Cintia - Uma vez soltaram uma bombinha perto dele, aí o menino viu, e lascou um tapa na cara dele. E falou que não era mais "pra" ele soltar bombinhas.
- Leani - Primeiro bateu. Bom. E briga entre eles. Há muita briga.
- Sandra - Ah, demais...
- Cintia - Na minha escola sempre brigam.
- Sandra - E menino, menina brigando...
- Didi - Na hora do recreio, os maiores da 4ª série sempre querem bater nos menores. E se a gente vai reclamar com o diretor, ele acha ruim e não fala nada. E se a gente vai falar com a professora ela diz: "- E isso que dá vocês ficarem lá fora".
- Leani - E a mesma coisa que não fazer nada!
- Fernando - Na minha escola, lá, os garotos só porque são maiores, se aproveitam dos pequenos. Outro dia pegaram aquele garoto bobo que mora lá na esquina, deram um empurrão nele e ele foi com tudo e bateu com a cabeça na parede.
- Antonio - E ninguém fala nada.
- Leani - E por que será que eles fazem isso, será que eles querem mostrar força ou... Por que será que há tanta briga?

- Fernando - É que quer mostrar que é o bom da classe.
- Leani - Eles são assim, pessoas que têm mais dinheiro?
- Fernando - Todo que mora ali no Real Parque.
- Didi - O pessoal da UNICAMP fica assim: "- Ai seu baixinho!" Só para mostrar que são os mais fortes.
- Leani - Pra mostrar que é forte, não é! É o pátio da escola? Tem espaço para brincar?
- Cintia - Não pode brincar lá!
- Fernando - Não pode correr!...
- Cintia - Ai quando a professora não vem, não pode ficar lá, não pode sair, tem que ficar dentro da classe. A gente pede a bola pra jogar vôlei eles falam não, "não vou dar a bola". Não dá a bola pra gente brincar lá fora.
- Fernando - Lá não tem material pra gente fazer esportes. Quando o professor vem fazer experiência a gente tem que levar tudo.
- Cintia - Um professor de ciências, nestes dias agora, trouxe o microscópio da UNICAMP. Trouxe rochas da UNICAMP, e doou para a escola.
- Sandra - Da escola mesmo não tem nada.
- Antonio - Não tem incentivo nenhum, você acha que o aluno vai lá fazer o quê? Nada! Por isso que eu acho que eles são revoltados assim. Não têm ninguém pra impor lei lá, quando eles impõem não tem sentido nenhum. Eles querem ser autoritários, querem mandar. Mas não sabem como controlar os alunos.
- Cintia - Na minha escola tem uma representante por classe, uma menina...
- Fernando - O representante da minha classe é o maior bagunceiro...
- Leani - Agora vocês estão falando de representante de classe. O que este representante faz? Deveria fazer?
- Cintia - Ele deveria, por exemplo, se algum menino começa a brigar, ele devia dar queixa na diretoria. Se eles

fazem alguma coisa errada, eles deveriam ir lá na diretoria falar. Mas eles não fazem nada disso. O representante da minha classe só faz bagunça. Se os meninos começam a brigar, ele sai e começa a bater nos meninos. As meninas não podem falar que sai lascando tapa.

Didi - Quando eu entrei na escola, não podia fazer nada. Se um menino brigasse com outro, o professor quebrava a régua sua, e ainda fazia o outro pagar. Isso eu não acho certo. Pegava o livro e "pá!" na cabeça...

Cintia - A D^a Naira estava certa. A D^a Naira, um dia, pegou e bateu com uma régua bem grossa nas costas da menina.

Leani - Ela é professora?

Cintia - Ela era. Mas também aquela professora era "ótima". Ela era manquinha.

Fernando - E, ela não andava.

Leani - Ela era ótima por quê? Ela era brava?

Cintia - Ela era brava porque aluno pra respeitar professor, ele tem que ser bravo.

Didi - Tem gente que acha ruim.

Cintia - É igual à Laísa.

Leani - Se ela tem que ser brava ela pode bater quando o aluno está errado?

Todos - Não! Mas é que na maioria, quando ela começava a falar, os alunos não escutavam e eles começavam a rir e aí quando ela ia passar, porque ela tem aquele problema na perna, eles colocavam o pé "assim", prá ela cair. Daí ela chegava e via e "pá" lascava o caderno.

Leani - Aí ela tem razão.

Didi - Eu também acho.

Cintia - Um dia, passaram a perna, ela caiu e um monte de molecada passou por cima dela.

Leani - E vocês acham que ela é uma professora boa.

- Vários - Ela era ótima.
- Antonio - Inclusive essa mesma professora foi de lá da outra escola. Só que ela era substituta. Faltava um professor ela assumia o cargo. Na minha época ela era um enfeite porque ela ia dar aula e pegava matéria que tinha sido preparada por outra pessoa. Então ela botava a matéria na lousa e ficava dormindo na mesa. Ela não explicava nada só colocava matéria na lousa e ficava chupando bala ou fazendo tricô. Porque ela vive chupando bala. Pode abrir a bolsa dela que você vai achar um saco de bala.
- Cíntia - Queria dar um presente pra ela era dar bala de hortelã porque ela adorava. Quando, em dia de festa, eu levava bolo ou salgadinho pra ela, ela comia tudo.
- Leani - Mas eu quero saber por que vocês acham que ela era uma professora boa. O Antonio disse que ela não era boa...
- Vários - Ela era boa!
- Leani - Mas por quê?
- Cíntia - Porque eu acho que ela explica, e em dia de prova ela fala.
- Fernando - Em dia de prova ela fala as questões certas.
- Leani - E ela consegue silêncio na sala dela?
- Fernando - Consegue! Ninguém abre a boca.
- Leani - E vocês acham que isso é bom?
- Cíntia - Eu acho!
- Antonio - Não, o silêncio que ela consegue é com autoridade, que ela vai assim de bater e de ameaçar o aluno pra ficar quieto. Não acho que é por aí.
- Leani - Não deveria ser por aí. Deveria ensinar muito bem ensinado de forma que o aluno entendesse a matéria e acho que também na hora da prova não deveria colar mesmo. E se explicou bem e o aluno teve tempo de estudar e coisa e tal... Isso é querer que os alunos aprendam.

- Antonio - Mas do jeito que elas tão falando aí... Nos dias de prova ela ensina as questões certas, o que ela está ensinando, então?
- Cintia - Tinha um garoto que ela falava: "Ah! Esse ano eu não vou passar ele. Ela podia dar todos os dias na prova, podia tirar A. Ela dizia assim ao aluno: "Você não vai passar". E ele dizia: "Mas eu tirei nota boa". Ela: "Não quero saber, você não se comportou, não fez isso, não fez aquilo" e ela repetia ele.
- Antonio - Dai já era Conselho de Classe.
- Didi - E agora quando minha professora falta daí bota outra substituta que vem com um papel coloca a lição na lousa e fica escutando rádio. "Professora posso ir no banheiro?" "Não! fica sentado aí". Só ouvindo rádio.
- Antonio - Na minha época, era assim também.
- Didi - Não tem mais condições de dar aula.
- Cintia - E aquela professora de Educação Artística, ela é meia louquinha.
- Sandra - Não parece não, ela é louca mesmo.
- Cintia - Ela dizia aí então que a gente podia fazer uns triângulos assim que os ricos gostavam. E a gente falava prá professora: "Professora vou virar Picasso". Ela dava cada tapa na mesa, e só gritava também: "Fica quieto, menininho".
- Leani - Mas qual seria a professora boa pra vocês? Porque por exemplo...
- Cintia - Marisa!
- Leani - Em uma das outras entrevistas um inspetor de aluno diz assim: "Se a professora chega assim boazinha os alunos pintam o sete".
- Cintia - Eles montam em cima dela.
- Leani - Se o professor chega autoritário, também a coisa é complicada, então não se sabe qual é o melhor professor. Então vocês tão dizendo que tem uma. Quem

é?

- Várias - Marisa!
- Leani - E por que ela é boa?
- Cintia - Ah, porque ela é assim, ela brinca.
- Cintia - Ela brinca mas na hora de fazer a lição tem que fazer, ela brinca, ela ri com a gente, mas na hora de fazer as coisas tem que ser sério.
- Fernando - Ela é legal, mas tem que ser legal com ela.
- Didi - A minha melhor professora foi a dona Daise. Eu acho que ela é boa, tem gente que fala que ela é brava, mas não para mim; para mim ela é boa. Eu gostei de estudar com ela se fosse para estudar de novo eu queria.
- Leani - Então você deixou de estudar?
- Didi - Não, ela só dá aula para terceiro ano.
- Leani - Mas escuta, Sandra, você disse que foi para o "Livro Negro", alguns chamam de "Livro Negro" aquele, né?
- Sandra - Na minha escola nen livro não tem, eles catam uma folhinha assim mimeografada e assinam e colocam que o aluno fez aquilo.
- Leani - Eu tenho um xerox de um livro assim lá em casa, vem escrito, deu cambalhota - assina em baixo, correu no pátio - assina em baixo, entra suado na sala de aula - assina embaixo, mas está lá, eu ainda vou analisar isto, é uma besteirada.
- Cintia - Eu tenho entrado porque um menino me xingou aí eu falei: "Vai tomar banho!" Aí a professora falou: "Não pode xingar o aluno, você está com desrespeito ao amigo". Aí eu falei: "Mas ele me desrespeitou primeiro". Aí ela começou a falar com a D^a Vanda, daí eu falei: "Ah não pode, então só pode falar pior". Daí ela pegou e falou: "Você vai ficar com advertência, amanhã você entrega para a D^a Vanda". Minha mãe assinou e eu guardei em casa.
- Leani - E não te cobrou no dia seguinte?

- Cíntia - A Da Vanda nem me cobrou no dia seguinte, também se cobrasse eu não ia dar.
- Leani - E você, Sandra, por que você foi para o Livro de Ocorrências?
- Sandra - Bobeira, bagunça, briga com os meninos.
- Leani - Você briga com os meninos?
- Sandra - Briga, eu tenho bastante.
- Didi - Briga, briga, depois fica junto lá.
- Leani - Dai o pessoal te põe no livro.
- Sandra - Já marcaram eu. A primeira passa, a segunda passa, a terceira, cai fora.
- Cíntia - Lá na minha classe, se acontece alguma coisa, o seu João vem direto no Marlei, no Zezinho, no Feticó, na maioria dos meninos.
- Antonio - No Zezinho, também ele já tá marcado.
- Cíntia - Dai ele pergunta: "Foi você?" Eles falam: "Eu, justo eu!"
- Sandra - Na minha classe uma menina tocou o chicote na professora, a professora foi lá catou o moleque e levou para a diretoria, a diretora deu suspensão para ele.
- Cíntia - Que menina?
- Sandra - A Rose.
- Antonio - Tive professor que fazia assim, qualquer coisa que a gente fazia de errado, ele tirava a gente de onde tava sentado e deixava a gente de pé atrás da porta.
- Didi - Eu tô com uma ficha só ... Dai eu tava procurando, dai ela falou: "Vai ficar lá atrás!" Dai eu fiquei lá atrás assim, né.
- Leani - Lá atrás onde?
- Cíntia - Lá atrás do armário.
- Didi - E, perto da parede.
- Leani - E fica em pé.
- Didi - E. E as garotas ficavam mexendo comigo mas eu não estava nem aí. Também, né, mas ela faz isso com os

outros e não fala nada e não explica nada. E assim também não dá.

Antonio - Então, como eu tava falando das punições, ou era atrás da porta ou no corredor lá, e quando a gente ficava no corredor na parte de fora da classe o pessoal que passava gozava, então a gente não podia ficar lá porque se o diretor visse a gente ali ele já vinha e tascava o pau, queria saber por que a gente foi para fora, então a gente tinha que se esconder.

Leani - Mas você sempre falou, Antonio, que você foi comportado. E por que você foi às vezes para fora de aula? E você achava justo?

Antonio - Ah, algumas coisas... Não, eu não achava justo porque, às vezes, era coisa que não tinha nada a ver, coisas que a gente fazia que não estava maltratando ninguém.

Leani - Era uma brincadeira assim e então eles davam castigos na gente para mostrar para os outros não fazerem isso também. Servia de exemplo.

Antonio - Mas eu achava que não era justo colocar a gente para fora, atrás da porta ou em frente da mesa e não podia encostar em nada. Muitas vezes a gente ficava a aula todinha. As vezes eram quatro horas de aula e a gente tinha que ficar quatro horas lá em pé sem se mover. Se colocasse a mão na mesa, tomava uma reguada. Se olhasse para o lado ela jogava um apagador na nossa cabeça. Mas eu acho que eram condições que não acontecem sempre. Se fizesse isso, hoje em dia, os alunos ficavam revoltados. Partem para cima mesmo da professora. Você acha que iam aceitar, hoje em dia, as crianças?

Leani - Não. É muito diferente.

Antonio - Não iam ser humilhadas deste jeito.

Didi - Na minha classe, os meninos fizeram uma brincadeira com uma menina da minha classe, passou a mão

assim... Esfregou na mão dela... e mandou ela cheirar. Ai, deu um tapa na mão dela. E aí o que a professora fez? Mandou um bilhete para a mãe dela. Eu acho que aí assim estava certo, mandar ela falar com o diretor. E ela só mandou um bilhete para sua mãe.

Cintia - Quando vai lá na diretoria, o diretor diz: "O que você está olhando para mim?" Então não pode olhar. Aí você não olha e ele diz: "Eu tô falando, quer escutar?" Não pode se mexer também.

Leani - Então não pode olhar, não pode falar e não pode mexer também.

Antonio - Na época em que eu estudava, quando a gente ia para a diretoria assim, o diretor era rígido. Quando a gente estava presente ele queria saber porque a gente estava lá. Então para conversar com ele, ele ficava com a mão na cinta, toda hora, fazendo como quem vai tirar para bater. E a gente ficava e a gente tinha que concordar com tudo, se não a gente levava.

Cintia - Dai a calça dele cai, a cinta dele é aqui perto do joelho.

Leani - E as classes assim? Vocês acham que são legais?

Cintia - As carteiras estão assim... O professor quer que a gente fique assim... Mas as carteiras têm uma lombadinha assim... E aqui é bem baixinho assim... E você tem que ficar assim... Dai, aqui a coluna e tem que ficar assim... Aqui assim, não tem lugar para botar o pezinho. As carteiras são baixas, todas riscadas e furadas; na hora de fazer provas as professoras não querem pôr caderno. Dai risca e a prova fica toda furada. As letras saem que nem monstros.

Didi - E muito ruim, as salas de aula são muito sujas, as carteiras quebradas. Do lado da professora eles fizeram orelhas de burro, e fez um buraco bem

grande...

- Leani - E os alunos também destroem as classes assim?
- Todos - Destroem!
- Cíntia - A turma da 8ª, destrói tudo. As carteiras de cada classe que eles passam tem um nome. Está tudo riscadas, as carteiras.
- Leani - Isso aí também é porque eles não gostam muito de ficar lá.
- Cíntia - E horrível ficar lá. Tem que ficar de lado, assim... E a professora diz: "Quer ficar direito na carteira?" Daí eu digo: "O professora, eu tô sentada direito". Daí ela fala assim: "Não. Quer olhar para frente?" Daí eu sento perto da parede, porque eu encosto na parede.
- Leani - Que coisa horrível ter que ficar quatro horas nessa posição. É duro! Isso você sabe. Tem a ver com o governo. O governo não dá valor à educação. Por isso que está assim, aquilo que a gente estava falando, o professor ganha uma miséria, tem que dar aula em três, quatro escolas e os alunos vão assim não muito animados, porque a escola não é um lugar normalmente muito animado.
- Didi - Muito chato!
- Cíntia - No começo do ano, eles querem dinheiro para merenda e arrumar a escola e a gente ainda tem que comprar merenda.
- Leani - Eu tenho um amigo, que tentou entrar na diretoria da APM e depois o diretor proibiu e ele só podia entrar com amigos.
- Antonio - No começo do ano sempre cobram uma taxa para APM...
- Cíntia - Cobram cem cruzados de matrícula... Ele também me dizia que não sabia aonde este dinheiro ia parar. Aí eles exigiram que se comprasse papel higiênico porque nem isso tinha lá.
- Fernando - Hum! na minha escola é um saco! Também não tem. As

vezes falta água e a gente não pode lavar a mão e nem tem água para lavar a mão naquele banheiro fedido. Os banheiros são todos assim. Tem as pias que não sai água. Então nem adianta ter pia. Tem biblioteca e a gente nem vai.

- Leani - E por que vocês não usam a biblioteca?
- Cíntia - Eu não sei.
- Didi - Eu vou.
- Antonio - Às vezes nem livro tem.
- Didi - Só depois de três anos de escola que eu fui a primeira vez na biblioteca. Mas também a gente ficava reclamando: "Tia, leva a gente na biblioteca?" Daí ela falava assim: "Hoje não". Ai, a gente insistia. E ela só levou a gente uma vez.
- Leani - E a biblioteca é legal? Tem livros interessantes?
- Cíntia - Tem.
- Didi - Tem, mas a professora não leva.
- Cíntia - Tem gente que leva livros embora e não traz. Por exemplo, eu tenho livro da escola, a professora deu um livro para eu estudar, todo acabado. Eu arrumei ele direitinho e aí vieram e rasgaram e a professora queria fazer eu pagar. Mas eu não vou pagar nada.
- Leani - E você ficou com o livro para estudar?
- Cíntia - Eu fiquei com o livro.
- Leani - E os livros são caros para comprar ?
- Cíntia - São. Este ano a professora pediu um dicionário de Inglês, de Ciências e Matemática.
- Didi - E a gente quase não usa, né? E de enfeite lá. A professora pediu um livro de Atividades e eu não comprei e a turma que comprou, nem usou.
- Antonio - Isso é só para a gente gastar dinheiro. Eu já cheguei a comprar livros que nunca foram usados. Nem a primeira página. Frá ver.
- Cíntia - Na escola que eu estudava era um livro pra cada matéria, um para Matemática, um para Ciências, um

para Português... Minha bolsa era desta grossura. Daí quando eu cheguei nessa escola a professora falou: "Para que tudo isso?" Daí eu falei: "Era meu material", era ainda a D^a Isa da 3^a série. Daí eu tive que comprar um livro que tinha todas as matérias, o livro de atividades eu usei os mesmos, o resto eu perdi todos.

- Leani - E a merenda, tinha merenda?
- Vários - Não.
- Cintia - No ginásio não, tinha que comprar.
- Leani - Mas os pequeninhos tem? Você tem, Didi?
- Didi - Tenho, mas de vez em quando. É horrível comer a merenda.
- Leani - E vocês viram o que o Quércia disse? Que as crianças agora vão ter que ficar mais tempo na escola, que vai ter merenda.
- Cintia - Ele arruma um escola falsa...
- Leani - Para fazer campanha.
- Cintia - E que usam aquela escola que eles estavam fazendo que iam botar materiais para elas estudarem, pra fazer experiência, video-cassete. Isso aí eles pegam uma escola particular para fazer isso.
- Didi - Eu acho que isso deveria ser feito com a escola estadual, é o certo né, porque essas escolas que são pagas, eu acho que já têm.
- Sandra - O ano passado né, a molecada saia pro recreio, eles pulavam a cerca e iam para trás fumar cigarro, cheiravam éter.
- Leani - Cola também?
- Vários - É.
- Sandra - Cola, maconha. Eles voltavam e passavam chicletes na mão para não ficar o cheiro. E eles ficavam todos zonzos, dá até para perceber, a maioria. E olha que são tudo gente nova, de onze, pequenos.
- Leani - Por que será que eles chegam a fazer isso?

- Sandra - Ah, porque tem outros meninos que começam a andar com má companhia.
- Fernando - Lá atrás da escola tem umas árvores grandes, e enche de gente lá.
- Antonio - E esse pessoal faz assim: se a gente não entrar no esquema deles, a gente... é ou não é ?!?! É besta, é careta, é isso, é aquilo...
- Fernando - Eles ficam tirando sarro.
- Cintia - Eles chegam assim, na cara dura e dizem: "Aí, você tem mais careta aí?" Uma menina outro dia ia levar coca, aí disseram assim: "Aí, não leva não, senão a diretora vai pegar você". Daí ela falou: "Então o que a gente leva?" E ele disse: "Ah, traz uma coisa assim..." E ela respondeu: "Ah, isso não, isso é muito fraco".
- Leani - Eu não sei se vocês responderam. O professor bom para vocês, seria qual? Aquele que ensinasse bem?
- Antonio - Ah, é lógico, que exigisse respeito, que respeitasse o aluno...
- Didi - E, que também eles respeitassem os alunos.
- Cintia - Que também soubesse dos meus direitos.
- Antonio - Que participasse da vida do aluno, ser seu professor, seu amigo... Ensinando e aprendendo com os alunos.
- Leani - Professor que conversa com o aluno fora da classe, tem alguém que faz isso ?
- Vários - Não!
- Cintia - Tem umas que conversam, mas dentro da sala de aula. Na hora de conversar ela conversa, na hora de brincar, ela brinca, mas na hora de fazer a lição, era sério.
- Sandra - Ano passado todo mundo saía da classe, ela falava: "Sandra, vem para cá. Eu tenho um negócio para você fazer". Eu era puxa-saco direto dela.
- Leani - Você é?
- Sandra - E, dizia até que eu era boa aluna.

- Leani - Mas, escuta. Em sala de aula vocês brigam também.
- Sandra - Brigo também. Em sala de aula eu brigo.
- Leani - Mas, briga à toa?
- Cíntia - E, só porque um dia uma menina não conversou com ela, ela vai lá e bate na cara da menina. (risos)
- Sandra - Não. Mas eu brigo só com um menino, lá, que fica botando o pé em cima da carteira.
- Didi - Tem um menino lá na minha classe que vive mexendo com os outros. E ele ficava falando "pros" outros: "Ninguém me bate, ninguém me bate". E eu dizia: "Pára de mexer". E ficava xingando os outros, e eu disse: "Se xingar mais uma vez, eu vou bater, hein ?!?" Ai ele pegou, e mexeu mais uma vez, daí eu dei um chute nele, ele contou para a professora e a professora não disse nada.
- Cíntia - Uma vez as meninas começaram assim... E que tem uma menina lá que levou uma coisinha assim, aí elas começaram: "Tânia deixa eu ver esse negócio". E ela disse: "Ai, não posso, o Devalci que me deu". Daí elas falaram: "a gente vai contar uma coisa que a gente sabe do Devalci". E fizeram a maior chantagem com ela.
- Sandra - Um dia eu "tava" fazendo questionário de Geografia e "tava" com a maior preguiça. Ai eu falei para a Fabiana: "faz o questionário para mim que eu te dou um batom". Daí ela pegou e fez.
- Leani - Como é que foi a sua briga com o professor ?
- Sandra - Eu falei: "Professora explica para mim?" E ela falou: "Não vou explicar e fica quieta no seu lugar". Daí eu falei: "Os outros que fazem bagunça e você põe a culpa em mim?" E eu falei: "Ah, sim, já que você não quer explicar, vai tomar banho".
- Leani - Na sala de aula?
- Sandra - E, na sala de aula. E ela me mandou "prá" diretoria. Eu disse: "Não vou, não vou e não vou".

E comecei a chorar. Depois de um tempo ela foi embora da escola.

Cintia - Quem é ela?

Sandra - A outra professora de português, não lembro o nome dela.

Leani - E ela não explicava?

Sandra - Não. Ela só pegava e botava tudo na lousa e não explicava. Eu nunca vi um professor que põe tudo na lousa e não explica nada pros alunos. Daí eu fui e xinguei ela.

Antonio - E essas coisas que você vê aí? A culpa é de quem? Dos alunos? Em parte, eu acho que não é.

Leani - É. Em parte não é, não. Você vê, de trinta a quarenta alunos, que não gostam de ficar muito tempo quietos. Eu acho que a escola, "tá" ruim. O aspecto físico (que vocês estavam falando), as classes. A escola não tem nada, não estimula a leitura na Biblioteca, não tem jogos. Para mim tudo isso tinha que mudar. Mas o governo não se interessa, porque quanto menos o povo souber, melhor para eles, porque daí eles deitam e rolam. O povo burro vota em um candidato por um quilo de feijão. É por isso que a escola está assim. Se os professores ganhassem bem, e fossem bons, e a escola tivesse tudo o que precisasse, os alunos aprenderiam. E tem gente que diz assim: "Aluno pobre é burro, não aprende" Isso é uma mentira deslavada. E alguns, principalmente os da 1ª série, já classificam os que vão aprender e os que não vão aprender. Então eu acho que tudo isso tinha que mudar. Para isso precisava de um governo que se interessasse pela educação. Como eles não se interessam, fica cada vez mais difícil.

Didi - E eles não dão aula de Educação Física para a gente, eu acho que eles deveriam dar aula para a 3ª e 4ª séries também.

- Leani - Claro. Tem que ter Educação Física. Até o 2º grau. Até o 3º grau.
- Antonio - Eu "tava" analisando um negócio. O ensino da 1ª série à 4ª série, antigamente era uma só professora que controlava tudo; nas quatro horas de aula ela controlava os alunos. Hoje, de 5ª à 8ª são vários professores que dão, no máximo, quarenta minutos de aula e não controlam o pessoal, não conseguem.
- Leani - E daí até o espaço em que um sai o outro entra, já se perde tempo, até que pegam o material, leva mais um tempo e até que comece a aula, já acabou.
- Antonio - E às vezes, tem aula que é interessante que a gente quer que tenha mais tempo para aquela aula e não tem. E às vezes tem uma aula que não tem nada a ver e o pessoal fica todo o tempo...
- Cintia - A aula de Educação Artística não tem nada, é tudo a mesma coisa. Só ficam dois na sala de aula e o resto fica escondido. Um vai e diz: "-Professora, minha irmã está me chamando ali", e não tem ninguém lá, daí diz: "-Pera aí que eu vou falar com ela!" "-Não menininha, fica quietinha aí!" "Não, professora, ela tá me chamando para me dar um dinheiro"; aí a professora fala: "Ah, então vai!"
- Leani - E, Educação Artística é uma matéria que se podia fazer tanto coisa boa...
- Vários - E ela não dá nada.
- Cintia - Tem uma professora que começou a brigar com os alunos e dizia que não ganhava nada para dar aula nessa escola e aí um aluno disse: "E daí, eu não mandei você ser professora, agüenta, agora". Teve uma vez que a professora falou assim: que: "Eu ganho pouco aqui nesta porcaria" Aí os meninos "falou" assim: "- A gente não tem culpa. Dá

matéria, né?" Ai ela pegou o menino e o menino ganhou três dias de suspensão.

Leani - É, porque, convenhamos, os professores ganham pouco mesmo, mas eles que fossem se organizar, fizessem greve, vocês iam achar ruim, né? Porque greve, o aluno é que paga.

Cintia - É, greve nunca mais.

Antonio - É, agora as férias...

Fernando - É, nas férias a gente vai ter que estudar.

Leani - Por causa da greve, pois é, agora vejam vocês, se eles fizessem mesmo uma greve bem feita, para valer, aumentavam o salário, mas nem os professores se organizam para isso !!

Cintia - "Ha, eu gosto da minha profissão, estudei tanto para isso, né..." - eles dizem.

Antonio - Os professores vão fazer greve, daí paralisa toda a escola. Mas não só eles, eles deveriam pegar incentivo dos alunos também. Deveriam mobilizar toda a escola.

Leani - Você sabe o que fizeram uma vez no Rio Grande do Sul? Fizeram noventa dias de greve e não fizeram reposição para os alunos. A greve era não entrar em sala de aula, mas fazer outras atividades com os alunos. Teatro, passar filmes e discutir com os alunos. Então os alunos não precisavam recuperar as aulas porque eles tiveram atividades extra-classe e aproveitaram também. Agora, aqui no Estado de São Paulo os professores não têm essa organização. E ai deixam os alunos ficarem em casa, eles também ficam em casa, é uma coisa totalmente errada.

Fernando - Podiam passar slides.

Sandra - E, podiam fazer coisas interessantes.

Leani - Mas, sem dúvida! Cada escola poderia ter um video.

Sandra - Uma sala de pesquisa, pelo menos.

- Leani - Só para vocês verem como as escolas particulares estão equipadas, tem uma menina que mora comigo que está estudando o Feudalismo. Vocês sabem de que forma? Vendo filmes. Vão ter três filmes que falam da Idade Média e vão discutir, fora os livros, os textos que os professores têm à disposição.
- Antonio - Eu tenho o meu cunhado que é professor no Anglo.
- Leani - Esta menina estava no Anglo.
- Antonio - E ele sempre me leva quando tem palestra e geralmente as palestras são através de "slides". O pessoal é super inteligente. A gente fica até bobo.
- Leani - Mas sabe por quê? Quem é que pode pagar um Anglo?
- Fernando - Quem tem muito dinheiro.
- Antonio - Mas esse projeto... Que é que o governo devia pôr nessas escolas?
- Leani - Por que só os que têm dinheiro tem sempre o que é melhor? E os que não têm, tem que...
- Antonio - Tinha que fazer uma pesquisa, né? Qual é o aluno do colégio normal aí, que chega numa faculdade? Não tem. Porque não tem base.
- Sandra - Por exemplo: tem uma menina no Rio Branco, ela estuda na 1ª série e ela estuda francês, inglês, japonês... Tudo isso ela estuda.
- Leani - E isso todo mundo deveria ter direito. Não só essas escolas que os pais têm dinheiro pra pagar. Mas infelizmente, a gente está nessa coisa horrível. E os professores vão com má vontade dar aula. Mas vão, assim, achando que é o maior sacrifício do mundo. Chegar e ter que enfrentar os alunos... Já vão com aquele mau humor.
- Antonio - Teve uma reunião dos professores aí, né! E foi com os alunos também. Elas "tavam" falando delas, porque elas "tão" desse jeito. Aí eu perguntei se os alunos têm culpa disso. Aí uma falou: "Não, não

tem, mas é o governo. O culpado disso é o governo. Então, já que ele paga pouco, a gente vai dar pouca matéria e pronto".

Leani - Isso é que está errado, porque deveria ser ao contrário. Se nós estamos ganhando pouco, nós vamos ensinar bem os alunos, vamos ensinar da melhor forma para eles verem que o governo tem que ser diferente, tem que ser outra coisa.

Antonio - Ah! mas elas fazem ao contrário: "Já que pagam pouco a gente ensina pouco também".

Leani - Então, sempre prejudicam os que estão por baixo.

Antonio - Não tem nada a ver né!

Leani - Ah! E fugir da escola, hein? Alguém de vocês já fugiu?

Todos - Eu já! Eu já!

Leani - Vem cá, vocês planejam a fuga, ou vão sozinhos?

Cintia - A gente planeja.

Leani - Planeja direitinho? E todos entram, ou só uns?

Sandra - Uns não. Eles têm medo e dedam "pra" professora.

Cintia - Ai a gente fala: "Se você dedar, vocês apanha". E aquela vez que a gente foi pra UNICAMP... Fui eu, duas meninas da minha classe e a Didi. A gente não tava afim de assistir a aula, aí foi tudo pra UNICAMP. Ai quando chegou quase na hora de sair nós fomos tudo pra escola para depois ir da escola prá casa. Ai chegou no outro dia a professora disse: "Ah, Adriana, por quê você faltou?" - "Eu tava com dor de cabeça". "Rosana, por quê você faltou?" "Eu perdi o ônibus". "Cintia, por quê você faltou?" "Sabe o que é professora? Nós resolvemos faltar e ir pra UNICAMP.

Leani - E o que vocês fizeram na UNICAMP?

Cintia - Nós ficamos bagunçando.

Didi - Sabe onde tem piscina, quadras?

Cintia - Ai eu contei toda verdade pra professora. E ela perguntou quem tava comigo e eu falei que era a

Rosana, Adriana e Didi. E ela falou: "Sua irmã! Ainda você leva sua irmã pro mau caminho?" E eu disse: "Ah! professora, eu não tava afim". Ai ela mandou um bilhete eu não entreguei prá minha mãe. Fui lá e falsifiquei a assinatura dela. Ai quando chegou lá né, a professora falou assim: "Não entregou o bilhete?". Ela olhou a assinatura, tava igual.

- Leani - Então, gente! Me contem aí, como é que vocês planejam para fugir.
- Fernando - A gente está todo mundo...
- Leani - Vocês sabem que tem um número de faltas que o aluno deve ter, daí vocês controlam?
- Cintia - Eles têm um caderninho lá que marcam as faltas. E quando a gente falta uma aula fica marcado o nosso número e daí a gente vai lá e apaga e coloca outro número.
- Sandra - A gente fala que a professora não escutou a gente.
- Cintia - Que a gente não escutou a chamada... A gente tava lá pulando o muro aí chegou o seu João e disse: "Aonde vocês vão?" e a gente disse: "Nós não somos daqui não" e pluft!
- Leani - E ele não reconheceu vocês?
- Cintia - Não!
- Sandra - Quando a gente foge do colégio, a gente esconde a bolsa.
- Fernando - Sexta-feira passada tinha duas aulas de Educação Artística e eu não agüentava aquela professora, peguei e dormi na sala de aula e na outra eu pensei: "Eu vou ficar nessa aula?" Ai peguei e me mandei.
- Leani - Mas o portão fica aberto?
- Todos - Não, "nóis" pula!
- Cintia - Fizeram um buraco na cerca sonda tem a quandra, aí qualquer coisa a gente "vupt", passa por ali.

- Antonio - Quando eu estava aqui em baixo a gente planejava essas coisas sempre quando tinha duas aulas da mesma professora. E a gente reunia o pessoal que tinha coragem e eu sempre ia no meio.
- Cintia - Ou a gente mexia na tomada aí dava curto e a professora mandava embora.
- Fernando - Agora eles botaram uma plaquinha lá, né, e a gente não consegue mais mexer.
- Cintia - É. Eles colocaram uma tábua lá e os meninos meteram tanto o pé que a tábua quebrou. Aí eles vão lá, apagam a luz, aí depois as meninas falam que vão dedar. Os meninos ficaram com medo e acenderam a luz.
- Sandra - Apagam as classes e o pátio também.
- Cintia - E dá curto na escola inteira. Uma vez nós fizemos isso. Nós emendamos o fio na classe e deu curto na diretoria, na escola inteira. Daí a gente saiu. E depois nós desmanchamos e começou a sair fogo e a menina: "Apaga, apaga". Aí apagaram a luz, e desmancharam tudo direito e no outro dia acenderam a luz.
- Leani - Escuta, então vocês fogem normalmente porque estão cansados, ou porque a aula é chata... Em dia de prova também tem isso?
- Cintia - Dia de prova ninguém falta.
- Leani - Eles exigem que se vá limpo pra classe?
- Fernando - Uniforme.
- Sandra - De preferência com uniforme. Agora eles estão pedindo dinheiro para carteirinha, cem cruzados.
- Leani - Carteirinha pra quê?
- Cintia - Carteirinha pra identificar se é estudante da escola ou não.
- Antonio - Na época que eu estudava eles entravam na sala de aula e revistavam um por um, quem não tivesse tomado banho ainda, eles levavam lá no pátio e

davam um banho na gente, aí depois o servente vinha pra escovar.

Cintia - Tem gente que vai com as calças tudo manchada. Uns "darks"!

Leani - Ah! tem grupo de "darks"?

Cintia - Tem. Tem uns metaleiros, outro com cabelos tudo por alto. Tem uma menina loira, ela é heavy-metal e eu chamo ela de heavy-louca. Ela vai com a cabeça toda manchada, com anel de Satanás.

Leani - Mas eles atrapalham a aula?

Cintia - Ah! Esses aí só vão prá bagunçar!

Leani - E existe as "gange" mais fortes? Bom acho que disso vocês falaram um pouco. A Sandra falou que ela se vira sozinha, né?

Cintia - Ah! Eu não! Se o monino vem e eu falo pra professora e ela não ouve, então eu dou um grito e a professora fala: "Mas precisa gritar" e eu falo: "Precisa".

Leani - Já falamos de briga...

Sandra - Uma menina lá, uma vez, um moleque tava brigando com ela e ela arrancou o tamanco dela de madeira e bateu no moleque.

Cintia - Ficou um calo na cabeça dele depois. Ele tem mania de xingar. Aí ele começou a xingar e ela pegou o tamanco e ficou: "Pára moleque, pára!" Aí ele tentou bater nela, né! Quando ele fez "assim", aí ela "pá!" com o tamanco na mão dele também.

Leani - Escuta! E as meninas apanham dos meninos?

Todos - Não!

Leani - Mas batem?

Todos - Batem!

Leani - Em menino e em menina, em quem vier?

Fernando - Tem umas meninas molengueiras lá que quando levam um empurrão cai e chora.

Leani - Choram e chamam a atenção do professor prá dizer o quê?

- Cíntia - Eu sou assim: se eu não estou afim de brigar a pessoa pode fazer o que ela quer, eu nem ligo. Se eu tô afim de brigar ela não pode nem falar "A" que tô enfiando a mão.
- Leani - Então não briga por motivos. Briga-se conforme o humor.
- Cíntia - Não, tem motivo! O ano passado teve uma amiga, a Maria, né, ela ficava enchendo o saco. Ela começava a escrever bilhetinho. "A Cíntia é não sei o quê"... Ai eu peguei e escrevi um papel bem feio, do jeito que ela escreveu para mim. Ai ela mandou lá pra diretoria. Ai eu falei assim: "Manda ela parar de escrever pra mim também porque eu não tô mexendo com ela, né??" (prá Dª Vanda). Ai ela começou a espalhar pra todo mundo o que eu tinha feito no bilhete. Ai eu peguei e disse: "Márcia, você pára, se não vou te bater!" Fiquei uma semana avisando. E ela enchendo o saco. Ai eu lasquei um tapa nela e nunca mais... No outro dia ela veio pedir desculpas. A Cíntia briga "cá" Márcia a Sandra defende e se a Sandra briga "cá" Márcia a Cíntia defende.
- Didí - Tem uns moleques na minha escola que se alguém batia neles, eles iam e falavam: "Seu João aquele lá me bateu". E o pessoal mais forte falava: "Você bateu nele? Ah! Hoje eu tô afim de brigar..."
- Cíntia - Tá afim! Eles brigam todos os dias! Quando eles brigam.
- Didí - E eles falam: "Ai! Eu adoro brigar na escola".
- Fernando - O Carlos fala: "Adoro botar lenha na fogueira". Vai e dá o chute no outro. Ai quando um pára de brigar ele fala: "Ah! você é cagão. Vai lá e bate nele".
- Leani - Esse pessoal gosta de ver briga também.
- Didí - Na 4ª série o pessoal fica: "Bate! Bate mesmo! Dá um chute! Dá um tapa".

- Cintia - Tem um menino lá, o Hebert. Eles ficam chamando o menino de bicha. Outro dia ele veio e me deu um soco no braço, peguei e lasquei um soco nas costas dele e ele: "Ai! Bem feito eu te molho todinha!" Ai o menino falou: "Pára com isso Hebert". Ai ele começou a brigar com outra menina lá, ai o menino foi e deu uma rasteira nele. Ele falou: "Eu vou contar pro diretor". Ai começaram: "Vai lá, seu cagão, bate nele". Na hora que ele foi tomou outro murro e o pessoal dizia: "Vai lá, dá um murro nas costas". Tem outro menino lá que só apanha, ele parece saco de pancada.
- Leani - Por que ele só apanha?
- Cintia - Porque... Qualquer coisinha... Tem uns meninos lá que falam: "Se você não me der figurinha, você vai apanhar". E ele fala: "Num dô". Então eles "pá!" nas costas dele.
- Leani - E ele é fraquinho ?
- Cintia - Ah, é, né! Ele fala assim (um menino): "Me dá isso aqui se não você vai apanhar".
- Leani - E ele leva figurinhas para a escola?
- Cintia - Sim! Ai ele diz: "Não dô, não dô!" Ai o menino: "Eu vou te bater". Ai ele: "Não. Tá bom..." não sei o quê...
- Leani - Mas parece que ele gosta de apanhar, porque ele leva figurinha para escola se...?
- Fernando - Na minha escola também. Tem um moleque lá, o Fernando, briga com todo mundo. Chega na hora da molecada pegar ele, ele sai correndo.
- Cintia - E, morre de medo.
- Leani - Escuta! Tem, por exemplo, professor ou diretor que diz: "Não andem com fulano porque fulano ,é isso ou aquilo. Não andem com fulana porque é má companhia". Eles dizem isso?
- Cintia - Dizem. Uma vez, no ano passado, a professora falava pra Alessandra não andar com a Márcia e pra

Marcia não andar comigo. Quanto mais ela falava, mais "nóis andava grudada". Ai ela falava: "Não... Não sei o quê..." Ai a gente ia e passava perto dela e olhava assim pra ela, se exibia e ia embora. Ai ela falava: "Márcia, eu falei pra você não andar com ela". Ai a Márcia dizia: "Ah! Professora, ela é minha amiga. Que eu sabia não tem nada a ver".

- Leani - Os professores separaram vocês na classe?
- Cintia - Separaram.
- Sandra - Esse ano a 5^a A está só com aluno de fora, que passou e a 5^a B e 6^a B só tem repetentes. E os bagunceiros...
- Leani - Eles vão prá classe?
- Sandra - Na minha classe não. Quando é bagunceiro os melhores vão pra frente, que não conversam, e os bagunceiros no meio, que ai é assim só para não conversar. Só bagunceiro conversa com bagunceiro.
- Leani - No meu tempo era assim. Só os bagunceiros iam pro fundo e os que não eram ficavam mais na frente.
- Didi - Na minha escola é assim: a professora põe os bagunceiros prá lá e os quietos prá cá.
- Cintia - Na minha classe é diferente. Os bagunceiros vão tudo prá frente e os estudantes vão tudo lá pra trás.
- Sandra - A Marilda chegou e falou assim pra mim: "Você vai ganhar ovo de Páscoa". Eu disse: "Não" Ela disse: "Quer comer um?" "Quero, mas só se for grande". Ai ela trouxe mas ela não me deu. Ai eu falei: "Não quero mais".
- Leani - E um toma a merenda do outro?
- Sandra - Ah, toma.
- Cintia - Quase no fim do ano, entraram uns meninos dentro da classe prá fazer limpeza na bolsa de todo mundo, pra pegar o lanche.
- Leani - Mas escondido?

- Cintia - E. Era aula vaga. Aí chegava lá na hora do recreio "cadê meu lanche?" "Cadê meu sanduiche?". Uma vez um menino roubou o meu lanche. Aí eu chutei: "Professora, foi o Thomás que roubou o meu lanche!" Aí a professora: "Thomás, foi você que roubou o lanche da Cintia?" E o Thomás: "Foi, professora, mas eu devolvi". Eu falei: "Devolveu dentro da barriga".
- Leani - Vocês disseram que gostam mais de ir à biblioteca. E porque vocês gostam de ler ou por quê?
- Alguns - Eu gosto!
- Cintia - E porque é uma aula diferente da aula da classe.
- Fernando - Tem um professor que só escreve, a gente só escreve. Tem outro professor que só fala da vida. Aí a gente fica escutando que nem pastel.
- Sandra - A outra história lá, né: "A minha mãe tá doente que não sei o quê... Meu pai..." A gente fica com raiva.
- Didí - Um dia começaram a roubar o dinheiro da professora na hora do recreio; iam lá e abriam a bolsa dela. No primeiro dia sumiu cem, no segundo sumiu oitenta e no terceiro sumiu sessenta. Aí...
- Leani - E a professora reclamava?
- Didí - Reclamava. Aí juntou a professora, a servente e ficaram na cozinha olhando pra classe. Aí viu a menina entrar. Aí a professora falou pra servente correr até a classe e quando chegaram lá a menina tava com a carteira da professora na mão, tirando o dinheiro.

5.2. A LUTA PELOS GRÊMIOS LIVRES

Entrevista realizada com três alunos do 2º Grau.

Campinas - 14/05/88 - SP.

- Leani - Estamos conversando com alunos de 2º Grau de escolas da periferia de Campinas. São dois rapazes: o Paulo e Afonso, depois chegará o Ailson que vão falar sobre o trabalho que têm feito na tentativa de organizar os alunos e como são vistos pelos diretores, professores, bem como, alunos dos obstáculos que encontram, enfim, vão contar os casos em que houve maior repressão, ou como essa repressão se articulou.
- Paulo - O porquê dessa organização, o princípio foi quando a gente tinha ainda um Centro Cívico e a gente, principalmente eu, participei de algum Centro Cívico. Eu esperava um espaço maior onde a gente pudesse expor as nossas idéias, onde você pudesse realmente criar. Onde não viesse um orientador falar. O que aconteceu foi que, buscando esse espaço onde você pudesse expor as suas idéias, automaticamente a pessoa do orientador ia contra e a pessoa do diretor também. Queriam que você cumprisse aquilo que eles determinavam. E então essa postura pra gente foi assim não aceitável. Após isso...
- Leani - Começou há quantos anos atrás?
- Paulo - Há uns três anos atrás. Começou em 85, em novembro de 84, depois de muita luta saiu a orientação dos Grêmios Livres.
- Leani - Isso foi em 85.
- Paulo - E, a regulamentação, através de lei federal. E a partir disso a gente começou a buscar essa organização. Quando surgiu essa legislação o que nós encontramos, foi, por exemplo, muitos diretores voltados a dar esse espaço de

organização em centros civicos e mesmo tendo essa regulamentação federal, os centros civicos não foram estendidos às escolas.

Leani - Então são duas instituições paralelas?

Paulo - Exatamente. Eles deram bem assim, entre aspas, um espaço para nos organizarmos autonomamente e, de repente, tiraram o Centro Civico, para quê? Para realmente causar esse "balançamento" dentro da própria organização dos estudantes. Tiraram o Conselho de Orientadores. Só que tem casos de escolas, por exemplo, que ainda têm Conselho de Orientadores, e que continuam ainda fazendo orientação sendo que isso não pode, pela própria legislação.

Leani - Agora, só uma perguntinha Paulo: Essa tentativa de organizar e, como você fala, em mais de uma escola, então vocês estão ligados a uma associação...

Afonso - ... A uma entidade municipal...

Leani - ... dos estudantes...

Afonso - Se reúnem aí as grandes escolas.

Leani - Sim, mas as escolas estaduais...

Paulo - Estaduais e particulares...

Leani - Envolve as particulares...

Paulo - Também... Então, saindo desse Centro Civico, a gente começou a perceber que o grêmio realmente era a opção, onde a gente pudesse ter talvez aquele espaço, no sentido de trocar nossas idéias, expor o trabalho, uma coisa que partisse de você, e buscando isso, nós tentamos então a construção de um grêmio. Tivemos assim problemas, as "barrações" foram de todos os tipos. A primeira coisa que começaram a fazer é passar a imagem que, de repente, as pessoas que buscam organização ou fazem aquilo que eles dizem na sala de aula, eles

começam a dizer que você pertence a um partido político, que você teria uma ideologia...

Leani - E quando algum aluno tenta organizar, no caso aí, o grêmio, é que é tachado ser de tal partido, e normalmente Partido Comunista ou PT?

Paulo - Realmente. Foi nesse sentido a nossa maior dificuldade, foi realmente sair dessa imagem, porque os professores mesmos, aqueles que teoricamente deram todo o apoio prá você, quando a gente começou a buscar isso na prática, eles começaram a fazer essa imagem do partido político dentro da escola, que você está sendo usado por correntes políticas para introduzir o pensamento político dentro das escolas, eles começaram a dizer, claro: "Eu não posso ficar contra a pessoa do Diretor". Eles ficaram então sempre contra a gente, que a gente tinha liberdade, começaram a atacar a gente por aí, até utilizando os pais, nossos pais para fazerem pressão, que a gente não fizesse isso. Nesse sentido, é que a gente percebeu que não devia fazer um grêmio sem nenhum subsídio, sem o grupo de uma entidade um pouco maior, de uma entidade que desse realmente respaldo para esse trabalho. Foi daí que a gente partiu para a construção da UBES, que é a União Brasileira dos Estudantes, uma entidade que daria esse apoio para a gente, mas a gente teria pelo menos um lugar para buscar forças para tentar realizar esse trabalho com todas essas barreiras encontradas nas escolas.

Leani - Então, essa foi, talvez, a possibilidade de vocês terem mais - como é que eu diria - autonomia, esse respaldo que você fala para poder inclusive entrar nas escolas... Se vocês não estivessem ligados a uma entidade, como é que vocês chegariam nas escolas?

Afonso - O caso é bem assim. Com a entidade municipal, você poderia, digamos, ter uma passagem direta na escola e quando você era um grêmio, a dificuldade era formar a grêmio. Então você não tinha como convencer o pessoal de que você estava fazendo um trabalho. Você estando com uma entidade municipal, você já tem esse campo, é a entidade que está te dando respaldo, é a entidade que te autoriza a entrar nas escolas para fazer este trabalho, e, conseqüentemente, era dela também, que um dia a gente precisava, porque a gente no Brasil, infelizmente, precisava de apoio, do apoio não, da liberação da Delegacia de Ensino, porque nossos estatutos eram aprovados na DE, então a gente poderia encaminhar dentro das escolas. E enquanto estudante de uma escola específica, que era a nossa, você não podia entrar na escola específica de outro para falar de uma coisa que você não conseguiu nem na sua ainda, porque lá era barrado e na outra também seria.

Leani - Então vocês participaram também da criação dessa entidade municipal?

Paulo - Exatamente. O grande do negócio foi assim, a gente ser o pai de toda uma geração de grêmio no município e foi quando o pessoal do grêmio que, de repente, percebeu a necessidade dessa entidade e foi aí, praticamente, que a gente criou a entidade e aconteceu também uma coisa interessante. Por exemplo, além dessa imagem de você ter uma tendência política e tal, os diretores que, mesmo usando isso, não conseguiram desestruturar o movimento, então o que eles começaram a perceber? "Não dá por aí, então vamos fazer outra coisa". Então nós chegávamos nas escolas, eles diziam: "Olha, nós somos totalmente a favor dos Grêmios, acho que as pessoas têm que se organizar aqui, mas

ninguém tá interessado. Vocês não precisam falar, o pessoal não tá interessado". Aconteceu até de chamar um ou outro aluno e eles disseram assim que realmente não estavam interessados. Foi até um período próximo das eleições. Se você quisesse perguntar para o povo: "Em que você queria votar para presidente do nosso país? Hoje, em quem você votaria?" Então, de repente, não é porque o povo não está a fim de votar, que a gente não vai conversar. A gente vai expor, vai colocar o que é o Grêmio, para que serve, como que a gente vai ver isso e os estudantes é que vão decidir. Então a gente quer falar com o pessoal. Então eles falavam, por exemplo: "Vocês não podem suspender aula para falar com o grêmio. Mas na legislação vem colocado que você tinha uma hora prevista para reuniões sem que fosse para passar uma ideologia política. Sendo para a organização dos estudantes você podia fazer isso sossegado, sem problemas...

Leani - Uma hora por...

Paulo - Uma hora para você ir na Escola, não tem determinado se é uma hora por dia, por semana. Você tem uma hora para fazer isso nas escolas.

Afonso - Digamos, uma hora para cada escola...

Leani - E?

Paulo - Não, por exemplo, se você quer buscar essa organização em determinada escola, falar com os estudantes, então, tem uma hora nessa escola para colocar, expor todas as idéias a respeito da organização do Grêmio. Se eu voltar amanhã, eu terei uma hora. Segundo o comunicado não é uma hora por semana, uma hora por dia, então é a hora que você chegar na escola.

Leani - Então pode ser até diariamente?

Paulo - Poderia ser até diariamente. Mas geralmente a gente não faz isso, porque a partir do momento que

você começa a freqüentar muito as escolas, interromper muito as aulas, já que se está buscando uma educação muito melhor, uma nova escola, digamos assim: a partir do momento em que se faz isso, eles podem se utilizar disso para falar que se o pessoal quer uma educação melhor, como é que eles ficam interrompendo as aulas?

Leani - E então o Paulo já falou que primeiro utilizaram a questão da filiação partidária, política, ideologias estranhas e coisa e tal, aí não deu certo. E os diretores chegaram e disseram: "É interessante, bonito, mas nós não estamos interessados, os alunos não querem". Então vocês apelam para a lei, que dá direito a uma hora. Agora, então vocês talvez poderiam falar de casos mais específicos, de tudo que houve de estranho, diferente ou até engraçado, nessa tentativa de se organizarem, enfim o que vocês vivenciaram.

Afonso - Bem, por exemplo, tem um caso que aconteceu comigo. Tinha um congresso em Piracicaba, ano passado. Então fomos em todas as escolas para chamar delegados para participarem do Congresso da União Paulista de Estudantes Secundaristas. Eu fui numa escola, em várias de Monte-Mór, uma cidade próxima de Campinas. Então fomos numa escola, a Diretora não estava, tinha uma assistente que não nos deixou entrar, que a Diretora tinha deixado a ordem de não fazer nada. Fomos numa outra escola que a Diretora disse assim: "Vocês tem outras escolas para visitar?" Nós respondemos: "Temos". Aí ela disse: "Então vocês vão para outra e na volta passem aqui que eu vou avisar os alunos para eles descerem para o pátio". Daí eu fui a outra escola, até quem estava dirigindo era um ex-professor meu. Aí, normal, numa escola a gente

conseguiu tudo, falamos, organizamos, pegamos os delegados...

Leani - E a receptividade dos estudantes, é boa? Vocês acham que eles apoiam com simpatia ou é um trabalho difícil mesmo, eles estão muito acomodados ainda?

Afonso - É, num certo ponto, eles ainda estão acomodados, o pessoal ainda está muito... Você tem que considerar que estamos completando vinte e quatro anos sem crítica no Brasil, não existe um pensamento crítico...

Leani - Sem possibilidade de...

Afonso - Então, o pessoal tá assim, num certo ponto, bitolado a dizer: "Não, não vai dar certo, não vai dar certo" e fica por isso mesmo, mas a receptividade não é ruim, sabe, é até boa.

Paulo - É até bom para o pessoal novo: Ah! o que é isto, pode se organizar? Então é novo, desconhecido, isso de repente, começa a abrir os horizontes, então o pessoal quer participar, saber o que se pode fazer.

Afonso - Fui para outra escola, consegui tirar os delegados que a gente tinha falado. Daí voltei nessa escola, onde a diretora tinha mandado eu passar de novo. Ai o portão estava fechado, quando eu entrei pela primeira vez estava aberto, quando eu voltei o portão estava tranavcado com cadeado. Daí eu bati no portão, desceu uma mulher que, provavelmente, era servente, e me disse o seguinte: "Olha, a diretora saiu e não deixou nenhum recado". Como o portão estava fechado eu não pude entrar mais, não teve jeito nenhum. Tive que vir embora, esquecendo o caso. Não me lembro o nome dessa escola, nem vou citar, mas fica próxima a matriz Monte-Mór.

Leani - E você chegou a ir outra vez, nessa escola?

Afonso - Depois eu não voltei mais nessa escola, mas companheiros meus foram...

Paulo - Eu voltei, eu voltei nessa escola e até aconteceu uma coisa interessante, só que eu voltei depois de ter acontecido casos parecidos com esse. Eu fui numa escola que eles não quiseram nem saber, disseram que eles tem uma certa autonomia. Mas a lei diz "Entrem na escola que vocês quiserem". Eu cheguei numa escola e disse: "Olha, eu vim falar do Grêmio, sobre a UBES, coisa e tal..." eles respondem: "Nós não queremos" e a gente começou a perceber realmente que havia uma "barragem" por parte dos diretores. E o que a gente fez? A gente mobilizou a delegacia. Porque a delegacia diz, a delegacia tem uma certa abertura, então a gente foi atrás dessa abertura. A gente conseguiu, via delegacia, uma autorização para tirar delegados da escola. Essa autorização dizia quem éramos nós, o que nós fazíamos... Então essa autorização nos facilitou a entrada nos estabelecimentos escolares. Então eu cheguei naquela escola e a Diretora perguntou: "Mas quem é você?" Respondi: "Eu sou da UBES, já tinha vindo aqui anteriormente um colega..." Aí a diretora disse: "Ah! é, passou um mocinho por aqui, só que nunca mais voltou, mas olha, a gente não pode admitir isso daí. Estão se formando grupos por aí para tentar fazer a cabeça dos estudantes..." Eu respondi: "Não, mas nós estamos com uma autorização da Delegacia, você conhece, né?" E a diretora: "Ah, tudo bem, entra, não sei o quê..." Daí fomos para a diretoria com ela. Ofereceu chá, bolacha. "- Não, não tomo café nem chá..."

"- Não, faça o favor!"

Daí começou a falar dos problemas da escola: "Olha, o problema aqui é que o pessoal não

respeita os professores, não respeita os diretores das escolas. Você precisa dar essa consciência para os estudantes".

Eu perguntei então se eles respeitavam os estudantes. E ela: "Olha, o respeito a gente sempre dá, para receber de volta, só que eles nunca retribuem esse respeito". Eu disse então: "Olha, a gente precisa conversar com os colegas para poder sentir isso". E a diretora: "Ah! Mas eles estão fazendo prova. Vocês esperam um pouquinho". Daí a gente teve que esperar a última aula e tivemos que entrar de sala em sala. Ela disse que não dava para chamá-los no pátio e eu tive que ir em todas as salas.

E o que eu senti, vendo o pessoal que se manifestou é que havia uma grande repressão na escola. O pessoal não tinha espaço para falar aquilo que eles pensavam dos professores, a postura dos professores dentro da classe, como você já conhece bem. Então eu senti uma "puta" ansiedade de colocar alguma coisa, mas a repressão era muito grande, tipo, "se eu fizer alguma coisa, depois eu receberei um castigo". Essa era a preocupação que eles passavam só de olhar. A gente conversou depois com alguns alunos fora de escola e o pessoal colocou que a disciplina ali era muito rígida, por qualquer coisa eles poderiam receber uma suspensão da escola. Mas nós conseguimos trazer alguns delegados para o congresso, conseguimos colocar algumas pessoas dessa região na diretoria, só que por outras forças eles não conseguiram acompanhar o trabalho.

Tem outros casos de diretores não tradicionais que dizem que na escola deles não tem problemas, na escola deles tudo é uma maravilha. Os professores são fantásticos, os funcionários também, os alunos

todos são fantásticos, não tem problema nenhum de orientação. Para que organizar? Não tem nada, tá tudo muito bem. E chamam funcionários que são estudantes dessa escola para confirmar isso, é claro que você sabe que não é por aí. Então eles confirmam aquilo que o diretor coloca. Só que a gente anunciou os locais de reunião e os estudantes de lá saíram da escola para se encontrar conosco em outras escolas. Queriam saber como participar, que a coisa lá era muito fechada.

Leani - Que interessante, não? Quer dizer que fora do horário de aulas eles podem procurar vocês?

Paulo - Eles iam nas outras nos procurar. Olha, a gente quer participar, a gente quer levar o grêmio para a escola porque lá na escola não é esse mar de rosas, como eles pintam. É o que a gente conseguiu, então, foi abrir a discussão. Eles não aceitam, por exemplo, que você, enquanto estudante de outra escola, vá até a deles para tentar organizar o pessoal. Eles dizem que você tá perdendo tempo. "Deixe que eles mesmo se organizem. Se o pessoal tá a fim é uma prova realmente de que eles não têm o que fazer aqui!!" Essa é a regra comum entre eles. A gente discutiu muito. Eles acham, a imagem que eles passam dos diretores da UBES é que é um pessoal sem educação, é um pessoal que não tem o mínimo de respeito pela pessoa de nenhum diretor, nem pela pessoa idosa que ele representa.

Leani - E, mas isso é que eles pensavam de vocês?

Paulo - Passavam da gente...

Leani - Em reunião de diretores...?

Paulo - Dos diretores.

Paulo - Então é uma discussão tipo assim: "E, o pessoal vai nas escolas mas não respeitam as autoridades, não respeitam a pessoa do diretor". E, há essa

diretora, que nós estudamos muito bem, e que essa postura realmente acontecia. E numa reunião da Delegacia, eu fui chamado, para tratar dessa questão de respeito, principalmente, com nossa diretora, aí a gente começou a discutir. Eu coloquei então a questão de que se eu não tratava bem os diretores, como é que eu nunca fui punido? Nunca tive ocorrência em nenhum livro, nunca fui suspenso? Onde, o que aconteceu, o que está acontecendo, se era realmente falta de respeito, por que eu nunca fui punido?

Ficaram então sem saber dar resposta, o que era uma prova realmente de que eu não estava indo contra a pessoa do diretor. Estava exercendo somente os meus direitos, buscar o direito de organização, de buscar aquilo que a gente acha certo. Então, a falta de conhecimento por parte dos diretores, daquele tipo: Saem vários comunicados dizendo que o grêmio tem que participar da escola, participar do conselho da escola, tem que participar do planejamento da escola. Mas os diretores recebem isso no Diário Oficial e deixam lá guardados e então quando você chega para falar com eles, eles dizem: "Ah, não, não acontece isso". Aparentemente eles estão desinformados sobre a questão.

Leani - Então, há também um boicote das informações?

Paulo - Exatamente.

Afonso - Um boicote total, por sinal.

Leani - Bom, então o que eu sinto é que os diretores continuam "barrando"?

Paulo - Exatamente.

Afonso - Bem, a maior parte, quase a totalidade, porque os que não barram, os que deixam entrar, falaram que "aqui está tudo bem, não precisa de organizar nada". De certa forma, te deixa fora, te deixa de

fora. Ai você chega lá e vai falar do movimento estudantil, vai organizar e de alguma forma eles dizem: "O que vocês querem organizar, o que vocês querem fazer, com que objetivos?"

Lógico que os nossos objetivos são a organização, que nós participemos de tudo, do planejamento, do que vão nos ensinar, né? Porque o que acontece hoje é que os professores recebem os currículos, não sei quem manda para eles, então eles têm o objetivo de cumprir o currículo e realmente eles cumprem, e se no fim do ano, você perguntar qual foi a última matéria como aluno, ele não sabe. Ele não sabe fazer aquilo. Quando um aluno entra pra fazer, digamos matemática, se você coloca um problema que envolve uma equação junto, dois problemas ele não sabe, só sabe fazer uma equação do começo ao fim, ele não sabe trabalhar com as informações. Conseqüentemente, o currículo foi cumprido, o professor é bom, o aluno é que é burro. Então o objetivo que a gente tem é de tentar evitar, a gente quer demais que se evite isso daí.

Paulo - Uma das outras coisas que a gente quer levar, é que a gente percebeu que a estrutura, a escola, está em função da gente e não a gente está em função da escola, exatamente ao contrário do que os diretores passam, então você vem aqui, tem que seguir estas normas, tem que andar dessa forma e tudo aqui é em função... você tá em função de tudo. E nós estamos indo em direção totalmente oposta. Nós queremos levar os alunos a participar, por exemplo, do conselho de escola, onde ele possa expor suas idéias, que ele possa participar do planejamento, onde ele possa colocar as disciplinas de forma que ele quer aprender. É claro que isto ainda é um problema, pois os

estudantes não têm ainda subsídios para colocar isto, tipo: "Eu queria aprender de tal forma". A gente quer essa organização para que eles possam se preparar.

Afonso - Pelo menos que eles digam que desta forma eles não estão aprendendo.

Paulo - É isso eles não aceitam, por exemplo, eu fui uma vez discutir com um diretor, um professor, numa escola aí, então ele colocou que já tinha feito quatro ou cinco faculdades. Então quando a gente vai abrir uma discussão, eles pegam uma "puta" dum bagagem que eles têm, de currículo, de tudo... Pra poder chegar a este ponto de discutir a educação, eu tive que fazer tudo isto, então você, enquanto estudante, não tem capacidade para isso. Então eles não aceitam essa nossa posição.

Leani - Agora quem é que me contaria aquela estória da cerveja? Eu fiquei ciriosíssima para saber.

Afonso - Os dois podem contar. Um fato estranho, engraçado, o caso da cerveja, foi o seguinte: Uma vez a Diretora disse que nós íamos fazer a revelação do nosso amigo secreto no final do ano, na escola. Diante de tal pessoa, nós tomamos a iniciativa de fazer fora. Não é que não quiséssemos fazer dentro, pois a gente tinha esse direito. Só que nós achamos melhor e mais conveniente fazer fora. A escola que, se quisesse, podia fazer uma festinha para beber um pouco, dançar umas músicas. Aí fomos em casa de uma amiga nossa, próxima à escola e foram convidados alguns professores. Agora, na hora de pagar a cerveja... o Paulão pode contar com mais detalhes.

Paulo - Esta estória, para começar, foi elaborada de uma forma que, quem estava na festa não percebeu daquela forma...

Afonso - Deu pano para terno...

- Paulo - O pessoal começou, mais ou menos no meio, no fim da festa, a dar banho de cerveja em todo mundo, daí começou aquela brincadeira. E como os professores estavam na brincadeira, naquela hora não tinha diferença entre professor e aluno, pelo menos naquele momento da brincadeira. Então acharam de dar banho numa professora, e infelizmente era a professora que segurou mais a gente, a nossa classe, por exemplo, tinha 32, 28 alunos (no começo tinha 40). E dessas 28, só passaram 8 pessoas na disciplina.
- Afonso - E isso foi para o Conselho.
- Paulo - Então ela segurou a maior parte da turma não só da nossa, mas de toda a escola. Então o pessoal começou a espirrar cerveja e todo mundo fugia, mas ela não, acho que ela se sentiu tão agredida, que ela achou: "Ah, isso é uma agressão" e ainda por cima, ficou estática e o pessoal derramou cerveja de cima a baixo, bem no meio da cabeça dela. Então o que ela fez? Ela se sacou, entrou no carro e foi embora. Essa atitude, pelo menos eu achei que não era agressão, já que ali tava todo mundo de igual para igual, não tinha essa coisa de professor e aluno, todo mundo estava no meio de amigos. Pelo menos era essa relação que a gente queria quebrar. E não foi isso que foi sentido, ela levou o caso para a escola: "A festa foi feita fora da escola, a gente queria realmente descarregar, como se tudo tivesse sido planejado minuciosamente" Isso foi levado aos pais, foi levado para o Conselho da Escola, e se utilizaram disso para quê? Para o estudante que tinha feito isso, ele teve que assinar um termo de responsabilidade, e a atitude dele seria julgada pelo Conselho da Escola. Então eles deram toda uma cobertura a esse fato, e que a gente não viu dessa forma, a gente não viu com

esses olhos. E alguns professores passavam a comentar que isso aí tinha sido realmente premeditado. Então não daria para participar. "Imagine, eu desci do meu nível, para chegar no nível deles e olha o que eles me fizeram".

Leani - E isso ainda aconteceu fora da escola!

Paulo - Então, ir à nossa festa passou a ser de repente, até uma homenagem. "Porque eu, enquanto professor, tou lá naquela festa, porque é um pessoal de periferia, de ralé". Porque é essa a posição que ela tem.

Leani - Eu queria perguntar como é que ela é? Legal, competente? Porque de 28, só passaram 8...

Paulo - Então eu vejo assim: a pessoa dela é realmente uma incógnita, eu não sei qual é a dela. Com ela a gente consegue discutir...

Paulo - A gente não consegue discutir pelo seguinte, quando ela dá aula de literatura, por exemplo...

Leani - Ela é de Português...

Paulo - ... Ela pegou um determinado livro, tira a posição dela e já chega na classe com ela. Ela já começa com o ponto de vista dela e quer que você chegue à conclusão que ela chegou. Então ela começa a discussão querendo que você chegue à posição dela e se você chega numa postura diferente da dela ela diz: "Não, mas não é bem assim, é isso e aquilo, etc." Acho isso totalmente errado, pois se pode chegar a várias conclusões dentro da classe.

Leani - E quanto mais literatura, é arte, então cada um percebe a obra segundo seu momento, e quanto mais diferentes pontos de vista, melhor, é mais enriquecedora a discussão.

Paulo - Outra vez, a gente começou a discutir a questão da liberdade, a liberdade... um fato muito abstrato. Ela começou a dizer que a liberdade não existe, ela não pode existir porque o povo não tem

consciência da liberdade. Eu acho que é palavra abstrata, eu não vejo, por exemplo, que a liberdade não exista, que ela não possa existir, que assim não possa existir democracia em nosso país.

Leani - Porque são incompetentes, nativos, é bem a ideologia americana...

Paulo - ... Que passam realmente. Então eu acho que é querer barrar um processo no qual não chegamos ainda e já vir com uma posição contrária a isso e a gente não consegue sentar prá discutir nesse sentido porque ela já vem com a postura dela e não aceita nada diferente disso, ela quer que você chegue de forma que ela quando a gente não tinha o material que ela tinha em mãos. Então você pega aquele material na hora e tem que chegar a uma postura e à mesma postura que ela teve, então a questão é muito séria. Ela é a professora mais intelectual da escola, é a professora que exerce melhor na escola, então, se tem reunião de pais, por exemplo, ela vai fazer o discurso. No Conselho de Formandos também é o tal discurso, mas um discurso fantástico, que qualquer diretor, se você chegou pra ver, você diz: "E ela". Então ela foi absurda. Teóricamente, ela consegue falar coisas de você ficar totalmente boquiaberto. Se na sala de aula um aluno ficar de cara a cara com ela, você percebe...

Afonso - É aquele velho exemplo: Falou eu não entendi, é intelectual.

Leani - Exatamente, porque ainda está muito em moda permear o discurso com frases em latim... para poucos entenderem.

Paulo - Agora esse é um problema específico da nossa escola. A gente vê escolas por aí, ainda hoje, escolas de 2o grau noturno, numa de Monte-Mor,

onde o pessoal faz filinha, entra na classe, fica em pé ao lado da carteira e só senta quando a professora entra e manda sentar. Outro dia eu fui lá e quando entrei na sala o pessoal levantou e eu não falei para eles sentarem, eles não sentaram. Daí eu falei: "Pessoal, o que está acontecendo?" Então não dava pra ter nenhuma discussão porque começava a falar e eles ficavam te olhando. Fodia falar o que fosse que você não ia conseguir nada. O pessoal tava numa atitude tão seca e tão cega que achei um absurdo. Porque você até pode conceber isso numa escola de crianças, mas num 2o grau noturno, um pessoal adulto...

Leani - Trabalhador...

Paulo - ... Trabalhador. Então de repente você precisa pensar assim: "O que tá acontecendo? Qual o papel dessa escola?"

Afonso - Em vez de ser uma escola educadora, é uma escola doutrinadora.

Leani - Vocês, então, são punidos individualmente por essas atividades, ou não?

Afonso - Bem, digamos nós, especificamente eu e ele e mais uma menina que viria aqui também (mas não deu tempo de convidá-la), não somos, porque a gente tem a informação. Primeiro, se ela mandar você, se mandarem o meu pai vir assinar uma coisa na escola, eu sei que isso é uma subversão à lei, porque eu sou maior e posso assinar qualquer termo de responsabilidade. Se ela forçar, a gente pode até abrir um processo, e processá-la por subversão a uma lei nacional. Então ela não faz isso contra mim. Mas enquanto há pessoas que não conhecem a legislação, ela faz, ela brinca, faz esse tipo de joguinho...

- Leani - E com o pessoal que está se organizando em grêmios, vocês passam, vocês discutem essas idéias, mostram quais são os direitos?
- Paulo - Essa é a primeira discussão que a gente faz com o pessoal porque é o seguinte: grande parte dos estudantes não conhece a legislação, e eles não conhecendo isso, o que o diretor fala é lei. Então o cara chega lá como diretor da escola e diz: "Vocês transgrediram tal lei, tal artigo, parágrafo tal". Ele não sabe sobre o que o diretor está falando. Eles não tomam conhecimento do estatuto, do regimento das escolas. Então ele abaixa a cabeça. Agora, com a gente é diferente, porque a gente é político em tudo o que a gente faz, sentindo dos lados até onde a gente pode balançar esta estrutura. Então a primeira coisa que a gente faz, é realmente isso: discutir a parte do Regimento, dos estatutos das escolas, explicar aos estudantes os nossos direitos, os nossos deveres e até onde vai, por exemplo, o poder do Diretor dentro da escola. O Conselho da Escola é, hoje, na organização, o órgão máximo de deliberação nas escolas. Só que nas escolas os pais e estudantes não sabem disso. Por que? Porque é o diretor quem escolhe, quem indica os pais, os estudantes e os professores, então, quem decide no Conselho de Escola é o diretor. Ele faz e desmanda naquilo.
- Leani - E ainda tem aquela história que ele tem 50% dos votos, não?
- Paulo - Não.
- Leani - Ele é presidente do Conselho, portanto, tem voto de minerva. O Regimento fala de um percentual, de participação, não?

- Paulo - E, há um percentual: 25% de pais, 25% de alunos, 40% de professores, 10% de funcionários, diretores e os especialistas em educação.
- Leani - Estes últimos não existem nas escolas.
- Paulo - Claro, não existem.
- Afonso - É difícil, na América Latina.
- Paulo - Então os pais e os estudantes detêm 50% desse conselho, mas, na hora do voto, a coisa não acontece bem assim, nossa escola tem sete estudantes e nove ou dez professores que fazem parte do Conselho. No caso do julgamento de um estudante, geralmente a coisa sai pro lado de lá, pro lado da escola, porque nossos pais, na maioria das vezes, ficam a favor do diretor. Então nosso trabalho com os pais é dizer: "Olha, o que a gente está querendo é realmente aprender alguma coisa, sair da escola realmente sabendo alguma coisa. Ter nosso senso crítico pelo menos um pouco claro, para que a gente possa tomar nossas próprias decisões". Não dá para levar uma discussão com eles, porque uma vez, aconteceu de eu, numa reunião de pais, colocar para os pais, o fato de a gente ter outras idéias e sair um pouco da postura do Diretor da Escola e isso foi um motivo a mais para eles quererem me expulsar da reunião. Porque o Diretor soube disso na reunião e começou a dizer aquele monte de coisas e os pais todos começaram a concordar, nenhum deles soube discutir a questão. Nós não podíamos aceitar a coisa de bom grado. Nós queríamos que os pais sentissem um pouco o que a gente sente na escola, dentro da classe. Eles estão totalmente por fora e precisam vir participar das escolas, trazendo posições, dando idéias e eles não aceitaram isso, eles achavam que era desrespeito com a pessoa do diretor e com os pais que eles são.

- Afonso - E também tem aquele lance, o Diretor diz o seguinte: " Se vocês querem aprender, vocês não faltem as aulas que saíram super bem-formados".
- Leani - E não é isso, porque o que os professores passam é de baixo nível, geralmente.
- Paulo - É isso mesmo. Nós temos, por exemplo, uma classe de uma escola no ano passado, onde vinte e oito se formaram no Colegial. Prestaram vestibular em várias universidades. Uma pessoa entrou na FUC e outra em Economia, destes vinte e oito que se formaram. O resto teve que fazer um ano de cursinho para tentar novamente. Porque você acha que eu vou ficar aqui me matando para tentar UNICAMP? Vou prestar o quê? FUC, se tiver grana para pagar, se não tiver eu páro de estudar. Então, você não aprende na escola, mesmo se você quiser, você não aprende porque a estrutura da escola não está voltada para passar esse conhecimento necessário para que você saia capacitado para entrar numa faculdade.
- Leani - Mas também aí, há outras coisas em questão, como, por exemplo, o salário do professor. Vocês têm que exigir os direitos de vocês e os professores têm que se organizar e exigir também. Ficam acomodados e vão para a sala de aula sem preparo, passando para os alunos todo um mal estar que deveriam passar na luta da categoria. E o interessante é que eu acho que por aí, com esse trabalho de vocês, é que a situação pode mudar.
- Paulo - Veja bem, nesta questão. Eu, particularmente, me meti em discussões com alguns professores que estavam fazendo o absurdo de chegar na sala de aula e falar assim: "Pelo que eu ganho, deixo até de trabalhar aqui, agora vocês façam o que quiserem". A gente foi totalmente contra essa atitude, contra esses professores que fizeram

isso. Veja bem, se em todo funcionalismo público, não dá para medir o salário pela capacidade profissional. Eu sou funcionário, agora o que tenho a fazer? Tenho que me associar à minha entidade de classe e começar a reivindicar os meus direitos. Se eu assumi, se eu trabalho lá para me sustentar, eu vou continuar lutando. Mas os professores, pelo que a gente sentiu nesta última greve, não lutam, não batalham por isso. Eu, particularmente, fui em várias escolas, cheguei a discutir com os professores o seguinte: "Olha, você tem que parar de dar aulas, é a sua categoria que está brigando por isso". E eles respondiam: "Você é louco, eu não posso parar de dar aulas, se eles me descontarem isso aqui, o que é que eu vou fazer da vida". Ai eu disse: "Mas o que você está ganhando não está sendo justo para você, por que você não pára e vai engrossar o movimento?" A gente chegou a ir a várias escolas, a tirar o professor de dentro da escola.

Leani - Vocês, enquanto alunos?

Paulo - Enquanto estudantes. Na sala de aula, eles não fazem greve, na hora da aula teve professor que falou o seguinte: "Ah! Esse aumento que vem por ai, por exemplo, para mim é indiferente". Ai eu dizia: "Tudo bem, se esse aumento é uma migalha, quando vier este aumento que o pessoal conseguir, você vai ter que doar para uma instituição qualquer, não vai pegar o aumento" Ai ele dizia: "Ah, não, assim eu entro em greve" O que você percebe então, é que na hora de lutar pelos direitos deles, eles não se mobilizam, e quando estão na sala de aula eles querem falar que ganham mal. A gente reconhece que a função de educador, na época em que a gente vive, hoje, no país como um todo, é uma coisa lastimável.

- Leani - Vergonha.
- Paulo - Agora, a partir do momento em que você está nessa, você não pode se utilizar disso, dessa questão de que você não está sendo bem remunerado, para, de repente, você não fazer o seu papel. Acho que deve se utilizar disso para realmente mostrar, passar o conhecimento para que o pessoal tenha condições depois de não ser professor no nível em que estão hoje, que decaiu de forma assustadora.
- Afonso - Para nós estudantes, eu dou o exemplo de uma música de Beto Guedes: "Eu não quero ferir meu semelhante, mas também não quero me ferir". Normal, a gente não vai querer que os professores trabalhem ganhando uma miséria, mas também a nossa qualidade de ensino...
- Leani - Tem que exigir qualidade.
- Afonso - Tem que ser exigida.
- Leani - Na semana passada, numa reunião do pessoal sobre o 2o grau, eles discutiam a seguinte questão: Que o 2o grau não é para todos, que só 13% dos alunos conseguem concluir o 2o grau, já é uma minoria e que o 2o grau teria mesmo, por função, que preparar para o trabalho, ou seja, para profissionalizar. Ai eu coloquei a minha posição, que isso era uma coisa totalmente arbitrária e discriminatória, porque realmente os filhos dos ricos não se profissionalizaram no 2o grau. Não que eles tenham uma educação que eu considere boa, eles têm uma educação erudita. Uma coisa que me assusta e eu estou percebendo é que, por exemplo, numa escola como o ANGLO, o pessoal está estudando o Marxismo para poder ter uma consciência crítica. Então o próprio Marxismo, está sendo mais uma teoria como o Positivismo, como qualquer outra, para ilustração da cabeça das pessoas. Os alunos,

na maioria, são filhos cujos pais têm muita grana. Mas a minha posição foi difícil deles entenderem.

... Eu dizia: "Me apontem mercado de trabalho para o técnico de 2o grau, me apontem. E me apontem qual o salário. Vocês estão propondo que continuem a relação de exploração, cada vez maior. É a minha proposta é que o 2o grau tenha uma sólida, uma boa educação geral". Agora, isso não é uma coisa que está muito tranqüila para mim, porque, realmente, se o mercado ainda oferece um emprego, se você está ganhando vinte, e pode ganhar sessenta, será que a escola não poderia, paralelamente à educação geral, dar também essa educação específica para que aqueles que podem, consigam um emprego melhor?

Afonso - Eu concordo com você que o 2o grau não pode ser assim, um ensino profissionalizante, para você ver, a profissão do momento é a Informática, ela só é considerada a nível superior, você só pode ser, digamos, um analista de sistemas se você tiver curso superior. Todo e qualquer curso que não seja superior, não te dá direito, você não pode ser um analista de sistemas. Conseqüentemente, as escolas ficam ensinando Informática a nível de 2o grau, simplesmente para te dar o espaço de ser nada a mais do que um simples digitador. Você nunca vai passar de um digitador ou um operadorzinho...

Leani - Um técnico.

Afonso - Aqueles de micro-salário.

Leani - Então vocês também consideram que o 2o grau deve ser de educação geral?

Paulo - Exatamente, acho que o que você não pode, é, de repente, definir o 2o grau, ou passar para ele um determinado caminho: só isso ou só aquilo; tem que ser uma coisa mais ampla, onde o estudante possa ter várias posições. Por exemplo, a gente teve um

caso em Sumaré em que essa pessoa dizia: "Olha, aqui é uma escola de periferia, o pessoal não tem condições, uma boa parte é de favelados". Você tem que carregar ainda essa consciência de que é um favelado. Eu concordo em parte com isso, acho que o pessoal tem que sacar realmente a posição dele, tem que ter consciência disso. Acho que, de repente, a gente não pode ficar é dizendo "Olha, você é um favelado", e não dar nenhuma informação para ele. Então é um favelado, mas ele tem que ser um favelado consciente.

A escola tem que levar informação, tem que dar conhecimento para que eles possam disputar com qualquer criança inteligente.

Leani - Sem dúvida.

Paulo - Olha os funcionários mais simples da UNICAMP, por exemplo. Eles são favelados, estudam na periferia e como consciência de favelados que têm, vão ter que permanecer nesta favela, o resto da vida, tudo bem. Então eu acho que a escola deveria ser uma coisa mais ampla, ela deveria passar todas as informações a nível de país.

Leani - E as melhores...

Paulo - As melhores possíveis e que a escola não parasse, que ela não ficasse estática, porque ela tem que se renovar. Que se trabalhasse, é claro com o antigo, mas se trabalhasse com o novo também. Se algum professor faz uma discussão na classe sobre problemas, OSPB, por exemplo, que trata problemas que interessam a gente, o problema de terra, política, a política educacional, é totalmente discriminado pelos próprios colegas e muito mais ainda pelos diretores.

Então, não adianta, você não tem que fazer esse tipo de discussão com o pessoal falando, falando, enchendo lingüiça. Por quê? Porque eles não vão

sair daqui. Uma vez tive uma discussão com um professor, que dizia: "Para que se preocupar em ensinar biologia para esse pessoal?" Então por que uma pessoa assim está fazendo discussão desse tipo? Eles não têm a mínima intenção de passar realmente as informações, dar o conteúdo. Quando a gente briga que a escola tem que ser mais democrática, a gente acha que a escola tem que ser mais democrática no seu acesso, não que a população não tenha acesso a escola, mas a gente quer que eles permaneçam na escola, conforme a política nacional de Educação. A escola deveria ser democrática na sua estrutura, onde todos se sentassem juntos, pais, estudantes, professores e funcionários para discutir os problemas da estrutura, porque a gente está convivendo ali dentro, sabe quais são os problemas que precisam ser resolvidos e que ela realmente cumprisse o seu papel, ou seja, que passasse conhecimento, que desse para a gente o conteúdo. Não basta ser democrática apenas para entrar nela, porque, na realidade, depois de um certo período, a maior parte dos alunos que entrou, acaba saindo. Tem que ser democrática para que todo mundo permaneça, aprenda alguma coisa. Deveria ser democrática também no sentido de você participar dela. Uma vez aconteceu que a escola ficou em pé de guerra porque a melhor classe da escola foi totalmente desestabilizada, o pessoal começou a atingir muito os estudantes, diretamente, e isso criou um clima crítico dentro da escola. Ai eles disseram: "Vamos fazer uma reunião para saber o que está acontecendo, para que todos os professores digam o que estão pensando, agridam, descarreguem, falem o que quiserem, e os alunos também. Então o pessoal começou a falar, daqui e de lá. "Nós não vamos

retrucar, de forma alguma - eles diziam - só ouvir". Ficamos todos nós com os professores sentados na nossa frente. Ai todos falavam. Quando acabavam de falar, passavam para o outro lado. Acontece que eles só ouvem, dizem que a escola é aberta mas só para ouvir a gente porque depois fica tudo por isso mesmo, nada muda. Ai quando acontece novamente um problema eles falam: "Ah, mas nós demos abertura naquela reunião, porque vocês não falaram? Vocês continuam do mesmo jeito". Então não há realmente uma abertura para discutir os problemas. Não, você pode falar o que pensa, mas apenas falar, prá descarregar. A gente quer realmente participar da escola, levar a nossa posição e que eles nos ouçam. Porque a professora tal tem tantos diplomas e eu, enquanto estudante estou ali pela primeira vez e não tenho nenhum, então não posso contribuir para esse aprendizado. Essas são as posições que existem na escola e, o que é pior, eles se utilizam disso. A gente tem muitos professores que estão saindo da universidade. Hoje ninguém quer mais ser professor, somente aqueles que tem realmente uma posição definida em relação à educação. A gente tem muito professor novo, nós temos um caso de uma professora que estava dando aula de geometria e ela começava a fazer pergunta para nós sobre geometria. Ela fazia matemática, não trabalhava mais com geometria. Ela falou que era muito boa em Geometria no tempo do 2o grau dela, ela não tinha nenhuma especialização mas queria que a gente aprendesse, que a gente contribuísse. Sabe o que é que ela queria? Que a gente desse aula para a classe. Ai ela perguntava: "Então, você sabe desenhar? Então você não quer desenhar isso aqui? Como é que se desenha um ângulo de 60o?"

Afonso - "Qual é a hipotenusa?"

Faulo - De repente, o que ela queria é que a gente desse aula para a classe, porque ela não tinha condição, a gente tinha percebido isso nitidamente e para tentar trabalhar e conseguir ganhar essa miséria que pagam por aula, ela pedia a participação da classe. Alguns que sabiam geometria, ensinavam os outros colegas que não sabiam. A gente sente a realidade da escola e vê que, infelizmente, a maior parte dos professores não tem, realmente, a capacidade de ensinar. Este é também um dos problemas e você não pode colocar isso em cheque. Se você for colocar em cheque esse professor, não conseguirá, não tem discussão. Isso é utilizado em muitas escolas da região. Então, se a nível de entidade, você lança uma campanha para eleger a direção de uma escola, isso não vai dar certo. For quê? Porque as forças políticas da região também vão tentar interferir e vão tentar ter acesso à escola. Elas vão influir na escolha do diretor, ocupar esse espaço político. Quando você coloca para um diretor da escola a questão de que a escola deve ser democrática no acesso, permanência, estrutura, conteúdo ou conhecimento, eles começam a discutir: "Mas baseado em que você fala isso?" A gente diz que a escola tem que estar voltada para desenvolver as capacidades dos estudantes, tem que ser científica, progressista, não pode se ater só ao passado mas tem que discutir também o nosso presente. Nós temos, por exemplo, algumas escolas que têm laboratório, ao qual os professores não têm acesso. Então qual a finalidade de se ter laboratório? Outras não têm todos os materiais, então não dá para a gente fazer nada lá, vai perder muito tempo e há ainda o

caso dos professores que não sabem trabalhar com laboratório.

Leani - E quando os diretores perguntam: "baseado em quê" você diz que a escola deve ser democrática nessas questões? A gente responde o quê?

Afonso - A gente se baseia no que acontece na vida...

Leani - Não, mas a lei está clara gente, vocês já leram a "L. D. B."?

Paulo - Já li os objetivos das escolas, é fantástico.

Leani - Mas é realmente fantástico. O adolescente tem que ter a formação integral, o desenvolvimento de todas as suas capacidades. A "L. D. B." fala sobre todos os direitos do cidadão; (da Revolução Francesa), não ser perseguido por convicções filosóficas, religião, raça, ideologia ou cor, ter acesso ao conhecimento científico e tecnológico do mundo. A lei está clara nos seus objetivos, é ampla e bonita demais.

Paulo - Só que na realidade, de forma alguma isso acontece, tentamos batalhar por isso. Então, por exemplo, a entidade lançou um projeto, não só um projeto sobre a postura dos grêmios livres nas escolas mas lançou também a semana dos estudantes.

Leani - Escuta, o grêmio na escola de vocês é realmente um grêmio livre? Ou é um grêmio "livre" controlado?

Afonso - Não, ele não é nem uma coisa, nem outra. Até agora a gente não conseguiu batalhar com o grêmio.

Leani - Ele foi interrompido?

Afonso - Há um tempo atrás, foi feito, quando a gente começou este movimento, um projeto que o pessoal levou, criticou, aí formamos uma chapa. Só que nós éramos do período noturno, aí só tinha aquele pessoal do noturno. Mas havia os períodos da manhã e da tarde. E a nossa diretora entrou com uma criançadinha. Não que a gente seja contra as crianças, só que não podemos considerar que uma

criança de 5a série tenha um nível crítico capaz de questionar uma escola.

Leani - Pode até ter.

Afonso - Pode até ter, só que não é o caso da maioria. A diretora formou uma chapa com crianças escolhidas por ela. A tarde fez a campanha com a garotada dizendo: "Olha, o pessoal da noite está querendo dominar a escola, vocês têm que se organizar, você tem que fazer, vocês têm que marcar presença, vocês têm que fazer isso, têm que fazer aquilo". Conseqüentemente, todo o período diurno votou nesta chapa e eles ganharam as eleições.

Leani - E o grêmio é um grêmio livre controlado, provavelmente.

Afonso - Não, simplesmente tem o nome e só, nunca fizeram nada, nem hastear a Bandeira, que é uma coisa que todo puxa-saco faz, nem isso eles fizeram.

Paulo - A gente tentou fazer um trabalho no nosso município. Foi a primeira escola que começou a discutir sobre a questão dos direitos. Nós ficamos seis meses discutindo essa questão. Fizemos reuniões abertas, chamamos o pessoal do diurno para vir. A gente não queria essa história de só o pessoal do noturno, a gente queria uma coisa abrangente. Nós iam nos outros períodos para discutir com o pessoal e tinha gente da manhã e da tarde na comissão que queria formar uma chapa. Foi nesse momento que a Diretora começou essa história de que o noturno queria tomar conta da escola. Então o pessoal do diurno, começou a perceber, achavam que a Diretora estava certa, que a gente estava ali querendo dominar... Tinha até duas pessoas, a Silvana e o Marcos que falavam, não tinham medo de falar apesar de ser da 5a série. Eles queriam fazer alguma coisa.

Afonso - E, o problema deles é que não são críticos.

- Paulo - Eles não percebem bem o que acontece.
- Leani - Ah, não percebem o que se encontra por trás.
- Paulo - Exatamente. Então o que aconteceu? Eles montaram uma diretoria no outro dia e como o período da manhã e da tarde tem um número maior de alunos que o noturno, então não teve discussão.
- Leani - Há rivalidades entre os períodos?
- Afonso - Acho que dividir por períodos, é elitizar demais.
- Paulo - Já há, naturalmente, uma antipatia entre os turnos, isso existe. Então o que a gente conseguiu perceber, depois dessa eleição? O que aconteceu? O que o pessoal fez? Eles foram eleitos, mas não tinham a menor condição. Saiu até uma carta aberta aos colegas, dizendo que o grémio estava sendo totalmente dominado, que foi uma coisa criada para atender aos interesses da escola, uma carta aberta que deu panos para ternos, ternos e ternos... Fomos chamados para uma reunião com o Diretor, que me agrediu, disse que eu era burro, porque com 21 anos de idade está no segundo colegial era o maior absurdo.
- Leani - Querendo dizer que você é incapaz...
- Paulo - Totalmente incapaz, que isso representava a minha incapacidade. Ele se utilizou disso, dessa carta aberta, dizendo que está sendo ferido, agredido moralmente. Ele estava com medo de perder o poder: ele não tinha nenhum poder nas mãos e o pessoal da diretoria eleita entendeu que a gente tinha consciência crítica para analisar a pessoa do diretor e realmente a gente tinha razão. Eles foram eleitos, mas vieram nos chamar depois para participar, para fazer parte da diretoria, porque eles não conseguiram andar e, é claro, o Diretor começou a colocar as posições dele. Eles vieram nos chamar e nos entregaram todo o jogo, nos contaram realmente como foi: que o Diretor tinha

ido atrás deles para tomar a diretoria do grêmio, que tinha feito campanha para eles. Abriram o jogo com a gente, percebe, então isso ficou claro para nós. É um problema até meio geral quando você vê que um diretor está dando muito apoio quer dizer que ele deseja, no fundo, ter poder sobre o grêmio.

Afonso - Vou fazer uma "fofoquinha": até o Livro Ata do grêmio livre ficava na mesa do Diretor.

Leani - Pelo que vocês falaram, se alguém é atacado, perseguido, mas debate, contesta a situação e não se amedronta, não sofre punições.

Paulo - A gente não sofre punições por quê? Primeiro porque a gente tem um conhecimento da legislação que nos dá o direito de organização. Tendo esse conhecimento se vai longe... Você sabe, por exemplo, que nos grandes cargos, se pode transgredir a lei, que tudo bem, mas enquanto estudante aqui embaixo, você não pode fazer esse tipo de coisa, que sofre uma punição. Então quando a gente consegue sacar isso, tem conhecimento, começa a manobrar essas coisas, e você vai só até onde é seguro. Ninguém nunca foi suspenso ou expulso da escola aqui, porque em nosso trabalho, é claro, a gente não pode sofrer isso, porque se sofrer isso vai estar passando uma imagem...

Leani - De quê?

Paulo - De subversivo.

Leani - O que é muito perigoso, não é bom.

Paulo - O pessoal que participa, tem que estudar, tem coisa para discutir? Tem. Mas tem que passar em todos os exames, tem que discutir, tem que estudar, tem que ser não o melhor aluno da escola, mas não pode deixar que as atividades dele possam prejudicar seu estudo, porque depois a direção se utiliza disso. Você tem que seguir a legislação e

não ser o exemplo de mau aluno na classe, muito pelo contrário, ser sempre um questionador, estar sempre questionando os seus direitos, ter uma posição crítica, ter o seu espaço.

Leani - Vocês se lembram de que, antes de começar a gravação, eu perguntei: É o professor, é a escola que dá essa consciência crítica?... Eu estou vendo hoje professores de extrema direita, que dizem que têm que dar consciência crítica ao aluno. Como foi que vocês chegaram, por exemplo, a ter uma posição frente à escola, a tentar se organizar? Foi mesmo a escola que contribuiu para isso ou foi tudo uma experiência de vida, a formação de um grupo, como é que aconteceu?

Afonso - Bem, vou começar pelo meu caso. Basicamente, nunca aprendi a criticar na escola. Eu até leio uma revista, é a revista HUMANIDADES, da UNB, do editorial até a última página. É realmente muito boa. Alguns artigos não interessam para a gente, mas alguns são bons. A minha crítica começou mesmo na vida, na realidade. Eu tive uma infância bem difícil, e batalhei até chegar onde estou hoje. Você lê os jornais, você vai vendo o que está acontecendo no mundo, acontecendo na escola. E quando você vê está numa escola, você está vendo irregularidades, começa a questionar a organização, o sistema de ensino. Vê que a organização está regredindo, que você não está aprendendo nada e que os professores são os detentores da sabedoria. No fundo você vai ficar sempre naquele ponto: "Ele sabe e eu não sei, então eu tenho que me submeter a ele". Porque até hoje ainda é passada uma imagem de que o aluno que contribui para a aula, é aquele que sabe e eu acho que não é por aí.

- Leani - É o que ele sabe é aquele conteúdo que o professor acha que ele deve saber e repetir, não é?
- Afonso - Exato, é aquele aluno que não trabalha, tem o dia todo para ler um livro. Eu acho que a escola devia ter um questionamento maior, um ensinamento maior, incentivar você a pesquisar, a procurar aquilo que você quer saber. O que eu sinto é isso. A minha crítica, a minha vontade de sair da escola é por causa disso. A escola não o desafia, não lhe dá uma crítica, não procura desenvolver a aptidão que você tem. A gente fica repassando conceitos já batidos...
- Leani - Arcaicos, não é?
- Afonso - Então, praticamente, a minha crítica não veio de escola nenhuma, veio da vida, de mim mesmo.
- Paulo - Provavelmente o pessoal não tem uma postura crítica dentro da escola, a escola não desenvolve isso aí. Eu sempre fui diferente, eu sempre coloquei um questionamento, apesar de nunca ter tido esse espaço. Então a gente já era diferente, eu era um dos melhores alunos durante o ciclo básico, tinha uma boa memória, gravava muito bem as coisas. Então eles davam aqueles questionários absurdos para você estudar, e eu decorava aquilo, não saía da minha cabeça e na hora da prova era tudo muito fácil. Isso me enaltecia perante os colegas de escola, então eu era um ótimo aluno. Fazia redação, redigia muito bem. Mas aquilo para mim não tinha nada a ver, comecei a perceber que a escola tem que ter outra função. Se ela está preocupada em formar um cidadão e me deu o direito de reconhecer a minha cidadania, não podia, de repente, ficar copiando aquelas coisinhas, todas aquelas coisas que eles passam, e achar que aquilo é o que a escola tem que fazer. A escola tem que desenvolver mais a minha crítica. Se um professor

explica a matéria de uma maneira, porque é que não pode ser de outro jeito? Se ele trabalha muito com livro, por que ele não pode usar também a apostila? Por que ele não pode fazer aulas com seminários, dar aos estudantes o espaço para que eles possam criar, expor, depois de ler, expor a posição dele sobre vários assuntos?

Leani - Então quem possibilitou a sua posição, a sua visão das coisas, foi a escola? Foi diferente do que aconteceu com o Afonso.

Paulo - Não, não. Veja bem, a escola ajudou a desenvolver a minha crítica, mas não que tenha sido a escola que me passou isso, você percebe?

Leani - Foi a sua vida?

Paulo - Foi a minha vida.

Afonso - Por que é que na escola não podia ser diferente?

Paulo - Eu comecei a questionar a estrutura, comecei a questionar mais a escola, onde eu não tinha espaço, onde eu era enaltecido perante as pessoas. Então eu achei que a coisa não era bem desse jeito e foi assim que eu desenvolvi a minha crítica. Não foi a escola que me passou esse senso crítico.

Afonso - Outro exemplo de questionar a escola também, é na prática. Meu pai por exemplo, trabalhava numa fábrica de óleo, na época ele era sócio da fábrica, então ele tinha um laboratório em casa e como ele gostava muito da coisa, me ensinava. A gente fazia condensação, fazia eletrólise, separava dois tipos de elementos, misturava ácido, colocava ácido, enfim, essas combinações para dar colorido. Isso eu aprendi muito em casa, na escola não tinha nada disso. No livro tinha essas experiências, mas na escola não, então eu contava para os colegas o que eu fazia, contava aquilo que eu conhecia, que eu sabia mexer. Aí eu vi que a escola nunca me deu isso, a escola está negativa.

de certa forma, ela nunca podia ensinar isso para todo mundo. Eu fazia porque eu tinha na minha casa, mas os outros não poderiam fazer, então isso era uma coisa que a escola tinha de negativo na minha opinião.

Ailson - Praticamente eu segui essa linha de raciocínio também em todas as escolas em que eu estudei. Eu vim do interior. De lá para cá eu venho tentando me adaptar às escolas, é um problema que o aluno que vem do interior passa; ele vem para a cidade e vê o negócio diferente, então chegando tem que se adaptar.

Leani - Você trabalhava na lavoura?

Ailson - Sim. Lá no interior eu não estudava, eu vim estudar assim que cheguei à cidade. Então eu encontrei muitas barreiras nos estudos porque, veja bem, hoje o que a gente percebe, principalmente nas escolas públicas, é que dizem que a escola é democrática, que a escola mostra uma consciência para todos e que todos são iguais, mas na realidade isso é um "papo furado", o que existe é discriminação, é direção do próprio governo. O Quércio diz que existe democracia dentro da escola, só que quando você chega na escola e começa a estudar, percebe que nada daquilo acontece! Que você é rejeitado, que o aluno que vem do interior, que tem uma certa dificuldade dentro da escola, tem mais carinho pelos professores. Não só você, mas se chega mal vestido ou bem vestido, tem uma certa diferença, ele é discriminado. Então, você vai sentindo aquilo, até mesmo entre os colegas na sala de aula, você percebe que é rejeitado e isso vai tirando o interesse do aluno em aprender, a maneira dele ser, de se comportar. Parece que ele é vigiado por todos os professores..

- Leani - Parece não, ele é mesmo. É a questão da consciência?
- Ailson - Aí é que entra a questão da consciência. A partir daí é que eu acho que o aluno desperta, começa a ter um certo interesse em aprender, em buscar coisas novas, percebe que a escola é um lugar onde você aprende pouca coisa. A qualidade não é boa. Você tem que buscar o conhecimento fora senão você acaba não aprendendo nada. Então a consciência que eu comecei a ter, foi a partir daí. No empate entre a escola, o trabalho, o dia-a-dia, você vai percebendo que aquilo que alguns professores que se dizem progressistas tenta passar, traz todo um interesse de mostrar a realidade, o que acontece hoje, uma certa consciência. Então, quando você encontra um professor assim, desperta em você o interesse de aprender mais. Mas a minha consciência, eu busquei no dia-a-dia, foi em casa, apesar de que em minha casa praticamente não tenho possibilidade de estudar. Tenho um irmão que se destacou um pouco mais, despertou nele um interesse em aprender, em ter uma consciência maior; os demais são bitolados. Em todo caso, não tenho como passar essa idéia, esses valores que tenho, porque eles não aceitam. Na escola, hoje, se a gente debate algum assunto, principalmente no 2o ano, a gente percebe que se destaca no meio de tantos alunos, você se sente diferente deles. Por isso que se diz: eu sou estudante, ele também é estudante e não temos conhecimento da realidade. Vários alunos falam: "Fuxa, você é bem inteirado!" Mas sou bem inteirado porque se tem um grêmio na escola, se tem uma atividade na escola, da qual o aluno deve participar, eu participo. Eu acho que o aluno deve começar a participar para adquirir essa consciência. Não adianta você ter uma teoria e

ficar só na teoria, ou ouvir o que o professor fala e seguir as mesmas palavras do professor, ou até mesmo a direção, porque se ele tiver passando uma visão errada do sistema, você vai copiar isso e vai estar sempre errado. Você tem que tomar consciência, tem que discutir com suas próprias palavras. Usar a capacidade que você tem, que você desenvolve, seguir a sua linha de raciocínio.

Leani - Será que isso, fundamentalmente, não é a questão da exploração em que a gente vive?

Paulo - Não é só isso, porque se fosse isso, você teria o maior número de pessoas conscientes hoje, porque todos somos explorados. Eu acho que são várias coisas, não só a escola. Em casa também a gente não é aceito, não é realmente, então a família também tem sua parte nisso.

Leani - A família e a escola... a igreja também. Eu não sei se é pior, hoje, um estado com políticos corruptos como os que a gente tem, representantes desses grandes grupos econômicos ou se são as Igrejas. Eu tenho sérias dúvidas, porque a religião penetra no âmago das pessoas.

Paulo - Da igreja, eu já participei, o Ailson participou de comunidades de base. Fomos expulsos por causa das idéias, eu cheguei até a trabalhar com catequese, mas quando os missionários viram o que a gente estava fazendo, fomos expulsos. E junto com a gente, mandaram também outras pessoas.

Ailson - Uma vez eu disse que o Moisés nunca abriu o Mar Vermelho, a maré baixou.

Paulo - Então de repente, algumas coisas que a gente faz ou pensa não são aceitas pela Igreja, nem dentro de casa e na escola, então, muito menos... A escola tem como objetivo coisas fantásticas que a gente pode desenvolver totalmente. Esses professores que se dizem progressistas, que querem

que você se conscientize totalmente só não querem que você coloque em cheque a postura deles enquanto professores, porque aí eles viram a questão totalmente ao inverso.

Ailson - O objetivo do professor é mostrar para o aluno, que apesar dele saber muito, o professor sabe mais, ele é até mais crítico do que o aluno, ele é superior ao aluno...

Afonso - É a famosa hierarquia.

Leani - Isso, o C. deixa muito claro como assistente de Diretor. Ele disse estar fazendo um trabalho muito interessante sobre a questão da linguagem. Como, por exemplo, as palavras ferem muito mais do que uma violência física, porque há escolas, onde os professores batem nas crianças. Ele percebeu que a hierarquia é essa: quem os alunos menos respeitam na escola, por exemplo, é o inspetor, depois vem o professor, depois o Diretor, o pai ou mãe, porque não dá pra ser só o pai, às vezes a família não está constituída conforme os padrões, e por último, Deus. Ele diz que o Diretor, às vezes, perde para o pai ou a mãe. As vezes quando o Diretor chama a atenção de um aluno, lhe diz qualquer coisa, ele responde: "Olha, você não é meu pai e nem minha mãe para me falar assim", quer dizer, acima do diretor, ele coloca o pai e a mãe e acima dos pais ele coloca Deus.

Paulo - Nesse sentido, eu me coloco em xeque muitas vezes, será que Deus existe ou não existe? Você não tem a quem recorrer, então vai fazer o quê? Eu vou participar, eu vou buscar Deus, daí talvez eu consiga. Uma vez eu coloquei em xeque esta questão, de Deus não existir. Aí você se apega naquela sua vida, porque se Deus realmente não existir pra que procurar a vida eterna? E aí, como é que fica a coisa? Se a gente sempre teve esta

idéia de Deus, Deus. E se a coisa for mentira? Você deve estar achando que eu sou ateu, não é isso, é só uma visão diferente. A gente deve se mobilizar nesse sentido, a nossa intenção é que o aluno possa participar, não que ele tenha a escola, como um lugar de massificação, mas que ele possa contar realmente com uma estrutura que possa cumprir integralmente com a sua função, que ela possa dar ao aluno a condição necessária, porque ela tem condição para isso, mas não tem estrutura hoje.

Leani - Com relação a isso você quer dizer que ela está cumprindo uma função, também, que é a de deixar todo mundo alienado?

Paulo - Não.

Leani - Você está falando então da outra função, a de formar cidadãos críticos.

Paulo - Falo da função que ela tem nos objetivos da legislação, não a função que ela cumpre para o estado, como aparelho ideológico, aliás essa ela executa muito bem. Nesse sentido a gente quer ter condições de participar, de poder questionar, que o estudante possa realmente fazer aquilo que a sua intuição achar que é necessário. Eu não quero levar ideologia política, muito pelo contrário, se o aluno depois tiver uma postura nesse nível terá sido por opção própria e não que ele seja induzido a isso, levado para esse caminho. E isso não é muito bem visto, apesar de dizerem que o estudante deve participar. A juventude está aí, há o problema da droga e outros mais. Então, quando a gente leva os estudantes a ter uma participação maior, a nível de organização, vem toda aquela pressão, aquela repressão no sentido de não deixar a gente fazer isso. Querem que a gente se organize sem ter a consciência. Só que quando a gente

consegue isso eles barram, não querem que a pessoa se manifeste, não se mobilize, a coisa é por aí.

Ailson - A igreja cobra a participação do jovem, hoje. Eu vejo esta questão como uma situação bastante séria. Quando você participa ativamente da Igreja hoje, quando você começa a colaborar com alguma coisa, a colaborar com uma campanha determinada, por exemplo, enquanto você estiver trabalhando com a igreja, eles te consideram como cristão. A partir do momento que você começa a criticar, a perguntar porque trabalhar com essas coisas, se o trabalho de Cristo, de Deus, era diferente, era outro, ele iria buscar o jovem que estava perdido, não ficaria fazendo reunião entre os que já são cristãos, ele iria buscar novas pessoas que não estão, eles lá na comunidade, acham ruim. Um dia eu disse para todos que estavam lá, o que eu achava daquela igreja e se a gente não conseguisse realmente uma igreja seria muito ruim porque a que se estava construindo ali, era um inferno. Então eles me xingaram, disseram várias coisas para mim...

Afonso - Eu vejo a questão focalizando bem a escola. A escola tem o objetivo de passar o ensino para você, mas o que você está aprendendo na escola hoje? Eu acho que é uma questão muito séria, a de existir várias escolas que vendem o diploma no 2o ano se você quiser. Há várias escolas públicas que são as escolas onde a gente mais trabalha, que realmente estão precárias em todos os níveis, ela faz você ficar todo aquele tempo ali, estudando, estudando. Se você não vai bem numa matéria, vamos supor, Física, Matemática ou Química, porque perdeu algumas aulas e tal, eles pegam a sua prova, que está toda feita, toda preenchida, mas

que tem alguns erros, então eles têm o prazer de dar um "D" para vocês, um "E" em vermelho e depois fala: "Puxa, você foi mal na minha prova!" Só que realmente a prova é a mostra de que você aprendeu tudo na escola? De que você é um aluno que sabe? Seria a prova? Essa foi até uma questão que a gente discutiu na semana passada. Teve um professor de Matemática que desistiu, então veio outro. Você sabe que na escola pública os professores não são fixos, eles ficam duas semanas, três semanas, um mês e saem. Então vem outro professor. O que chegou para nós veio meio perdido. Ele chegou e falou: "Prova na semana que vem!" "Prova para quê, professor? Fazer o quê na prova? Escrever meu nome em cima da prova?" "Vai ter prova porque eu tenho que entregar nota". Então se o senhor vai dar prova, é melhor dar "E" para todo mundo" (aliás era isso que ele queria e pronto). "Ah, mas a gente vai fazer uma prova". Fizemos uma prova porque ele realmente disse que ia ter, ele colocou uma matéria lá. Explicou muito mal, porque tinha só uma aula dele antes da prova. Explicou, então fizemos a prova. Teve trinta e dois "D", dois "E", dois "C" e três "B". Eu fui discutir com ele, e ele falou: "Olha, essa é a nota do bimestre, eu não posso fazer nada". "Então, tá" - pensei. Houve uma briga feia da gente contra ele. Na outra semana, na segunda feira, a gente foi procurá-lo para discutir essa questão, se a prova iria realmente provar que a gente sabe, ou iria provar que o professor é incapacitado e não ensinou corretamente, ou foi precipitado, dando essa prova para a gente, percebe?

Leani - Essa é outra forma de repressão.

Paulo - Ele utilizou ainda a questão da nota. A gente, na entidade, fez uma proposta de criar a semana do estudante, no município, do dia 6 ao dia 11 de agosto, já que dia 11 é o dia nacional dos estudantes. O que seria essa semana, basicamente? Todo mundo iria para a escola, mas teria atividades esportivas, lazer, e discussões e debates nessa escola. Não seria aquela coisa de ir lá para a sala de aula copiar matéria. E para o debate, a gente mandou uma proposta para as escolas que era a seguinte: os estudantes se dirigiam em grupo, e faziam um debate sobre educação, a questão da disciplina, se é realmente o que eles querem, que avaliassem o trabalho do professor com o livro didático, que representa a classe dominante, como que eles conseguem fazer transposição, se poderiam ter outra visão. E que discutissem também a questão da avaliação, a forma de avaliação, a nota, ou se o aluno deveria ser avaliado por todas as suas participações como um todo, não só pela expressão no papel. E o que a gente está sentindo? Em algumas escolas, os diretores estão dizendo o seguinte: "Como? Que condições vocês têm para discutir uma coisa dessas"?

Leani - Volta aquela questão de incapacidade do aluno.

Paulo - Então eles se utilizam da incapacidade para barrar qualquer atividade. "Não, eles não têm capacidade, e como eles não têm, nós não vamos levar até eles esta questão".

Leani - E por trás disso, está também, a incapacidade deles.

Paulo - Mas é aí que eles mostram a incapacidade, porque eles não têm segurança suficiente para levar uma discussão nesse sentido, eles não discutem com você, por quê? Porque eles não têm segurança, uma

postura clara para discutir com você. É a partir desse momento eles começam a fazer muitas coisas que levam a gente a se preocupar e a gente fica mais preocupado ainda quando vê um Diretor chegar e fazer uma assembléia, porque você não pode fazer assembléia ou reunião na escola para nada.

Leani - Só com autorização do Diretor.

Paulo - Então, ele reúne, chama todo mundo para o pátio e de repente fala o seguinte: "A indisciplina está muito grande e a partir de agora quem não seguir o código da escola, vai sofrer uma transferência compulsória", sem discussão. Então eles não abrem espaço para o estudante ir lá e expor o que pensa, o que ele acha a respeito disso.

Leani - E existe essa indisciplina? Como é que eles sabem dizer o que é indisciplina?

Paulo - Por exemplo, o cara que não aceita a estrutura de ensino como ela é e se rebela. Fumar não pode, falar palavrões, empurrar alguém, criar alguma situação que vá contra o código da escola. Para quê alguns alunos fazem isso? Para se rebelar, para ir contra todas as estruturas das escolas, do ensino. O que a gente tenta levar, é falar para os colegas que isso não vai levá-lo a nada. Porque ele pode fumar, tem um vício, vai agredir o Diretor, vai assinar esse livro, vai suspendê-lo, mas não vai sair disso. Eu sei que os problemas da educação não vão ser resolvidos na nossa gestão, mas a nossa preocupação é que a gente comece um trabalho, que cada um comece algum trabalho no sentido de que os próximos que vierem, possam ter a coisa um pouco mais clara, um pouco mais aberta, uma estrutura que realmente cumpra a sua função. Agora, os diretores se utilizam dessa indisciplina, dessas coisinhas que o pessoal faz para ir contra, para tentar barrar todos os tipos

de atividades. Não, o pessoal não gosta da escola, e quando o pessoal joga uma bomba ou uma pedra, é coisa de estudante. Está certo, a depredação das escolas, acontece muito em algumas regiões do Estado, mas tem casos, por exemplo, que a gente observou o seguinte: a escola tem uma quadra fantástica, um espaço para esporte realmente muito bom. A comunidade não tem acesso a isso. O que o pessoal faz? Se rebela, por quê? Porque tem um espaço, só que eles não podem utilizar. O que a gente leva até eles? A gente leva o seguinte: a comunidade tem que estar na escola, tem que haver um intercâmbio escola-comunidade. Por quê? Porque isso aqui simplesmente não pode ser um prédio só para os estudantes. Sabe, a escola é colocada como uma coisa lá em cima num pedestal. Então a escola está lá, aqueles que conseguem chegar até a escola e sair de lá formados, nossa! Na realidade a coisa não pode ser assim, tem que haver esse intercâmbio. A gente coloca muito isso nas reuniões com os nossos colegas: que o grêmio crie atividades não só dentro da escola, para os estudantes, mas que faça principalmente com os pais, que trabalhe com os pais. Palestras, debates. Trazer discussão, problemas do bairro, que tragam problemas do bairro para discutir na escola, que faz parte do processo.

Paulo - É isso que a gente quer levar o pessoal a perceber, porque eles não conseguiam "sacar" isso.

Leani - É ela é tão hierarquizada que os pais chegam com medo na escola, com uma submissão tão grande. Eu já ouvi cada conversa incrível. Não sabem falar...

Paulo - É o poder do Diretor, sabe, a pessoa do Diretor. Os próprios pais têm medo disso, eles não conseguem extrapolar isso e a partir do momento que você consegue extrapolar é lógico que eles vão

ficar contra você. Mas tem escolas em que o pessoal quer fazer atividades para reconstruir o prédio da escola. A gente é contra. "Não, eu pago impostos! Vai para o governo e tem que voltar de alguma forma. Educação é o mínimo que eles devem manter e tem que ser pelo mmenos decente!" E o pessoal não consegue entender essa relação, sabe, que você está estudando e que você pagou e que isso tem que estar retornando para você. É uma obrigação do próprio governo, não é que ele está fazendo porque é bom. O Quércio construiu uma escola e o pessoal fala: "Nossa, como ele é bom não?" Ele só está utilizando o nosso dinheiro para política, para comprar o pessoal. O pessoal não consegue "sacar" estas relações, é essa uma das maiores dificuldades.

Afonso - Por falar em "Quércio construiu uma escola São Paulo", há pouco tempo, na quinta feira, teve um programa: "A Escola Viva". Eu tive a chance de ver esse programa. Fizeram o levantamento de duas mil escolas na grande São Paulo. Dessas apenas trinta e seis não precisavam de reformas, quer dizer, mil novecentos e sessenta escolas precisavam ser reformadas totalmente.

Leani - É que reformar escolas não dá "status", o que dá "status" é construção de escolas, estradas, pontes.

Afonso - Escola e ponte, é o que mais fazem, mas escolas mal construídas.

Ailson - O que a gente percebe hoje nas escolas é superlotação. A superlotação é um problema sério, principalmente na nossa região, lá em Sumaré, enfim quase todas. Em Sumaré a gente percebe que a superlotação está sendo demais e a gente começa a cobrar. Então o Quércio vai para a televisão e fala: "Quarenta mil escolas estão sendo

construídas". Só que a gente percebe que estas escolas são fantasmas, que a gente não vê essas escolas, percebe? É uma coisa que a gente não consegue enxergar. A escola onde estudo é uma escola de 2o grau. Foi discutido, lá, um projeto para a escola. A escola teria três andares, teria quadra, teria tudo. Isso está na Câmara Municipal, lá na Prefeitura, a gente já fez pressão, abaixo-assinado e tudo o mais para eles poderem construir essa escola e eles dizem que não, que não vão construir, porque a nossa escola está boa, porque não podem construir agora. Jogam uma série de "abobrinhas" para cima da direção, do aluno que vai cobrar e não constroem. Para arrumar um vidro da escola foi preciso alunos e pais irem lá arrumar porque a prefeitura não cedeu, não quis arrumar. Hoje, por lei, uma escola, para ser construída, tem que ter uma quadra, um centro de esportes. Lá, uma escola de 2o grau não tem uma quadra, não tem nada. Quando chove, você precisa de escolher um lugarzinho para passar porque chove dentro da escola também. Ai você percebe o seguinte: o 2o ano estuda num vagão. Não tem nada, a gente estuda lá dentro. Então o que poderia acontecer hoje, nesse momento? As reivindicações do aluno, o que a gente está fazendo, o trabalho que o aluno quer. Se realmente esse dinheiro que é cobrado em impostos, é voltado para a educação, a gente poderia fazer o quê? Construir essas escolas, o que não acontece. Então tem grande número de alunos para passar para outra escola, ali vizinha, porque no ano que vem ela começa a ter 2o grau. Ai dizem que não podem passar, porque o "Guido Rosolem", é uma escola muito antiga que têm que preservar o nome, que o "Guido Rosolem" é uma escola que não pode deixar de

existir, porque o fundador do Hosolem foi a família Guido, então é uma escola que está na história, percebe? É um negócio que a gente começa a perceber, que o aluno precisa começar a cobrar, na hora vê tudo isso, mas quem que está lá, para direcionar todas essas reivindicações que o aluno faz, para começar a construir a partir desse caminho? Então o problema da escola é realmente um problema político, porque você quer passar isso, muitos alunos até ficam contra você. "Não é nada disso eu não vejo muito por aí, a escola está aqui..." Então ainda falta um pouco de consciência.

Paulo

- Acho que o nosso trabalho é um trabalho lovável, um trabalho decente. Primeiro porque a gente não é profissional, tem muitas entidades por aí em que o pessoal se matricula na escola e ficam vivendo diretamente da questão de mobilizar politicamente, não só cuidando dos problemas da escola, mas tentando realmente trazer o pessoal para as entidades e para os partidos políticos. O nosso trabalho é um trabalho duro. A gente tem problemas, a gente vai à aula, passa de ano, isso é um problema, e ainda tem que fazer o trabalho nas escolas também. Então você tem que faltar ao serviço, às aulas para fazer este tipo de trabalho e a nossa entidade está voltada para um trabalho objetivo que é levar à organização, a gente está preocupada com isso, a conscientização desse pessoal. Você não quer conscientizá-los com idéias suas, você quer levá-los a despertar isso neles mesmos. Nesse sentido a gente dá um passo muito interessante. Agora o que me choca, por exemplo, é a questão da partidarização. A gente vai a congressos de estudantes, onde milhares de estudantes discutem sobre educação, é muito

bonito, mas você sente que cada um tem uma posição ideológica; ficam discutindo a educação do ponto de vista de um partido: "Não, o PC do B, não, do PT, não, da Convergência, do MR-8". Porque acontece isso? Fica-se discutindo questões que não vão levar a nada, por quê? Porque cada um quer a educação do seu ponto de vista. Ninguém chega a uma consenso. Olha, vamos sentar, vamos discutir isso politicamente, mas sem ideologia. E tentar buscar uma solução para a questão. Não, cada um já tem a sua solução e isso dificulta os trabalhos. Esse é um problema e para citar mais um caso, na questão aí da incapacidade, querem usar isso para reprimir, como uma forma de repressão. Então se você é incapaz, você não tem que discutir. Eu fui numa reunião em Capivari com diretores e alguns professores para falar sobre grêmio. Então me chamaram para compor a mesa e começaram a discutir sobre os direitos na Educação. E cada um que ia falar, então, dizia o tanto de títulos que carregava, o tanto de diplomas que tinha. "Eu sou formado assim, conheço isso, aquilo... etc." Daí eu levantei e disse: "Dá licença, porque eu vou embora, vim aqui para discutir leis, eu não tenho títulos nenhum, não tenho diploma nenhum, então eu vou me retirar". Aí sai. "Ah! você não pode fazer uma coisa dessas!" "Não? Vocês estão me trazendo aqui não para discutir leis, vocês estão me trazendo aqui para mostrar que nós somos incapazes". Então nós, sem termos nenhum diploma, queremos discutir educação. Mas com tantos doutores especialistas, teremos espaço? Eles não aceitam isso porque têm muitos anos de experiência, vinte, trinta anos de magistério e aí "chega o estudante e quer discutir com eles". A nossa entidade é uma entidade, digamos assim,

paritária, com um número razoável de participantes, e, foi divulgada no nosso município.

Leani - Só para situar, tem quantos elementos?

Paulo - Participando da entidade deve ter oito elementos; a diretoria tem trinta e cinco elementos no congresso, mas só oito participam ativamente. Algumas escolas, alguns pais e alguns diretores de escolas do município se juntaram e soltaram um documento para a comunidade dizendo o seguinte: "Os pais que deixam as suas filhas participarem do movimento estudantil, como o de Sumaré, por exemplo, estão levando os filhos ao ridículo, porque as garotas que participam desse movimento estudantil são prostitutas, piranhas, lá não se discutem coisas sadias, o pessoal não tem uma mente sadia, levam os outros à perdição, o pessoal é drogado, são viciados, a tendência dos filhos, principalmente das mulheres, é que a garota vai se perder, ser mãe solteira e essas coisas". Distribuíram esse material na reunião que eles fizeram com alguns pais de algumas escolas, como forma de desestabilizar o movimento. A gente tentou conseguir esse material para entrar com um processo.

Paulo - Mas não nos deram, e a escola que se manifestou negou depois publicamente que teria feito isso. Mas é uma questão verídica, porque a Diretora da minha escola pegou, ela tem esse material.

Leani - E as meninas, como é que se sentiram? O município de Sumaré é pequeno?

Paulo - O município de Sumaré é pequeno e não entende a participação de mulheres no movimento estudantil. É para aqueles que participam, para elas...

Leani - Não atingiu as meninas?

Paulo - Não tem nada a ver. Mas quando você chega nas escolas, para convidar para o Congresso de Goiânia, por exemplo, que foram quatro dias, você percebe, quatro dias, homens e mulheres juntos... O pessoal já recebe de outra forma. Vão fazer o quê nesses quatro dias? Com quem vocês vão ficar? Como é o alojamento? As garotas tem uma preocupação nesse sentido. Realmente a intenção do movimento é de uma exploração, por assim dizer, do corpo da mulher. Não são todos que pensam dessa forma, que têm uma visão por esse caminho, mas isso veio desestabilizar nosso trabalho, só que a reação nossa foi forte. - Eles não esperavam a reação, mas atingiram o objetivo no caso, porque a gente sentiu esse maior cuidado, essa cautela das pessoas com relação à participação no Congresso, mas não daqueles que são conscientes. - O pessoal que tem essa consciência você tem a impressão que não vai aceitar o jogo.

Leani - Você pode voltar a falar sobre a violência.

Paulo - O caso do Ailson. O Ailson saiu da nossa escola porque não conseguiu vaga. Ele foi pra o "Guido Bosolem" e hoje é praticamente o dono da escola. Ele conseguiu assim ser o dono, uma coisa que a gente critica, pela postura que ele está assumindo dentro da escola. O próprio diretor da escola hoje não faz nada sem falar antes com o Ailson. Então ele assumiu a escola de uma forma tão...

Leani - Centralizada?

Paulo - E, ele centralizou tudo de uma tal forma na escola, que ele conseguiu dar as coordenadas dentro da escola, para o próprio diretor. Então é um pessoal incompetente, é claro, que se utiliza do Ailson para fazer os trabalhos na escola. E tem um professor para quem faltam apenas dois anos para se aposentar. Então ele é hiper-reacionário e

há alguns anos trás ele estava indo armado com revólver para dentro da sala de aula, batia muito na garotada, no pessoal do ginásio, pessoal de catorze, dezessete anos. Metia a mão na criançada e não tinha papo. E na semana passada ele foi para escola para isso, para dar tapas. Aquela história de currículo, de ser o dono da verdade e ninguém poder discordar. E uma discussão na sala de aula, com um aluno da 8ª série, não sei bem qual foi a questão, só sei que ele falou uma coisa para o garoto, e o garoto se sentiu ofendido e retrucou, aí ele xingou-o de "filho da puta", e o garoto disse que "filho da puta" era ele. Nessa, ele sentou a mão na orelha do garoto que tinha de dezesseis para dezessete anos. Se levantou e começou a espancar o garoto dentro da sala de aula. Então o pessoal da classe se levantou e foi para cima dele.

Leani - De quem?

Paulo - Do professor. Ele foi para a Diretoria, desesperado, o pessoal queria bater nele e aí espalhou rapidamente o que tinha acontecido e todas as classes dessa escola detestam o cara e não o aceitam porque o cara é um reacionário. Aí o pessoal da cidade saiu, todo mundo veio contra ele. Se não fosse o Ailson, com o controle que ele tem dentro da escola, teria acontecido o pior. A escola inteira parou.

Leani - Isso foi no noturno ou diurno?

Paulo - No noturno. A escola inteira parou e fecharam o cara na diretoria. Os professores intervieram, alguns levaram safanões e empurrões, porque o pessoal queria de qualquer jeito agredir o professor, o Ailson teve que conter a mocada prometendo o seguinte: "Olha, aqui dentro não, porque aí vão vir contra a gente, vão nos acusar,

mas lá fora vocês podem esperá-lo, a gente vai levá-lo prá fora para vocês pegarem". Então o que fizemos: o pessoal me chamou para conversar, tentei levar para um lado mais consciente da coisa para não deixar isso acontecer, o que seria desastroso.

Leani - E não o processaram criminalmente?

Paulo - Então aí vem a segunda parte. Nós conseguimos conter o pessoal no sentido de "não, não é por aí. Vamos conversar, tal e tal". Aí o papo era processar o cara, que ele não podia fazer aquilo, podia ter falado como fosse, mas não poderia ter feito da forma que fez. Aí o que o pessoal da escola fez com relação ao professor? Eles queriam realmente que ele fosse processado, que ele fosse tirado do quadro da escola. Aí chamaram a reunião do conselho, exigiram que ele estivesse presente, para se justificar perante o conselho de escola. Só que, perante o conselho, o Ailson, que faz parte desse conselho, foi o único que se manifestou contra, foi o único que acusou, vamos dizer assim, foi o único que realmente falou contra o que ele fez, que ele não poderia ter agido da forma como agiu perante os estudantes. Os outros professores não, tentavam entender porque ele tinha agredido o aluno, etc.

Leani - Ele estava irritado, trabalhou demais...

Paulo - E, tentaram achar uma solução. Por que ele chegou a esse ponto da coisa e a resolução a que o Conselho conseguiu chegar foi a seguinte: "Olha, você vai lá, pede desculpa ao garoto, pede para ele te respeitar como professor e diz que não vai mais acontecer isso". Essa foi a atitude da escola, quer dizer, o pessoal está indignado, estão querendo caçar o cara, ele nunca mais voltou na escola. Está para voltar, mas a proposta é a

seguinte: as aulas começaram e se ele voltar à escola, alguma coisa não vai ficar legal por lá, os próprios estudantes não vão aceitar e o próprio pai do garoto está revoltadíssimo com a situação. Mas o Conselho diz que tudo bem, só faltam dois anos para ele se aposentar e vamos deixar por isso mesmo. Tentaram buscar uma solução, tentar entender a postura do professor. O que é um absurdo, uma loucura, se o cara faz uma coisa dessas na escola, é claro que ele vai fazer isso com qualquer pessoal, o da minha classe, por exemplo.

Leani - E existe esta história de "gangs" dentro das escolas? Fora e dentro da escola? Na sua escola tem?

Faulo - Ah, sim. Tem aquele pessoal que é tido como "federal". Federal é o governo, é aquele que os outros não tocam. Que é só visto, mas ninguém toca a mão. E aquele pessoal que tem as "gangs" nas escolas e que todo mundo respeita. Ninguém desrespeita, porque o que eles falam é ordem... Mas também tem "gangs" de professores. Eu conheço uma no município de A., eles dão aula nas escolas de periferia. Tem uma gang de quatro, cinco professores que andam armados. Se acontece um problema com um, os quatro são envolvidos, um absurdo que você não consegue conceber. Tivemos uma reunião para discutir a questão de um aluno, para esclarecimento. Os quatro se juntaram para dar uma prensa no aluno, e a "gang" do aluno também se manifestou. A barra lá é hiper-pesada, e isso é um reflexo da sociedade, o pessoal do bairro tem essa organização.

Leani - E eles se organizam só em função de drogas ou não entra essa história, só em função da força física?

Paulo - Eles se organizam muito em função da força física. Em relação à escola, entra a forma como eles são reprimidos, então são aqueles que sempre são mal vistos, são péssimos alunos, são aqueles que não conseguem nota, são os desordeiros, são assim vistos pelo diretor e pelos professores. Os alunos que são realizados, aqueles que são os privilegiados dentro da escola se juntam em um grupo. Então, em contrapartida, os outros alunos começam a se juntar. É uma questão até meio natural e eles se mantêm juntos para se defenderem destas agressões físicas que estão sofrendo. E se alguns engraçadinhos, dentro da escola gozarem da cara de algum deles dá briga, porque realmente eles se impõem de alguma forma. Agora há alguns casos, de alunos marginalizados não pela questão da repressão dentro da escola, mas é coisa que já vem do bairro mesmo, já estão sendo marginais por causa de drogas, andam armados, etc. Na realidade são várias questões que influem na formação das "gangs", não é um ponto só. Hoje a repressão dentro da escola é grande, continua, de forma assustadora, pelo menos para mim. Eu acho um absurdo. Mas você percebe que há alguma organização maior por parte dos estudantes contra esse tipo de repressão, buscando até mais coisas. Hoje a organização dos alunos não existe para contrariar a repressão, é uma organização que busca acabar com a repressão. A gente percebe, hoje, por exemplo, o governo está investindo em estudantes de outra ala, em estudantes de extrema-direita, para poder ganhar estas organizações, estas entidades estudantis para então poder passar às entidades uma ideologia de diretor, uma ideologia que seria a mesma coisa que manter essa repressão nas escolas com o nome de

grêmio livres. Há, hoje, este total empenho do governo em subsidiar alguns grupos de estudantes no sentido de tomar conta desse poder que estas entidades têm perante as escolas. É uma forma também de você reprimir, uma forma de tentar agilizar o movimento, no sentido de organização, de ir contra a repressão, contra tudo o que a escola representa.

Nome A. R.

2º / 13

Dissertação

Boa introdução

Boa pontuação

Exceção muito grande de linguagem. Criticar, você deve, a opinião inteligente tem muito valor, mas você zombou, zombar é uma atitude medíocre de pessoas incapazes. Você fez uma boa aluna, não o considere mais medíocre. Da próxima vez faça uma crítica séria, em linguagem correta!

Linguagem prosaica, não é própria para uma redação.

A escola nos dias de hoje
Pipipi... Pipipi...
- Me chamo Maria, acordei agora para mais medíocre
uma bela dia. Bebo um café com um cigarro,
peggo o chibru.
Agora estou na escola sentada em
minha cadeira, ele entra, diz "Bom dia" para
mim. Ele não tem cara de "Bom dia", usa
um avental branco, tem uma pena e um
braço mais comprido que os outros, carrega
uma mala preta retangular de couro e
em dias de prova a coloca em cima da me-
sa na frente e espia por trás dela para
ver se algum aluno está "colunado",^{no} uma passa-
do, sentada, por cento de seus alunos ficaram
de recuperação, talvez alguém veja ~~ele~~ como
um professor rigoroso; para mim e para os ou-
tros, ele e seus ensinamentos são como uma
comida estragada que deve ser deglutida, va-
za logo em seguida (quando ninguém está
ver olhando) ser vomitada.

Converso comigo, "Maria, não dar-me não";
mas é difícil ele é o meu melhor somifeiro.
Teeém... Bate o sinal, acorda. Ela entra
- Abriam o livro de página vinte e três
a trinta, e fazem os exercícios

Boa gramática

Penso que ela deve se achar muito bela, para tanto deixar de unhar e pentear de cabelo...

Tecim... Outra "ela" entra em cena. Dizem que ela é esquelosa e não devia mais dar aula. Um dia um aluno comentou com o professor, a ideia de fazer um movimento e tirá-la da escola, este professor falou: não façamos nada, porque é demais tanto e ninguém fez nada.

Tecim... Ah! Finalmente uma "ela" interessante, está não dá sono e trabalha a matéria de forma que não me seja inútil. Voltou um professor, não teve assistido a última aula. E aqui me despeço desta história escolar.

Que má vontade!
Você devia procurar algo
de que gosta.

Tudo o que se faz
com má vontade,
fica mal feito!
Você já foi uma
boa aluna - o que
está acontecendo?
Faça uma reflexão sobre
si própria como aluna -
uma auto-crítica; tente melhorar
ou procure um curso do qual gostaria.

Um dia você vai
ser professora? Duvido, com essas
ideias! Essa má vontade de estudar!
Você devia usar melhor sua
criatividade e vivacidade para
ser uma das melhores alunas
e não ter má vontade para
e, se sua propria para
ser professora! conseguiu para
igual conseguiu para
um ou melhor ser
que pois ser professora.

10/07/88

Redação

B

A melhor redação da classe de termos de ideias, cuja boa

A escola no dia de hoje.

O ensino passou por diversas modificações. Novas técnicas, novos métodos. Algumas escolas adotaram, outras não.

Mas a questão infelizmente não é só esta, no meu ponto de vista. É sim o modo como estão caminhando os problemas enfrentados pelos estudantes e professores. Os estudantes reclamam por um ensino melhor enquanto os professores necessitam de condições melhores para continuarem lecionando; ~~Exemplo;~~ Exemplo; salário totalmente injusto, muitas escolas em condições precárias, etc... Se formos analisarmos os pontos negativos são muitos, principalmente se falando na rede estadual.

Infelizmente, na hora de se falar em educação neste país, tudo parece ser ignorado e a culpa depois, não é de ninguém.

Mas pensando positivamente,

O pessoal da educação nas escolas não duanimo ~~em~~ totalmente e continuam a lutar pelos ideais da educação. Talvez seja preciso ter ganho para entrar na área da educação.

A escola passa por crise, O ensino das escolas brasileiras tem um nível, relativamente bom, comparando a outros países tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos.

A certeza de um futuro melhor para o ensino escolar, depende do incentivo em todos os aspectos gerais, que serão dados aos professores.

Para mim, podem existir métodos, técnicas novas, que nada vai adiantar se não se conscientizarem da importância da educação, do ensino correto, do professor nas escolas.

— " —

7. REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1.º e 2.º GRAUS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CEE N.º 390/78 — Câmara de 1.º e 2.º Graus — Aprov. em 19-4-78
 PROCESSO CEE N.º 2054/77
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 INTERESSADO: Secretaria de Educação
 ASSUNTO: Regulamento Comum das Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus
 RELATORES: Cons. Maria de Imaculada Leme Monteiro e Renato Alberto T. Di Dio

I — RELATORIO

1. Histórico:

O Exceletíssimo Senhor Secretário da Educação encaminha, para apreciação deste Egrégio Conselho Estadual de Educação, o Projeto de Regulamento Comum das Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus, atendendo ao item VII do art. 2.º da Lei n.º 10.403, de 6 de Junho de 1971.
 Observa sua Excelência que a obra por um regulamento comum, amparada pelo art. 70 da Lei 9.692/71, sob condições o permitam, nos termos do art. 2.º, parágrafo único, da mencionada lei.

2. Apreciação:

Este Conselho já aprovou, anteriormente, os regulamentos das Escolas Estaduais de 1.º Grau e das Escolas Estaduais de 2.º Grau.
 O presente ora apresentado limita-se a reprodutir os mesmos dispositivos, introduzindo, apenas, na Subseção V, que trata dos Conselhos de Classe e Classe, adaptações formais que não se desviam, em substância, do que já mereceu o beneplácito deste Conselho.
 O regulamento, que está elaborado de acordo com a Deliberação CEE n.º 33/72 e a legislação federal e estadual em vigor compreende oito títulos, que são os seguintes:

- I — Da Caracterização e dos Objetivos da Escola de 1.º e 2.º Graus.
- II — Da Organização Administrativa.
- III — Dos Diretores e Deveres dos Participantes do Processo Educativo.
- IV — Da Organização Didática.
- V — Do Plano Escolar.
- VI — Do Regime Escolar.
- VII — Disposições Gerais e Transitórias.

II — CONCLUSÃO

Em face do exposto, aprova-se o Regulamento Comum das Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus encaminhado pelo Secretário da Educação do Estado de São Paulo.

CEEG, em 19 de abril de 1978

- a) Cons. Maria de Imaculada Leme Monteiro — Relatora
- a) Cons. Renato Alberto T. Di Dio — Relator

III — DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras do Ensino de 1.º e 2.º Graus em reunião conjunta, realizada nesta data, após discussão e votação, adotam como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes as nobres conselheiras: Gerardo Raposo Sabella, Gilberto Wladet Bueno Hilari, Roberto de Moraes Neves, João Baptista Sales da Silva, José Augusto Dias, Lúcio Cordeiro, Maria Cecília, Maria da Graça, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Marinho Hilari, Oswaldo Frezza, Renato Alberto T. Di Dio e Theresinha Fran.

Sala da CEEG, em 19 de abril de 1978

- a) Cons. Hilário Torkato — Presidente

IV — DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino de 1.º e 2.º Graus, nos termos do voto dos Relatores.
 Sala Carlos Pasquale, em 19 de abril de 1978

- a) Moscyr Espadoto M. Vas Guimarães — Presidente

REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1.º E 2.º GRAUS

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| TÍTULO I — DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA ESCOLA DE 1.º E 2.º GRAUS | 391 |
| CAPÍTULO I — Da Caracterização | 391 |
| CAPÍTULO II — Dos Objetivos | 391 |
| TÍTULO II — DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 391 |
| CAPÍTULO I — Da Estrutura Funcional | 391 |
| CAPÍTULO II — Das Atividades e Relações Hierárquicas | 391 |
| SEÇÃO I — Da Direção | 391 |
| SEÇÃO II — Do Apoio Técnico-Pedagógico | 393 |
| SEÇÃO III — Da Coordenação Pedagógica | 394 |
| SEÇÃO IV — Da Orientação Educacional | 395 |
| SEÇÃO V — Da Biblioteca | 396 |
| SEÇÃO VI — Dos Laboratórios e Outros Ambientes Especiais | 397 |
| SEÇÃO VII — Dos Conselhos de Classe | 397 |
| SEÇÃO VIII — Do Apoio Administrativo | 398 |
| SEÇÃO IX — Da Secretaria | 398 |
| SEÇÃO X — Das Atividades Complementares | 400 |
| SEÇÃO XI — Das Atividades de Apoio ao Ensino | 401 |
| SEÇÃO XII — Das Instituições Auxiliares | 401 |
| SEÇÃO XIII — Do Corpo Docente | 402 |
| SEÇÃO XIV — Das Competências | 402 |
| SEÇÃO XV — Das Funções | 402 |
| SEÇÃO XVI — Do Pessoal | 404 |
| TÍTULO III — DOS DIRETORES E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO | 405 |
| CAPÍTULO I — Dos Diretores e Deveres | 405 |
| CAPÍTULO II — Do Horário e Regime de Trabalho | 405 |
| CAPÍTULO III — Do Corpo Docente | 405 |
| TÍTULO IV — DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA | 406 |
| CAPÍTULO I — Do Currículo Pleno | 406 |
| CAPÍTULO II — Do Critério de Agrupamento de Aulas | 408 |
| CAPÍTULO III — Da Verificação do Rendimento Escolar | 408 |
| TÍTULO V — DO PLANO ESCOLAR | 411 |
| CAPÍTULO I — Do Regime Escolar | 411 |
| CAPÍTULO II — Da Matricula | 412 |
| CAPÍTULO III — Da Transferência | 413 |
| CAPÍTULO IV — Das Adaptações | 413 |
| CAPÍTULO V — Dos Certificados | 414 |
| CAPÍTULO VI — Das Disposições Gerais e Transitórias | 414 |
| TÍTULO VII — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS | 414 |

TÍTULO I
Da Caracterização e dos Objetivos da Escola de 1.º e 2.º Graus

CAPÍTULO I
Da Caracterização

Artigo 1.º — A organização administrativa, didática e disciplinar das Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus rege-se pelo presente regimento.
Parágrafo único — Por Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus entende-se a unidade escolar criada pelo Governo do Estado de São Paulo que ministra ensino regular de 1.º Grau de 1.ª a 8.ª séries, e ensino de 2.º Grau, com duração de três ou quatro séries anuais, mediante habilitações profissionais plenas e parciais e Fomento Profissionalizante Básica.

CAPÍTULO II
Dos Objetivos

Artigo 2.º — A Escola de 1.º e 2.º Graus destina-se à formação integral do adolescente visando ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Artigo 3.º — Os objetivos do ensino de 1.º e 2.º Graus deverão conformar-se aos fins mais amplos da educação nacional expressos no artigo 1.º da Lei Federal n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

TÍTULO II
Da Organização Administrativa

Da Estrutura Fundacional

CAPÍTULO I

Artigo 4.º — A estrutura fundacional da Escola de 1.º e 2.º Graus compreende os seguintes órgãos e atividades:

- I — Direção;
- II — Apoio Técnico-Pedagógico;
- III — Apoio Administrativo;
- IV — Assessoria ao Escolar;
- V — Instituições Auxiliares da Escola;
- VI — Corpo Docente.

CAPÍTULO II

Das Atribuições e Relações Hierárquicas

SEÇÃO I

Da Direção

Artigo 5.º — Direção da Escola é o núcleo executivo que organiza, supervisiona, coordena e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

Artigo 6.º — Integram a Direção da Escola:
I — Diretor de Escola;
II — Assistente de Diretor de Escola.
Parágrafo único — A Direção terá como órgão consultivo o Conselho de Escola.

Artigo 7.º — O Diretor de Escola tem as seguintes atribuições:
I — organizar as atividades de planejamento no âmbito da Escola;
a) coordenando a elaboração do Plano Escolar;
b) assegurando a implementação do Plano Escolar com o Plano Setorial de Educação;
c) supervisionando o acompanhamento, avaliação e controle da execução do Plano Escolar;

II — Subsidiar o planejamento educacional:

a) responsabilizando-se pela atualização, critério, sistematização e furo dos dados necessários ao planejamento do sistema escolar;

b) prevendo os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades da Escola a curto, médio e longo prazos;

c) propondo as habilitações profissionais a serem oferecidas pela Escola de demanda, em nível de Escola, e dos recursos disponíveis;

III — elaborar ou coordenar a elaboração do relatório anual da Escola;
IV — assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como das regulamentos, decretos e normas emanadas da administração superior;

V — zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais; e
VI — promover o contínuo aperfeiçoamento dos recursos físicos, materiais e humanos da Escola;

VII — assegurar a inspeção periódica dos bens patrimoniais, solicitar baixa dos inventáveis e colocar os excedentes à disposição de órgãos superiores;

VIII — exercer controle sobre a produção escolar e dar-lhe o destino próprio de acordo com as normas em vigor;

IX — coordenar a elaboração de projetos de execução de trabalhos de interesse para a aprendizagem, não constantes das programações básicas, submencionadas e aprovação dos órgãos competentes;

X — garantir a disciplina de funcionamento da organização:

a) proporcionar condições para a participação de órgãos e entidades públicas e privadas de caráter cultural, educativo e assistencial, bem como de elementos da comunidade nas programações da Escola;

b) assegurando a participação da Escola em atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas da comunidade;

c) proporcionando condições para a integração família-escola;

XII — organizar e controlar as atividades de natureza assistencial;

XIII — criar condições e estimular experiências para o aprimoramento do processo educativo.

Artigo 8.º — O Assistente de Diretor tem as seguintes atribuições:

I — responder pela direção da Escola no horário que lhe é confiado;

II — substituir o Diretor de Escola em suas ausências e impedimentos;

III — conduzir o Diretor no desempenho das atribuições que lhe são próprias;

IV — participar da elaboração do Plano Escolar;

V — acompanhar e controlar a execução das programações relativas às atividades de apoio administrativo e apoio técnico pedagógico, mantendo o Diretor informado sobre o andamento das mesmas.

VI — coordenar as atividades relativas à manutenção e conservação do prédio escolar, mobiliário e equipamento da Escola;

VII — controlar o recebimento e consumo de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

VIII — controlar a aplicação de medidas repressivas à observância das normas de segurança e higiene nas oficinas, laboratórios e outros locais de trabalho.

Artigo 9º — O Conselho de Escola, de natureza consultiva, é presidido pelo Diretor e integrado pelos seguintes membros:

I — Assistente de Diretor de Escola;

II — Coordenador Pedagógico;

III — Orientador Educacional;

IV — Dois professores representantes das quatro primeiras séries do 1º grau, eleitos anualmente por seus pares;

V — Representantes do corpo docente observada a proporção de um para 5 (cinco) professores respectivamente das partes de Educação Geral e Formação Especial, eleitos anualmente por seus pares, garantida a representatividade das diferentes áreas curriculares;

VI — Orientador de Educação Moral e Cívica;

VII — Dois representantes do corpo discente de 2º grau eleitos anualmente por seus pares;

VIII — Secretário da Escola;

IX — Representante da Associação de Pais e Mestres.

Artigo 10 — O Conselho de Escola tem as seguintes atribuições:

I — assessorar a Direção da Escola em seus decisões, propondo:

a) diretrizes e metas de atuação da Escola;

b) alternativas de solução para problemas de natureza administrativa e pedagógica;

c) prioridade para a aplicação de recursos da Escola e Instituições Auxiliares;

II — opinar sobre:

a) criação e regulamentação das instituições auxiliares da Escola;

b) programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;

c) programas de assistência social e material aos alunos;

III — apurar os relacionamentos da Escola analisando o seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas.

Artigo 11 — O Conselho de Escola reunir-se-á:

I — ordinariamente;

a) no 1º semestre de cada ano antecedente à elaboração ou reformulação do Plano Escolar;

b) no início do 2º semestre letivo;

II — extraordinariamente, por convocação do Diretor ou por proposta de, no mínimo, dois terços (2/3) de seus membros.

SEÇÃO II

Do Apoio Técnico-Pedagógico

Artigo 12 — O núcleo de apoio técnico-pedagógico compreende o conjunto de funções destinadas a proporcionar suporte técnico às atividades docentes e discentes.

Artigo 13 — Integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico as atividades de:

I — Coordenação Pedagógica;

II — Orientação Educacional;

III — Multimeios, compreendendo:

a) biblioteca;

b) laboratório e oficinas;

c) outros recursos pro-curriculares;

IV — Conselho de Série e de Classe.

SUBSEÇÃO I

Da Coordenação Pedagógica

Artigo 14 — As atividades de Coordenação Pedagógica são exercidas pelo Coordenador Pedagógico e Professores Coordenadores.

Artigo 15 — O Coordenador Pedagógico é o elemento do sistema de supervisão responsável pela Coordenação, acompanhamento, avaliação e controle das atividades curriculares, no âmbito da Escola.

Artigo 16 — O Coordenador Pedagógico tem as seguintes atribuições:

I — participar da elaboração do Plano Escolar;

a) coordenando as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;

b) assegurando a articulação entre as programações referentes à Educação Geral e à Formação Especial;

c) transmitindo dados relativos ao mercado de trabalho;

d) fornecendo subsídios referentes à análise ocupacional, com base nos dados da atualidade e de projeções futuras;

II — elaborar a programação das atividades da sua área de atuação, assegurando a articulação com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III — acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação do currículo;

IV — prestar assistência técnica aos professores visando à assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos mesmos, para a melhoria dos padrões de ensino;

a) propondo técnicas e procedimentos;

b) selecionando e fornecendo materiais didáticos;

c) estabelecendo a organização das atividades;

d) propondo sistemas de avaliação;

V — coordenar a programação e execução das atividades de recuperação dos alunos;

VI — supervisionar as atividades realizadas pelos professores como "horas-ativadas";

VII — coordenar as atividades relativas à estágio;

a) assegurando programação integrada no Plano Escolar;

b) efetuando levantamento de locais e condições de realização;

c) controlando as atividades de supervisão;

VIII — promover estudos visando a assegurar a eficácia interna e externa do currículo;

a) mantendo entendimentos com empresas do ramo das habilitações oferecidas pela escola para adequação da programação curricular;

b) efetuando levantamentos de informações sobre o desempenho no exercício profissional, dos egressos da Escola, para o aprimoramento do ensino ministrado;

IX — coordenar a programação e execução das reuniões dos Conselhos de Classe;

X — propor e coordenar atividades de aperfeiçoamento e atualização de professores;

XI — coordenar o planejamento do arranjo físico e aproveitamento racional das oficinas, laboratórios e outros ambientes especiais;

XII — avaliar os resultados do ensino no âmbito da Escola;

XIII — assegurar o fluxo de informações entre as várias instâncias do sistema de supervisão;

XIV — assessorar a Direção da Escola, especificamente quanto a decisões relativas a:

a) matrícula e transferência;

b) agrupamento de alunos;

c) organização de horário de aulas e do calendário escolar;

d) utilização de Professores Coordenadores;

XV — interpretar a organização didática da Escola para a comunidade;

XVI — elaborar relatório de suas atividades e participar da elaboração do relatório anual da Escola.

Artigo 17 — O Professor Coordenador, no âmbito de sua área curricular, tem as seguintes atribuições:

I — elaborar, com os demais professores da área ou professores regentes de classe da mesma série, o programa de currículos;

II — coordenar a execução da programação;

III — assegurar a integração horizontal e vertical do currículo;

IV — coordenar atividades da área que visem ao aprimoramento de técnicas, procedimentos e materiais de ensino;

V — estabelecer, em cooperação com os demais professores da área ou da mesma série, critérios de seleção de instrumentos de avaliação;

VI — assessorar os trabalhos dos Conselhos de Classe;

VII — coordenar a supervisão ou supervisionar os estágios da sua área;

VIII — assegurar a otimização dos recursos físicos:

a) fornecimento de especificações técnicas para equipamentos a serem adquiridos e orientar sua instalação;

b) implementação periodicamente de equipamentos da sua área e solidando seu respectivo, quando necessário;

c) requisitando material de consumo e controlando seu uso;

d) propondo a reformulação, quando necessário, dos arranjos físicos das oficinas, laboratórios e outros ambientes especiais;

IX — colaborar com a Direção e com a Secretaria na elaboração do Inventário dos bens patrimoniais da Escola.

SUBSEÇÃO II

Da Organização Educacional

Artigo 18 — As atividades de Orientador Educacional são exercidas pelo Orientador Educacional coadjuvado pelos Professores Conselheiros de Classe.

Artigo 19 — Ao Orientador Educacional cabe a responsabilidade técnica de coordenar, orientar e controlar, no âmbito da Escola, as atividades relacionadas a sua área de atuação.

Artigo 20 — O Orientador Educacional tem as seguintes atribuições:

I — participar da elaboração do Plano Escolar;

II — elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, mantendo-a articulada com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III — elaborar a programação de informação profissional;

IV — orientar a elaboração e execução do programa de currículo nos aspectos relativos à Organização Educacional;

V — controlar e avaliar a execução da programação de Organização Educacional e apresentar relatório anual das atividades;

VI — colaborar nas decisões referentes a agrupamentos de alunos;

VII — efetuar levantamento de dados que permitam caracterizar o aluno, visando ao mais eficiente atendimento individual e grupal;

VIII — assessorar os trabalhos dos Conselhos de Série e de Classe;

IX — desenvolver o processo de aconselhamento;

X — participar do planejamento, execução e avaliação dos programas de estudos;

XI — estabelecer sistemática de acompanhamento e/ou controle pós-escolar;

XII — traçar as oportunidades ocupacionais na localidade e extracurricular com agências de colocação de mão-de-obra para fins de encaminhamento de alunos;

XIII — organizar e manter atualizado o dossiê individual do aluno e o perfil das Classes;

XIV — assessorar o trabalho docente;

a) informando os professores quanto a peculiaridades de comportamento do aluno;

b) acompanhando o processo de avaliação e recuperação do aluno;

XV — cooperar com o bibliotecário na orientação da leitura dos alunos;

XVI — encaminhar os alunos a especialistas quando se fizer necessário;

XVII — orientar o trabalho dos Professores Conselheiros de Classe;

XVIII — monitor e coordenar o desenvolvimento de esquema de contato permanente com a família do aluno.

Artigo 21 — Os professores Conselheiros de Classe têm as seguintes atribuições:

I — coletar dados sobre o grupo de alunos sob sua responsabilidade, especialmente relacionados a interesses e sondagem de aptidões e à adaptabilidade a ocupações pretendidas;

II — identificar problemas ou carências individuais ou do grupo que exijam atenção especial por parte da Organização Educacional;

III — aplicar instrumentos de observação de alunos, propostos pelo Orientador Educacional;

IV — incentivar a participação de pais e alunos nas promoções da Escola;

V — assistir a classe nas suas reivindicações;

VI — oferecer subsídios para a elaboração da programação de Organização Educacional.

SUBSEÇÃO III

Da Biblioteca

Artigo 22 — A Biblioteca constitui o centro de leitura e orientação de estudos de alunos e ex-alunos e de consulta e estudos de docentes e demais servidores da Escola.

Artigo 23 — O Bibliotecário tem as seguintes atribuições:

I — participar da elaboração do Plano Escolar;

II — elaborar e executar a programação das atividades da Biblioteca, mantendo-a articulada com as demais programações que integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III — manter controle das atividades realizadas, avaliar os resultados da programação e apresentar relatório anual;

IV — colaborar com os professores na compilação de resumos bibliográficos;

V — assegurar a adequada organização e funcionamento da Biblioteca.

- a) organizando o acervo e zelando pela sua conservação;
- b) elaborando, organizando e mantendo atualizados os fichários e catálogos correspondentes;
- c) mantendo adequadas as condições dos ambientes de leitura e biblioteca, na pesquisa e consulta de obras;
- d) orientando o usuário, especialmente os alunos, na utilização da Biblioteca, na pesquisa e consulta de obras;
- e) organizando coleções de recortes de jornais e revistas para consultas;
- VI — elaborar propostas de aquisição de livros didáticos, culturais e científicos, folhetos e periódicos a partir das necessidades indicadas pelo pessoal administrativo, técnico, docente e discente;
- VII — organizar e manter atualizada a documentação de trabalhos realizados pela Escola;
- VIII — manter intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação;
- IX — divulgar, periodicamente, no âmbito da Escola, a bibliografia existente na Biblioteca;
- X — organizar e registrar materiais didáticos, mantendo controle de sua utilização;
- XI — levantar as necessidades de recursos didáticos para fins de aquisição, aquisição ou empréstimo, conforme propostas das várias áreas curriculares;
- XII — elaborar inventário anual do acervo da Biblioteca.

SUBSEÇÃO IV

Das Laboratórias, Oficinas e outros Ambientes Especiais

Artigo 24 — Os Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais constituir-se-ão em recursos pro-curriculares e serviço dos trabalhos docentes e discentes.

Artigo 25 — A organização e o funcionamento dos Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais são da responsabilidade dos professores das áreas curriculares correspondentes.

SUBSEÇÃO V

Das Comissões de Série e de Classe

Artigo 26 — Integram o núcleo de apoio técnico, as Comissões de Série para as 4 primeiras séries do 1.º grau, e as Comissões de Classe para as 4 últimas séries do 1.º grau, e todo o ensino de 2.º grau.

Artigo 27 — Os Comissões a que se refere o artigo anterior são presididos pelo Diretor e integrados pelo Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e pelos professores da mesma classe, no caso dos Comissões de Classe, e pelos professores de igual série, no caso dos Comissões de Série.

Parágrafo Único — O Diretor poderá delegar a presidência das Comissões de Série e de Classe ao Assistente de Direção, ou a qualquer dos membros dessas Comissões.

Artigo 28 — Os Comissões de Série e de Classe têm as seguintes atribuições:

- I — avaliar o rendimento da Classe e confrontar os resultados de aprendizagens relativos aos diferentes componentes curriculares;
- a) analisando os padrões de avaliação utilizados;
- b) identificando as causas do aproveitamento insatisfatório;
- c) identificando as causas do aproveitamento insatisfatório;
- d) coletando e utilizando informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos;
- e) elaborando e programando das atividades de recuperação de aproveitamento e de compensação de ausência.

- II — avaliar o comportamento da Classe;
- a) confrontando o relacionamento da classe com os diferentes professores;
- b) identificando os alunos de ajustamento insatisfatório em situação de classe e na Escola;
- c) propondo medidas que visem ao melhor ajustamento do aluno.

III — decidir sobre a promoção do aluno;

- a) determinando o conceito final nos casos de discrepância entre as médias finais e bimestrais emitidas pelo professor;
- b) determinando a retenção ou acesso a estudos de recuperação inferior ao final do ano letivo, dos alunos cujas médias indiquem aproveitamento inferior ao mínimo exigido;

c) julgando da oportunidade e conveniência de proporcionar ao aluno, no decorrer do ano letivo, atividades destinadas a compensação de ausências;

d) homologando o conceito definitivo dos alunos submetidos a estudos de recuperação final;

e) opinando sobre os recursos relativos à verificação do rendimento escolar interposto por alunos ou seus responsáveis.

Artigo 29 — Os Comissões de Série e de Classe devem reunir-se ordinariamente, pelo menos uma vez por bimestre, e quando convocados pelo Diretor.

SEÇÃO III

Do Apoio Administrativo

Artigo 30 — O núcleo de apoio administrativo compreende o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades da Escola, incluindo as atividades relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimônio, idiomas, atividades complementares e com a vida escolar.

Artigo 31 — Integram o núcleo de apoio administrativo:

- I — Secretária;
- II — Atividades complementares.

SUBSEÇÃO I

Da Secretária

Artigo 32 — A Secretária, unidade administrativa com nível de Sessão, observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes do sistema, incumbem:

I — quanto à documentação e escrituração escolar:

a) organizar e manter atualizadas prontuários de documentos de alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar;

b) expedir diplomas, certificações de conclusão de série e de cursos de aprovação em disciplinas e outros documentos relativos à vida escolar dos alunos;

c) preparar a documentação dos alunos necessária aos registros e encaminhá-la aos órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura, à Secretaria da Educação e/ou a outras entidades;

d) preparar e manter, em locais próprios, quadros, horários de aula, e controlar o cumprimento da carga horária anual;

e) manter registros relativos a resultados anuais dos processos de avaliação e promoção, incidência de documentos, reuniões administrativas, termos de visita de supervisores pedagógicos e outras autoridades da administração do ensino;

- 1) manter registros de levantamento de dados estatísticos e informações educacionais;
- 2) preparar relatórios, comunicados e editais relativos à matrícula, exame e demais atividades escolares;

II — quanto à administração geral:

- a) receber, registrar, distribuir e expedir correspondência, processos e papéis em geral que transitam na Escola, organizando e mantendo o protocolo e arquivo escolar;
- b) registrar e controlar a frequência do pessoal docente, técnico e administrativo da Escola;
- c) preparar e expedir atestados ou boletins relativos à frequência do pessoal docente, técnico e administrativo;
- d) organizar e manter atualizados assentamentos dos servidores em exercício na Escola;
- e) preparar folhas de pagamento de vencimentos e salários do pessoal da Escola;
- f) preparar escala de férias anuais dos servidores em exercício na Escola;
- g) controlar as atividades relativas ao almoxarifado;
- h) organizar e encaminhar à Delegacia de Exatidão os documentos de prestação de contas de despesas incluídas de primeiro pagamento;
- i) manter registros do material permanente recebido pela escola e do que lhe for devido ou creditado, e elaborar inventário anual de bens patrimoniais;
- j) organizar e manter atualizado o inventário de livros, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse para a Escola;
- k) manter os servidores da Escola e nos alunos prestando-lhes esclarecimentos relativos a escrituração e legislação;
- m) atender pessoas que tenham assuntos a tratar na Escola.

Artigo 33 — Ao Secretário cabe a responsabilidade básica da organização das atividades pertinentes à Secretaria e a supervisão de sua execução.

Artigo 34 — O Secretário tem as seguintes atribuições:

- I — participar da elaboração do Plano Escolar;
 - II — elaborar a programação das atividades da Escola, mantendo-a articulada com as demais programações da Escola;
 - III — atribuir tarefas ao pessoal auxiliar da Secretaria, orientando e controlando as atividades de registro e a escrituração, bem como assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos aos processamentos de dados;
 - IV — verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, e transferir a de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do Diretor;
 - V — providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;
 - VI — preparar a escala de férias dos servidores da Escola, submetendo-a à aprovação do Diretor;
 - VII — elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades escolares;
 - VIII — requisitar correspondência oficial;
 - IX — instruir expedientes;
 - X — elaborar propostas das necessidades de material permanente e de consumo;
 - XI — elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar no preparo dos relatórios anuais da Escola;
 - XII — elaborar relatórios, sobre a execução das atribuições previstas nos incisos I e II do artigo 22 que lhe foram cometidas pelo Secretário.
- Artigo 35 — Ao almoxarifado, subordinado à Secretaria da Escola, incumbe, conforme normas legais e regulamentares, o provimento do material necessário ao funcionamento da Escola.
- Artigo 36 — O Almoxarifado tem as seguintes atribuições:
- I — receber, conferir, armazenar e distribuir material permanente e de consumo, inclusive gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

II — providenciar, em tempo hábil, o levantamento das necessidades de material, conforme previsto de todos os setores de atividade da Escola;

- III — organizar e manter em ordem o Almoxarifado, de modo a permitir:
 - a) guarda do material recebido em condições adequadas;
 - b) separação, para pronta entrega do material requisitado;
 - c) verificação periódica do estado de conservação;
- IV — organizar e manter atualizada a escrituração do Almoxarifado;
 - a) efetuando o registro das entradas e saídas do material;
 - b) registrando os níveis de estoque;
 - c) elaborando os balancetes mensais e inventários anuais do material estocado;
 - d) proceder ao recebimento, conferência, guarda e expedição de materiais produzidos pela Escola, e destinados à venda, ou à distribuição a outras unidades escolares da rede;
 - e) preparar e conferir documentos relativos ao Almoxarifado, a serem usados pelo Diretor da Escola;
 - f) manter atualizada a escrituração anual de bens patrimoniais existentes na Escola;
 - g) auxiliar na elaboração do inventário anual de bens patrimoniais.
- VII — executar outras tarefas próprias de sua área de atuação que lhe forem atribuídas pelo Secretário ou pelo Diretor da Escola.
- VIII — organizar outras tarefas próprias de sua área de atuação que lhe forem atribuídas pelo Secretário ou pelo Diretor da Escola.

SUBSEÇÃO II

Das Atividades Complementares

Artigo 39 — A área de Atividades Complementares compreende:

- I — Zeladoria;
- II — Vigilância e atendimento de alunos;
- III — Manutenção e conservação de equipamentos.

Artigo 40 — São atribuições da zeladoria:

- a) vigilância e guarda das dependências, instalações e equipamentos;
- b) atendimento ao público em geral;
- c) execução dos serviços de limpeza;
- d) execução dos serviços de copa.

Artigo 41 — O Zelador tem as seguintes atribuições:

- I — proceder à abertura e fechamento do prédio, no horário regulamentar fixado pelo Diretor;
 - II — manter sob sua guarda as chaves do edifício e de todas as suas dependências;
 - III — controlar o acesso e saída de pessoas e materiais e manter a vigilância do prédio e suas dependências;
 - IV — zelar pela conservação e assento do edifício, instalações, móveis e utensílios;
 - V — requisitar materiais de limpeza e, quando for o caso, mantimentos e controlar o seu consumo;
 - VI — distribuir e supervisionar a execução de tarefas de limpeza externa e interna do edifício, instalações, móveis e utensílios;
 - VII — auxiliar a Secretaria na elaboração de inventários do patrimônio existente na Escola;
 - VIII — executar outras tarefas auxiliares relacionadas com sua área de atuação que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Escola.
- Artigo 42 — Os servidores têm as seguintes atribuições:
- I — executar tarefas de:
 - a) limpeza interna e externa do prédio, dependências, instalações, móveis e utensílios de Escola;

- b) preparo e distribuição de café ao pessoal da Escola;
- c) preparo e distribuição de merenda aos alunos;
- II — executar pequenos reparos em instalações, mobiliário, utensílios e similares;
- III — prestar serviços de mensageiro;
- IV — auxiliar nas tarefas relacionadas com sua área de atuação que forem determinadas pela Direção da Escola.

Artigo 43 — A vigilância e o atendimento a alunos serão exercidos pelos Inspectores de Alunos com as seguintes atribuições:

- I — controlar a movimentação dos alunos no recinto da Escola e em suas imediações, orientando-os quanto a normas de comportamento;
- II — informar a Direção da Escola e Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e comunicar ocorrências;
- III — colaborar na divulgação de avisos e instruções de interesse da administração da Escola;
- IV — atender aos professores, em sua, nas solicitações de material escolar e nos problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;
- V — colaborar na execução de atividades cívicas, sociais e culturais da Escola e trabalhos curriculares complementares de classe;
- VI — providenciar atendimento aos alunos em caso de enfermidade ou acidente;
- VII — executar outras tarefas auxiliares relacionadas com o apoio administrativo e técnico-pedagógico que lhes forem atribuídas pela Direção.

Artigo 44 — A manutenção e conservação de equipamentos serão exercidas pelo Responsador Geral, sob orientação do Professor Coordenador de área, com as seguintes atribuições:

- I — zelar pelo estado de conservação e funcionamento de máquinas, equipamentos e instrumentos próprios de Laboratórios, Oficinas e outros ambientes Especiais de trabalho escolar;
- II — executar reparos nos equipamentos, instrumental e instalações mecânicas, hidráulicas, elétricas e outros próprios dos Laboratórios, Oficinas e outros ambientes;
- III — executar serviços de limpeza e higienização de máquinas e equipamentos;
- IV — executar outras tarefas relacionadas com a manutenção e conservação de equipamentos e instalações que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

SEÇÃO IV

Ds Assistência ao Escolar

Artigo 45 — A Escola, na medida dos recursos disponíveis, proporcionará assistência social e econômica a seus alunos carentes.

§ 1º — A Assistência ao Escolar será provida por órgão próprio do sistema com a cooperação de Instituições Auxiliares e recursos da comunidade.

§ 2º — As atividades assistenciais serão organizadas e executadas sob a responsabilidade do Diretor da Escola com o assessoramento dos órgãos próprios do sistema.

SEÇÃO V

Das Instituições Auxiliares

Artigo 46 — A Escola contará com instituições auxiliares com o objetivo de colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

Artigo 47 — São instituições de caráter obrigatório nos termos da legislação vigente:

- I — Associação de Pais e Mestres;
- II — Centro Cívico.

Artigo 48 — Outras instituições auxiliares, que vierem a ser instaladas, serão regidas por regulamento próprio que, após sua aprovação pelos órgãos competentes do sistema passará, como o das instituições de caráter obrigatório, a integrar este Regulamento, como anexo.

SEÇÃO VI

Do Corpo Docente

Artigo 49 — Integram o Corpo Docente todos os professores com exercício na Escola.

Artigo 50 — Os Professores, além de outras previstas na legislação, têm as seguintes atribuições:

- I — participar da elaboração do Plano Escolar;
- II — elaborar e executar o planejamento referente à regência de classe e atividades anís;
- III — participar das decisões referentes ao agrupamento dos alunos;
- IV — realizar atividades relacionadas à Orientação Pedagógica, atuando, inclusive, como Professores Coordenadores quando designados;
- V — executar atividades de prescrição de alunos;
- VI — colaborar na programação e avaliação dos estágios, atuando como supervisor quando designados;
- VII — colaborar no processo de Orientação Educacional, atuando, inclusive, como Professores Conselheiros de Classe quando designados na forma deste Regulamento;
- VIII — proceder à observação dos alunos identificando necessidades e carências de ordem social, psicológica, material ou de saúde que interfiram na aprendizagem, encaminhando-os aos setores especializados de assistência;
- IX — participar dos Conselhos de Série e de Classe;
- X — participar do Conselho de Escola, quando indicados na forma deste Regulamento;
- XI — manter permanente contato com os pais ou responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento do aluno e obtendo dados de interesse para o processo educativo;
- XII — participar de atividades cívicas, culturais e educativas da comunidade;
- XIII — participar da Associação de Pais e Mestres e outras instituições auxiliares da Escola;
- XIV — executar e manter atualizados os registros relativos a suas atividades e fornecer informações conforme as normas estabelecidas;
- XV — responsabilizar-se pela utilização, manutenção e conservação de equipamentos e instrumentos em uso em Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais próprios de sua área curricular;
- XVI — fornecer ao Professor Coordenador relação de material de consumo necessário ao desenvolvimento das atividades curriculares.

CAPÍTULO III

Das Competências

Artigo 51 — São competências do Diretor de Escola, além de outras que lhe forem atribuídas por lei, decreto ou ato da administração superior:

- I — em relação às atividades específicas:
 - a) definir a linha de ação a ser adotada pela Escola, observadas as diretrizes da administração superior;
 - b) aprovar o Plano Escolar e encaminhá-lo à Delegacia de Ensino para homologação;
- II — manter entendimentos com empresas e outras instituições para fins de estágio, intercomplementaridade ou estágio de alunos;

- e) propor a instalação de classes de 1.ª a 4.ª série, observadas as condições estabelecidas para administração superior;
- f) articular classes e regiões de aulas e cátedras aos professores da Escola nos termos da legislação vigente;
- g) estabelecer o horário de aulas e de expediente da Secretaria e da Biblioteca;
- h) assinar, juntamente com o Secretário, todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos, expedidos pela Escola;
- i) conferir diplomas e certificados de conclusão de grau, de série e de aprovação em disciplinas;
- j) convocar e presidir reuniões do Conselho de Escola e do pessoal subordinado;
- k) presidir solenidades e cerimônias da Escola;
- l) representar a Escola em atos oficiais e atividades da comunidade;
- m) submeter à aprovação do Departamento de Ensino propostas de utilização do prédio ou dependências da Escola para outras atividades que não as de ensino, mas de caráter educacional ou cultural;
- n) aprovar o regulamento do Centro Cívico, de conformidade com diretrizes baixadas pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, e submetê-lo à homologação — de autoridade ou órgão competente;
- o) encaminhar os estatutos da Associação de Pais e Mestres ao Departamento de Assistência ao Escolar, para registro;
- p) aprovar regulamentos e estatutos de outras instituições auxiliares que operam no Estabelecimento;
- q) submeter à apreciação do Conselho de Escola matéria pertinente à deliberação do colegiado;
- r) encaminhar à Delegacia de Ensino relatório anual das atividades da Escola;
- s) aplicar penalidades de repreensão e suspensão, limitada a 6 (seis) dias, nos alunos;
- t) decidir sobre recursos interpostos por alunos, ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar;
- II — em relação às atividades gerais:
- a) responder pelo cumprimento, no âmbito da Escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos, estabelecidos pelas autoridades superiores;
- b) expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
- c) averar, de modo geral e em casos especiais, as atribuições e competências de qualquer servidor subordinado;
- d) delegar competências e atribuições a seus subordinados, assim como designar comissões para execução de tarefas especiais;
- e) decidir sobre pedidos, recursos e processos de sua área de competência, ou remetê-los devidamente informados, a quem de direito, nos prazos legais, quando for o caso;
- f) apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;
- g) decidir quanto a questões de emergência ou assunto no presente Regulamento ou nas disposições legais, representando as autoridades superiores;
- III — em relação à administração de pessoal:
- a) dar posse e exercício a servidores classificados na Escola;
- b) conceder pró-rogatio de prazo para posse e exercício de servidores, observadas as disposições específicas da legislação em vigor;
- c) conceder período de férias;
- d) aprovar a escala de férias dos servidores da Escola;
- e) conceder licença a servidor à vista do competente parecer do Departamento Médico do Serviço Civil do Estado;

- para tratamento de saúde;
- por motivo de doença de pessoa da família;
- quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atingido de doença profissional;
- em caso de estiação;
- f) conceder licença a servidor para atender às obrigações relativas ao serviço militar;
- g) controlar a frequência diária dos servidores subordinados e atestar a frequência mensal;
- h) autorizar a retinção do servidor durante o expediente;
- i) decidir, nos casos de absoluta necessidade de serviço, sobre a impossibilidade de gozo de férias regulamentares, e autorizar o gozo das férias não usufruídas no exercício correspondente;
- j) decidir, atendendo às limitações legais, sobre os pedidos de abono ou justificativa de faltas no serviço;
- k) propor a designação ou dispensa de servidor para funções de Assistentente de Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário de Escola e Zelador;
- l) designar docente da Escola para as funções de Professor Coordenador, Professor Consultivo de Classe, e outras requeridas pela estrutura e funcionamento da Escola;
- m) avaliar o mérito de funcionários que lhe são incluídos ou imediatamente subordinados;
- n) aplicar aos servidores subordinados penas de repreensão e de suspensão limitada a 8 (oito) dias, bem como decidir sobre sua conversão em multa, na forma da legislação específica;
- o) autorizar a administração de material e finanças;
- p) autorizar servidor para receber as verbas de material de consumo e despesas de pronto pagamento, e controlar sua aplicação;
- Artigo 52 — São competências do Secretário, além de outras que lhe forem atribuídas por ato da administração superior:
- I — responder, perante o Diretor, pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar dos alunos, e cargo da Secretaria;
- II — cumprir e fazer cumprir normas legais, regulamentares, decisões e prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos de responsabilidade da Secretaria;
- III — propor e opinar sobre medidas que visem à racionalização das atividades de apoio administrativo;
- IV — expedir instruções necessárias à manutenção da regularidade dos serviços sob sua responsabilidade;
- V — providenciar a instrução de processos e expediente que devam ser submetidos a decisão superior;
- VI — assinar todos os documentos escolares que, conforme normas estabelecidas pela administração superior, devam conter sua assinatura;
- VII — avaliar o mérito de funcionários que lhe são imediatamente subordinados;
- VIII — responsabilizar-se pela guarda dos livros e papéis.

CAPÍTULO IV Do Pessoal

Artigo 53 — As categorias e número de servidores que compõem o Quadro de Pessoal da escola, bem como as exigências de habilitação ou qualificação para provimento das vagas e funções, são fixadas em Regulamento, cuja elaboração, no caso de divergência de pareceres, se normatiza estabelecidas pelo Conselho Federal e Estadual de Educação.

Artigo 97 — Os Conselhos de Série e de Classe deverão:

- I — bimestralmente, programar as atividades de recuperação e de compensação de ausências;
- II — até cinco dias após o encerramento do ano letivo, decidir os casos de dispensa entre o conselho final e os bimestrais, de retenção ou admissão nos estudos finais de recuperação;
- III — até cinco dias após o período de recuperação final homologar o conselho final definitivo.

§ 1.º — Os casos de dispensa entre o conselho final e os bimestrais serão identificados à luz de normas a serem baixadas pelo órgão competente da Secretaria da Educação.

§ 2.º — As decisões dos Conselhos, devidamente fundamentadas, deverão ser lavradas em ata.

TÍTULO V

Do Plano Escolar

Artigo 98 — O Plano Escolar deve programar o processo de ensino-aprendizagem, devendo ser elaborado pelo pessoal técnico, administrativo e docente da Escola.

Artigo 99 — A Coordenação do Plano Escolar é da competência do Diretor da Escola, assessorado pelo Coordenador Pedagógico.

Artigo 100 — O Plano Escolar deverá conter, no mínimo:

- I — O diagnóstico da realidade da Escola, com o fim de descrever, avaliar e explicar sua situação quanto à características da comunidade e da clientela escolar, recursos materiais, humanos e institucionais disponíveis, e quanto ao seu desempenho;
- II — objetivos e metas da instituição escolar;
- III — definição da organização geral da Escola quanto a:
 - a) agrupamento de alunos;
 - b) quadras distributivas das matérias por séries;
 - c) carga horária;
 - d) normas para avaliação, recuperação e promoção;
 - e) calendário escolar;
- IV — programação referente a atividades curriculares e atividades de apoio técnico, apoio administrativo, assistência ao escolar e nas instituições auxiliares da Escola.

TÍTULO VI

Do Regime Escolar

CAPÍTULO I

Do Calendário Escolar

Artigo 101 — Do Calendário Escolar, integrante do Plano Escolar, atendendo ao disposto pelos órgãos superiores, deverão constar as seguintes indicações:

- I — período de aulas e de férias;
- II — feriados;
- III — previsto mensal de dias letivos e de carga horária;
- IV — períodos de matrícula, transferência e admissão de alunos;
- V — períodos de elaboração ou reatuação, avaliação e reajuste do Plano Escolar;
- VI — datas de apresentação dos resultados de avaliação;
- VII — períodos de recuperação;

VIII — atividades culturais e de lazer;

IX — comemorações e campanhas;

X — reuniões para fins administrativos e técnicos;

XI — reuniões com os pais;

XII — reuniões das instituições auxiliares;

XIII — data de apresentação do relatório anual.

Artigo 102 — São considerados dias letivos as comemorações cívicas e demais atividades da Escola que contem com a participação do corpo docente e discente, desde que estejam previstas no Calendário Escolar.

Artigo 103 — A duração em horas, fixada para o ano letivo para os alunos de 5.ª a 8.ª séries do 1.º grau e para os de 2.º grau, será computada em termos de horas-aula.

Artigo 104 — No computo das horas-aula não se incluem as atividades extra-classe e as horas destinadas ao ensino recuperativo e ao ensino religioso.

Artigo 105 — Para as classes de 1.ª a 4.ª séries do 1.º grau o intervalo destinado a recreio será computado para fins de cumprimento dos mínimos exigidos quando o duração do período diário de aula.

Artigo 106 — As reuniões para qualquer fim serão realizadas sem prejuízo das aulas.

Artigo 107 — As aulas previstas somente poderão ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a reposição para o devido cumprimento do período letivo.

Parágrafo único — A suspensão de que trata o artigo deverá ser previamente autorizada pela Delegacia de Ensino, exceto feita nos casos de força maior.

Artigo 108 — Os trabalhos escolares dos alunos só poderão ser encerrados quando cumpridos os mínimos de duração para o ano letivo, em termos de dias e horas, fixados pela administração superior.

CAPÍTULO II

Da Matrícula

Artigo 109 — A matrícula inicial será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, ou do próprio aluno, se maior.

§ 1.º — Constará do requerimento a que se refere este artigo a ausência no presente momento.

§ 2.º — No ato da matrícula matricula, o candidato deverá apresentar certidão de nascimento e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, quando couber.

Artigo 110 — São condições para matrícula:

I — na 1.ª série do 1.º grau, idade mínima estabelecida em lei e em normas do Conselho Estadual de Educação;

II — na 1.ª série do 2.º grau, conclusão do ensino de 1.º grau ou de estudos equivalentes;

III — nas demais séries do 1.º e 2.º graus, comprovação da escolaridade anterior;

IV — em qualquer série, em regime de internato, atestado de sanidade, além das exigências anteriores cabíveis.

§ 1.º — As matrículas dos alunos que não atendam às condições do inciso I somente serão efetuadas mediante autorização do Conselho Estadual de Educação.

§ 2.º — Para a matrícula na 1.ª série da habilitação plena ou parcial de Ensino médio será exigida idade mínima de 16 anos.

§ 3.º — As matrículas dos alunos nas primeiras séries do 2.º grau poderão ser condicionadas à classificação em provas de seleção conforme normas

fixadas pelas órgãos superiores, quando o número de vagas for inferior ao número de candidaturas.

Artigo 111 — As matrículas serão efetuadas, anualmente, em época prevista no calendário escolar.

Artigo 112 — É admitido no ensino de 2.º grau o regime de matrícula com dependência em até dois componentes curriculares, desde que preservada a seqüência do currículo.

§ 1.º — Na programação das atividades curriculares, indicar-se-ão, em cada série, os componentes curriculares não sucessivos de dependência e os que se constituem em pré-requisitos.

§ 2.º — A retenção em componentes curriculares cursados em regime de dependência determina a retenção na série regularizante cursada.

§ 3.º — No regime de matrícula por dependência, serão observadas as exigências relativas à aprovação da assistência e à avaliação do aproveitamento esportivo para o regime comum observado o disposto no item III do artigo 83.

§ 4.º — Não será expedido certificado de conclusão de série ou grau a aluno em dependência.

CAPÍTULO III

Da Transferência

Artigo 113 — As transferências de alunos obedecerão ao disposto na legislação vigente de acordo com normas fixadas pelos Conselhos Federal e Estaduais de Educação.

Artigo 114 — As transferências serão efetuadas normalmente nos períodos de férias escolares.

§ 1.º — Serão realizadas transferências até o final do terceiro bimestre desde que o interessado ou responsável, no caso de menor, comprovare um dos seguintes motivos:

- I — mudança de residência;
- II — necessidade de trabalho;
- III — problemas de saúde;
- IV — incompatibilidade disciplinar;
- V — problemas econômicos.

§ 2.º — Os pedidos de transferência apresentados após o prazo previsto no parágrafo anterior serão submetidos à apreciação das Delegacias de Ensino.

Artigo 115 — É permitida, em qualquer época do ano, a transferência de aluno não de servidor público civil ou militar removido, independentemente da existência de vagas, atendidas condições estabelecidas pela administração superior.

Parágrafo único — No caso de transferência, nos termos deste artigo, é obrigatória a apresentação de documento comprobatório da remoção do interessado.

Artigo 116 — Poderão ser recebidas transferências de alunos provenientes de estrangeiro, ficando a efetivação de sua matrícula condicionada a pronunciamento do órgão competente do sistema.

CAPÍTULO IV

Da Adaptação

Artigo 117 — Os alunos recebidos por transferência serão submetidos a processo de adaptação, quando houver discrepância entre os componentes curriculares e/ou conteúdos programáticos de disciplinas. Atras de estudos ou atividades das escolas de origem e de destino.

Artigo 118 — O processo de adaptação obedecerá à programação elaborada pelo professor do componente curricular sob a supervisão do Coordenador Pedagógico.

Artigo 119 — A adaptação do aluno de não concluinte de componentes curriculares do Nível Comum e do Artigo 7.º da Lei n.º 6.872, de 1971, e quando necessária para a integração dos alunos previstos para habilitações profissionais e Formação Profissionalizante Básica, far-se-á mediante frequência regular do respectivo componente curricular, em horários especiais.

Parágrafo único — Os trabalhos práticos de Oficina ou Laboratório, e os estágios, quando for o caso, poderão substituir-se em objeto de processo de adaptação.

Artigo 120 — O componente curricular cumprido em regime de adaptação será registrado na ficha escolar do aluno.

CAPÍTULO V

Das Diplomas e Certificações

Artigo 121 — Ao aluno aprovado na série final do 1.º grau será conferido certificado de conclusão.

Parágrafo único — Poderão ser expedidos certificados de conclusão de série do 1.º grau, quando requeridos pelo interessado ou seu responsável, se menor.

Artigo 122 — Ao aluno que concluir qualquer das modalidades da Formação Profissionalizante Básica, será conferido certificado de conclusão do 2.º grau com indicação da área econômica pela qual optou.

Artigo 123 — Ao aluno que concluir estudos que conduzam à habilitação profissional, em nível de técnica, com duração de três ou quatro séries anuais, será conferido diploma de técnico em nível de 2.º grau da respectiva ocupação.

Artigo 124 — Ao aluno que concluir estudos que conduzam à habilitação específica para o magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau, de acordo com normas do Conselho Estadual de Educação, será conferido o respectivo diploma.

Artigo 125 — Ao aluno que concluir estudos que conduzam à habilitação profissional, em nível de auxiliar, com duração de três séries anuais, será conferido certificado de auxiliar na respectiva ocupação.

Artigo 126 — Ao aluno que concluir as três primeiras séries de habilitação específica para o magistério das 4 primeiras séries do 1.º grau, referida no artigo 124, será conferido certificado de conclusão de 2.º grau para fins de aproveitamento de estudos.

Artigo 127 — Aos alunos de 2.º grau poderão ser expedidos certificados de conclusão de série ou de aprovação em disciplina, quando requeridos pelo aluno ou, se menor, por seu responsável.

TÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transições

Artigo 128 — Todas as petições, representações ou ofícios formuladas por servidores ou alunos da Escola ou membros das Diretorias das Instituições auxiliares, dirigidas a qualquer autoridade, deverão ser encaminhadas e devidamente informadas, quando for o caso, pelo Diretor da Escola.

Artigo 129 — Encerrado o ano letivo, os diários de classe deverão ser arquivados na Secretaria da Escola, podendo ser incinerados, quando decorridos dois anos letivos, lavradas as atas competentes.

Artigo 130 — Incorporam-se a este Regimento Escolar as determinações supervenientes oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

Artigo 131 — O regime de matrícula com dependência somente será aplicável a alunos reidos a partir do ano letivo em que passar a vigorar este Regulamento.

Artigo 132 — Os assuntos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pela autoridade competente.

NOTA: A Lei n.º 16.403, de 6 de julho de 1971, encontra-se a pág. 450 do vol. 2.

A Instrução C.E.E. n.º 23/71, encontra-se a pág. 2133 do vol. 4.